

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Thaís Teixeira Dias Brambilla

Hospital Matarazzo: trajetória, associativismo e patrimônio italiano em São Paulo
(séculos XIX, XX e XXI)

Doutorado em História

São Paulo

2024

Thaís Teixeira Dias Brambilla

Hospital Matarazzo: trajetória, associativismo e patrimônio italiano em São Paulo
(séculos XIX, XX e XXI)

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História, sob orientação da Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo

2024

Banca Examinadora

Para o meu maior amor, Maria A.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação São Paulo - FUNDASP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à professora Maria Izilda Santos de Matos, que me aceitou e acolheu desde a graduação e esteve sempre presente com incentivos e conselhos nos momentos de dúvida durante a jornada desta tese.

À PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em História, que fazem parte da minha jornada, acolheram-me e permitiram o desenvolvimento desta pesquisa, a partir dos ensinamentos e discussões necessárias no campo da história.

À CAPES, que junto com a PUC-SP acreditaram nesta pesquisa e custearam parte dos estudos com a bolsa.

Às professoras presentes durante o exame de qualificação, Sênia Regina Bastos e Yvone Dias Avelino, por sua leitura atenta, seus questionamentos e sua colaboração.

Aos professores e colegas da PUC-SP que acompanharam este trabalho, participaram e colaboraram para as discussões. Em especial ao colega que se tornou amigo Bruno Braga.

Ao Gustavo, companheiro da vida, que tem me apoiado ao longo dos anos nos momentos difíceis, graças à sua colaboração e motivação esta pesquisa se tornou possível.

Ao meu pai, Fábio, que colaborou à sua maneira para que eu conseguisse realizar a pesquisa até o fim.

Aos meus sogros, Elaine e Nelson, por toda a motivação e paciência nos momentos de desânimo, pelo auxílio e pelos muitos finais de semana cuidando da minha menina.

À Maria Alice, minha pequena, que, mesmo não entendendo muito bem, sempre respeitou o “trabalho da mamãe”.

Enfim, a todos que passaram pela minha vida durante essa jornada nos últimos cinco anos, que contribuíram de alguma forma para este trabalho, tanto nas questões acadêmicas como nas pessoais.

RESUMO

Hospital Matarazzo: trajetória, associativismo e patrimônio italiano em São Paulo (séculos XIX, XX e XXI), 2024. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2024.

A tese objetiva rastrear dois momentos distintos da história do Hospital Matarazzo. A primeira relacionada a criação do hospital, começando pelo processo de imigração para São Paulo, o associativismo dos italianos, a fundação e expansão do então Hospital Umberto Primo. Após um salto de quatro décadas os assuntos abordados passam a se referir a crise econômica e ao fechamento do hospital, incluindo as discussões patrimoniais. Ante os fluxos de saída de emigrantes da Itália, o Brasil foi um dos países receptores dessa comunidade, destacando-se os que chegaram ao estado de São Paulo e à capital paulista. Vinham em busca de melhores condições de vida e se estabeleceram nos interiores do estado, nas fazendas de café, e também nas cidades, atuando como operários, profissionais de ofícios, no comércio e em diferentes ramos e atividades, também como empresários e industriais. O aumento dos fluxos através das redes migratórias permitiu a formação de múltiplas associações, destacou-se entre elas a *Società Italiana di Beneficenza in San Paolo*, que conseguiu unir os italianos de diferentes regiões, profissões e classes sociais em prol da criação de ações nos cuidados com a saúde. A sociedade criou o hospital Umberto Primo, depois, denominado Hospital Matarazzo. A construção foi possível a partir da beneficência dos empresários e industriais italianos, com destaque para o conde Francisco Matarazzo. Inaugurado em 1904, passou por expansões e reformas ao longo do seu funcionamento. Por quase um século o hospital atendeu, segundo seu estatuto, “sem distinção de raça, credo ou nacionalidade”. Em 1986, a reputação da instituição foi abalada pelo “Escândalo do INAMPS”, momento delicado em que o superintendente do hospital foi acusado de fraude, sendo o hospital fechado temporariamente, com a resistência de seus funcionários no sentido da retomada das atividades. A intensificação da crise levou ao encerramento das atividades em 1993, e o hospital ficou abandonado, até que em 1996 foi comprado pela Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que buscou criar no local um novo empreendimento comercial, sem sucesso, o que levou ao abandono dos edifícios, que em 1998 foram ocupados pelo Movimento dos Sem-Teto. Em 2010, iniciaram-se as especulações sobre as negociações para venda, efetivada em 2011, com a compra pelo Grupo Allard, que iniciou o projeto Cidade Matarazzo. O projeto e o início das obras geraram polêmicas sobre a questão do hospital como um patrimônio histórico. Sua importância foi reconhecida pelo Condephaat (1986), que considerou o hospital como remanescente da arquitetura e da presença italiana na cidade. Assim, busca-se rastrear e polemizar as dificuldades enfrentadas para a manutenção dos edifícios e discutir sobre os processos de tombamento e revisão, que permitiram a criação de um novo projeto para os edifícios que excluiu seu uso como hospital.

Palavras-chave: imigração italiana; associativismo; Hospital Matarazzo; beneficência; patrimônio; memória; gentrificação.

ABSTRACT

BRAMBILLA, Thaís Teixeira Dias. Hospital Matarazzo: trajectory, associations and Italian heritage in São Paulo (19th, 20th and 21st centuries). 2024. Thesis (Doctorate in History), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2024.

This thesis aims to trace two distinct moments in the history of the Matarazzo Hospital. The first is related to the creation of the hospital, beginning with the immigration process to São Paulo, the Italian associativism, and the foundation and expansion of what was then called Hospital Umberto Primo. After a four-decade leap, the subjects addressed refer to the economic crisis and the closure of the hospital, including discussions on heritage matters. In the face of the outflows of emigrants from Italy, Brazil was one of the receiving countries for this community, with those arriving in the state of São Paulo and the city itself standing out. They came in search of better living conditions and settled in the state's interiors, on coffee farms, and also in cities, working as laborers, craft professionals, in commerce, and in various branches and activities, also as entrepreneurs and industrialists. The increase in flows through migratory networks allowed the formation of multiple associations, among which the Società Italiana di Beneficenza in San Paolo stood out, managing to unite Italians from different regions, professions, and social classes in favor of creating health care actions. This society created the Umberto Primo hospital, later named Matarazzo Hospital. The construction was made possible by the benevolence of Italian businessmen and industrialists, notably Count Francesco Matarazzo. Inaugurated in 1904, it underwent expansions and renovations throughout its operation. For nearly a century, the hospital served, according to its statute, "without distinction of race, creed, or nationality." In 1986, the institution's reputation was shaken by the "INAMPS Scandal," a delicate moment when the hospital superintendent was accused of fraud, leading to the hospital's temporary closure, with resistance from its employees towards resuming activities. The intensification of the crisis led to the cessation of activities in 1993, and the hospital was abandoned until 1996 when it was purchased by Previ (Pension Fund of the Employees of Banco do Brasil), which sought to create a new commercial venture on the site, unsuccessfully, leading to the abandonment of the buildings, which in 1998 were occupied by the Homeless Movement. In 2010, speculations began about negotiations for sale, which was finalized in 2011 with the purchase by the Allard Group, which started the Cidade Matarazzo project. The project and the start of the works generated controversies regarding the issue of the hospital as a historical heritage. Its importance was recognized by Condephaat (1986), which considered the hospital as a remnant of the architecture and Italian presence in the city. Thus, the thesis seeks to track and discuss the difficulties faced in maintaining the buildings and to discuss the processes of heritage listing and review, which allowed the creation of a new project for the buildings that excluded their use as a hospital.

Keywords: Italian immigration; associativism; Matarazzo Hospital; benevolence; heritage; memory; gentrification.

LISTA DE SIGLAS

ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo
AMB - Associação Médica Brasileira
APM - Associação Paulista de Medicina
BANESPA - Banco do Estado de São Paulo
BRIC's - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (grupo 5 países emergentes)
CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego
CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CPM - Central de Movimentos Populares
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FUNDASP - Fundação São Paulo
GEI - Grupo de Estudos de Inventário
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
InCor - Instituto do Coração
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IRFM - Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo
MASP - Museu de Arte de São Paulo
MMC - Movimento de Moradia no Centro
MP - Ministério Público
MSTC - Movimento dos Sem-Teto no Centro
MTSTRC - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central
PAC - Programa de Atuação em Cortiços
PCE - Planejamento e Consultoria Empresarial
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRP - Partido Republicano Paulista
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESC - Serviço Social do Comércio

SIBSP - Società Italiana di Beneficenza in San Paolo

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência Social

SPI - Sociedade Promotora da Imigração

STCR - Serviço Técnico de Conservação e Restauro

SUS - Sistema Único de Saúde

ULC - Unificação das Lutas de Cortiços

UMM - União dos Movimentos por Moradia

UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

WWI - World Wide Investments

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO I – PRESENÇA ITALIANA NA CIDADE SÃO PAULO	22
1.1 FATORES E REDES DE ATRAÇÃO E DE ESCOLHA.....	22
1.2 EM BUSCA DO TRABALHO: LAVOURAS, FÁBRICAS E OUTRAS PROFISSÕES.....	32
1.3 EMPRESARIADO ITALIANO NA INDÚSTRIA PAULISTA.....	42
1.4 ASSOCIATIVISMOS: ENTRE TENSÕES E BENFEITORIAS.....	51
CAPÍTULO II – HOSPITAL UMBERTO PRIMO: CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA	60
2.1 SOCIETÁ ITALIANA DI BENEFICENZA IN SAN PAOLO E CRIAÇÃO DO OSPEDALE UMBERTO PRIMO.....	60
2.2 O HOSPITAL E COMUNIDADE: CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO.....	73
2.3 ESCÂNDALO DO INAMPS E CRISE.....	90
2.4 TENSÕES, FRAUDES E MANIFESTAÇÕES.....	106
CAPÍTULO III – ENCERRAMENTO E ABANDONO	121
3.1 CRISE FINANCEIRA E FIM DO ATENDIMENTO.....	121
3.2 OCUPAÇÃO OU INVASÃO?: LUTA POR MORADIA.....	131
3.3 USOS OCASIONAIS DO ESPAÇO: CULTURA E ARTE.....	145
3.4 POLEMICAS E VENDA DOS EDIFÍCIOS.....	158
CAPÍTULO IV – HOSPITAL MATARAZZO: PATRIMÔNIO PARA QUEM?	170
4.1 LUTA PELA PRESERVAÇÃO: PROCESSO DE TOMBAMENTO.....	170
4.2 RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO: REVISÃO DO TOMBAMENTO.....	183
4.3 GENTRIFICAÇÃO E ELITIZAÇÃO ESPACIAL: DE HOSPITAL A HOTEL.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
FONTES E BIBLIOGRAFIA	210

LISTA DE TABELA E FIGURAS

Tabela 1 – Atendimentos prestados de 1905 a 1926.....	88
Figura 1 - Propaganda da marmoraria Rovida na revista <i>Acrópole</i>	38
Figura 2 - Cotonifício Crespi.....	43
Figuras 3 e 4 - Fachada e interior do moinho de trigo da Companhia Puglisi.....	44
Figura 5 - Lanifício Ítalo-Paulista.....	45
Figuras 6 e 7 - Fábrica de óleo e moinho Gamba.....	46
Figura 8 - Moinho Matarazzo.....	47
Figura 9 - Moinho Matarazzo.....	48
Figura 10 - Sede central da Companhia Mecânica e Importadora.....	50
Figura 11 - Instituto Médio Dante Alighieri.....	52
Figura 12 - Anúncio de circo em prol da Sociedade Italiana de Beneficência.....	66
Figura 13 - Anúncio de espetáculo em prol da Sociedade Italiana de Beneficência.....	66
Figura 14 - Primeiro prédio do hospital, localizado à Rua Major Diogo, 200, Bixiga.....	69
Figura 15 - Planta do Pavilhão Administrativo (primeira construção do novo complexo), 1903.....	74
Figura 16 - Planta de projeto para expansão do hospital, 1905.....	76
Figura 17 - Planta “vista de cima” da Casa de Saúde Francisco Matarazzo e do projeto da capela, 1915.....	77
Figura 18 - Planta da fachada da Casa de Saúde Francisco Matarazzo.....	78
Figura 19 - Planta “vista de cima” do novo Pavilhão de Ambulatórios, 1916.....	80
Figura 20 - Planta “vista de cima” da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, 1921.....	82
Figura 21 - Planta da fachada da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, 1921.....	82
Figura 22 - Planta “vista de cima” da ampliação do Pavilhão Ambulatorial e construção da capela, 1921.....	85
Figura 23 - Planta da fachada frontal da capela, 1921.....	87
Figura 24 - Planta da fachada lateral da capela, 1921.....	87
Figura 25 - Planta “vista de cima” do complexo hospitalar, 1986.....	87

Figura 26 - Carta da empresária Maria Pia Matarazzo ao diretor do Hospital Matarazzo.....	92
Figura 27 - Lista dos hospitais e dos valores fraudados referentes ao mês de dezembro de 1984.....	99
Figura 28 - Cartazes de procurados pela Polícia Federal.....	101
Figura 29 - Nota de esclarecimento concedida pelo Grupo Matarazzo para desvincular o grupo do hospital.....	108
Figura 30 - Acampamento de funcionários para protestar contra o fechamento do hospital.....	110
Figura 31 - Protesto de funcionários contra o fechamento do hospital.....	114
Figura 32 - Protesto de funcionários contra o fechamento do hospital.....	115
Figura 33 - Nota oficial do Conselho Administrativo do hospital.....	116
Figura 34 - Reabertura do hospital, com a presença do governador Franco Montoro.....	118
Figura 35 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre o fechamento do Hospital.....	128
Figura 36 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre a ocupação do hospital.....	136
Figura 37 - Foto da ocupação em um dos pátios do antigo hospital.....	136
Figura 38 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre as ocupações em São Paulo.....	139
Figura 39 - Crianças participando da ocupação.....	143
Figura 40 - Crianças carregando balde de água para dentro do hospital durante a ocupação.....	143
Figura 41 - Pessoas retirando água da única fonte de água da ocupação.....	144
Figura 42 - Cena da peça “O Livro de Jó.....	150
Figura 43 - Reparos sendo feitos para a montagem da CASACOR.....	153
Figura 44 - Instalação Cosmic Cavern, de Kenny Scharf.....	156
Figura 45 - Instalação Valquíria Matarazzo, de Joana Vasconcelos.....	157
Figura 46 - Escultura de Arne Quinze.....	157
Figura 47 - Nota oficial da FUNDASP negando a compra do conjunto.....	161
Figura 48 - Reportagem que divulgou o comprador dos prédios.....	163

Figura 49 - Planos para o uso dos edifícios na parceria entre o grupo WWI e a PUC-SP.....	165
Figura 50 - Projeto dos novos investidores para a transformação do antigo Hospital.....	168
Figura 51 - Planta inserida no pedido de demolição feito ao Condephaat no processo nº 23.107/84.....	173
Figura 52 - Planta inserida no pedido de demolição feito ao Condephaat no processo nº 23.107/84.....	174
Figura 53 - Planta do hospital que consta no processo de tombamento.....	178
Figura 54 - Projeto do escritório Júlio Neves para o hospital.....	180
Figura 55 - Estátua do Conde Francisco Matarazzo, em frente ao prédio que leva seu nome.....	187
Figuras 56 e 57 - Escada, claraboia e busto de Ermelino Matarazzo na parte interna da Casa de Saúde construída em sua homenagem.....	188
Figura 58 - Busto da Condessa Filomena Matarazzo antes da restauração do edifício da maternidade.....	189
Figuras 59 e 60 - Capela do complexo “suspensa” para a construção dos subsolos.....	191
Figura 61 - Desenho da fachada da Capela, 1921.....	192
Figura 62 - Fachada da capela Santa Luzia depois do restauro.....	193
Figura 63 - Vista de parte do novo complexo, contemplando antigos e novos edifícios.....	196
Figura 64 - Casa das Rosas e, atrás, o edifício construído dentro do terreno.....	197

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre parte da história do Hospital Umberto Primo, mais conhecido como Hospital Matarazzo. O hospital atendeu a população da cidade de São Paulo durante praticamente um século. Embora tenha encerrado o funcionamento em 1993, os prédios que compunham o hospital continuaram a fazer parte da história da capital paulista.

O hospital foi fundado a partir da *Società Italiana di Beneficenza in San Paolo*, uma das mais prósperas associações da comunidade italiana. O objetivo era a criação de um hospital para atender os compatriotas italianos que tinham poucas condições financeiras. A sociedade criou, com a colaboração de diversos italianos enriquecidos, o hospital Umberto Primo. Primeiro em um pequeno prédio no bairro do Bixiga, tradicionalmente um reduto da comunidade italiana, e posteriormente na Alameda Rio Claro, onde funcionou desde 1904.

Durante o período em que funcionou, atendeu tanto italianos como pessoas de quaisquer nacionalidades que precisassem de assistência médica. O atendimento poderia ser feito de forma particular, ou seja, paga pelo usuário, ou de forma gratuita para aqueles que não tivessem condições financeiras, através da benemerência. Ficou conhecida como um dos principais ideais do hospital uma frase dita por Francisco Matarazzo com relação à instituição: “A saúde dos ricos se converte para a dos pobres”. A frase teria sido dita durante a inauguração da Casa de Saúde que leva seu nome, e que foi construída para o atendimento particular, seus lucros seriam revertidos para a manutenção dos atendimentos gratuitos.

Em 1986, os edifícios que compunham o hospital foram considerados importantes remanescentes da presença italiana em São Paulo e foram tombados pelo Condephaat. Em meio ao processo, o hospital passava por uma severa crise econômica. O tombamento preservou todas as edificações com diferentes graus de conservação, sendo completamente preservados apenas o prédio da Maternidade Condessa Filomena Matarazzo e a Capela Santa Luzia.

Após o encerramento das atividades do hospital, as dívidas da sociedade mantenedora levaram o conjunto a leilão, sendo vendido em 1996. Durante 20 anos os edifícios ficaram abandonados, houve tentativas de utilizar os edifícios depois de rever o tombamento, mas nenhuma saiu do papel. Essa situação mudou em 2011, quando os edifícios foram comprados pelo grupo Allard, que conseguiu abrir um

processo de revisão do tombamento e iniciar o projeto “Cidade Matarazzo”, um complexo de luxo composto por hotéis, restaurantes, cafés, conjuntos comerciais, centro cultural e centro comercial.

A motivação deste trabalho foi o abandono desses edifícios. Durante a infância, passava pela rua Itapeva, que dá fundos para o antigo hospital, e aqueles prédios imponentes tinham certo ar sombrio que sempre despertava curiosidade. Muitos anos mais tarde, depois da compra do antigo complexo hospitalar, os portões foram abertos para que o público pudesse apreciar a intervenção artística “Made by... Feito por brasileiros”. Essa foi a oportunidade de conhecer melhor o conjunto, e a antiga curiosidade pelo hospital passou para a concretude da pesquisa.

Logo nas primeiras buscas para conhecer melhor o antigo hospital, ficou evidente a falta de estudos sobre o local. As pesquisas relacionadas à comunidade italiana na capital paulista são incontáveis, há uma vasta bibliografia, porém poucas tratam do Hospital Matarazzo. E as pesquisas encontradas que abordam esse tema são, em geral, anteriores ao seu fechamento, ou não abordaram o tema do conjunto enquanto patrimônio histórico. Essa lacuna na historiografia da comunidade italiana erradicada em São Paulo fez aumentar ainda mais o interesse pelo objeto desta pesquisa.

Nessa construção da historiografia sobre imigração italiana, Franco Cenni¹ teve papel fundamental, explorando diferentes questões sobre a imigração italiana para o Brasil. Em sua obra, ele dedica alguns capítulos à comunidade italiana no estado de São Paulo. Passando pela imigração nas plantações de café, a participação dessa comunidade no processo de industrialização da cidade, dando ênfase à participação do Conde Francisco Matarazzo (personagem fundamental para o entendimento desse tema). E, finalmente, explora o associativismo, ressaltando o hospital Umberto Primo e os médicos italianos que imigraram para a cidade².

Outros importantes estudos foram escritos por Maria do Rosário Rolfsen Salles e tratam dos médicos italianos que migraram para São Paulo e sua colaboração nas instituições médicas da cidade.³ Outro autor importante foi Mário Yasuo Kikuchi,

¹ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil:** " andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003.

² Deve ser levado em conta que essa obra teve sua primeira edição publicada em 1960, portanto, apesar de várias informações importantes sobre o hospital Umberto Primo, ela abarca apenas uma parte dessa longa história. Ou seja, os anos entre 1960 e 1993 ficam em aberto.

³ SALLES, M. D. R. R. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) - um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996.

que em sua tese utilizou o hospital e suas atas de reunião para falar sobre a concepção de beneficência.⁴

Sobre os edifícios enquanto patrimônio histórico, encontram-se ainda menos estudos. O mais completo deles foi escrito pela técnica responsável pela revisão de tombamento em 2014, Elisabete Watanabe, em seu artigo ela descreve os processos que estão relacionados ao hospital no Condephaat.⁵ E um segundo artigo da historiadora e também técnica do Condephaat Marly Rodrigues, que aborda um dos projetos de transformação dos edifícios do hospital e da Casa das Rosas.⁶

Para compreender a história do Hospital Matarazzo da maneira mais completa possível, é necessário buscar como se deu a participação da comunidade italiana nas questões sociais da cidade e como a benemerência foi importante para esse grupo imigrante. Além disso, torna-se crucial analisar o processo de tombamento feito pelo Condephaat e todas as tentativas de mudanças no processo original de tombamento. É preciso também discutir os novos usos do conjunto de prédios após sua compra pelo grupo de investimentos Allard.

Esta tese busca investigar a importância do hospital para a comunidade italiana e para a população em geral da cidade de São Paulo, além do papel exercido pelo tombamento no processo de fechamento do hospital, sua relação com o abandono dos edifícios por 20 anos e com a especulação imobiliária. O intuito é entender o processo pelo qual os edifícios passaram, que podemos chamar de gentrificação ou elitização do espaço, por isso questiona-se o papel social que era exercido pelos edifícios e a sua descaracterização.

Para que todas essas discussões fossem possíveis, foi necessário o levantamento de diferentes fontes. A pesquisa documental sobre o antigo Hospital Matarazzo envolveu uma ampla busca em diversos arquivos, com diferentes tipos de documentos.

As buscas realizadas não foram o suficiente para produzir uma história da instituição, apesar da pesquisa intensa, houve uma lacuna documental de vários anos, essa dificuldade em encontrar a documentação criou um hiato no esforço de recompor

⁴ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência**: o caso da Società Italiana di Bebeficenza em San Paolo Ospelade Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 1997.

⁵ WATANABE, Elisabete Mitiko. Condephaat: Revisão do tombamento do Hospital Umberto I. **VIII Seminário Nacional do Centro de Memória**, 2016.

⁶ RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio?: Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996, p. 195.

a trajetória da instituição. Entre a construção dos edifícios da década de 1940 até a década de 1980 quando tem início nos jornais as reportagens que permitiram apontar os diversos problemas pelos quais o hospital passava. Deixando assim de abordar questões como o posicionamento do hospital durante o governo fascista na Itália, a nacionalização do hospital durante o Estado Novo, entre outros fatos para a história do hospital. Outras fontes que não puderam ser utilizadas neste trabalho, foram os documentos internos do hospital, que não foram encontrados.

O principal arquivo pesquisado foi o Arquivo Municipal de São Paulo, onde a pesquisa foi realizada no fundo da Secretaria de Obras e Viações. Nele a organização dos documentos foi feita a partir do endereço, nesse caso a pesquisa foi realizada pelo endereço “Alameda Rio Claro, 190”, endereço oficial do imóvel onde se localizava o hospital. Nesse fundo é possível encontrar requerimentos de obras que vão de melhorias nas calçadas à construção da capela, contendo em muitos casos as plantas dessas construções ou melhorias.

Outros documentos utilizados são os jornais, os quais podemos separar em duas categorias: os jornais da grande imprensa e os jornais oficiais. Entre eles, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, ambos consultados online em seus acervos próprios. Os dois jornais apresentam as matérias mais relevantes no período mais recente, começando pelo “escândalo do INAMPS”, em 1985, e chegando até os dias atuais, quando abordou a reforma e o restauro feitos para atender às necessidades do novo complexo.

O Diário Oficial do Estado de São Paulo também foi consultado online e esteve disponibilizado pelo governo do Estado. Nele encontra-se uma diversidade de aparições do hospital, podemos identificar processos contra o hospital, notificações sobre leilão, transcrição de discussões na ALESP, prestação de contas posterior à compra do imóvel... O jornal Correio Paulistano também foi pesquisado, sendo escolhido por abranger os anos iniciais de funcionamento do então hospital. O jornal se encontra digitalizado pela Hemeroteca Nacional, sendo assim, sua consulta também se fez online. Nele podemos encontrar avisos sobre atividades beneficentes em prol do hospital, pessoas que foram levadas para o hospital após acidentes, entre outros.

O processo de tombamento feito pelo Condephaat em 1986, seus anexos e a revisão do tombamento realizada em 2014 também são utilizados. O processo conta com uma breve história do hospital e descrição de cada edifício existente no período

do tombamento. Essas descrições são voltadas para questões de originalidade ou não de cada construção; nesse documento também temos plantas e fotografias do antigo hospital.

O hospital teve uma vasta história e seria impossível contá-la por inteiro, seja por questões de tempo ou pela dificuldade de documentações. Por isso, a opção feita foi analisar as construções e suas plantas e, em seguida, saltar vários anos no tempo para falar do processo que levou ao encerramento das atividades e do período em que o hospital ficou sem uso, até as especulações sobre a venda do imóvel e, finalmente, o processo de tombamento e de transformação para se tornar o “Cidade Matarazzo”.

O hospital foi construído em 1904, pela comunidade italiana de São Paulo, e tinha a intenção de atender os necessitados, interdependente da nacionalidade. Sua criação se deu em um momento em que não havia saúde pública, por isso o atendimento médico partia na maioria das vezes de sociedades beneficentes. O hospital estava intimamente ligado à família Matarazzo, os mais importantes membros da comunidade italiana na cidade, inclusive vários edifícios receberam seus nomes, e o hospital se tornou conhecido como Hospital Matarazzo. A construção do hospital foi sendo realizada lentamente, o que era permitido pelo tipo de estrutura utilizada no período, por isso os prédios possuíam diferentes estilos arquitetônicos.

O hospital prosperou durante décadas, mas, com a diminuição das contribuições e o aumento de repasses do governo, as dificuldades financeiras foram aumentando. Chegando a fechar temporariamente em 1986, depois de passar por investigações por fraudar o INAMPS. Pouco depois, o hospital fechou suas portas, as dívidas levaram os prédios a leilão e o conjunto foi comprado em 1996. Com a dificuldade em executar projetos no local, os prédios ficaram sem uso e, em 1998, foram ocupados por um dos movimentos sociais de luta por moradia. O espaço também foi utilizado para intervenções artísticas pontuais. A partir de 2010, as especulações a respeito dos edifícios passaram a figurar nas páginas dos jornais, terminando com a compra, restauro, construções e reformas feitas pelo grupo Allard, que adquiriu os edifícios em 2011 e teve sua proposta de intervenção aceita em 2014.

A trajetória do hospital apresenta como eixos principais de trabalho: a imigração, o patrimônio histórico e os processos de gentrificação. Esses conceitos devem ser amplamente discutidos e explorados ao longo da pesquisa, visto que são

fundamentais para o entendimento da história do hospital e dos edifícios que ganharam novas perspectivas.

A partir dessas temáticas que se deu a construção desta pesquisa, dividida em capítulos e subcapítulos que exploram todos os temas necessários, buscando chegar aos objetivos propostos.

No primeiro capítulo, intitulado “Presença italiana na cidade São Paulo”, apresenta-se a imigração italiana para o estado de São Paulo, explorando as condições sociais e econômicas da Itália, que permitiram um número tão significativo de emigrantes, e quais fatores fizeram com que essa região fosse atrativa. Dois grupos de imigrantes foram privilegiados pelos estudos históricos: os trabalhadores das lavouras de café e os operários. Mesmo essas ocupações sendo as mais comuns, houve presença de italianos em diferentes profissões.

Outro grupo abordado é o dos industriais, enfatizando os Matarazzo e outros importantes empresários e industriais que colaboraram na criação e manutenção do hospital. Para finalizar o capítulo, e iniciar a discussão sobre as sociedades italianas em São Paulo, verifica-se que muitas delas apresentaram dificuldades para se manter, existiram por pouco tempo, não tiveram muitos sócios. A problemática principal está na regionalidade, que foi uma característica das associações italianas.

O segundo capítulo, intitulado “Hospital Umberto Primo: criação e trajetória”, busca discutir a criação da associação beneficente e as dificuldades na criação do Hospital Umberto Primo, bem como o início das funções do hospital e a sua expansão, em especial durante a década de 1920.

A partir de algumas das plantas de construção do hospital e de outros documentos, discute-se a estética das construções e seu desenvolvimento como hospital. Enfatiza-se a participação da família Matarazzo no hospital através das construções de alas do hospital – os incentivos da família foram tão significativos que acabou dando nome ao próprio complexo hospitalar.

Os problemas econômicos do hospital se intensificaram com o “escândalo do INAMPS”, fraude ao sistema de saúde em que o hospital esteve envolvido. Teve consequências severas para o hospital, que chegou a encerrar temporariamente os atendimentos em meio à crise. O caso foi intensamente explorado pela imprensa, desde as denúncias chegando aos protestos realizados pelos funcionários.

No terceiro capítulo, intitulado “Encerramento e abandono”, busca-se realizar um levantamento, através da imprensa, do que aconteceu com os edifícios durante os

anos em que estiveram abandonados. Começando pela repercussão do fechamento nos jornais e encerrando com a efetivação da compra pelo grupo Allard.

O hospital foi fechado depois de ser interditado pela Vigilância Sanitária, consequência de uma crise que se estendia havia alguns anos. Em 1998, durante uma onda de ocupações no Centro de São Paulo, o grupo Fórum dos Cortiços organizou a ocupação dos edifícios do hospital e se manteve ali durante meses. Posteriormente, o hospital foi utilizado para exibir a peça de teatro “Livro de Jó”, desfiles de moda, eventos de arquitetura, exposições de arte, entre outros. O hospital voltou a aparecer na mídia nos anos 2010, quando foi anunciada a compra dos edifícios pela Fundação São Paulo, o que não chegou a acontecer. Até que em 2011 os edifícios foram comprados pelo grupo Allard.

O quarto e último capítulo, intitulado “Hospital Matarazzo: patrimônio para quem?”, tem como objetivo explorar os documentos produzidos pelo Condephaat para realizar o tombamento e, posteriormente, a revisão dos prédios que compunham o antigo hospital.

Durante os anos que se passaram, houve várias tentativas de modificar as regras de tombamento dos prédios que compunham o hospital, isso deve ser analisado juntamente com o processo original. Reforçar as discussões sobre patrimônio e preservação tanto estrutural como relacionados à ressignificação, seus novos usos e usuários. Além de explorar o conceito de gentrificação, processo que ocorreu no local após a criação do “Cidade Matarazzo”.

Entre as dificuldades encontradas, uma delas foi a escolha do nome que seria usado para designar o hospital. Durante as pesquisas, encontramos diferentes grafias e nomes empregados para denominar o mesmo hospital: Umberto Primo, Humberto Primo, Umberto I, Hospital Matarazzo, Casas de Saúde Matarazzo, Hospital Ítalo-brasileiro Umberto Primo. Até a década de 1950, o nome aparecerá como Hospital Umberto Primo e, posteriormente, como Hospital Matarazzo. O nome do hospital não foi somente Hospital Matarazzo, houve variações, a escolha de utilizar o nome popular foi para facilitar o entendimento.

Durante todos os capítulos, é possível analisar, além do hospital, a própria cidade de São Paulo, a chegada dos imigrantes, o crescimento do hospital e até mesmo a crise da instituição, que refletem o crescimento acelerado da cidade e da sua população. A ocupação apresenta os problemas sociais, enquanto os novos usos mostram as preocupações econômicas da contemporaneidade.

CAPÍTULO I – PRESENÇA ITALIANA NA CIDADE SÃO PAULO

Este capítulo inicial pretende abordar algumas discussões presentes nos estudos sobre a imigração italiana para São Paulo. O primeiro momento propõe discutir os motivos que levaram a imigração de italianos para São Paulo, quais foram os fatores preponderantes para a saída e quais razões os levaram a escolher o Brasil como país receptor.

Muitos desses imigrantes vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que nem sempre se concretizou, especialmente para os que tiveram como destino as fazendas de café do Oeste paulista. As condições de trabalho levaram vários deles a deixar as fazendas e buscar novas ocupações nas cidades. Em especial a capital paulista, devido a seu processo de industrialização e ao crescimento da cidade, ofereceu uma vasta gama de empregos.

Nas cidades muitos desses imigrantes acabaram se estabelecendo como operários, com difíceis condições de vida e de trabalho. Muitos outros atuaram em outras profissões ou abriram pequenos negócios. Havia também uma parcela emigrada que chegou ao Brasil com melhores condições, formando a elite italiana em São Paulo, os empresários da indústria nascente. Esses empresários foram colaboradores de algumas das associações italianas.

Sendo o Brasil, principalmente São Paulo, um polo atrativo para a comunidade italiana, configurada através das redes migratórias, aqui formaram-se as mais diversas associações, jornais, escolas, clubes e sociedades beneficentes. As diferenças regionais entre a comunidade imigrada geraram conflitos, e multiplicou o número de associações italianas. Esse regionalismo dificultou a manutenção de muitas associações, mas algumas poucas conseguiram romper com essas questões e se manter atuantes durante um período maior.

1.1 FATORES E REDES DE ATRAÇÃO E DE ESCOLHA

A imigração no século XIX foi um processo baseado em problemas que existiam no país de origem e nas vantagens oferecidas pelo país receptor. Isso, porém, não foi regra, havendo pessoas que imigraram apenas por vontade própria. A Europa, de forma geral, passava por problemas relacionados à transição para o regime capitalista, cenário em que a divisão de terras se tornou problema a ser

enfrentado pelas famílias. Outra questão estava ligada à mecanização do trabalho no campo, que criava excedente de mão de obra na agricultura, e a indústria, ainda recente, não possuía condições de absorver esses trabalhadores.

Esse movimento foi ainda mais intenso em países como a Itália e a Alemanha, que passavam pelas mudanças políticas causadas pelos processos de unificação. Foram os italianos e os alemães os primeiros europeus a se estabelecerem como imigrantes no Brasil. De modo geral, o continente americano possibilitava acesso mais fácil à terra e trabalhos com melhor remuneração.⁷

A quantidade de italianos imigrados para o Brasil antes do século XIX era pequena, e esses poucos normalmente faziam parte de camadas específicas da sociedade, como engenheiros, cartógrafos e padres, sobretudo jesuítas. No início do século XX, começam a chegar alguns poucos profissionais liberais, como médicos, músicos, sapateiros e alfaiates.

Há questões a serem levadas em conta quando se trata do número de imigrantes que ingressaram no Brasil. As estatísticas italianas e brasileiras têm grandes diferenças, provavelmente devido à facilitação de questões legais para conseguir o passaporte e às saídas de portos em outros países europeus.

De fato, o emigrante poderia até mentir: 1) porque tinha interesse em esconder seu verdadeiro destino; 2) porque pensava ser mais fácil obter o nada-consta declarando que ia temporariamente para um país europeu; 3) porque estava na idade de fazer serviço militar; 4) devido à demora com que eram expedidos os passaportes; 5) devido às dificuldades de obedecer à norma que obrigava a demonstrar a posse de meios para retornar. Além disso, não devemos esquecer que havia realmente quem emigrasse para países europeus e, não encontrando trabalho lá, decidisse partir para a América. No que diz respeito ao Brasil, os principais portos de embarque no estrangeiro, eram Marselha, Le Havre e Bordéus [...]⁸

O aumento da imigração italiana para o Brasil no final do século XIX foi causado pelo subsídio para as passagens concedido aos que estivessem interessados em trabalhar nas fazendas. Esse auxílio foi possível somente após a criação da Lei de Terras, anteriormente os imigrantes teriam acesso relativamente

⁷ KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

⁸ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 35.

fácil a terras e deixariam rapidamente as fazendas. Com a criação da Lei, em 1850, os fazendeiros passaram a aceitar melhor a vinda dos imigrantes como mão de obra.⁹

A criação da Sociedade Promotora de Imigração (SPI), em São Paulo, no ano de 1886, possibilitou o aumento de imigrantes, vindos em especial para trabalhar nas fazendas de café. As pressões abolicionistas levaram os produtores a buscarem a solução antes mesmo do problema, então em 1887, com a ajuda da SPI, começaram a chegar as primeiras levas de imigrantes beneficiados pela política de custeio das passagens.¹⁰

A imigração para São Paulo se intensificou por volta de 1870, a partir dos projetos que formaram os núcleos coloniais familiares, com o intuito de atender às demandas da produção do café. A política brasileira possibilitou que pessoas com poucos recursos emigrassem, sendo assim, o Brasil tornou-se um polo atrativo para os italianos. Outros países que receberam essa comunidade em grande quantidade foram os Estados Unidos e a Argentina, o perfil, as origens e o período em que emigraram eram diferentes, nessas regiões também se formaram comunidades imigrantes.

Os problemas econômicos e agrícolas pelos quais a Itália passava estimulavam a emigração, e o Brasil oferecia como vantagens o pagamento das passagens e a possibilidade de as famílias imigrarem unidas, sendo o trabalho familiar a preferência dos cafeicultores.

A introdução dos imigrantes nas fazendas ocorreu através do sistema de parceria, que em pouco tempo foi abandonado e substituído pelo trabalho assalariado.¹¹

Inicialmente, prevaleceu o sistema de parceria adotado por alguns fazendeiros, concomitante à grande produção calcada no braço escravo, como, por exemplo no Vale do Paraíba, em São Paulo; houve, a seguir, o fracasso do sistema de parceria, cujo ponto alto foi a chamada “Revolta de Ibicaba”; posteriormente, surgiram as primeiras tentativas de trabalho assalariado, de

⁹ Cenni e Trento apresentam a Lei de Terras de 1850 como fundamental para o sucesso da política imigrantista. Ela permitiu a aceitação da vinda desses imigrantes para suprir a “falta” de mão de obra das lavouras de café, especialmente em São Paulo, sem maiores prejuízos para as elites. TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁰ BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

¹¹ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986. ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

forma pouco homogênea, com a produção ainda largamente apoiada no trabalho escravo; finalmente, chegamos ao triunfo dos plantadores do Oeste Paulista e ao êxito do trabalho assalariado apoiado no imigrante.¹²

Além desses modelos de trabalho, o Brasil também adotou o sistema de criação de núcleos coloniais, que se destacaram nas regiões Sul e Sudeste do país.¹³

A imigração italiana estaria mais ligada aos problemas pelos quais a Itália passava do que às possibilidades existentes no Brasil.¹⁴ Começando pelo processo de unificação, que teria inibido o sentimento nacionalista.¹⁵ Simultaneamente a esse processo, ocorreu a entrada do capitalismo nas zonas rurais e, por consequência, o aumento de impostos.

Emilio Sereni, historiador que estudou o impacto da entrada do capitalismo nas zonas rurais da Itália, também se refere ao enorme ônus que representou o processo de unificação fiscal da Itália para os camponeses em particular. Em sua origem, como agricultores, alguns deles já haviam passado pela experiência de migrar temporariamente para países ao norte da Itália.¹⁶

Essas mudanças foram uma das dificuldades enfrentadas pelos italianos.

A passagem do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalistas seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi a época em que isso aconteceu. Os pilares dessa transição foram: a concentração de terras nas mãos de poucos agricultores, as altas taxas de imposto sobre a terra, impelindo o pequeno

¹² ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983, p.12, 13.

¹³ Sobre núcleos coloniais podemos citar: TESSARI, Cláudia Alessandra. Trabalhadores temporários para o café: mecanização e núcleos coloniais em São Paulo, 1895-1911. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, p. 409-434, 2014. FERLINI, V. L. A.; FILLIPINI, E. Núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25-6, p. 121-32, 1993. MIMESSE, Eliane. Imigrantes italianos no núcleo colonial de São Caetano do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 26, n. 1, p. 163-182, 2000.

¹⁴ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

¹⁵ Segundo Oswaldo Truzzi, o processo de unificação pelo qual a Itália passou pouco antes do grande movimento migratório manteve as diferenças culturais e linguísticas, principalmente entre as regiões Norte e Sul, gerando os regionalismos. Somente após alguns anos se constitui o que o autor chama de "italianidade", o sentimento de pertencimento ao país, e não mais à região de origem, os imigrantes deixam de se identificar como genoveses, vênnetos, calabreses, e passam a se entender enquanto italianos. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

¹⁶ Ibidem, p. 33

proprietário ao empréstimo e conseqüentemente ao endividamento [...]¹⁷

O progresso do capitalismo na Itália aparece como fator fundamental para a emigração em grande escala em muitos dos estudos sobre o tema.¹⁸ Outros autores, apesar de não fazerem referência direta a esse fator, apresentam problemáticas que podem ser consideradas subjacentes ao desenvolvimento do capitalismo.¹⁹ Entre elas podemos citar a falta de empregos²⁰, em alguns casos causada pela mecanização da agricultura, e o aumento da população²¹. Além disso, as questões agrárias, as guerras e o serviço militar também foram pontos relevantes para esse processo.

Era bem compreensível, portanto, que, conseguida a unificação política da península e frente a uma saturação demográfica e uma crise econômica agravada pelo grave problema do pauperismo, povo e governantes olhassem para a emigração, uns como a possibilidade de abertura de novos horizontes para a sua capacidade de trabalho, outros como a abertura de uma válvula de segurança que teria permitido aliviar a situação considerada fundamentalmente perigosa para o novo governo.²²

Outra dificuldade encontrada era conquistar a posse de terras na Itália. Uma vez que o filho mais velho herdava a terra, os demais acabavam enfrentando problemas e muitas vezes optavam por emigrar.²³

[...] emigra-se porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa da emigração. Em alguns casos, jovens inquietos em busca de oportunidades receberam sua parte da herança na forma de passagens à América.²⁴

¹⁷ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

¹⁸ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil:** "andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente:** os italianos em São Paulo - 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁹ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914:** o processo imigratório. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986. TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

²⁰ HUTTER, op. cit., 1986.

²¹ O aumento populacional citado por Trento, Hutter e Cenni estaria relacionado à queda da mortalidade e manutenção da taxa de natalidade, que, somados a problemas agrícolas, levaram à falta de alimentos. TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022. HUTTER, op. cit., 1986. CENNI, op. cit., 2003.

²² Ibidem, p. 215.

²³ Ibidem. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente:** os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁴ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, v. 20, p. 199-218, 2008, p. 204.

Os camponeses prejudicados pela herança ou pela mecanização do trabalho agrícola muitas vezes recorriam ao trabalho na indústria, que por sua vez não conseguia empregar toda a mão de obra existente. Muitos desses fatores foram decisivos para os emigrantes italianos e para imigrantes de diferentes países europeus.²⁵ Posteriormente, outros fatores que devem ser considerados são a fuga do serviço militar com a chegada da Primeira Guerra Mundial²⁶ e, em seguida, a ascensão do movimento fascista.²⁷

Embora o Brasil não fosse a primeira opção para os imigrantes, tornou-se um dos principais receptores da imigração italiana no século XIX. Isso aconteceu em razão da criação da Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo, e do fomento das passagens de navio, primeiro pelos latifundiários e em seguida pelo governo paulista. Acredita-se que esse foi o principal motivo para que o país e o estado de São Paulo tenham se tornado um polo atrativo.²⁸

Além disso, a intensa propaganda, também controlada pela SPI, das condições de vida e de trabalho impulsionou a vinda de muitos imigrantes. Os agentes que organizavam as viagens tiveram um papel fundamental para a organização dos imigrantes.

Além de recrutamento, os agentes e subagentes ofereciam a assistência tão necessária à massa rural semianalfabeta, sempre órfã de qualquer auxílio estatal. Eram eles que se incumbiam das etapas para obtenção do passaporte, do *nulla osta* militar, cuidavam da viagem semigratuita ao porto de embarque, e ainda escreviam e liam cartas vindas e enviadas ao exterior.²⁹

²⁵ KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 1999, 2000, p. 13-31.

²⁶ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986.

²⁷ Sobre imigração e exílio de italianos durante o período fascista ver: BERTONHA, João Fábio. **Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945**. São Paulo: Annablume, 1999.

²⁸ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. HUTTER, op. cit., 1986. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente: os italianos em São Paulo 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. BEIGUELMAN, Paula. Sociologia e Política - A Grande Imigração em São Paulo - I. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 3, p. 99-116, 1968.

²⁹ GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Uma das características da imigração que buscava trabalhadores para a agricultura cafeeira foram as facilidades em relação às passagens e aos documentos necessários.³⁰ Esse modelo também se constituiu especialmente da imigração familiar.

Partir para qualquer análise sobre as relações de trabalho que se estabeleceram nas fazendas de café, sem levar em conta a importância do trabalho familiar para a sobrevivência do grupo imigrante, pouco ajudará na compreensão do comportamento do imigrante italiano em São Paulo. No aspecto econômico o trabalho familiar representa, para o fazendeiro o limite da exploração e para o camponês o limite da sua sobrevivência... o trabalho nas lavouras cafeeiras, reconstituindo o núcleo familiar devido às suas próprias características, representava uma atração bastante tentadora. Não significava apenas a possibilidade de independência econômica [...], mas também a possibilidade de reconstituir o núcleo familiar, onde o trabalho de todos contaria para o bem comum.³¹

Assim, foram se formando redes migratórias. Os italianos estariam incluídos no que foi denominado como “imigração em cadeia” ou “em rede”³², que tem como característica a partida pautada em informações de parentes anteriormente emigrados, o que explicaria a atração exercida pelo Brasil, especificamente pelo Sul e Sudeste do país, em regiões específicas do território italiano, como Vêneto, Abruzzi e Calabria.

Tome-se inicialmente o caso de emigrantes procedentes do Vêneto, região do nordeste da Itália que mais contribuiu para o estoque de italianos no Brasil. A literatura italiana aponta para essa região um histórico anterior de emigração a países vizinhos, sobretudo à França, num movimento que pode ser caracterizado como de emigração local ou circular. Essa tradição ou cultura da emigração, a partir da penúltima década do século XIX, facilitou o deslocamento ao Brasil nos quadros de uma emigração em cadeia, em que parentes, conterrâneos e

³⁰ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente: os italianos em São Paulo 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

³¹ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983, p. 115-116.

³² TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, v. 20, p. 199-218, 2008, p. 200-201.

agentes de propaganda agiam como uma corrente transmissora de informações que alimentavam os deslocamentos.³³

Durante décadas essas redes migratórias foram significativas para a vinda de imigrantes. Com a criação do Decreto Prinetti³⁴, em 1902, diminuiria significativamente a chegada de italianos no Brasil.

Ainda assim, o Brasil recebeu uma quantidade significativa de imigrantes vindos de diferentes regiões da Itália. Sabe-se que as regiões que mais enviaram imigrantes para o Brasil foram o Vêneto e a Lombardia, localizados ao Norte e ao Sul, as regiões da Campanha e Calabria. Em razão da recente unificação do país, esses grupos tinham pouca identificação entre si, utilizavam dialetos e possuíam costumes diferentes. A criação da identidade italiana acontece para eles após o processo de imigração.³⁵

Essas diferenças costumam ser consideradas pela historiografia como essenciais para se compreender a organização das comunidades imigrantes, por exemplo, o caso das associações, que muitas vezes foram pautadas pela localidade da origem dos imigrantes.

Seria bom tentar resistir à tendência de homogeneizar “grupos” e supostas “comunidades” de imigrantes. Falar “os italianos em São Paulo”, sem referência à classe ou à região de origem, me parece um procedimento bastante problemático.³⁶

Após a abolição do trabalho escravo, as lavouras de café poderiam ter adotado o trabalho livre empregando ex-escravizados, porém os fazendeiros optaram pela introdução dos imigrantes. Esta decisão foi determinada por diferentes motivações, ainda assim, pode-se destacar questões raciais.

³³ Ibidem p. 200-201.

³⁴ O Decreto Prinetti foi precedido por relatórios que denunciavam as condições dos imigrantes italianos em São Paulo. Segundo Lucy Maffey Hutter, o decreto não foi uma decisão contrária à imigração para o Brasil, mas sim contra a imigração subsidiada. Ficava proibido o recrutamento por agentes do SPI, também foram cessadas as licenças que permitiam às companhias de navegação transportarem gratuitamente os imigrantes. Sendo assim, muitos imigrantes optavam por emigrar para outros países, levando a uma queda considerável da imigração italiana para o Brasil. HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo migratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986.

³⁵ TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

³⁶ HALL, Michael. Algumas considerações sobre os resultados e os desafios da historiografia da imigração. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (Orgs.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

A política de branqueamento da população brasileira ligada ao movimento imigrantista, não foi destaque para os autores trabalhados até o momento, a temática foi abordada para explicar o entendimento dos italianos enquanto brancos, algo que não acontecia em sua terra natal. Alguns autores também abordaram os conflitos que esses fatores geraram entre imigrantes e ex-escravizados.³⁷

As ideias de branqueamento se fizeram presente no projeto imigrantista. Influenciadas pelas ideias do darwinismo social, incorporando as noções de “raças superiores”, nessa perspectiva, o imigrante branco passou a ser identificado como símbolo da modernidade e o negro ex-escravizado vinculado ao arcaico.³⁸

Alguns autores negaram a necessidade da vinda de imigrantes como mão de obra, os trabalhadores livres e ex-escravizados seriam suficientes para suprir as necessidades da cafeicultura.

O discurso da escassez de mão-de-obra, fartamente utilizado pelos fazendeiros, deve aqui ser problematizado. Ele é incompatível com o discurso de uma imigração feita para substituir: se o problema das elites era a falta de trabalhadores, deveriam buscar mais trabalhadores, e não substituir os que já existiam. No entanto, os discursos não apenas coexistem como parecem se fortalecer mutuamente. A falta de mão-de-obra é uma verdade relativa: para os fazendeiros, ávidos por expandir cada vez mais a lavoura, faltavam mesmo trabalhadores, e em grande quantidade. Suas insistentes lamentações visam garantir uma corrente imigratória incessante [...]³⁹

Questiona-se também a necessidade de esses imigrantes virem especificamente da Europa:

Um mito da historiografia é aceitar o discurso da classe dominante agrária paulista do século XIX, segundo a qual havia uma quantidade insuficiente de braços para atender a crescente necessidade de mão-de-obra no processo de expansão da lavoura cafeeira, sobretudo após o fim do tráfico negreiro e a aprovação de consecutivas leis que acenavam para a abolição.

³⁷ TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

³⁸ DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

³⁹ LOPES, Tabita Tiede. **Família Prado e imigração em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.

Para suprir essa suposta escassez, haveria a necessidade da entrada dos imigrantes brancos europeus.⁴⁰

Ocorreram propostas de introdução de trabalhadores chineses (coolies)⁴¹, também de africanos livres, sendo ambas as possibilidades abandonadas. Dessa forma, a busca se dirigiu para as nações europeias, que forneceria os ditos “imigrantes desejáveis”.⁴²

Diferentes autores relacionaram a questão racial e as ideias de branqueamento à criação na nação brasileira. Desde o processo de independência, o país buscava criar uma identidade nacional⁴³, identidade essa pautada pelas questões de superioridade racial, sendo os povos europeus considerados os mais evoluídos.

Se a respeito das teorias racialistas e sua aplicação no Brasil há divergências e confusões, com relação à imigração não paira nenhuma dúvida: os imigrantes (europeus) são bem-vindos e considerados necessários ao progresso e melhoramento do país. Nossa tarefa aqui, portanto, não é das mais difíceis: sublinhar que o imigrantismo é a principal estratégia para a qual convergem os entusiastas do branqueamento no Brasil.⁴⁴

A própria política de imigração subsidiada teria sido uma forma de possibilitar o branqueamento da população. Os criadores da Sociedade Promotora da Imigração (SPI) seriam entusiastas desses ideais.

O branqueamento se efetiva duplamente através da imigração subsidiada: em primeiro lugar, a vinda de centenas e milhares de italianos a São Paulo constitui um “enxerto” significativo de população branca, garantindo um branqueamento étnico da população naquela e nas próximas gerações.⁴⁵

⁴⁰ DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

⁴¹ GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁴² BENEDUZI, L. F. Por um braqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 13-30, 2011.

⁴³ Ibidem, p. 13-30. OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. O afro-descendente, o imigrante europeu, e a construção da nação brasileira no século XIX: miscigenação, racismo e branqueamento. **Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA**. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011.

⁴⁴ LOPES, Tabita Tiede. **Família Prado e imigração em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.

⁴⁵ Ibidem, p. 120.

Estudos sobre imigração abarcam diferentes abordagens: questões culturais, econômicas, políticas, relacionadas à identidade do grupo imigrante e questões raciais. A presença italiana no Brasil e, especialmente, em São Paulo foi um tema debatido e abordado sob diferentes perspectivas.

1.2 EM BUSCA DO TRABALHO: LAVOURAS, FÁBRICAS E OUTRAS PROFISSÕES

É possível encontrar registros da participação de italianos em diferentes atividades profissionais desenvolvidas em São Paulo. Ainda assim, os estudos históricos enfatizaram dois grupos: os que trabalhavam na agricultura (plantações de café) e os operários, principalmente os movimentos sindicais e grevistas. Apesar dessa concentração de estudos, houve participação de italianos, homens e mulheres, em diferentes profissões.

Uma parcela dos italianos que chegaram a São Paulo tinha como destino as fazendas de café. Houve uma preferência pela imigração familiar, que poderia oferecer aos fazendeiros uma quantidade maior de braços para o trabalho. A mentalidade escravocrata ainda estava estabelecida nas fazendas, o que foi um problema para os imigrantes em alguns aspectos, em especial no caso das mulheres, que poderiam sofrer abusos dos patrões.⁴⁶

Dessa forma, as relações de trabalho eram rígidas e os maus-tratos, comuns. As casas eram pequenas e sujas, encontravam-se isolados dentro das fazendas e podiam ser acometidos por diversas doenças.⁴⁷ Por outro lado, a experiência foi positiva para que esses grupos conseguissem ter estabilidade e conquistar a propriedade da terra. Quando alcançado esse objetivo, o imigrante ficava em definitivo no Brasil.⁴⁸

Os italianos não se mantiveram pacíficos com relação aos abusos sofridos, a resistência se deu de diferentes formas. Houve revoltas pontuais contra os donos das fazendas e, em 1913, na cidade de Ribeirão Preto, ocorreu a paralisação de diferentes fazendas com o propósito de contrariar a proibição da plantação de gêneros de

⁴⁶ Zuleika Alvim, em sua tese, destaca casos de mulheres e crianças que sofreram abusos sexuais e nada foi feito pelas autoridades com relação a isso. ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

⁴⁷ Ibidem. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. Segundo Alvim, esse “perfil” perdurou durante os 40 anos da “grande imigração”.

⁴⁸ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1986.

subsistência entre as fileiras de café.⁴⁹ Segundo os estudos, a fuga era a forma de resistência mais comum, fosse ela para outras fazendas, para as cidades ou de volta para o país de origem.⁵⁰ Os imigrantes que optavam por se fixar nas cidades acabaram seguindo por outras profissões.

Dada a ausência de controle possibilitada por determinadas tarefas, é impossível estabelecer o número de trabalhadores de origem italiana que atuavam como lavadeiras, empregadas domésticas, amas de leite, costureiras domiciliares, floristas, tratando-se do sexo feminino, bem como carroceiros, verdureiros, amoladores de facas, jornaleiros, engraxates, vendedores de bilhetes de loteria, sapateiros; enorme contingente que andava de porta em porta oferecendo seu trabalho ou produto, e que viviam concentrados nas cidades.⁵¹

A difícil vida nas fazendas levou muitos imigrantes a deixarem o campo rumo às cidades, sendo essa considerada uma das formas de resistência ao trabalho duro e aos baixos rendimentos das fazendas.⁵²

Com relação aos italianos que viviam nas cidades, os estudos privilegiaram os trabalhadores operários, destacando a sua participação nas greves e nos movimentos socialistas e anarquistas. Os italianos eram parte significativa entre os operários paulistas.⁵³ Apesar das péssimas condições de trabalho, as fábricas eram a última tentativa de adaptação ao país, após a malsucedida experiência nas lavouras de café.⁵⁴

Apesar do destaque que o tema recebeu, a maior parte dos estudos concentra-se na movimentação dos operários a partir da imprensa, dos jornais italianos que foram publicados em São Paulo, sendo uma parcela escrita por grupos anarquistas e socialistas, tendo como público-alvo os operários.

⁴⁹ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

⁵⁰ TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

⁵¹ ALVIM, Zuleika. **Brava Gente: os italianos em São Paulo 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 185-186.

⁵² Ibidem. BIONDI, Luigi. **Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, Campinas, 2002.

⁵³ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

⁵⁴ Ibidem.

As manifestações cotidianas, consideradas menores, não foram alvo de muitos estudos.⁵⁵ Entre os estudos sobre a resistência cotidiana destaca-se a abordagem da indústria de tecidos de juta, onde boicotes, roubos e sabotagens eram comuns, levando à criação de “listas de indesejáveis” com trabalhadores que participavam dessas diferentes manifestações.⁵⁶

Uma das causas apresentadas para os problemas salariais e as condições de trabalho era a abundância de mão de obra causada pela imigração subvencionada, que, embora se destinasse para as fazendas, trouxe para a cidade um contingente significativo de italianos. As condições de trabalho também eram um problema recorrente que levava a greves e manifestações. Sobre essa questão, podemos destacar:

O trabalho se realizava em ambientes pouco arejados, deverias transcorrer em silencio, proibindo-se conversas paralelas, os intervalos eram inexistentes, somente para pequenas refeições e a ida aos sanitários era controlada... As características do trabalho industrial nessa fase do desenvolvimento do capitalismo ficaram conhecidas: baixos salários, condições e locais inadequados, instalações insalubres e improvisadas, forte presença de mão-de-obra feminina e infantil, inclusive no período noturno, turno de até 12 horas e sujeição e regime disciplinar férreo, que incluía multas e castigos corporais.⁵⁷

Os primeiros operários paulistas eram em sua maioria estrangeiros, em especial vindos da Itália. Uma das dificuldades enfrentadas para manter um movimento de luta unificado estaria na questão da regionalidade⁵⁸, que foi também um problema do associativismo, além da emergência de conflitos interétnicos, entre italianos, espanhóis e portugueses.

As mulheres italianas foram significativas na indústria têxtil, eram mais da metade dos trabalhadores desse setor. Trabalhavam também em outras áreas, como de alimentos, cigarros, charutos, velas, entre outras. Nas fábricas tinham salário menor que os homens. As mulheres apareceram também em outras áreas de

⁵⁵ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, v. 5, p. 95-119, 1985.

⁵⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

⁵⁷ TEIXEIRA, Palmira Petratti. Fábricas: empresários e operários italianos em São Paulo – A Greve de 1917 e o Cotonifício Crespi. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (Orgs.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

⁵⁸ HALL, PINHEIRO, op. cit., 1985.

trabalho, muitas delas abriam pequenos negócios que administravam em suas próprias casas, como quitandas, armazéns, açougues, padarias, cafés, pensões, restaurantes, também atuavam como costureiras, entre outros trabalhos. Podiam ainda trabalhar como empregadas domésticas, lavando e passando roupas, como cozinheiras ou amas de leite.⁵⁹

A violência permeou a vida dos operários tanto dentro das fábricas, através dos castigos físicos, como nas ruas, onde a polícia reprimia qualquer tentativa de organização através dos sindicatos ou ligas operárias.⁶⁰ A violência policial também afetou os imigrantes.

Não é fácil distinguir, no campo das arbitrariedades policiais, o que era um padrão geral de comportamento com relação as classes dominadas e o que era um viés discriminatório contra os imigrantes. Bem ou mal, estes contaram com canais de expressão específicos para denunciar violências. Jornais de colônia, autoridades consulares criticaram os métodos da polícia brasileira, consistente entre outras coisas no espancamento de presos como prática habitual.⁶¹

Alguns estudos abordam outras áreas e profissões (ofícios) que tiveram participação relevante da comunidade italiana na cidade, além do trabalho como operários, com destaque para os setores de construção e marmoraria. Nota-se a importância das construções e dos projetos realizados por italianos na capital paulista, bem como a quantidade significativa desses imigrantes entre os pedreiros e “capomastros”.⁶²

[...] os italianos representavam, a certa altura, três quartas partes dos pedreiros e a quase totalidade dos mestres-de-obras em atividade. Ruas inteiras eram povoadas de casas térreas que obedeciam rigorosamente a um mesmo esquema: entrada lateral, uma carreira de quartos enfileirados, com a cozinha no fim e depois o quintal. Surgiram assim a rua Barra Funda e a rua

⁵⁹ MATOS, Maria Izilda de; BORELLI, Andrea. Mulheres imigrantes italianas: presença e esquecimentos (São Paulo 1890-1920). In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (Orgs.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

⁶⁰ HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, v. 5, p. 95-119, 1985.

⁶¹ FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. São Paulo: Edusp, 1984.

⁶² Segundo Cenni, os capomastros eram “mestres de obras com tendencia a grandeza”. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 399.

Adolfo Gordo, quase que inteiramente construídas por volta de 1895 pelo *capomastro* Domenico Sordini [...] ⁶³

A Secretaria de Obras do município de São Paulo também contou com dois diretores de origem italiana, Bianchi Betoldi e Alcibiade Bertolotti.⁶⁴ Além de outros importantes engenheiros e arquitetos, como Tommasco Bezzi, que participou da construção do Museu Paulista no bairro do Ipiranga; Giulio Saltini, que projetou a mansão da família Matarazzo na Av. Paulista; Claudio Rossi, que participou do projeto do Teatro Municipal de São Paulo; Giulio Micheli, que projetou o viaduto Santa Ifigênia; e Giovanni Bianchi⁶⁵, que participou da ampliação da mansão Matarazzo e da mansão da família Crespi.

Luigi Pucci também foi uma figura importante, participou da construção do Museu Paulista e, ao lado de Micheli, da construção da Capela existente na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.⁶⁶ Em um estudo sobre os construtores italianos na cidade, foi destacado o papel do escritório de Ramos de Azevedo, que teve entre seus colaboradores vários italianos, nem todos nomeados.⁶⁷

José Câmara foi um importante construtor italiano em São Paulo, ganhou prêmios internacionais pela construção do palacete de Amil Andraus, localizado na Av. Paulista, foi também construtor da casa de estilo modernista de Menotti del Picchia e da estrutura do estádio de futebol da cidade de Santos (Vila Belmiro). Ettore Battiti, engenheiro e arquiteto também de origem italiana, construiu o palacete de Elias Maluf, no Morro dos Ingleses, e participou de um concurso para a construção do estádio de futebol do Palestra Itália – embora tenha ganhado o concurso, seu projeto não foi adiante.⁶⁸

Além de construtores, engenheiros e arquitetos, os italianos atuaram em outras áreas da construção, como a marcenaria e decoração, campo em que se destacou Antônio Demosso, que possuía um prestigiado atelier no centro da cidade e participou da construção de importantes residências em São Paulo. A pintura

⁶³ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 399.

⁶⁴ VERMEERSCH, P. Por uma história social da arquitetura: os trabalhadores italianos em construção civil paulista (1870-1930). **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 166-174, 2016.

⁶⁵ Segundo Cenni, foi Bianchi quem construiu o Hospital Humberto Primo, o arquiteto do primeiro pavilhão foi Giulio Micheli, as construções posteriores foram realizadas pelo escritório de Bianchi. CENNI, op. cit., 2003.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ VERMEERSCH, op. cit., p. 166-174.

⁶⁸ CRISTOFI, Renato Brancaglione. **O orientalismo arquitetônico em São Paulo - 1895-1937**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

decorativa também teve um importante representante: Ernesto Frioli imigrou ainda criança e realizou seus estudos no Liceu de Artes e Ofícios, na área de pintura e decoração, depois foi professor na mesma instituição. Suas obras mais importantes foram a decoração do Teatro Municipal de São Paulo, e também pintou para imigrantes como os Matarazzo, Maluf e Jafet.

Frederico Puccinelli foi fundidor de ornamentos de ferro, possuiu um atelier na região do Brás e trabalhou em importantes construções da cidade, como os palacetes Jafet, Abdalla, Conde Siciliano e na mansão Matarazzo. Adquirindo assim a confiança do Conde Matarazzo, foi convidado a conhecer e participar da direção da seção de fundição e ferro de suas Indústrias.⁶⁹

Outra área relacionada à construção que pode ser colocada como usual entre os italianos era a marmoraria, que muitas vezes trabalhava com mármore proveniente da Itália.⁷⁰ Somente na capital paulista existiam ao menos 13 marmorarias controladas por italianos.⁷¹ Muitos deles eram formados na Europa e se atualizavam através de revistas.

As marmorarias também se espalharam pelo interior do estado, tinham como principal atividade a construção de monumentos funerários.⁷² Os estudos a esse respeito utilizaram como fontes as propagandas publicadas em jornais da comunidade italiana e nacionais.

Em 1943 um dos temas abordados na revista *Acrópole*⁷³ foi a construção da Maternidade Condessa Filomena Matarazzo. O novo prédio compunha o Hospital Umberto Primo. Uma fotografia da maternidade foi utilizada pela marmoraria Rovida, pertencente ao imigrante italiano Giovanni Rovida⁷⁴, para fazer propaganda de seu negócio.

⁶⁹ CRISTOFI, Renato Brancaglione. **O orientalismo arquitetônico em São Paulo - 1895-1937**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

⁷⁰ CAVATERRA, Cristiana Antunes. Os italianos, as marmorarias e a imprensa na arte tumular da belle époque paulistana. **Simpósio Nacional de História (ANPUH-Brasil)**, 31º, Rio de Janeiro, 2021.

⁷¹ Ibidem.

⁷² BORGES, Maria Elizia. A história das marmorarias italianas no estado de São Paulo impressa em anúncios de jornais (1890-1930). **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 25, n. 1 e 2, p. 144-157, 2018.

⁷³ Editada entre os anos de 1938 e 1971, a revista *Acrópole* era uma publicação especializada em arquitetura que apresentava as realizações não só de arquitetos paulistas, mas também nacionais e internacionais. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **FAU disponibiliza acervo digitalizado da Revista Acrópole**. 14 jun. 2014. Disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/cultura/fau-disponibiliza-acervo-digitalizado-da-revista-acropole/>>.

⁷⁴ CRISTOFI, op. cit., 2020.

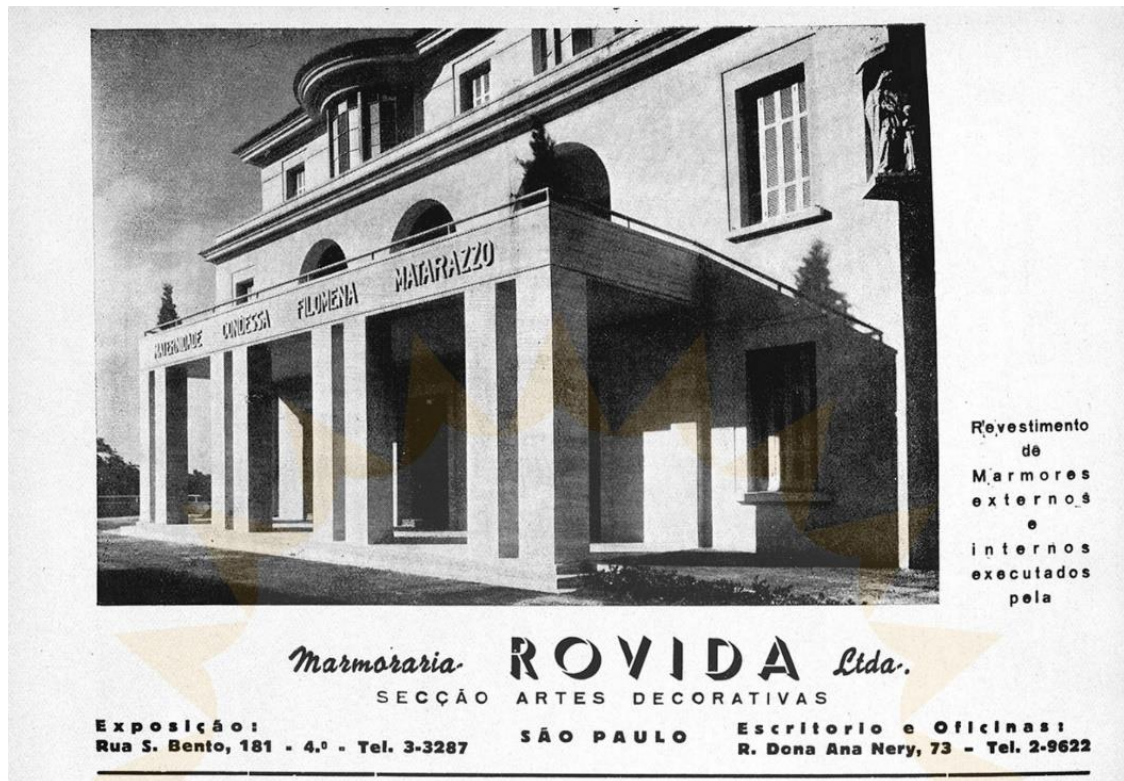


Figura 1 - Propaganda da marmoraria Rovida na revista *Acrópole*.⁷⁵

Outra marmoraria de São Paulo foi a Marmoraria Carrara, criada por Nicodemo Rosselli, foi uma das maiores marmorarias da cidade, possuindo também uma filial em Santos. A empresa importava o mármore de carrara e aqui produzia o que era necessário para a construção civil, arte funerária, escultura e adereços arquitetônicos de forma geral.⁷⁶

São Paulo possuiu inúmeros jornais da comunidade italiana. Portanto, outra área profissional que empregou membros da comunidade foi o jornalismo. Também ligados à imprensa, havia muitos entregadores de jornais da mesma comunidade. A primeira publicação italiana em São Paulo foi o *Garibaldi*, que começou a ser impresso em 1870, a partir de então muitas outras publicações apareceram, totalizando aproximadamente 300 periódicos. Muitos deles empregando profissionais vindos da Itália.⁷⁷

⁷⁵ ACRÓPOLE. São Paulo, ano 6, n. 65, set. 1943. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/65>>.

⁷⁶ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

⁷⁷ SOUZA, Marcelo Cintra de. **A imprensa imigrante**. Trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Os italianos se destacaram também na música, assim como na produção e no comércio de instrumentos musicais.

Os imigrantes italianos traziam na bagagem seus instrumentos musicais, alguns para uso próprio e pelo gosto musical, outros para uso profissional como músicos e professores. Na cidade, eram diversos professores italianos de canto e de instrumentos, alguns constituíram escolas e conservatórios, outros formaram bandas, grupos musicais, participaram de orquestras (Orquestra Municipal), também difundiram o gosto pela ópera. Merecem destaque os peninsulares que produziam e comercializavam instrumentos musicais e pautas como os Irmão Vitale, Di Franco, Casa Manon (de Dante Zanni – flautista e Henrique Facchini – violinista), Casa Tomanasi, Casa Attilio Izzo, os fabricantes de violão Di Giorgi e Giannini.⁷⁸

Outra profissão que teve presença relevante de italianos foi a docência, alguns imigrantes trabalharam em instituições de ensino da própria colônia italiana, como o Instituto Médio Dante Alighieri; e, posteriormente, os professores da chamada “Missão Italiana”⁷⁹ ingressaram na Universidade de São Paulo. Durante a década de 1930, alguns italianos imigraram para lecionar na universidade, em especial na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁸⁰, que contou com a presença de 13 professores italianos em diferentes disciplinas, destacando-se nas áreas da Física e da Matemática, que naquele período faziam parte desse setor da universidade.⁸¹

A Faculdade de Medicina de São Paulo também teve significativa participação de imigrantes italianos. Houve um número relevante de médicos italianos que imigraram para a capital paulista, os mais conhecidos foram Libero Badaró e Alfonso

⁷⁸ MATOS, Maria Izilda de. Cultura, sonoridade e musicalidade: Adoniran Barbosa, o sambista italiano. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (Orgs.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

⁷⁹ “Entre os anos de 1934 e 1940, a recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) recebeu professores italianos, que trabalharam na organização das cadeiras de ciências exatas, literatura italiana e grega da instituição. Especificamente, a FFCL contou com a presença de Luigi Fantappiè, Giacomo Albanese, Gleb Wataghin, Giuseppe Occhialini, Ettore Onorato, Ottorino de Fiori di Cropani, Attilio Venturi, Vittorio de Falco, Francesco Piccolo, Giuseppe Ungaretti e Luigi Galvani, grupo que ficou conhecido como Missão Italiana.” SILVA, Luciana Vieira Souza da. **A Missão Italiana da FFCL-USP: relações diplomáticas entre Brasil e Itália (1934-1942)**. **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n. 11, dez. 2016. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=976>.

⁸⁰ SILVA, Luciana Vieira Souza da. **A Missão Italiana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: ciência, educação e fascismo (1934-1942)**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁸¹ WATAGHIN, Lucia. Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: a contribuição dos professores italianos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 151-173, 1992.

Bovero. Além da universidade, o Instituto Pasteur também teve participação dos italianos, não apenas médicos como também empresários⁸², e a maior concentração se deu em torno do Hospital Humberto Primo.

A presença de médicos italianos em São Paulo teve importância não apenas na criação da Universidade de Medicina, mas também no atendimento médico e em publicações científicas. Destacam-se sobre o tema os estudos⁸³ que trazem, sob diferentes perspectivas, um panorama a respeito dos médicos e sua participação na história da medicina paulista.

Teriam passado pelo estado de São Paulo aproximadamente 106 médicos nascidos na Itália. Alguns se estabeleceram no interior, como o Dr. Mario Gatti, na cidade de Campinas; outros passaram por diferentes estados ou pelo interior antes de se fixarem na capital paulista. Alguns deles colaboraram para criação do Instituto Pasteur, em 1903 – o Dr. Ivo Brandi participou da criação do Instituto e se tornou seu primeiro diretor, mas acabou se afastando do cargo após problemas com a nomeação de assistentes, conflitos com Emilio Ribas e a dificuldade em validar seu diploma.⁸⁴ O Dr. Antônio Carini, também de origem italiana, assumiu o cargo em seguida. Além da participação de médicos italianos, a entidade também teve incentivos financeiros de personalidades italianas como o Conde Francisco Matarazzo e do próprio governo italiano. Quando o Dr. Carini passou a integrar o quadro da Faculdade de Medicina, o Instituto Pasteur foi integrado pelo Serviço Sanitário do Estado.⁸⁵

Outra instituição que contou com a presença italiana foi a Universidade de Medicina, primeiro a Universidade Livre de São Paulo, que contou com Carlo Brunetti e Luiz Migliano. Sendo uma universidade privada, suscitou debate a respeito da necessidade de criação de uma instituição pública, então em 1912 foi fundada a Faculdade de Medicina de São Paulo. Com a extinção da Universidade Livre de São Paulo, causada por questões de validação dos diplomas, São Paulo passou a ter somente a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, que por sua vez também

⁸² SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A presença e a atuação de médicos italianos no estado de São Paulo no período da Grande Imigração: 1880-1930. In: MATOS Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (Orgs.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

⁸³ LACAZ, Carlos da Silva. **Médicos italianos em São Paulo**. Trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989. SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **Médicos italianos em São Paulo (1890-1930): um projeto de ascensão social**. São Paulo: Fapesp, 1997.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ LACAZ, op. cit., 1989. SALLES, op. cit., 1997.

contou com a presença dos italianos, como Alfonso Bovero, Alessandro Donati, Antônio Carini e o próprio Carlo Brunetti.⁸⁶

Alfonso Bovero fez parte da criação e dirigiu a revista *ARS Médica*, que tinha como intenção divulgar as pesquisas científicas realizadas no campo da medicina. A direção da revista era integralmente composta por membros da comunidade italiana.

A particularidade dessa revista, além de seu caráter de divulgadora dos resultados das pesquisas científicas do grupo de médicos italianos, consistia no fato de ser escrita em italiano. Aceitava trabalhos dos médicos paulistas escritos em português, mas era na verdade uma revista italiana.⁸⁷

A revista foi publicada até 1926, e aparece como uma forma associativa para os médicos que não se encaixavam em outras sociedades da comunidade. Os médicos teriam criado uma associação de “alta cultura superior”.⁸⁸ A *ARS Médica* foi, durante todo o período de publicação, ligada ao Hospital Umberto Primo, que também foi receptor de uma significativa parcela dos médicos italianos que residiam na capital paulista.

Muitos desses médicos que passaram pela cidade de São Paulo participaram das atividades do Hospital Matarazzo. Uma das pesquisas feitas a respeito dos médicos italianos em São Paulo⁸⁹ utilizou dados de 106 médicos imigrantes, deixando claro que esse número faz referência somente a uma parcela – o Hospital Matarazzo teria registrado um número maior de médicos. Desses, teriam atuado no hospital e em consultórios 21 médicos entre os anos de 1900 e 1940. Em uma de suas tabelas, a autora aponta que participaram da Sociedade Italiana de Beneficência e do Hospital Umberto Primo 41 médicos italianos, e da *ARS Médica*, que também era vinculada ao hospital, mais 33. Ou seja, 70% dos médicos estudados participaram de alguma forma do hospital, fosse como médicos, colaboradores ou pesquisadores.⁹⁰

Os italianos – homens, mulheres e até mesmo crianças – estiveram presentes nas mais diversas profissões. As fazendas cafeeiras e a indústria paulista tiveram maior destaque do que outras áreas profissionais, mas ainda assim a participação

⁸⁶ LACAZ, Carlos da Silva. Médicos italianos em São Paulo. Trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989. SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **Médicos italianos em São Paulo (1890-1930): um projeto de ascensão social.** São Paulo: Fapesp, 1997.

⁸⁷ Ibidem, p. 131.

⁸⁸ Ibidem, p. 131.

⁸⁹ Ibidem, p. 131.

⁹⁰ Ibidem.

italiana em diversos setores foi significativa. Tanto na capital como no interior, encontravam-se no comércio, em profissões liberais, trabalhos domésticos e na indústria.

1.3 EMPRESARIADO ITALIANO NA INDÚSTRIA PAULISTA

Há uma relação entre os imigrantes e o processo de industrialização da capital paulista. Alguns estudos têm colocado determinados fatores como essenciais para esse processo: a imigração (que formou mão de obra e mercado consumidor), a facilidade na produção de energia elétrica, a rede de transporte, a abundância de matéria-prima, entre outros.⁹¹

Essa relação também se faz presente na formação das indústrias. Em 1901, mais de 25% das indústrias do estado de São Paulo pertenciam a italianos; os dados de 1920 apontam um crescimento de aproximadamente 50%.⁹² Antônio Bandeira Junior, em seu livro sobre a indústria em São Paulo, lista diversas fábricas operantes no estado durante o ano de 1901, e observa que um número considerável de proprietários possuía sobrenome italiano.⁹³

Os estudos a respeito das indústrias italianas pouco tratam das empresas e de seus fundadores. Embora citem vários empreendedores de origem italiana, não existem estudos que aprofundem a sua constituição ou sua importância no processo industrial paulista, com exceção de alguns destaques como Rodolfo Crespi e Francisco Matarazzo.

Rodolfo Crespi, industrial de origem italiana, fundou primeiro, junto ao seu sogro, Pietro Regoli, em 1897, a “Regoli, Crespi & Comp.”. No ano de 1901, a fábrica possuía aproximadamente 300 funcionários⁹⁴; em 1906, Regoli vendeu sua parte da sociedade para Crespi, e surgiu então o Cotonifício Crespi, uma das relevantes empresas do ramo têxtil, que prosperou durante a primeira metade do século XX, chegando a ter 3.300 operários no ano de 1928.

⁹¹ MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1974. PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955. SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.

⁹² TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 142.

⁹³ BANDEIRA, Antonio Francisco; BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. **A indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Typ. do “Diário Oficial”, 1901.

⁹⁴ Ibidem.

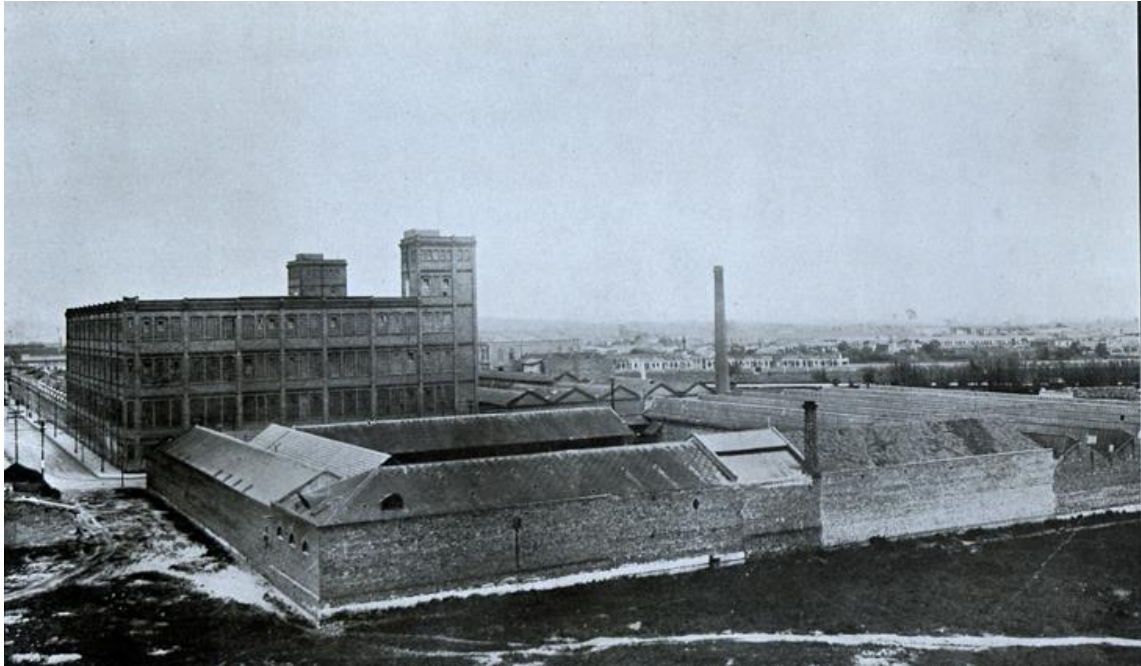


Figura 2 - Cotonifício Crespi.⁹⁵

Em 1960, a empresa encerrou suas atividades. Desde os anos 1950 a empresa sofria com falta de modernização tanto de seus equipamentos como do seu modelo de gestão.⁹⁶

O *Cotonifício Crespi* (Moóca) empregava 1300 operários em jornadas de 10 horas e $\frac{1}{4}$, na produção de tecidos de algodão e lã. Equipado com 14.000 fusos e 500 teares, tinha a fábrica as seguintes seções: fiação, tecelagem, tinturaria, malharia, aproveitamento de resíduos e oficina de preparação, distribuídas por uma área de 26.000 m²... A Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas (Brás), fundada em 1907 por Crespi e Nicola Puglisi Carbone, era a maior fábrica de tecidos de seda do estado. Os 514 operários trabalhavam 10 horas por dia na produção de fitas, cintos, cadarços, suspensórios, tecidos de seda, seda e linho, seda e lã. Em 10.000 m² de área funcionavam as seções de tecelagem (180 teares, tinturaria, estampanaria, passamanarias, oficina de preparação.⁹⁷

⁹⁵ Cf.: BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em:

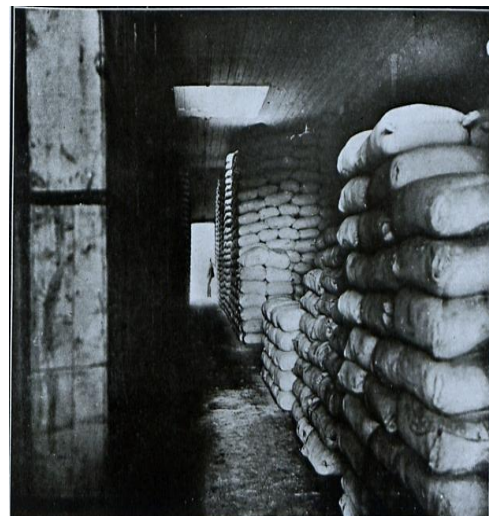
<<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

⁹⁶ RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Moóca**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

⁹⁷ ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 136.

A indústria têxtil foi um ramo fundamental para o desenvolvimento industrial paulista, os tecidos de algodão foram o principal produto industrial durante os anos de 1900 a 1927, sendo superado em 1928 pelo tecido de seda.⁹⁸ As empresas citadas por Bandeira Junior foram sistematizadas criando-se uma tabela somente com empresas italianas em São Paulo. Das 36 empresas relacionadas, aproximadamente 16% pertenciam à indústria de tecidos.⁹⁹

Nicola Puglisi Carbone, que foi parceiro de Rodolfo Crespi na Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas, foi também um industrial e, ao lado do seu irmão Giuseppe, fundou em 1910, em São Paulo, a Companhia União dos Refinadores. A empresa funcionava unindo pequenos refinadores e garantindo o comércio do produto, logo expandiu seus negócios também para o café. Em 1939, a União tinha se tornado uma empresa relevante e adquiriu a Açucareira Santista, expandindo seus negócios e criando uma melhor estrutura industrial.¹⁰⁰ Possuía ainda um moinho de trigo.



Figuras 3 e 4 - Fachada e interior do moinho de trigo da Companhia Puglisi.¹⁰¹

Também envolvido no setor têxtil pode-se citar Nicola Scarpa, que imigrou com a família (pai, mãe e irmão), estabelecendo-se em Sorocaba, onde tiveram um

⁹⁸ SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971. O autor retirou os dados tabulados do censo industrial do Brasil 1920, e os anos de referência são 1900/1905/1910/19015/1920/1925/1926/1927/1928.

⁹⁹ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁰⁰ Cf.: IBGE. Catálogo. Companhia União: Limeira (SP). Série acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446622>>.

¹⁰¹ Cf.: BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

comércio bem-sucedido. Trabalhou com o pai durante algum tempo e fundou sua primeira indústria para fabricação de óleo de algodão, em seguida, uma fábrica de sabão e, depois de algum tempo e certo sucesso, expandiu seus negócios para os tecidos. A fábrica de tecidos se estabeleceu em São Bernardo, tornando-se uma das grandes fábricas de tecido do estado. Scarpa continuou expandindo seus negócios.¹⁰²

Antônio de Camillis foi mais um dos imigrantes italianos que se envolveram com a produção de tecidos, mais especificamente de lã. Nasceu na região de Molise e imigrou para o Brasil aos 19 anos, em 1882. Trabalhou como funcionário do Banco de Crédito Real, em seguida tornou-se comerciante e pequeno industrial. Teve empresas em diferentes ramos até 1912, quando fundou o Lanifício Ítalo-Paulista; posteriormente optou por investir em outro setor, criando na região de Poá uma fábrica de cerâmicas.¹⁰³



Figura 5 - Lanifício Ítalo-Paulista.¹⁰⁴

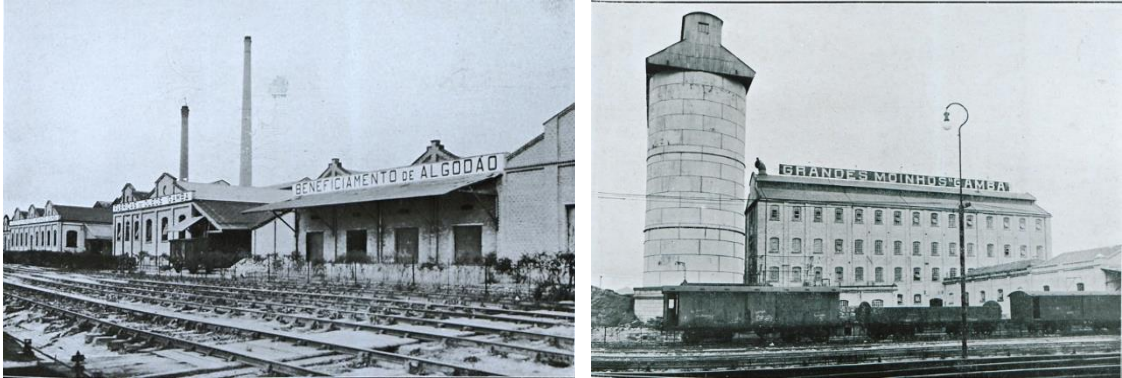
Muitos dos italianos se envolveram com produção de tecidos, mesmo que não fosse a sua principal atividade. Egídio Pinotti Gamba, por exemplo, que veio da região da Lombardia e ainda criança se estabeleceu no Brasil, teve como principal negócio

¹⁰² BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

o Moinho Gamba, mas também investiu em fábrica de tecidos de lã e algodão. Entre seus negócios é possível citar fábrica de óleo e sabão, refino de açúcar e sal, limpeza de arroz.¹⁰⁵



Figuras 6 e 7 - Fábrica de óleo e moinho Gamba.¹⁰⁶

Francisco Matarazzo também atou no setor têxtil, apesar de não ter sido seu único nem principal investimento. Foi criada em 1904 a Tecelagem Mariângela, como uma extensão do Moinho Matarazzo.

A *Mariângela* estava entre as maiores do Estado. Empregava quase 2.000 operários em jornadas de 13 horas. Tinha 30.000 fusos e 1.200 teares. Numa área de 30.000 m² funcionavam – fiação, tecelagem, tinturaria, estamperia, malharia, aproveitamento e oficina mecânica para reparação de máquinas. Embora tenha sido instalada para produzir sacaria para embalagens de farinha de trigo, em 1911 a Mariângela já tinha diversificado sua produção para algodões mais finos.¹⁰⁷

Durante algum tempo, a tecelagem passou por um processo de expansão. Em 1907, dois pedidos de aumento da tecelagem foram feitos, um deles para a construção de caldeiras e depósitos; em 1908 foi a vez da tentativa de construir túneis subterrâneos que interligassem a tecelagem ao Moinho Matarazzo; no ano seguinte, nova expansão e a construção de uma oficina mecânica.¹⁰⁸ O que demonstra como

¹⁰⁵ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p. 136.

¹⁰⁸ BARDESE, Cristiane Ikedo. **Arquitetura industrial**. Patrimônio edificado, preservação e requalificação: o caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

foi bem-sucedida a criação de uma indústria de tecidos dentro das Indústrias Matarazzo.



Figura 8 - Moinho Matarazzo.¹⁰⁹

Francisco Matarazzo foi o maior industrial italiano em São Paulo, criando em 1911 as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM). Chegou ao Brasil em 1881, com sua esposa e dois filhos. Segundo estudos a seu respeito, imigrou para se tornar comerciante e trouxe consigo uma carga de produtos para venda. Um dos autores afirma que queijos e vinhos italianos foram os produtos trazidos¹¹⁰, enquanto outros apresentam a carga como sendo de banha de porco¹¹¹. Em comum, apontam a perda da carga e o “recomeço” da ideia de se tornar comerciante.

Seu primeiro negócio no Brasil teria sido uma venda, e em seguida Matarazzo teria fundado a primeira de suas fábricas para a produção de banha de porco enlatada, na cidade de Sorocaba, onde viveu com a família antes de se estabelecer na capital, em 1890. Um ano depois, criou a Companhia Matarazzo, uma sociedade anônima

¹⁰⁹ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

¹¹⁰ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003.

¹¹¹ MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1974. COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo: colosso brasileiro**. Vol. 2. São Paulo: Planeta, 2004.

com aproximadamente 43 sócios.¹¹² Depois de dez anos vivendo em São Paulo, Francisco Matarazzo havia se tornado um empresário bem-sucedido.

A conjuntura de 1898, que somava a nova política econômica do governo Campos Salles e, internacionalmente, a guerra hispano-americana, levou à dificuldade de importação de farinha de trigo. Matarazzo então abriu, em 1900, o *Moinho Matarazzo*. Em seguida, a necessidade de sacaria para a farinha levou à expansão do moinho e à formação da Tecelagem Mariângela, mencionada anteriormente. Ainda em 1900, participou da fundação do *Banco Commerciale Italiano di São Paulo*. Participou posteriormente da criação de outro banco italiano.



Figura 9 - Moinho Matarazzo. ¹¹³

¹¹² MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa:** estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1974.

¹¹³ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile.** São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

No ano seguinte, inaugurou o embrião do que se tornaria a *Metalúrgica Matarazzo*¹¹⁴ e a fábrica de óleo *Sol Levante*, para aproveitar o caroço do algodão utilizado na Tecelagem Mariângela. Com a criação da IRFM (1911), todas as fábricas, depósitos, armazéns, prédios passaram a ser administrados através da mesma empresa, que foi distribuída em onze setores.¹¹⁵

Do patrimônio inicial, 58,8% correspondem ao segmento têxtil: tecelagem, fiação, malharia, tinturaria e a estamparia, esta ainda em fase de construção; 23,5% ao setor de beneficiamento de trigo (moinho, depósitos e armazéns); 8,2 % à fábrica de óleos e à de sabão. O restante – pouco mais de 9% - a engenho de beneficiamento de arroz, escritório central, armazéns e depósitos, edifício da administração central, cocheiras, fábrica de banha em Itapetininga e outros ativos.¹¹⁶

Em 1915, expandiu seus negócios para o estado do Paraná e, em 1920, fundou um frigorífico, no mesmo período fundou a Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. Também em 1920 começou a transferência de muitos negócios para o complexo recém-adquirido no bairro da Água Branca (terreno de aproximadamente 100 mil m²). Em 1926, adquiriu a Viscoseda, fábrica que produzia seda sintética. No início da década de 1930, a IRFM passa a se chamar S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e mantém a sigla IRFM.

O Conde Matarazzo foi alçado à condição de patrono da comunidade italiana em São Paulo, por participar e realizar doações a diferentes associações. Parte do terreno comprado na Água Branca foi doado para o Palestra Itália, associação esportiva organizada pela comunidade italiana; outra importante instituição que contou com sua benfeitoria foi a Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo.

Alessandro Siciliano também foi um dos industriais de origem italiana que se estabeleceram em São Paulo, mas optou por indústrias de setores diferentes de seus compatriotas. Chegou da Calabria aos 9 anos e, junto à sua família, fixando-se na cidade de Piracicaba. Vindo de uma família com boas condições financeiras, estabeleceu-se no comércio. Criou a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, que produzia estruturas metálicas (para construções, trilhos de trem etc.) e

¹¹⁴ Em 1924 Cicillo Matarazzo e Giulio Pignatari adquiriram as instalações metalúrgicas e criaram em sociedade a Metalúrgica Matarazzo.

¹¹⁵ MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1974.

¹¹⁶ COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo**: colosso brasileiro. Vol. 2. São Paulo: Planeta, 2004.

maquinários, possuía uma fábrica de tijolos e cerâmica. Na cidade de Santos possuía a Companhia Frigorífica, e um matadouro na cidade de Barretos. Investiu também na fabricação dos óleos de coco e mamona no Rio de Janeiro.¹¹⁷



Figura 10 - Sede central da Companhia Mecânica e Importadora.¹¹⁸

As empresas e os empresários apresentados são uma amostra dos industriais e comerciantes italianos que “fizeram a América”. Muitos outros, com empresas e indústrias menores, também fizeram parte do movimento de industrialização pelo qual a cidade de São Paulo passou.

Embora as indústrias italianas sejam bastante relevantes para a cidade (e para o estado), existem poucos estudos sobre as empresas ou seus responsáveis. A maior parte das abordagens enfoca dois ou três desses homens, e as empresas pouco aparecem, a não ser em estudos de patrimônio industrial, o que vale somente para os poucos prédios que foram considerados como bens a serem preservados. A maior parte das informações a respeito desses empresários e dessas empresas foi

¹¹⁷ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

¹¹⁸ Cf.: Ibidem.

organizada no álbum *Gli Italiani nel Brasile*¹¹⁹, uma publicação que não pode ser considerada como um trabalho historiográfico, mas sim uma homenagem à comunidade italiana imigrada.

O livro foi escrito ressaltando os pontos positivos dos empresários, descrevendo a todos como pessoas caridosas, benevolentes, trabalhadoras. Foi escrito para ser um elogio a esses italianos. Pode-se perceber também a preferência por alguns deles: Puglise Carbone e Matarazzo tiveram várias páginas dedicadas tanto a suas histórias pessoais como de suas empresas, enquanto Rodolfo Crespi ocupou apenas duas páginas.

Quase todos esses industriais citados aparecem como colaboradores de associações italianas, em alguns casos colaboraram, segundo a publicação, com diferentes associações. Segundo a mesma obra, alguns desses empresários colaboraram com o Comitê Pró-Pátria para ajudar a Itália durante a Primeira Guerra Mundial. Outros foram colaboradores do Instituto Médio Dante Alighieri, como Rodolfo Crespi, Egídio Gamba e Alessandro Siciliano. Todos eles também foram colaboradores da Sociedade Italiana de Beneficência em São Paulo (Hospital Umberto Primo); além deles destacam-se Antônio de Camillis, Francisco Matarazzo e Puglise Carbone.¹²⁰ Camillis e Matarazzo colaboraram na construção de pavilhões que levaram seus nomes ou de seus familiares.

1.4 ASSOCIATIVISMOS: ENTRE TENSÕES E BENFEITORIAS

São Paulo recebeu um número significativo de imigrantes, sobretudo após 1850. As dificuldades encontradas levaram essas comunidades imigrantes a se organizarem em torno de associações com diferentes finalidades. As mais comuns eram de socorro mútuo¹²¹, também foram criados clubes, escolas, jornais.

Entre as associações da comunidade italiana, podemos citar o Instituto Médio Ítalo-brasileiro Dante Alighieri. O consulado italiano no Brasil assim como uma parcela

¹¹⁹ BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

¹²⁰ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência: o caso da Società Italiana di Bebeficenza em San Paolo Ospelade Umberto I**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

¹²¹ CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. **A società Dante Alighieri: um estudo de caso sobre o associativismo étnico italiano em São Carlos/SP – 1902 a 1938**. Tese (Doutorado em Sociologia), UFSCAR, 2020.

dos imigrantes se preocupavam com a criação e manutenção de escolas que mantivessem a língua e a cultura italiana, em especial a criação de institutos médios, já que as escolas primárias, mesmo que de forma precária, existiam. Foi então que a sociedade Dante Alighieri de Roma junto a Rodolfo Crespi e outros empresários italianos em São Paulo decidiram buscar outros investidores para criar a Escola de Ensino Médio. Entre seus colaboradores estavam Giuseppe Puglisi Carbone, Nicola Puglisi Carbone e Francisco Matarazzo, também recorreram a bancos para conseguir empréstimos. O Instituto Médio Dante Alighieri começou a funcionar em 1912, na região central da cidade, e em 1913 o Instituto se instalou na região da Avenida Paulista, em um edifício construído pelo arquiteto Giulio Micheli.¹²²



Figura 11 - Instituto Médio Dante Alighieri.¹²³

A imprensa também teve um papel relevante entre as associações italianas em São Paulo, um dos principais jornais publicados pela comunidade foi o *Fanfulla*,

¹²² FRANCHINI, Fernanda. **Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

¹²³ Cf.: BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

criado pelo jornalista italiano Vitalino Rotellini e publicado semanalmente desde 1884. A publicação era feita em língua italiana até 1941, e em 1942 teve sua publicação interrompida devido ao posicionamento do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (contra os países do Eixo). O jornal apoiava o governo fascista de Mussolini, e se tornou um de seus grandes divulgadores no Brasil. A publicação foi retomada em 1947, nos anos seguintes sofreu algumas mudanças relacionadas a periodicidade e nomenclatura, posteriormente passou a ser publicado eletronicamente.¹²⁴

As sociedades esportivas e recreativas também tiveram um papel importante na vida associativa, entre elas estava o Clube Esperia, fundado em 1899, por Emilio Gallina, Pietro Lazzarone, Luigi Torre, Emilio Tallone, Angelo Quaranta e Fulvio Constanzo, dissidentes de outro clube de remo. O clube funcionou na Chácara Floresta, sua principal atividade era remo, foi um dos primeiros clubes de esgrima, atletismo, tênis e tiro. Assim como outras instituições italianas, teve seu nome trocado em 1942, devido à Segunda Guerra Mundial, passando a se chamar Associação Desportiva Floresta. Na mesma época, perdeu parte de seu terreno, devido às alterações feitas para a criação da Marginal Tietê. Em 1965, voltou a ser chamado de Clube Esperia.

Criaram também o Palestra Itália, em uma tentativa de unir os italianos das diferentes regiões. Surgiu em 1914, tornou-se Sociedade Esportiva e mudou suas cores, de verde, vermelho e branco para verde e branco, também em 1942, pelas questões relacionadas à guerra. Apesar de abranger outros esportes, tornou-se conhecido pelo futebol.¹²⁵

Entre as associações italianas destacam-se as sociedades de mútuo socorro (SMS), como a Sociedade Italiana de Beneficência em São Paulo, fundada de 1878 e que posteriormente fundou o Hospital Humberto Primo. O mutualismo era uma prática realizada no país de origem e foi trazida pelos imigrantes.

Até o início da década de 1890 [...] as sociedades de ajuda mútua constituíam a principal forma de agregação e amparo dos trabalhadores, sobretudo urbanos, concentradas na assistência social dos sócios, uma vez que não existia assistência pública alguma em nenhum desses campos [...] Na Itália, onde as

¹²⁴ MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o Fanfulla (1921-1942). **História**, São Paulo, v. 34, p. 195-215, 2015.

¹²⁵ GUEDES, Claudia Maria; ZIEF, S. G.; NEGREIROS, P. J. L. C. Clubes de imigrantes em São Paulo - SP. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. S.l. 2006, p. 197-199.

associações de socorro mútuo eram fortemente ligadas ao mundo do trabalho, quase exclusivamente urbano.¹²⁶

A primeira sociedade beneficente italiana surgiu no Rio de Janeiro, em 1854, em período anterior ao movimento de imigração em massa e em local com uma pequena presença de italianos.¹²⁷ Em São Paulo, a primeira sociedade foi a *Società Italiana di Beneficenza*, criada em 1878. As primeiras sociedades foram fundadas com caráter nacionalista¹²⁸, ou seja, buscavam abranger imigrantes de todas as regiões do que se tornou a Itália pós-unificação; somente com o aumento da imigração adquiriram o regionalismo como característica.

O regionalismo tem sido abordado como a principal problemática das associações de origem italiana.¹²⁹ Já que, dessa forma, elas acabaram contando com menos associados. As sociedades italianas costumavam ser divididas por regiões de origem, profissão, posicionamento político ou, no caso da capital paulista, bairro de residência.

O associativismo italiano enfrentou dificuldades para a organização das sociedades, havia diferenças regionais e políticas que eram consideradas na formação dessas associações, portanto o número de sociedades italianas era grande, enquanto o número de sócios era pequeno.

[...] a história do associacionismo italiano em São Paulo foi marcada desde o início por rupturas e conflitos, que tinham sua raiz em conflitos políticos e regionais, sobretudo ligados ao em bate entre monarquistas e antimonarquistas e entre italianos do Norte e do Sul.¹³⁰

¹²⁶ BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012, p. 77-79.

¹²⁷ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003.

¹²⁸ Um exemplo parecido com o Hospital Humberto Primo foi o "Circolo Italiani Uniti", na cidade de Campinas, que surgiu como uma sociedade nacional italiana, financiada pelas elites da cidade, que construíram um hospital conhecido hoje como Casa de Saúde Campinas. Ver: MINA, Renan Vidal. **O Circolo Italiani Uniti: uma leitura sociológica sobre identidade, mutualismo e elite étnica em Campinas-SP, 1881-1920**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

¹²⁹ Abordagem comum entre Biondi, Cenni, Alvim, Furlaneto, todos colocam essa característica como um problema para o crescimento e manutenção das sociedades de grupos italianos.

¹³⁰ BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 34, p. 5-12, 1999.

Até 1886, ainda eram poucas as sociedades da comunidade italiana em São Paulo. Posteriormente a 1890, o aumento da chegada de italianos também levou ao crescimento do número de sociedades, porém muitos membros da comunidade, apesar de comparecerem às festividades de uma determinada sociedade, não eram associados, ou seja, não contribuíam mensalmente para a sua manutenção. Sendo assim, o associativismo italiano pode ser visto como frágil.¹³¹

A partir de 1886, novas sociedades surgiram, caracterizando uma segunda fase, que vai até 1896-1897, durante a qual o aumento da imigração italiana permitiu que o processo de formação das mútuas italianas em São Paulo se diversificasse, com a fundação de sociedades específicas por tendência política, por proveniência regional e por ofício [...] Mas todas essas associações eram de fato regionais? Ao longo do tempo, elas foram perdendo suas características localistas, como demonstram tanto os estatutos, que foram sendo reformulados, quanto a presença de membros das diretorias provenientes de quase todas as regiões italianas, ainda que, provavelmente, o núcleo inicial dos sócios fundadores continuasse dirigindo a sociedade.¹³²

O aumento do número de imigrantes levou ao crescimento das associações, e com isso acentuava-se o regionalismo, como foi possível perceber a partir dos nomes adotados pelas sociedades, como no caso de *Unione Meridionale Italiana* e de *Calabresi Uniti*.¹³³ Seria esse o motivo para que as associações não conseguissem cumprir completamente o seu papel.

O maior obstáculo para uma ação mais relevante das SMS- apontado por aquelas que delas participavam-, envolvendo o interesse de toda a comunidade italiana ou o interesse dos mais desfavorecidos, foi a grande divisão entre seus membros. Mesmo quando atingiram a cifra de 170 unidades em 1908, seus próprios nomes indicam a divisão baseadas nas diferentes regiões italianas. Assim, os representantes da Lombardia, Veneto, Calábria ou Abruzzi, uniam-se mais em função de seus interesses específicos do que em função da coletividade.¹³⁴

¹³¹ BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012.

¹³² Ibidem.

¹³³ Idem. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 34, p. 5-12, 1999.

¹³⁴ ALVIM, Zuleika. **Brava Gente: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 172.

Essas dissidências também aconteciam por outros motivos, as questões políticas foram significativas para a fragmentação das associações.¹³⁵ As divergências entre republicanos e monarquistas levaram à fundação de sociedades e fragmentação de outras, haja vista casos como o da *Società Fratellanza Italiana del Cambucy*, que teria obrigado alguns sócios a se afastarem por serem socialistas e tentarem colocar em pauta questões sociais. Esses dissidentes criaram uma associação chamada *Circolo Socialista Rionale “Enrico Ferri” del Cambucy*.¹³⁶ Tais divisões políticas são tão complexas que não há consenso na historiografia com relação ao seu futuro e sua ligação com questões sindicais.¹³⁷

A participação da elite italiana foi também delicada para a organização e manutenção dessas associações.¹³⁸ Estar à frente das sociedades indica uma posição de poder dentro da própria comunidade italiana, podendo ser visto ainda como forma de aceitação da elite paulista a esses imigrantes emergentes.

Como amiúde ocorre em processos de conformação de elites étnicas locais, seus diretores passaram a obedecer uma dupla agenda, não raro conflitante: de um lado, atender aos anseios da colônia italiana, por vezes reforçando a identidade desta e os vínculos com a terra natal; de outro, extrapolar os limites da própria colônia e integrar as elites locais dominantes de cada município, diluindo assim seu caráter étnico. A busca simultânea por prestígio interno (reconhecimento pelos associados) e externo (pelas elites oligárquicas locais) encerrou uma ambiguidade que vertebrou muitas das rivalidades e disputas sobre quem fala em nome dos italianos no seio das associações.¹³⁹

¹³⁵ Trento e Biondi são os autores que dão ênfase à questão política, outros autores, como De Luca, Truzzi e Furlaneto, colocam a questão da classe social, porém essas classes também estão de alguma forma ligada a política. A elite normalmente ligada ao monarquismo e as classes trabalhadores ao socialismo, anarquismo e ao republicanismo.

¹³⁶ BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 34, p. 5-12, 1999. Idem. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012.

¹³⁷ Biondi, em seu texto escrito em 1999, exalta a transformação de algumas sociedades em sindicatos, ressaltando a participação de muitos de seus organizadores no Partido Socialista Italiano. Em texto mais recente, produzido em 2012, o mesmo autor coloca que as sociedades mutuais não foram a base de formação dos sindicatos, mas sim ligas de resistência.

¹³⁸ Os problemas entre elite e as associações foi mencionado por: LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990. BIONDI, op. cit., 1999. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. FURLANETTO, Patricia Gomes. **O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

¹³⁹ TRUZZI, op. cit., p. 95.

Essas também foram preocupações na Sociedade Beneficente Italiana em São Paulo, que fundou o Hospital Humberto Primo.¹⁴⁰ A parcela mais abastada que colaborou para a manutenção e construção dos edifícios do hospital tinham uma forte preocupação com a aceitação enquanto elite.¹⁴¹

[...] para os que ascendiam na camada social essas associações representavam um meio para o exercício do mecenato, capaz de propiciar renome fora e dentro da colônia [...] Não se pode esquecer que a pequena camada de imigrante que amealhou fortuna não encontrou, de imediato, guarida na aristocracia local [...] é certo contar que a segregação nunca foi total [...] os mais abastados buscavam o reconhecimento no interior da própria colônia. Nessa medida, a iniciativa da constituição e/ou direção de uma sociedade e auxílios poderia partir de elementos ricos, que impunham a realização de uma grande tarefa, capaz de redimi-los perante toda a sociedade [...] aqui destaca-se a construção de um grande hospital – obra levada a cabo pela Sociedade Italiana de Beneficência, depois Sociedade Italiana de Beneficência para o Hospital Umberto I [...]¹⁴²

A elite italiana utilizava as associações como forma de descarregar suas frustrações, as divergências entre os membros dessa nova elite imigrante fizeram com que a própria associação criada para essa parcela da população (Círculo Italiano) não atingisse um número relevante de sócios.¹⁴³

Apesar de todas as questões citadas como dificuldades para a unificação das associações italianas, houve tentativas de organizar uma federação das sociedades italianas.¹⁴⁴ Entre as tentativas¹⁴⁵ a considerada mais bem sucedida ocorreu em 1904, quando representantes de várias sociedades italianas se reuniram para discutir sobre união e a constituição de uma “italianidade”.¹⁴⁶ O congresso organizado pela

¹⁴⁰ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência**: o caso da Società Italiana di Beneficenza em San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

¹⁴¹ KIKUCHI, op. cit., 1997.

¹⁴² LUCA, op. cit., p. 143.

¹⁴³ TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

¹⁴⁴ Ibidem. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: "andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente**: os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986. BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012.

¹⁴⁵ Trento e Cenni mencionam quatro tentativas de congressos para reunir representantes de associações italianas (1884 – 1890 – 1897 – 1904), Biondi e Alvim relatam apenas duas tentativas (1897 – 1904).

¹⁴⁶ CENNI, op. cit., 2003.

Sociedade Galileu Galilei foi o mais bem sucedido, mas, ainda assim, não obteve resultados positivos na união da comunidade em torno das associações.

As Sociedades de Mútuo Socorro trouxeram para o Brasil muito da experiência italiana, onde tinham como intenção suprir as necessidades que o governo não conseguia, como assistência à saúde e aposentadorias; eram também lugares de socialização de seus sócios.¹⁴⁷ Muitas dessas características foram mantidas na constituição das sociedades em São Paulo, não só as de origem italiana.

O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas. Quase que unanimemente elas tomavam a si a incumbência de cuidar da saúde dos sócios, garantir seu sustento quando impossibilitados de trabalhar, zelar pela família daqueles que faleciam, encarregar-se do funeral dos membros. Propunham-se ainda a assistir juridicamente os sócios e prestar auxílio aos que fossem presos. Preocupavam-se com a educação dos sócios e de seus filhos, e possibilitavam oportunidades de lazer patrocinando festas, bailes e piqueniques.¹⁴⁸

As sociedades possibilitavam aos imigrantes contato com a língua materna, as tradições e os costumes. Serviam também como uma maneira de manter os laços com a terra natal. A maioria delas teve uma vida curta, e muitos imigrantes passavam de uma sociedade para outra.¹⁴⁹

Uma das questões que merecem atenção e têm sido motivo de discussão na historiografia sobre o tema está relacionada ao uso do termo “urbano”. Para alguns autores, as sociedades são majoritariamente urbanas¹⁵⁰. Afirmação da qual outros estudiosos discordam¹⁵¹, vendo como necessário discutir o entendimento de “urbano”. A assistência das sociedades praticamente não chegava à população italiana

¹⁴⁷ BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. *Travessia - Revista do Migrante*, n. 34, p. 5-12, 1999. CENNI, op. cit., 2003.

¹⁴⁸ LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 24.

¹⁴⁹ FURLANETTO, Patricia Gomes. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁵⁰ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

¹⁵¹ ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986. FURLANETTO, op. cit., 2007.

residente em zonas rurais¹⁵², também se ressalta a pouca participação dos trabalhadores das fazendas nas sociedades de mútuo socorro.¹⁵³

Mesmo com tantas dificuldades, a vida associativa italiana em São Paulo foi bastante rica. Segundo dados organizados, os italianos possuíam 26 sociedades entre 1859 e 1935, enquanto os portugueses, que eram o segundo maior grupo, possuíam apenas oito associações.¹⁵⁴

As Sociedades de Mútuo Socorro conseguiram de alguma forma suprir a necessidade de políticas sociais que não existiam naquele período. Elas também foram fundamentais para a criação do sentimento de “italianidade”. Com o passar do tempo, essas associações foram perdendo seu caráter regionalista, em razão da diminuição da imigração e da maior presença ítalo-brasileiro.

Entre as sociedades que tiveram destaque na comunidade italiana, e que conseguiram de alguma forma unir diferentes setores da comunidade, está a *Società Italiana di Beneficenza*, responsável pela criação do Hospital Umberto Primo, que uniu distintas regiões da Itália, contou com a participação dos empresários e buscou atender a todos que procuraram por seus serviços, sendo um exemplo de associação italiana que prosperou, apesar das adversidades.

¹⁵² TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). SciELO-Editora UNESP, 2018. ALVIM, Zuleika. **Brava Gente**: os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁵³ Truzzi entende como urbano as regiões comerciais das cidades do interior, então São Carlos, Jaú e outras cidades são por ele consideradas áreas urbanas. Possivelmente o entendimento de Trento por urbano seja o mesmo. Enquanto para Alvim e Furlaneto o conceito de urbano estaria ligado a cidades maiores.

¹⁵⁴ LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

CAPÍTULO II – HOSPITAL UMBERTO PRIMO: CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA

Este capítulo aborda temas referentes à organização do hospital Umberto Primo, até mesmo antes da criação da instituição. A Società Italiana di Beneficenza in San Paolo, criada no final do século XIX, propôs-se a construir um hospital para atender às necessidades da comunidade italiana que chegava à capital paulista, porém não foi tarefa fácil organizar e arrecadar donativos para a construção. Os conflitos surgidos foram expostos muitas vezes no jornal Correio Paulistano.

Após a construção do hospital Umberto Primo em 1904, o prédio passou por períodos de expansão e constantes construções e reformas, em grande parte financiadas por doações de imigrantes italianos, em especial os membros da família Matarazzo. Essa expansão pode ser analisada através das plantas existentes nos pedidos de construção feitos à prefeitura de São Paulo, consultados no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, além de reportagens em jornais.

Muitos anos depois do início da construção do hospital, em 1986, uma grave crise se instaurou quando o superintendente do hospital foi preso acusado de fraudar o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), órgão do governo federal que fazia o repasse de verbas. O “Escândalo do INAMPS” teve impacto negativo na imagem do hospital, culminando no encerramento temporário de suas atividades, devido à crise financeira estabelecida. Na tentativa de solucionar as questões do hospital, os funcionários se articularam em diferentes manifestações que buscavam a retomada do funcionamento total da instituição.

2.1 SOCIETÀ ITALIANA DI BENEFICENZA IN SAN PAOLO E A CRIAÇÃO DO OSPEDALE UMBERTO PRIMO

A comunidade italiana emigrada para a cidade de São Paulo, assim como muitas outras comunidades imigrantes, buscou através do associativismo manter os laços com a terra natal e com seus conterrâneos, além de articular essa parcela da população em torno de uma causa: a garantia de melhores condições para os grupos imigrantes. Entre as tantas associações, algumas foram longevas e prósperas, como o caso da sociedade que fundou o hospital Umberto Primo.

“Società italiana di Beneficenza in San Paolo” foi o nome dado à associação de imigrantes italianos em São Paulo, que tinha como intenção a criação de um hospital para atender e ajudar a comunidade que residia na cidade. A sociedade surgiu em 1878, através do jornal Correio Paulistano foi possível remontar parcialmente sua formação. O periódico publicava as chamadas para reuniões e questões importantes referentes à sociedade e à sua organização.

Durante alguns anos, a maioria das publicações era feita em língua italiana, mesmo sendo um jornal paulista, o que podia significar uma limitação a quem recebia a informação – um brasileiro que não soubesse ler em italiano, por exemplo, não teria acesso à informação publicada. Até mesmo para os italianos o acesso às informações era limitado, visto que, no final do século XIX e início do XX, uma parcela considerável dos imigrantes italianos não era alfabetizada.¹⁵⁵

O jornal Correio Paulistano passou por diferentes momentos em sua história. Cabe ressaltar que esteve ligado ao PRP (Partido Republicano Paulista) e, com o passar dos anos, foi estreitando relações com o governo paulista.

Ao ser proclamada a República, o Correio Paulistano assinou contrato com o Partido Republicano e seguiu a ele atrelado por quase setenta anos. Mesmo acompanhando o desenvolvimento dos demais grandes jornais da época, editado em grande formato, com oito cadernos e mais de cem páginas, ser o órgão oficial do partido que representou quarenta e um anos de poder consecutivo no Brasil, de 1889 a 1930 (com vários retornos após esta data), arriscava toda e qualquer “independência” do jornalismo por ele praticado... Já o Correio Paulistano, ao ocupar o espaço deixado pelo seu concorrente, faz o caminho inverso e se atrela ainda mais afuniladamente ao governo. Outra nuance se põe dentro desta mesma questão: depois de 1930, com a deposição do último presidente sequencial do Partido Republicano Paulista por Getúlio Vargas, o Correio Paulistano foi empastelado e suas oficinas incorporadas ao patrimônio público. A intervenção durou quatro anos. Quando finalmente o jornal voltou a circular, continuando a ser o veículo de comunicação do Partido Republicano, naturalmente, explodiu em oposição ao governo. Neste momento, aponto, ele deixa de ser um jornal de “situação” para se tornar de “oposição”, o que não altera em nada sua condição de “dependência”. Sua ligação

¹⁵⁵ HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo** (1880-1889, 1902-1914). São Paulo: Hucitec, 2018. Quadro demonstrativo da porcentagem de emigrantes analfabetos, segundo nacionalidades – o quadro faz referência aos Estados Unidos, mas serve como parâmetro para o caso do Brasil.

com o PRP só terminaria em 1955, época em que o conceito de empresa jornalística já estava estabelecido.¹⁵⁶

O primeiro presidente da Società Italiana di Beneficenza in San Paolo (SIBSP) foi Dr. Inacio Betoldi, um dos primeiros médicos imigrantes vindos da Itália. Ele passou pelos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, até se fixar em São Paulo. Imigrou por questões políticas em 1831, fazia oposição à monarquia, à escravidão e foi um dos colaboradores da reforma sanitária na cidade.¹⁵⁷ Convocou, em 22 de fevereiro de 1878, uma reunião através do jornal para tratar de assuntos da sociedade:

Todos os italianos residentes nesta província estão convidados a se reunir ao teatro S. José no dia 24 deste mês às 11 horas, para tratar de negócios relativos à consolidação e melhoria da sociedade beneficente, e principalmente do estatuto.¹⁵⁸

Ao que tudo indica, a maior parte das associações beneficentes começou a se organizar nessa mesma época. Uma parcela da população que compartilhava algo, como nacionalidade, religião, sexo ou profissão, reunia-se para discutir os problemas em comum, criava pautas e definia normativas para a fundação da entidade. As normativas para a criação de instituições começaram a ser criadas em 1818, e o Decreto n. 2.711 de 19 de dezembro de 1860, que instituía a chamada Lei dos Entraves¹⁵⁹, regulamentou as associações mútuas, entre elas a Sociedade Italiana de Beneficência em São Paulo.¹⁶⁰ Sendo assim, muitas das publicações feitas pela *Società* correspondiam a normativas do governo imperial.

Quando convocadas através dos jornais¹⁶¹, as reuniões eram abertas ao público. Meses depois, em maio, uma nova reunião foi anunciada, agora com a intenção de eleger a diretoria da sociedade, como previsto na legislação:

¹⁵⁶ THALASSA, Ângela (et al.). **Correio Paulistano**: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna - O jornal que não ladra, não cacareja e não morde. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁵⁷ SALLES, M. D. R. R. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) - um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996.

¹⁵⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 25, n. 6387, 22 fev. 1878. (tradução nossa)

¹⁵⁹ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Associativismo, proteção social e poder público no Segundo Reinado**: mútuas e beneficentes na pluralização do espaço público da Corte (1860-1882). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁶⁰ LUCA, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto, 1990.

¹⁶¹ MOTT, Maria Lucia (et al.). Assistência à saúde, filantropia e gênero: as sociedades civis na cidade de São Paulo (1839-1929). In: MOTT, M. L.; SANGULARD, G. (Orgs.). **História da saúde em São Paulo**: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958). Barueri: Manole, 2011.

Convidam-se os sócios a reunirem-se no salão do Teatro de S. José, domingo dia 26 deste mês às 11 horas da manhã, para assistir ao encerramento do 1º trimestre, tratar dos interesses relativos à sociedade e realizar uma nova e definitiva eleição da diretoria, de acordo com o estatuto.¹⁶²

No mês de junho, ainda de 1878, também foi convocada uma reunião pelo presidente da associação, mas a pauta não foi citada no jornal. No mês seguinte, julho, foi publicado um pedido do presidente, Dr. Betoldi, para que os sócios pagassem suas mensalidades para o tesoureiro da sociedade, Francisco Antônio Barra.

No dia primeiro de fevereiro de 1879, uma nova reunião foi convocada para discutir a gestão do ano anterior e eleger novo Conselho administrativo.

Todos os sócios, bem como os que pretendam associar-se, estão convidados a comparecer na reunião da assembleia geral, que terá lugar no domingo, 2 de fevereiro deste ano, na sala do teatro S. José, às onze horas da manhã; tratar da revisão da gestão da administração anterior, e proceder à nova nomeação do conselho de administração, que deverá exercer funções no ano em curso (2ª gestão).¹⁶³

No dia 9 de abril do mesmo ano, foi marcada outra reunião do Conselho, para tratar de assuntos da associação não especificados, e ao fim estavam listados os novos ocupantes dos cargos de conselheiro:

Presidente: dr. I. Betoldi; Vice-presidente: Enrico Scuvero; Tesoureiro: dr. Giovanni Eboli; Vice-tesoureiro: Francesco Mori Garibaldi; Secretario-engenheiro: Raffaele Romano; Vice Secretario-engenheiro: Pompeo Scuvero; Conselheiros: Luigi Pugliese, Giacomo Gaudino, Beneamino Fragale, Pietro Stura, Paquale Borreli, Eusebio Gamba, Carlo Rossi, Francesco Vanai, Pietro Riccardino, Bartolomeo Gandolfo, Francesco Riccardi, Achille Balestrini; Conselheiros suplentes: Nicola Pagano, Marco Valentino, Pasquali Bertoldi, Giovanni Pinotti, Fragale, Matteo Oliveira.

Essa era a nova composição do Conselho administrativo, que organizava a Sociedade e buscava com ela a criação de um hospital. Pouco tempo depois da eleição dos novos membros do Conselho, a Societá Italiana de Beneficência fundiu-se com a Sociedade Nacional Italiana.

¹⁶² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 25, n. 6458, 22 mai. 1878. (tradução nossa)

¹⁶³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n° 6660, 1º fev. 1879. (tradução nossa)

Tendo-se incorporado á esta sociedade, outra que existia com o mesmo fim dela, intitulada- Sociedade Nacional Italiana, e convido que os membros dela tomem parte também na eleição do pessoal administrativo, convidan-se todos os sócios a reunirem-se em assemblea geral para se proceder á eleição definitiva. Outros assumptos de mais sabido interesse se tartarão na mesma occasião...¹⁶⁴

Nos dias 20 de junho e 18 de julho de 1879, os sócios foram chamados pelo secretário Raffaele Romano para tratar da prestação de contas, os dois encontros ocorreram no teatro São José, na região central da cidade. A questão do local para as reuniões foi pauta das discussões do dia 26 de outubro ainda naquele ano.

Convidamos os sócios a se reunir em assembleia geral no domingo, 2 de novembro, para:
 1º Tratar do relatório da gestão do tesoureiro;
 2º Ouvir o relatório da comissão encarregada de opinar sobre a criação de uma sala para as suas sessões;
 3º Atender às reclamações e propostas dos sócios.¹⁶⁵

A partir dessa publicação, fica perceptível que a associação estava no início e ainda em fase de estruturação, principalmente por não ter até aquele momento um local próprio para organizar suas reuniões, utilizando assim o espaço do teatro. Em outros momentos também ficaram evidentes as dificuldades encontradas, como por exemplo no dia 31 de janeiro de 1880, quando o Conselho teve de ser reestruturado e a instituição foi colocada como apática.

Os membros abaixo assinados de sua empresa italiana da Caridade, dado o estado de decadência em que ela foi reduzida e para tirá-la da apatia de onde foi invadido pela demissão de direito e de fato do conselho de administração. Eles convidam todos os que fazem parte, se reúnem no próximo domingo, 1º de fevereiro, a fim de ouvir opiniões avaliadoras sobre a gravidade do assunto e chegar imediatamente à nomeação dos respectivos cargos. O ponto de encontro é o morro do Chá, Casa Fragale, às 14h.

São Paulo, 25 de janeiro de 1880 – G.N. Ferri. A Balestrini – A. Fasoli – F. Riccardi – F. Vanni – L. D. Angelo – M. Gazineo – P. Borrelli – R. Romano – L. Pugliese – G. Eboli – N. Pagano – B. Fragale – B. Lanzillotta¹⁶⁶

¹⁶⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n. 6711, 5 abr. 1879.

¹⁶⁵ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n. 6878, 26 out. 1879. (tradução nossa)

¹⁶⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 6957, 1º fev. 1880.

No Correio Paulistano do dia 15 de fevereiro de 1880, uma nova nota foi publicada retomando as eleições para o Conselho Administrativo da sociedade:

Por despacho do Conselho de Administrativo os chama a atenção dos senhores que com a sua sessão do dia 5 deste mês, resolveu anular a eleição que ocorreu no dia, 1^a deste mês e que depois ao controle feito pelo secretário que através do repertório de registros observou que o número de eleitores incluídos nome de pessoas que não pertencem à sociedade. Diante do exposto, o referido conselho convida os senhores sócios a reunirem-se na sala do teatro São José no dia 22 deste mês a partir das 13h onde irá acontecer a nova eleição do Conselho Administrativo. Em caso de novos mal-entendidos, os acionistas obterão o último recibo ou diploma.¹⁶⁷

Pouco tempo depois, em abril, a SIBSP anunciou através do jornal o novo local de pagamento para os sócios:

A abaixo assinado faz a honra de avisar os srs. membros que os pagamentos mensais serão pagos de agora em diante ao negócio do secretário via del Commercio n.9, que está aberto a partir das 10h às 3 da tarde excluindo feriados como também, todos os italianos que desejam fazer parte desta benemerita instituição podem ir.¹⁶⁸

Através dos anúncios de 26 de julho de 1878 e de 27 de abril de 1880, observam-se irregularidades no pagamento das contribuições e tentativas de aumentar o número de associados. A associação publicou “lembretes” a respeito do local onde as mensalidades deveriam ser quitadas, bem como convites chamando novos membros da comunidade italiana para fazer parte da SIBSP. Para aumentar as arrecadações, alguns eventos tinham parte de seu lucro revertido em favor da Societá.

A SIBSP publicava anúncios dos eventos organizados em favor da instituição, que, diferentemente das convocações, visavam um público maior, por isso eram publicados em português, e não em italiano, como a maior parte das matérias referentes à Sociedade.

¹⁶⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 6967, 15 fev. 1880.

¹⁶⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 7025, 27 abr. 1880.

CIRCO CASALI
LARGO DE S. BENTO
GRANDE COMPANHIA
EQUESTRE, GYMNASTICA RACIOBATICA
DIRECTOR
LUIGI CASALI
Hoje, Terça-feira 10 de Dezembro
ULTIMA FUNÇÃO
EM BENEFICIO DA
SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICENCIA
AS 8 E MEIA DA NOITE



A função será composta de duas semanas sendo os trabalhos escultivos à capricho, e entre elles será executado o grande successo de

HOMEM PROJECTIL
que tanto tem agradado em S. Paulo.

AO PUBLICO
Tendo a Companhia de dar no Sábado, em Campinas, o seu primeiro espectáculo será este o

ULTIMO definitivamente
A Companhia Casali despede-se do generoso publico paulistano.

Typ. de «Correio».

Figura 12 - Anúncio de circo em prol da Sociedade Italiana de Beneficência.¹⁶⁹

THEATRO S. JOSE'
QUINTA-FEIRA, 29
ULTIMO
E EXTRAORDINARIO ESPECTACULO
DA GRANDE COMPANHIA DE

MARAVILHAS
EM BENEFICIO DA
SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICENCIA
EM S. PAULO

Offerecido generosamente pelo Illm. sr. Conde Erasco Patrício de Castiglione, para a construcção de um Hospital Italiano



ESPECTACULO DA SOCIEDADE ITALIANA DE BENEFICENCIA

59

Espectaculo monstro em que toma parte toda a Companhia de S. Bento, e o prestigio classica e TAUNATURGIA MEMORISTICA

Grande acto pelo
Conde Patrizio
Pela ultima vez
A SUSPENSÃO AEREA
ou
UM SONHO ETHEREO
com figuras allegoricas de Italia e seu respectivo Hymno Nacional.
A pedido geral, a applaudida tropa velocipedista

A MARAVILHA DE LONDRES
O muito applaudido
KALEIDOSCOPIO GIGANTE
com vistas novas, quadros executados pelos melhores pintores de Paris e Roma.
E' o maior apparatus que se tem visto nesta época.

A Condessa Rita Gall Patrizio
effectuara duas experiencias mamnotesticas

O nec plus ultra do genero
A' s 8 e 1/2 horas.

PREÇOS	
Camarotes de 1ª e 2ª ordens	15000
Ditosa de 3ª ordem	8000
Cadeiras	3000
Galarias	2000
Galarias	1500

Os bilhetes vendem-se, por especial favor, em casa do sr. João Martins, rua de S. Bento, e o pequeno resto, no dia do espectáculo na bilheteria do theatro.

A Commissão agradece desde já a todas as pessoas que se dignarem aceitar bilhetes para esta festa de caridade, bem como aos panheiros da terra como a illustrado e generoso publico paulistano que concorrerá a elle por obra.

A Commissão
Francisco Antonio Barra,
Martim Oliveira,
Dr. Domingos Ebbel,
Guilherme Caselli,
Camilla Machetti,
Andrea Fazio.

Typ. do Correio Paulistano.

Figura 13 - Anúncio de espetáculo em prol da Sociedade Italiana de Beneficência.¹⁷⁰

Diferentes eventos foram noticiados em prol da Sociedade Italiana de Beneficência, alguns mais evidenciados que outros, como foi o caso do “grande evento” organizado pelo Conde Patrizio de Castiglione, em benefício da construção de um hospital italiano (figura 13). O evento ocorreu no dia 29 de julho de 1880, mas no dia 31 de julho o tesoureiro da Sociedade publicou uma nota que dizia:

Matheus de Oliveira, thezoureiro da Sociedade Italiana de Beneficencia declara que não recebeu quantia alguma produto de bilhetes tanto e camarotes como de cadeiras ou geraes, que por ventura tenha sido passados, para o beneficio da mesma sociedade oferecido pelo sr. Conde Patrizio de Castiglioni.¹⁷¹

¹⁶⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 dez. 1878.

¹⁷⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 jul. 1880.

¹⁷¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 7100, 31 jul. 1880.

Em 1881, através das publicações, percebem-se os problemas organizacionais que a Sociedade enfrentava. No final do mês de janeiro, foi publicado o resultado da eleição dos novos ocupantes dos cargos de conselheiro da instituição. No dia 13 do mês seguinte, fevereiro, foi anunciada uma reunião para escolher uma comissão de revisão de contas. Poucos dias depois, em 22 de fevereiro, foi publicado novamente o convite para a escolha de uma comissão para revisar as contas. Em 29 de abril o mesmo voltou a acontecer, mas dessa vez o anúncio dizia “A reunião será considerada legal independente do número de sócios presentes”. Sendo assim, pode-se perceber a pouca participação dos sócios nas atividades da associação.

Nas publicações de 1881 também se observa que as reuniões passaram a acontecer sempre no mesmo local que aparece nos jornais como “Morro do Bixiga”, possivelmente fazendo referência ao espaço que posteriormente se tornaria a primeira sede do hospital Umberto Primo. No ano seguinte (1882), as reuniões voltaram a acontecer em outros lugares, um deles era a casa do então presidente da associação Dr. Ignacio Bertoldi. No mês de setembro, também de 1882, a Sociedade Italiana de Beneficência uniu-se novamente a outra associação, mas o nome não foi identificado pelo Correio Paulistano;

Convido os senhores socios para a assembleia geral extraordinária a realizar-se no domingo, 1 de outubro, às 14h00, no teatro do ginásio (gentilmente cedido).

Agenda

Trato da fusão das duas Sociedade beneficentes.¹⁷²

Em 25 de janeiro de 1885, discutia-se o início da construção do hospital. Desde a primeira reunião da SIBSP até o início da construção do hospital houve um intervalo de sete anos. Dois fatores podem ser colocados como causa da demora: o primeiro seria a escassez nas colaborações financeiras da comunidade italiana; e o segundo, a falta de organização dos sócios.

Assembleia Geral Extraordinária

Em nome do Presidente, convido os senhores sócios a se reunirem as sete da tarde do dia vinte e oito desde mês, sábado, á rua Senador Florêncio de Abreu n. 29.

Agenda do Dia

¹⁷² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 29, n. 7786, 29 set. 1882.

Resolução do dia para colocar a pedra fundamental do hospital da sociedade beneficente italiana, no terreno que possui, no Campo da Bela Vista. (Bexiga).¹⁷³

A construção do hospital teve início em 1885. As obras dependiam de doações, por isso os sócios recorreram aos jornais para buscar novos donativos:

Da Gazeta de Notícias de hontem: "Aqui ha tempos, alguns italianos, domiciliados em S.Paulo, dispondo de poucos recursos, mas dotados de boa vontade e energia, metteram hombros a uma empreza que a muita gente se afigurou uma utopia.

Dispondo de um capital quasi irrisorio, novecentos e poucos mil réis, começaram a construir o hospital Umberto Primeiro, da Sociedade Italiana de Beneficencia de S.Paulo.

Pouco depois, os mesmos que maus se admiram do arrojo da tentativa deixaram se influir pela coragem e dedicação dos iniciadores e contribuíram tambem com as suas quotas.

Hoje, e hospital está quasi construido; faltam-lhe apenas as telhas, e uma commissão composta dos srs. Luigi Pugliese, Matteo Oliveri, Eusebio Gamba e Pietro Gallo veio a esta côrte tratar de obter alguns donativos para concluir as obras.

Hontem tivemos o prazer de receber a visita desses cavalheiros, que nos deixaram uma lista, que está no nosso escriptorio á disposição de quem quizer contribuir para obra tão util, compromettendo-nos nós a publicar o nome dos doadores e a importancia de seus donativos, salvo ordem em contrario."¹⁷⁴

Os nomes dos colaboradores foram publicados nos jornais, como prometido:

"O sr. Manoel José de Oliveira Campos, commerciante nesta capital, fez ao Hospital Umberto I, o donativo de 100\$000."¹⁷⁵

Superando obstáculos, a Sociedade concretizou seu objetivo com a compra de um terreno para a construção do hospital em 1881¹⁷⁶, mas conseguiu iniciar a construção somente passados quatro anos. O hospital foi construído no bairro do Bexiga, conhecido como território de imigrantes italianos, particularmente calabreses.

¹⁷³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 31, n. 8530, 25 jan. 1885.

¹⁷⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 31, n. 8732, 1º out. 1885.

¹⁷⁵ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 32, n. 8848, 21 fev. 1886.

¹⁷⁶ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: "andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003.



Figura 14 - Primeiro prédio do hospital, localizado à Rua Major Diogo, 200, Bixiga.¹⁷⁷

Com o crescimento da comunidade, o hospital em pouco tempo tornou-se pequeno para atender às demandas.

A Sociedade Italiana de Caridade que promoveu e - com a ajuda da Colônia e do mesmo país que a capital - quase concluiu a construção do prédio destinado ao "Hospital Italiano Umberto I", veio com a louvável resolução de trabalhar para que o Instituição vantajosa para se erguer finalmente e responder ao propósito proposto pelos seus beneméritos fundadores.

Honrados pelo mandato de estudar os meios pelos quais a resolução da Companhia é plenamente implementada, consideramos nosso dever apelar, em primeiro lugar, à Colônia Italiana, pois, convencidos da urgência de remover o edifício inacabado do estado deplorável em que se encontra hoje, dar tudo seu apoio e cooperação para formar o fundo necessário para a conclusão da construção e para a formação daquele patrimônio que terá então que fazer o trabalho caridoso funcionar em benefício e decoro de nossa Colônia.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Cf: EE DRA MARIA AUGUSTA SARAIVA. A escola em 1907. Revista. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://eedramariaaugustasaraiva.blogspot.com/2014/04/blog-post.html>>.

¹⁷⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 38, n. 10.589, 9 jan. 1892.

Dessa forma, o prédio foi vendido¹⁷⁹ e um novo terreno foi adquirido no chamado Morro Vermelho. Os estudos a respeito do novo terreno não foram positivos, foi então vendido ao padre Guilherme Paolini, e ali funcionou um asilo e um hospital de olhos dirigido pelo Dr. Francisco Pignatari.

A chacara pertence a Sociedade Italiana de Beneficencia e onde devia ser installado o hospital Umberto 1º, foi comprada pelo padre Paolini, com a condição de ser estabelecido allí um asylo, havendo no contrato as seguintes clausulas:

'No caso de não ser o hospital Umberto 1º construído para funcionar dentro do prazo de dez anos, ou de extinguir-e até então, ficara a chácara do Morro Vermelho sendo patrimônio da Santa Sé, continuando a ser mantida como instituição de caridade.

O padre Guilherme Paolini ou o novo asylo creado para abrigo de imigrantes, depois de ser constituído pessoa jurídica, não poderá hypotecar, alienar ou agravar com qualquer ônus, a chácara do Morro Vermelho sem o consentimento da Directoria do Hospital Umberto I...¹⁸⁰

Na sequência, um novo terreno próximo à Av. Paulista foi comprado. Em 1º de janeiro de 1904, o novo hospital, localizado na Alameda Rio Claro, foi inaugurado, com dois pavilhões e 50 leitos, elaborados pelo arquiteto italiano Giulio Micheli¹⁸¹. Nesse período a associação teria alcançado o número expressivo de 2.572 sócios, número que, no entanto, em 1905 sofreu uma queda de aproximadamente 75%, chegando a 647 sócios.¹⁸²

Para a organização da *kermesse* de inauguração foram criadas comissões para coletar doações e tornar possível o festejo.

¹⁷⁹ O prédio foi vendido para o governo do Estado e atualmente funciona no local a E.E. Dra. Maria Augusta Saraiva.

¹⁸⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 14.330, 10 jul. 1903.

¹⁸¹ Giulio Micheli foi um arquiteto de origem italiana, nascido em Florença e formada em Paris. Chegou a São Paulo em 1888 aos 26 anos, e logo começou a trabalhar no escritório de outro italiano, Luigi Pucci. Além de responsável pelo hospital Umberto Primo, Micheli também fez parte dos projetos de um dos pavilhões da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e do Viaduto Santa Ifigênia. SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura Italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

¹⁸² LUCA, Tania Regina de; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Mutualismo em São Paulo: o sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto, 1990.

Na residência do sr. Consul geral da Italai, cov. Gherardo Pio de Savoia, reuniu-se hontem ás 3 horas da tarde a comissão encarregada dos festejos em beneficio do Hospital Umberto I, a realizar-se brevemente nesta capital. Presidiu a sessão a exma. Sra. D. Juçia Pio de Savoia. Para a collecta de donativos para a kermesse, que se realizará no dia da inauguração do hospital foram nomeadas as seguintes comissões...¹⁸³

O presidente do hospital na data da abertura, o Dr. Carlo Comenale¹⁸⁴, médico italiano que imigrou para o Brasil e se fixou na capital paulista, ajudou a fundar o Hospital Matarazzo e foi diretor clínico por 36 anos, faleceu em 1942, aos 87 anos. Como reconhecimento de sua importância, em 1948 seu nome foi dado a uma das ruas próximas ao antigo hospital que ajudou a fundar.¹⁸⁵ O corpo clínico era composto em sua maioria por médicos de origem italiana, e a entidade começou a receber pacientes “sem distinção de nacionalidade, raça, cor ou religião”¹⁸⁶.

Quando o hospital Umberto Primo foi fundado, o Brasil possuía apenas duas escolas de medicina, uma no estado da Bahia e outra no Rio de Janeiro. Portanto, São Paulo ainda não formava médicos, sendo assim, muitos dos médicos que trabalhavam no hospital eram imigrantes italianos. Durante o período de 1831 a 1920, entraram no estado de São Paulo 41 médicos italianos; desses, 20 participaram de alguma forma da Sociedade Italiana de Beneficência em São Paulo.¹⁸⁷

Em seu primeiro ano de funcionamento, o hospital teria internado 710 pacientes, sendo apenas 85 pagantes.¹⁸⁸ Dessa maneira, cumpria seu papel beneficente. Seus colaboradores, por sua vez, destacavam-se por seus atos filantrópicos com os menos favorecidos. A organização do hospital contava especialmente com a contribuição dos grupos privilegiados e não acreditava na importância das pequenas contribuições.

¹⁸³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 14.702, 18 jul. 1904.

¹⁸⁴ Carlo Comenale foi um médico italiano, formado pela Universidade de Nápoles. Imigrou para o Brasil em 1883 e pouco tempo depois da chegada colaborou no combate à febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, mudou-se para o estado de Minas Gerais, onde casou e teve filhos. Estabeleceu-se em São Paulo, depois de ser processado por libertar escravizados de suas fazendas, em 1887. Fundou na rua 25 de março a primeira Casa de Saúde paulistana, o grande número de atendimentos fez com que ele se juntasse a outros conterrâneos para fundar o Hospital Italiano. LACAZ, Carlos da Silva. **Médicos italianos em São Paulo**. Trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 304.

¹⁸⁷ SALLES, M. D. R. R. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) - um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996. Vide quadros n. 2, 3 e 4.

¹⁸⁸ CENNI, op. cit., 2003.

Pretender-se que milhares de Sócios, a maior parte colonos, operários e artesão, entrem para fazer parte da Societá com o único e só sentimento de concorrer para a manutenção de enfermos pobres é uma ilusão: esses mesmos são pobres se/quando forem colhidos pela enfermidade. Entrarão sim, como entraram no ano de 1904 e em 1905, 3.803 Sócios, mas não para darem suas contribuições como ofertas caritativas, mas para obterem compensações e direitos com pretensões tantas vezes excessivas e não razoáveis.¹⁸⁹

Estabelecia-se então uma relação entre a elite imigrante, que foi a financiadora da instituição, e outros setores menos abastados, que foram a maioria dos usuários do hospital. A imigração acabava por criar um sentimento de identificação entre os italianos, conhecido como *Italianità*¹⁹⁰, que possibilitou a criação da SIBSP. Os empresários que contribuíram para o hospital, como Francisco Matarazzo, através de suas doações, permitiram acesso a cuidados de saúde para os “pobres” através da filantropia, porém eram eles que compunham o operariado de suas fábricas, o que sugere uma relação de dependência entre ambos.

Quanto a “os pobres”, esse termo inteiramente indiscriminado contém a sugestão de que o grosso da população trabalhadora merecia a condescendência da *gentry*, e talvez sua caridade (como se fossem de alguma forma sustentados por ela, e não exatamente o contrário).¹⁹¹

Em 1915, teve início a expansão do hospital, com a construção da Nova Casa de Saúde cedida pelo Conde Francisco Matarazzo. Durante vários anos, o hospital recebeu doações para erguer novas alas, como por exemplo a Clínica Pediátrica e a maternidade, que também foram doações de imigrantes italianos.

Em 1920 o dr. Paulo Siciliano doava ao hospital uma cozinha a vapor e o conde Francisco Matarazzo Júnior um gabinete de fisioterapia. Dois anos mais tarde, os leitos das enfermarias subiam a 120 e Dona Virginia Matarazzo construía e doava à

¹⁸⁹ Livro Ata n. 04. Cf.: KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência**: o caso da Societá Italiana di Beneficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 191.

¹⁹⁰ TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora UNESP, 2018.

¹⁹¹ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 26.

sociedade a capela, que é uma verdadeira igreja, enquanto o conde Francisco Matarazzo ampliava à sua custa as acomodações do gabinete de raios X [...] Em memória de seu filho Ermelino, tragicamente falecido em jovem idade, o conde Francisco Matarazzo construiu a Casa de Saúde Ermelino Matarazzo [...] Em 1929 era levantado um novo prédio, no conjunto, para a instalação de uma cozinha moderna, lavanderia, rouparia e refeitório para os empregados. Em 1931, Antônio de Camillis resolvia custear a construção de um hospital para crianças... Naquele mesmo ano era lançada a pedra fundamental da maternidade, oferecida pela Condessa Filomena Matarazzo.¹⁹²

Muitos membros da comunidade italiana colaboraram para as melhorias do hospital, em especial a família Matarazzo. Os grandes beneméritos atingiam um patamar elevado na hierarquia entre os italianos, em geral os membros dessas famílias acabavam obtendo um lugar no Conselho Administrativo.

A sociedade beneficente que geria o hospital era formada por 18 conselheiros e um presidente, parte era eleita e outra escolhida pelo Cônsul italiano. Qualquer um que fosse associado poderia fazer parte do Conselho, porém em geral os escolhidos eram membros importantes da elite de destaque da comunidade italiana.¹⁹³

A trajetória da Sociedade Italiana de Beneficência pode ser resumida e dividida em três momentos. O primeiro se deu com o levantamento de donativos e tentativas de criar um hospital italiano. O segundo momento, posterior à criação da primeira sede do hospital, caracterizou-se pela busca de um novo local para aumentar e melhorar o atendimento. E o terceiro e último momento estaria relacionado a organizar, gerir e manter o hospital Umberto Primo em pleno funcionamento.

2.2 O HOSPITAL E COMUNIDADE: CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO

Após a construção do hospital Umberto Primo, em 1904 foi inaugurado o primeiro prédio que posteriormente faria parte do novo complexo hospitalar. A Sociedade Italiana de Beneficência adquirira o terreno situado entre as atuais

¹⁹² CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: "andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003, p. 306.

¹⁹³ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência**: o caso da Società Italiana di Beneficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 91.

Alameda Rio Claro, Rua Itapeva, Rua São Carlos do Pinhal e Rua Pamplona, que possuía 27.995,09 m².¹⁹⁴

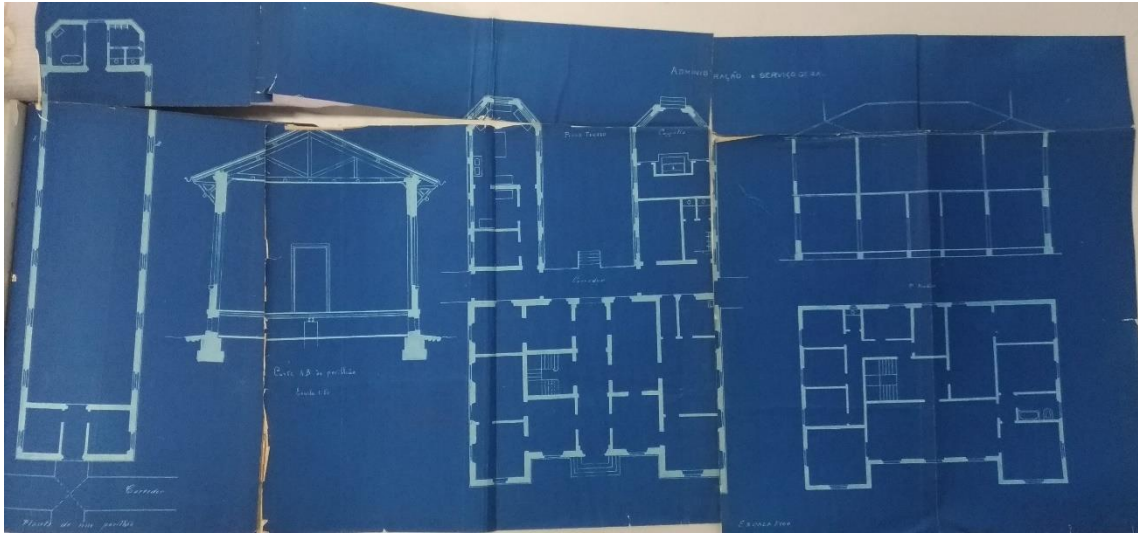


Figura 15 - Planta do Pavilhão Administrativo (primeira construção do novo complexo), 1903.¹⁹⁵

Possuindo então um terreno maior, a Societá Italiana de Beneficenza deu início à construção do primeiro edifício, deixando área para uma possível expansão. Esse primeiro prédio possuía dois andares, com várias salas e, interligadas por corredores, enfermarias. O prédio ficou conhecido como Pavilhão Administrativo e possuía, além das salas e enfermarias, banheiros e uma capela.

Observa-se na planta, à esquerda, como eram configuradas as enfermarias; em seguida, vê-se uma versão simplificada da fachada; no centro, o piso térreo, que possui um formado semelhante à letra U; e, por último, à direita, o piso superior. A capela estava localizada no piso térreo, ao final do corredor direito, mais tarde, com as reformas, uma nova capela seria construída separadamente dos edifícios.

Poucos anos depois, outra planta (figura 16) mostraria uma proposta de ampliação para o hospital, prevendo a construção de cinco novos prédios não interligados aos que já estavam construídos, ampliando a enfermaria e criando uma maternidade, ambas anexadas ao Pavilhão Administrativo.

¹⁹⁴ Valor apresentado na Certidão de Ônus Reais do Imóvel. Emitida pelo 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo.

¹⁹⁵ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Livro 361.

As construções hospitalares mais antigas eram erguidas a partir da chamada “arquitetura de nave”, em que se vê um jardim ao meio e as construções em volta, sem diferenciação de alas de doenças e sem número máximo de doentes a serem atendidos. Esse modelo foi substituído pelo sistema radial de construção, feita em forma de cruz, havendo assim uma separação das doenças e um ponto de união entre os espaços. Posteriormente, as construções hospitalares adotariam a arquitetura pavilhonar, modelo comum na Europa durante a passagem do século XIX para o XX. Cada sistema de construção reflete a visão de saúde do período, o modelo de pavilhões está relacionado à teoria miasmática e à descoberta das bactérias, bem como à preocupação com a higiene, a iluminação e a ventilação.¹⁹⁶

As construções do Hospital Matarazzo seguiram os padrões europeus do período, conforme descrito:

O sistema Tollet foi desenvolvido em 1872 e propunha que as construções hospitalares fossem afastadas das aglomerações urbanas e localizadas em terrenos ensolarados. A superfície do terreno deveria ser crescente em relação ao número de alojamentos coletivos e os edifícios deveriam estar dispostos por toda essa área e respeitar um paralelismo entre os diversos prédios e outros itens de segurança. O sistema assim concebido foi amplamente difundido por toda a Europa e ficou conhecido como “modelo pavilhonar” [...] Era caracterizado por edifícios de no máximo dois pavimentos, no quais imperavam o princípio de isolamento, com cada doença e cada doente sendo isolado no interior do pavilhão.¹⁹⁷

Entre as similaridades dos modelos de arquitetura hospitalar, pode-se citar a importância da presença de plantas e da circulação de ar. O Hospital Matarazzo seguia, portanto, o modelo de pavilhões, mais comum no período da sua construção. Os edifícios eram conectados apenas por corredores, dessa forma era possível separar os pacientes; havia grandes janelas e jardins. Muitas dessas características podem ser analisadas através das plantas.

¹⁹⁶ CARVALHO, Antonio Pedro Alves de. **Introdução à arquitetura hospitalar**. Salvador: Quarteto, 2014.

¹⁹⁷ COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura hospitalar em São Paulo. In: MOTT, Maria Lucia; SANGIARD, Gisele (Orgs.). **História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p. 25-61.

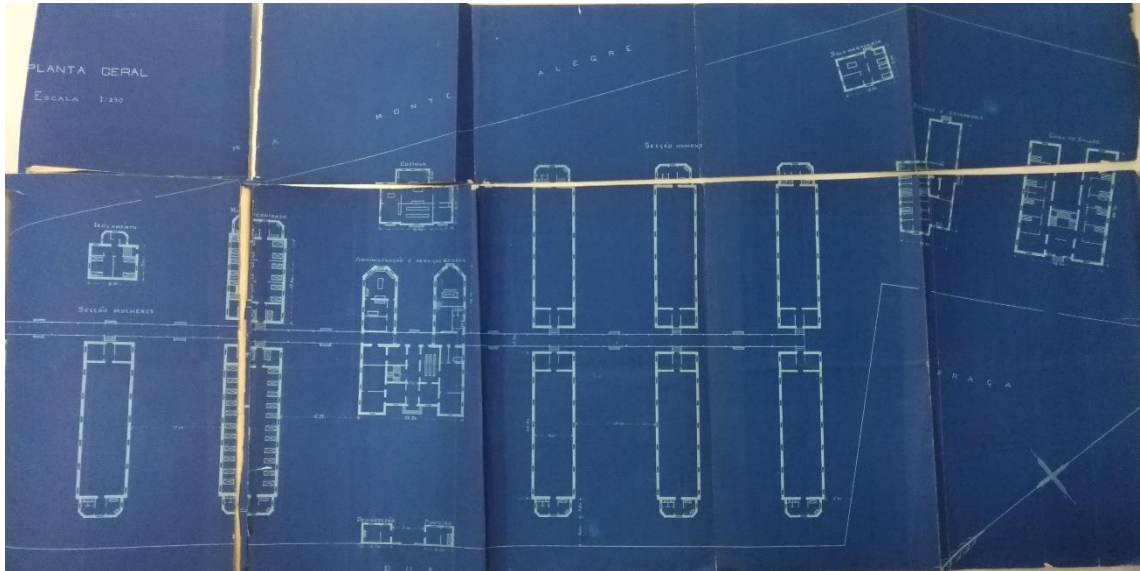


Figura 16 - Planta de projeto para expansão do hospital, 1905.¹⁹⁸

A pretensão era realizar uma grande ampliação do hospital Umberto Primo. Entre os prédios separados do núcleo original, observa-se à esquerda um prédio para isolamentos, que eram muito comuns na época; atrás do Pavilhão Administrativo seria construído um edifício para a cozinha; e no canto direito o projeto contava com três novas construções, da esquerda para a direita, uma sala mortuária, lavanderia e uma nova Casa de Saúde.

Os prédios eram ligados por um corredor central ao Pavilhão Administrativo. À esquerda dele, um setor de maternidade e uma enfermaria feminina. Ao lado direito encontram-se três pavilhões de enfermaria masculina. Na entrada do hospital, o projeto apresentava uma portaria e um local para desinfecção. Essa configuração possibilitaria o atendimento de um número maior de pacientes, porém com pouco conforto, sendo que quase todos seriam atendidos em enfermarias, ou seja, em locais coletivos e com poucos banheiros, a exceção seria somente a Casa de Saúde.

Em 1915 uma nova intervenção foi proposta para o complexo do hospital Umberto Primo, nesta planta pode-se ver que poucos planos que apareceram em 1905 (figura 16) foram executados.

¹⁹⁸ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Livro 417.

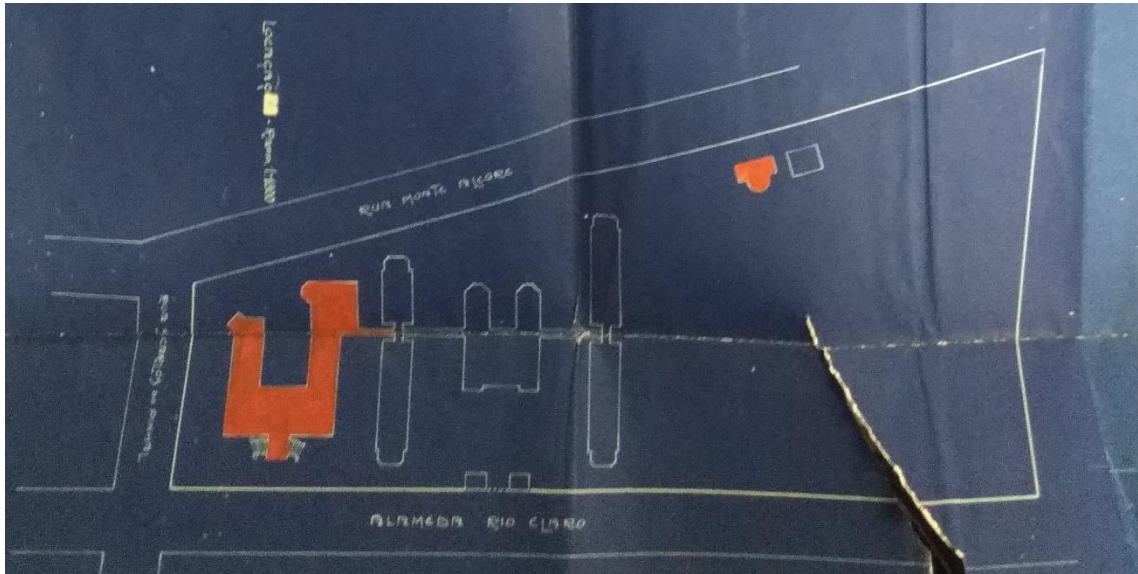


Figura 17 - Planta “vista de cima” da Casa de Saúde Francisco Matarazzo e do projeto da capela, 1915.¹⁹⁹

Em 1915, data em que esta planta foi enviada para a prefeitura, existiam apenas o Pavilhão Administrativo e os dois blocos de enfermaria. O hospital foi inaugurado em 1904 possuindo somente esses edifícios, nota-se que a ampliação do hospital, planejada em 1905, ainda não havia se iniciado. Os dois prédios destacados (vermelho) seriam os novos planos de expansão do hospital. O maior, interligado aos edifícios existentes e também com formato semelhante à letra U, seria o projeto da Casa de Saúde Francisco Matarazzo. E o menor e mais distante, o projeto de uma nova capela para o complexo.

A construção da Casa de Saúde Francisco Matarazzo foi noticiada pelo jornal Correio Paulistano. A reportagem teve como título “Nova casa de saúde no hospital Umberto I”, e o tema era a cerimônia para a colocação da pedra fundamental do prédio, que contou com a presença de diversos convidados.

[...] realizou-se hontem às 10 horas, a cerimonia do lançamento da pedra fundamental do edificio destinado á casa de saúde, que o sr. commendador Francisco Matarazzo oferece aos hospital Umberto I [...] Finda a cerimonia, numa dependencia do hospital

¹⁹⁹ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa 411.

foi servida aos presentes uma taça de “champagne”. Fez então uso da palavra o sr. commendador Mondim Pestana, oficial de gabinete do sr. secretario do Interior, que saudou o sr. commendador Matarazzo, exaltando a sua acção meritória [...] No local foi exposta uma planta da futura casa de saúde, que parece será majestosa tanto pela dimensão como pela architectura.²⁰⁰

Segundo o Correio Paulistano, a nova Casa de Saúde seria majestosa – e, comparando-se as plantas da edificação com as construções anteriores do hospital, a afirmação do jornal pode ser considerada verdadeira. Na planta a fachada possuía vários detalhes, muitas janelas adornadas e uma entrada com escadas e uma grande porta central.

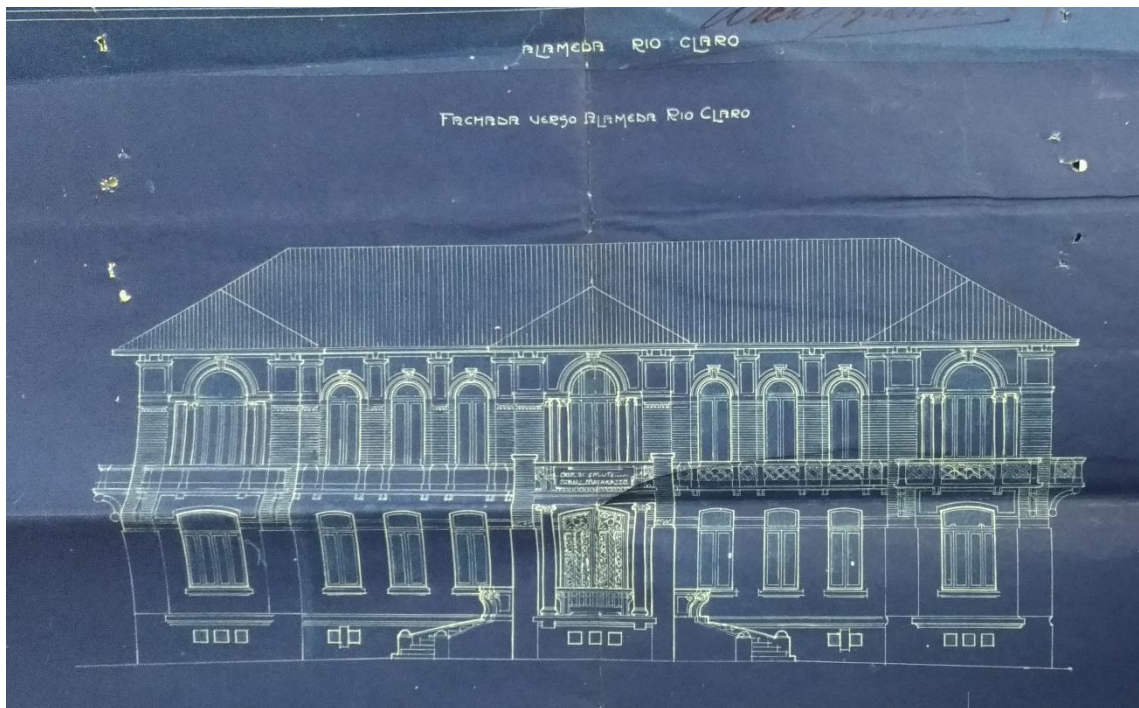


Figura 18 - Planta da fachada da Casa de Saúde Francisco Matarazzo.²⁰¹

O projeto do prédio, que contava com dois andares, como era comum em prédios hospitalares dessa época, tinha também uma espécie de porão e,

²⁰⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 18.549, 8 mar. 1915.

²⁰¹ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa 411.

diferentemente da edificação da enfermaria, possuía quartos separados de tamanhos variados, mas ainda assim os banheiros eram compartilhados, o que não mais se veria posteriormente na Casa de Saúde Ermelino Matarazzo. No andar térreo, um dos lados contava com uma sala de operações, sala de esterilização, sala de medicamentos, vestiários de pacientes e de médicos, além de depósito; o restante do espaço era dividido em quartos e banheiros. O andar superior era composto por quartos, uma sala de administração, uma para reuniões, despensa, cozinha e refeitório.

A construção da Casa de Saúde levou dois anos, e sua inauguração, assim como o início da construção, foi noticiada pelo jornal Correio Paulistano, que citou os nomes dos que estiveram presentes na visita inaugural do hospital e descreveu o evento em detalhes, inclusive observações feitas durante a visita dos médicos para conhecer o local antes da inauguração, que ocorreu no dia 3 de junho de 1917.²⁰²

Compreende uma área de mil metros quadrados. A construção, em suas linhas de admirável simplicidade e precisão, recorda a bela arte italiana e é uma original obra do architecto sr. Bianco. O edifício se compõe de um subterrâneo e de dois andares, com amplos vestibulos e corredores, que dao a uma área. No subterrâneo estão os gabinetes de hydroterapia, massagens, electricidade, gymnastica medica e salão de banhos, este caprichosamente montado pelo sr. dr. João Marino, estabelecido nesta capital. No primeiro andar ou andar térreo estão os alojamentos para enfermos, o que existe também no segundo andar. Há os alojamentos especiaes, composto de sala, quarto e sala de banho, independente, para uma diaria de cinquenta mil réis. Na classe distincta, a diaria é de 20 mil réis; na primeira, quinze, e na segunda, em que existem duas ou mais camas num mesmo quarto, dez mil réis. Os doentes têm direito á assintencia dos médicos internos, todos os serviços e medicações [...] As salas de jantar, e são duas, estão no primeiro andar. São amplas e bem arejadas. No segundo andar, a que se é conduzido por uma escada de mármore ou por um elevador, estão os compartimentos mais importantes. Há ali as salas de operações scepticas, de esterilização e de operações anti-scepticas [...] Nesse andar existem os alojamentos para vestiário dos médicos, desinfecções, etc.²⁰³

²⁰² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n.º 19.360, 3 jun. 1917.

²⁰³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 19.354, 28 mai. 1917.

Através do documento é possível notar que a Casa de Saúde era elegante e moderna, contava com novos equipamentos e salas para atender a diferentes enfermidades. Além disso, atendia aos requisitos de saúde do período, destacando-se no texto do jornal os termos “arejados”, “antissépticos” e “desinfecção”, refletindo a ideia de limpeza proveniente da bacteriologia.

A capela que aparece na planta (figura 17), ao que tudo indica, não foi construída, como se pode inferir do novo desenho feito no ano seguinte (1916) para a construção de um novo ambulatório, no qual aparece um novo prédio para a cozinha, mas não aquele que deveria ter sido construído para abrigar a capela.

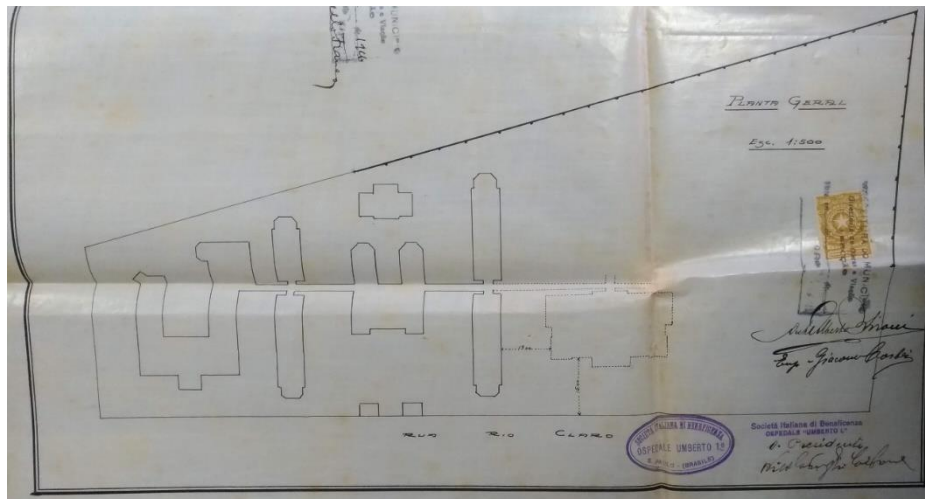


Figura 19 - Planta “vista de cima” do novo Pavilhão de Ambulatórios, 1916.²⁰⁴

Nessa planta geral, datada de 1916, elaborada para a construção de um novo prédio, com “vista de cima” do complexo hospitalar, pode-se perceber que poucas alterações foram feitas, apenas um novo prédio para a cozinha e um novo ambulatório. Além das plantas de fachadas, lateral e dois andares dos prédios, o projeto continha um memorial descritivo da construção e dos materiais utilizados. Na planta vê-se que a construção era dividida em diversas salas, com separação para primeiros socorros, vestíbulo e o restante para consultórios. Através do memorial descritivo é possível compreender o projeto:

²⁰⁴ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 2

Este pavilhão que dará frente para a Rua Rio Claro será construído ao lado dos pavilhões existentes que formam o Hospital UMBERTO I... Compõe-se de dois planos – o terreo e o primeiro andar. O plano terreo (rez do chão) compõe-se de salas para consultórios médicos e de um grande hall em forma elíptica destinado a espera dos consulentes. Este HALL recebe bastante luz dos dois janelões dos corredores lateraes e pela janellas ao fundo da escada e ainda pela porta principal que se conserva sempre aberta. O plano superior coompoe-se de varias salas, todas bem iluminadas e ariejadas... No andar terreo, aos lados da escada, tem-se duas latrinas e mictórios sendo que no primeiro andar correspondendo a estas latrinas temos outras duas e dois banheiro e mictórios.²⁰⁵

O projeto do ambulatório, realizado pelo arquiteto italiano Alberto Sironi, possuía as mesmas características de outras construções existentes no conjunto. Nota-se que a edificação não era para internação de pacientes, e sim para consultas médicas mais rápidas, possuindo também uma sala destinada a primeiros socorros.

A próxima modificação relevante no hospital foi a que transformou o pavilhão da enfermaria na Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, construída por Francisco Matarazzo em homenagem ao seu filho mais velho, que faleceu em 1920. O jornal Correio Paulistano noticiou no dia 27 de janeiro a morte do Comendador Ermelino Matarazzo, que ocorrera dois dias antes (25 de janeiro de 1920). A matéria publicada comentou sobre sua vida, suas beneficências e, ao final, reproduziu os telegramas enviados à redação do jornal a respeito do acidente.

TURIN, 26 (Urgente) – Em consecuencia de um desastre de automovel, occorrido a 35 kilometros desta cidade, morreu o sr. Ermelino Matarazzo, ficando também ferido o sr. Giuseppe Matarazzo. COMO SE DEU O DESASTRE - ROMA, 26 – Perto de Brumizolo, a 35 kilometros de Turim, ocorreu um accidente de automóvel, em que viajavam os irmãos Ermelino e José Matarazzo. Para evitar o choque com uma bicycleta que estava atravessada na estrada, o motorista do auto procurou desvial-o, mas foi tão infeliz que o vehiculo virou em uma ribanceira. As primeiras noticiais chegadas a esta capital nada dizem sobre o estado dos passageiros.²⁰⁶

²⁰⁵ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 2.

²⁰⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 20.320, 27 jan. 1920.

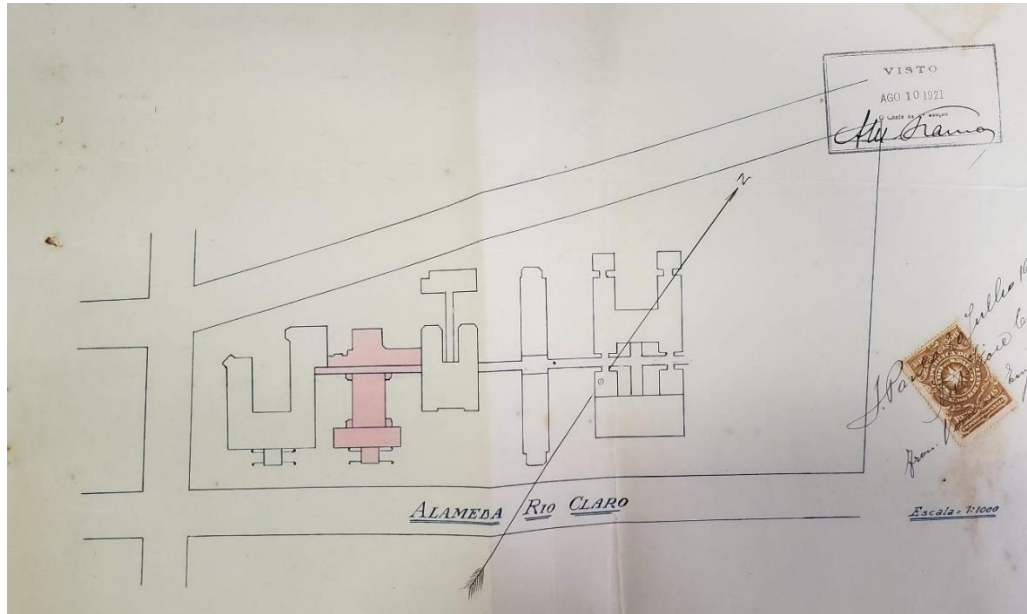


Figura 20 - Planta “vista de cima” da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, 1921.²⁰⁷

Logo teve início a construção da Nova Casa de Saúde que o Conde Francisco Matarazzo doou ao hospital como forma de homenagear seu filho.

Nessa planta de 1921, a cozinha foi modificada em comparação com a planta de 1916 (figura 19), incluindo uma interligação entre o Pavilhão Administrativo e a cozinha. Destacado em vermelho temos o novo projeto da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo.



Figura 21 - Planta da fachada da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, 1921.²⁰⁸

²⁰⁷ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

²⁰⁸ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

Segundo o memorial descritivo da construção, a ideia era demolir o pavilhão da enfermaria que existia entre o Pavilhão Administrativo e a Casa de Saúde Francisco Matarazzo para a construção da nova Casa de Saúde.

O lugar da construção fica entre a actual Casa de Saude “FRANCISCO MATARAZZO” e o edifício central do Hospital “HUMBERTO 1º”, e precisamente onde actualmente existe um pavilhão que será demolido (vide planta de situação). O novo edifício constará de um porão visitável e de dois andares superiores, dispondo cada andar de 18 quartos para doentes de classe. Cada quarto, além de ter sufficiente cubagem e perfeita iluminação, terá, directamente anexo, um “toilette” com banho, lavatório e W.C. Os corredores terão luz e ventilação directa e serão ligados aos corredores da casa existente.²⁰⁹

Através do memorial descritivo e da planta da Casa de Saúde, percebe-se que era um local para as elites. O principal fator para essa conclusão são os banheiros individuais, que, mesmo após várias modificações nos pavilhões de enfermaria, eram poucos. Se comparada com a Casa de Saúde Francisco Matarazzo, a nova casa de saúde possuía 24 banheiros a mais, segundo as plantas internas. Ainda segundo a descrição, o edifício possuía “copa, cozinha, sala de esterilização e de curativos”, locais que não aparecem nas plantas existentes referentes ao andar térreo e ao primeiro andar, portanto deveriam estar no porão do edifício.

A inauguração dessa nova Casa de Saúde construída em homenagem a Ermelino Matarazzo foi organizada para acontecer junto à comemoração dos 25 anos de reinado de Víctor Manuel III, Rei da Itália, que ocorreu no dia 7 de junho de 1925.²¹⁰ No dia seguinte à inauguração, o jornal publicou uma longa reportagem a respeito do tema, na qual, além de citar os nomes dos participantes da festividade, também publicou parte do discurso do Conde Francisco Matarazzo. Apoiador da construção, contou um pouco das benemerências do comendador Ermelino Matarazzo e, por fim, descreveu brevemente as instalações do hospital.

A Casa de Saude “Ermelino Matarazzo”, que se acha entre o Hospital Humberto I e a Casa de Saude “Conde Francisco Matarazzo”, ocupa uma área de 58x48 metros, tem 53 quartos,

²⁰⁹ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

²¹⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.221, 7 jun. 1925.

possuindo todos eles banheiros e instalações sanitárias; 18 apartamentos de 1ª classe com saleta, quarto de banho e todas as instalações hygienicas; e 4 apartamentos de luxo, com dormitorios, salas de visita, quarto de banho e optimas instalações sanitarias. As salas de leitura, de jantar e de operações estão admiravelmente installadas possuindo todas excellente e rico mobiliário. O gabinete de oto-rhino-laringologia possui uma completa instalação. Na frente do hospital ergue-se um bello busto do saudoso patrono Ermelino Matarazzo, obras do admiravel e garnde escultor Brisolara.²¹¹

A proposta da Casa de Saúde era atender os pacientes mais exigentes, contando com instalações luxuosas e individualizadas, todos os quartos possuíam um banheiro próprio, alguns deles até mesmo sala de visita. Em frente foi construído um busto homenageando Ermelino Matarazzo.

O discurso proferido pelo Conde Francisco Matarazzo, publicado na mesma reportagem, possui informações relevantes para se compreender o hospital. Primeiro, o Conde Francisco Matarazzo esclarecia que a Casa de Saúde, inaugurada em 1917, foi construída por seu filho Ermelino Matarazzo em homenagem ao pai. Sendo assim, a construção da Casa de Saúde em homenagem ao seu filho podia ser considerada uma retribuição. O segundo ponto fundamental no discurso refere-se à finalidade da construção da Casa de Saúde, que foi construída para servir ao atendimento particular.

As duas construcções concretizaram a sua e a minha idéa: a que hoje entrego á administração do Hospital Italiano vem continuar e engrandecer o seu programma benefico, pois o unanime assentimento affirma que o extincto foi bom cidadão, como o fio bom filho. **Construir uma casa de saude com as comodidades que a sciencia aconselha, em ambiente tranquillo, e salutar, para os ricos, destinar as rendas do Hospital Italiano, como garantia de existencia e funcionamento;** idealizar o presente em virtude de um affecto mais forte que a vida, afim de que a obra se cumpra e se perpetue, benéfica e bemdita em nome de meu filho: é este, senhores, o meu pensamento, o meu desejo, a minha esperança, o meu voto ardente. Por parte dos ricos, certamente não faltará o devido apoio: porque a assistência social, dever

²¹¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.222, 8 jun. 1925.

christão, lhes cabe, também, como uma alta missão civil... os ricos, ao analysarem na paz desta casa, em busca de curas e repouso, estarão satisfeitos de te-la escolhido, não só porque são guiados pela confiança em readquirir saúde e vigor, mas também, têm a certeza de que, com a sua estada contribuem para tornar menos difícil o complemento da obra santa e civil que é confiada ao nosso hospital.²¹²

A partir desse trecho do discurso proferido pelo Conde Francisco Matarazzo na data da inauguração da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, pode-se perceber que as dificuldades financeiras da Sociedade persistiam. Com a criação da Casa de Saúde, o intuito era aumentar o caixa do hospital com doentes pagantes e reverter o lucro para atender os necessitados. Outra questão evidenciada diz respeito à separação hierárquica: o novo prédio atenderia somente a elite, enquanto o antigo seguiria atendendo somente os mais desfavorecidos.

Poucos meses depois, outra planta foi enviada para aprovação, agora com a ampliação dos ambulatórios (figura 22) e novamente um projeto de construção para uma capela no hospital. Quando da elaboração dessa planta, a construção da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo ainda não havia sido concluída.

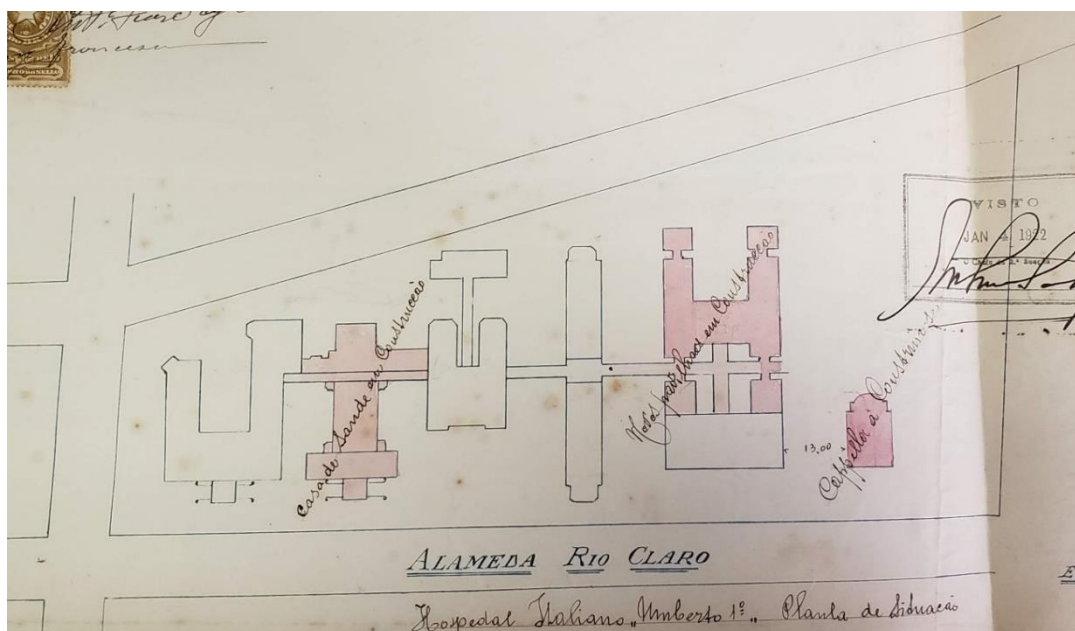


Figura 22 - Planta "vista de cima" da ampliação do Pavilhão Ambulatorial e construção da capela, 1921.²¹³

²¹² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.222, 8 jun. 1925.

²¹³ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

O projeto de ampliação das enfermarias data do final de 1921, enquanto o projeto da capela foi registrado no início de 1922. Os novos pavilhões de ambulatórios estavam, segundo o memorial descritivo, ao lado do pavilhão de enfermarias para homens e no fundo do pavilhão de ambulatórios existente.

Pelas plantas, o novo edifício possuía três andares mais um porão. No andar térreo se encontravam: duas enfermarias para oito doentes, cada uma delas com dois banheiros; duas enfermarias para 20 pacientes, tendo dois banheiros completos para cada e mais quatro cabines com vasos sanitários; além de uma sala de médicos com banheiro, refeitório e duas salas de rouparia.

No primeiro andar havia também duas enfermarias para 20 pacientes com o mesmo número de banheiros do andar térreo, além de refeitório, rouparias e uma sala de guarda. O terceiro andar, bem menor que os outros, possuía cinco salas, duas para operações, no meio delas uma sala para esterilização, uma sala de curativos e, por último, uma sala de médicos com banheiro.

Outra construção planejada nesse período foi a capela, local sempre considerado importante, por isso havia uma dentro do Pavilhão Administrativo desde a inauguração do hospital. Posteriormente houve a tentativa de construir uma capela em um edifício separado (figura 17). Ao que tudo indica, a construção não foi levada adiante, visto que as plantas posteriores não mostram a edificação. Novamente em 1922, Andrea Matarazzo entrou com o pedido na prefeitura para a construção da capela, chamada nas plantas de Capela S. Lucia.

Segundo o memorial descritivo, a capela poderia ser definida como “fina”: “[...] serão collocados ladrilhos ceramicos de finos desenhos”, “A escadaria será de marmore ou de granito finamente trabalhado”, “O interior do edificio será finamente decorado”. As imagens mostram que realmente a capela seria elegante e contaria com adornos e vitrais.



Figura 23 - Planta da fachada frontal da capela, 1921.²¹⁴



Figura 24 - Planta da fachada lateral da capela, 1921.²¹⁵

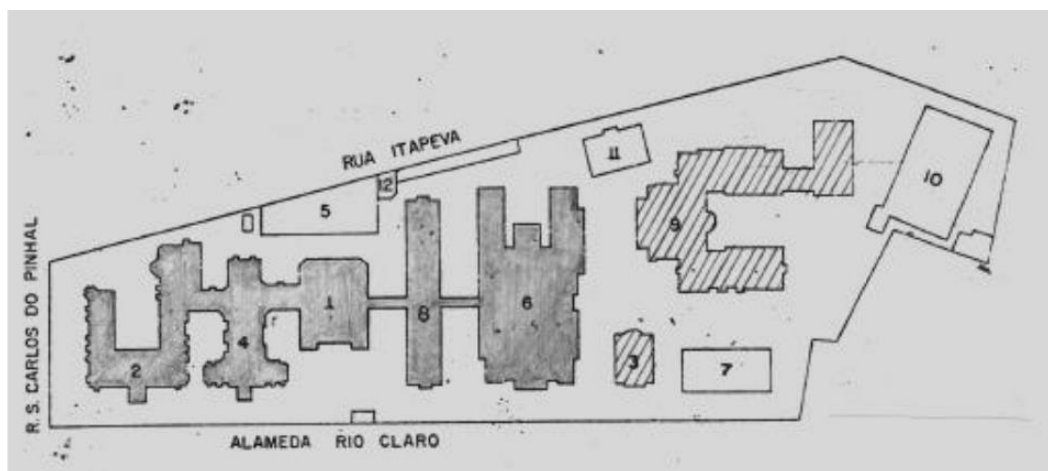


Figura 25 - Planta “vista de cima” do complexo hospitalar, 1986.²¹⁶

Além dessas grandes construções, durante todos esses anos houve outras modificações e reformas. Na planta feita em 1986 para acompanhar o processo de tombamento, é possível ver como o complexo se expandiu e quais modificações foram feitas durante tantos anos.

Os prédios aparecem numerados: o Pavilhão Administrativo (1), a Casa de Saúde Francisco Matarazzo (2), a capela Santa Lucia ou Luzia (3), a Casa de Saúde

²¹⁴ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

²¹⁵ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.

²¹⁶ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23. 374/85. São Paulo, 1985.

Ermelino Matarazzo (4), o Pavilhão de enfermarias (8) e o prédio de ambulatórios e sua expansão (6) foram construídos, ampliados ou reformados até 1926. Após essa data houve a reforma do Pavilhão de ambulatórios (8), que passou a se chamar Pavilhão Vitório Emanuele III, a expansão da cozinha (5), a construção da maternidade Condessa Filomena Matarazzo (9), a construção da clínica pediátrica Amelia de Camillis (7), uma expansão do hospital que nunca chegou a ser finalizada (10) e, por fim, o estacionamento (12). Foi com essa configuração que o hospital foi tombado pelo órgão de patrimônio estadual CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico).

Durante seus anos de funcionamento, o hospital passou por diferentes reformas e expandiu suas construções diversas vezes, aumentando assim o número de atendimentos prestados, como podemos ver na tabela a seguir.²¹⁷

Tabela 1 - Atendimentos prestados de 1905 a 1926.

Ano	Número de internações	Pavilhões do hospital
1905	710	Pavilhão Administrativo
1906	634	Pavilhão Administrativo
1907	780	Pavilhão Administrativo
1908	1001	Pavilhão Administrativo
1909	1017	Pavilhão Administrativo
1910	982	Pavilhão Administrativo
1911	940	Pavilhão Administrativo
1912	1093	Pavilhão Administrativo
1913	1129	Pavilhão Administrativo
1914	1100	Pavilhão Administrativo
1915	1105	Pavilhão Administrativo
1916	1146	Pavilhão Administrativo
1917	1398	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo
1918	1527	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1919	2025	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório

continua

²¹⁷ Tabela produzida a partir de dados coletados no Arquivo Municipal de São Paulo e no processo de tombamento realizado pelo CONDEPHAAT. Fontes: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – PMSP, Caixa 333/1926. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

continuação

Ano	Número de internações	Pavilhões do hospital
1920	2014	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1921	1861	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1922	1850	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1923	2124	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1924	2298	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório
1925	2672	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório Casa de Saúde Ermelino Matarazzo
1926	2921	Pavilhão Administrativo; Casa de Saúde Francisco Matarazzo; Novo Ambulatório Casa de Saúde Ermelino Matarazzo

Desde a inauguração do primeiro pavilhão, em 1904, o hospital ampliou constantemente seus edifícios e, por consequência, o número de atendimentos. Em aproximadamente 20 anos, a quantidade de pacientes que passaram pelo hospital quadruplicou.

O hospital acolheu pessoas de diferentes nacionalidades durante seu funcionamento. Em 1924, pouco mais de 43% da população atendida era brasileira (possivelmente, muitos descendentes de italianos nascidos no Brasil), 42% era italiana, outras nacionalidades como portugueses, sírios, alemães e japoneses também passaram pelo hospital. Entre o público pagante e aquele atendido gratuitamente no mesmo ano, também se pode verificar um equilíbrio: 50,3% dos atendimentos foram gratuitos, contra 49,7% de atendimentos pagos.²¹⁸ Anos depois, a maioria dos atendimentos do hospital passou a ser “gratuita”, ou seja, passou a ser custeada por verbas governamentais, que eram repassadas ao hospital através do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social).

²¹⁸ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência:** o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

2.3 ESCÂNDALO DO INAMPS E CRISE

Em 1977 foi criado pela Lei n. 6.439 o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência Social) e, entre as instituições que faziam parte do programa, o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). O INAMPS tinha como função “comprar” serviços médicos e hospitalares do setor privado. Funcionou até 1993, quando foi extinto e o SUS (Sistema Único de Saúde) passou a exercer a sua função.

O Hospital Matarazzo vinha havia muito tempo recebendo verbas governamentais²¹⁹, foi um dos hospitais credenciados para fazer parte do atendimento do instituto. No decorrer dos anos, o repasse de verbas feito pelo INAMPS passou a ser a principal fonte de recursos do hospital. Diferentemente do que ocorreu com outros hospitais beneficentes de comunidades imigrantes, como por exemplo a Beneficência Portuguesa, o Hospital Alemão Oswaldo Cruz e o Hospital Sírio-Libanês, entre outros, que passaram a priorizar atendimentos particulares.

Em 1985 teve início o que o jornal O Estado de S. Paulo chamou de “A fraude do INAMPS”. A Polícia Federal iniciou investigações sobre médicos e hospitais que fraudavam o instituto. Alguns hospitais foram denunciados pelas fraudes (listados na figura 27), mas o Hospital Matarazzo teve destaque em várias matérias sobre o tema, principalmente porque o superintendente do hospital foi preso em flagrante.

O superintendente nacional do Inamps, Aloysio Salles, determinou ontem a cassação do credenciamento de 33 hospitais de São Paulo, envolvidos com as fraudes, e mandou bloquear as contas de dezembro. Sales esteve reunido com o delegado Romeu Tuma, na Superintendência da Polícia Federal, examinou toda a documentação apreendida na Clínica Amedh, da avenida Nova Cantareira, e prometeu mandar para a cadeia os funcionários do Instituto que venderam as AIH - Autorização de Internação Hospitalar. As prisões em flagrante do médico Dorival José Decussau, superintendente do hospital Matarazzo, e dos médicos Carlos Roberto Rezende e Antônio Virgílio Aldrigh, da clínica Amedh, e a apreensão de farta documentação fizeram o superintendente do Inamps acreditar que realmente está diante de uma quadrilha [...]²²⁰

²¹⁹ O hospital teria recebido verbas tanto do governo brasileiro como do italiano desde o momento da sua construção, apesar de não ser possível detectar a regularidade e os valores das contribuições. CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: "andiamo in'Merica"**. São Paulo: Edusp, 2003. SALLES, M. D. R. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) - um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996.

²²⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.724, 9 fev. 1985.

Durante todo esse período, muitas menções ao hospital relacionadas ao escândalo surgiram nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, gerando repercussão negativa para a instituição. No dia 30 de janeiro de 1985, o caso da fraude apareceu na primeira página da Folha com o título “Polícia descobre fraude no Hospital Matarazzo”. Nas páginas internas havia uma matéria que explicava de forma mais completa o ocorrido:

Com um pote de tinta branca, utilizada para corrigir originais, e uma máquina de escrever instalada numa sala discreta, o Hospital Matarazzo, à alameda Rio Claro, 190, na Bela Vista, lesou o Inamps em Cr\$ 30 milhões em apenas cinco dias. Anteontem, a Polícia Federal descobriu o golpe e prendeu o superintendente do hospital, o médico José Dorival Decoussau, 37, e dois funcionários encarregados de modificar os códigos de serviços prestados nas fichas dos pacientes, substituindo-os por outros que indicavam serviços de valor mais elevado [...] Para os jornalistas, durante uma tumultuada entrevista, ontem à tarde, Decoussau negou que soubesse de qualquer fraude, para afirmar, logo depois, que o hospital “melhorava” o preenchimento das fichas. “Entre um código de gripe e um de pneumonia, escolhíamos o segundo porque assim estaríamos garantindo um atendimento melhor ao paciente”, disse o médico. “O Inamps paga mal, era o único jeito de acrescentar alguma coisa ao serviço” [...] ²²¹

O jornal O Estado de S. Paulo publicou no mesmo dia, 30 de janeiro, matéria similar revelando como as fraudes no Hospital Matarazzo eram realizadas, enfatizando a participação de uma quadrilha ligada ao INAMPS. Também abordava a demora da Polícia Federal em organizar o flagrante para acabar com o esquema.²²²

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou sobre o descredenciamento do hospital pelo INAMPS – segundo o então ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, o hospital já havia sido desligado do instituto. A reportagem também apresentou detalhes sobre as investigações, como o fato de que os hospitais e o INAMPS possuíam em comum vínculos com a empresa Planejamento e Consultoria Empresarial (PCE).²²³

Durante quase todo o ano de 1985 o “escândalo” apareceu nas páginas dos jornais, muitas vezes envolvendo o nome do hospital. Foram selecionadas 60 reportagens, sendo 44 do jornal O Estado de S. Paulo e 16 da Folha de S. Paulo, para

²²¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 64, n. 20.391, 30 jan. 1985.

²²² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.715, 30 jan. 1985.

²²³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.716, 31 jan. 1985.

a análise dos acontecimentos e do envolvimento do Hospital Matarazzo e seus funcionários nesse caso de fraude.

O jornal Folha de S. Paula do dia 1º de fevereiro de 1985 noticiava que outros locais também eram fraudadores. Todavia, no conteúdo da reportagem não foram mencionados nomes nem detalhes a respeito de outros infratores, mas sim enfatizava os ocorridos no Hospital Matarazzo e o descredenciamento da entidade pelo INAMPS.

No hospital Matarazzo, apenas os pacientes em tratamento o já internados continuam a ser atendidos pelo Inamps. Com o descredenciamento anunciado pelo Ministério da Previdência, novas consultas e internações estão suspensas. Os funcionários visivelmente assustados, sabem dizer apenas que todas as informações devem ser procuradas com o advogado Jorge Ahun, 34, contratado pelo hospital.²²⁴

São Paulo, 31 de janeiro de 1985

Sr. Evandro Wis
DD. Presidente do Conselho Diretor
da Sociedade de Beneficência do Hospital Matarazzo
São Paulo

Sr. Presidente,

Fui surpreendida pela incrível notícia sobre fraudes no HOSPITAL MATARAZZO, onde se estariam adulterando Guias de Atendimento a doentes para obter-se do INAMPS pagamentos a maior do que os devidos pelo convênio.

Dizem as notícias que um Diretor do Hospital teria afirmado que tal fato é do conhecimento do Conselho Diretor, presidido por V. Sa.

Não creio nisto. Recuso-me a crer.

O HOSPITAL MATARAZZO é uma instituição beneficente, que tem como um dos objetivos o tratamento de indigentes. E não tem finalidade lucrativa.

Logo, todas as receitas do Hospital revertem para os próprios serviços hospitalares e, como fim último, visa beneficiar os indigentes, os pobres, os doentes sem recursos.

Isto, porém, não justifica a fraude e, ainda que o produto das adulterações tenha sido destinado aos doentes pobres, a escusa moral é insuficiente para eximir a imoralidade do método.

Preocupa-me, sob todos os aspectos, a grave acusação à custa do nome, do prestígio, do conceito de um Hospital, fundado com os mais altos objetivos de solidariedade humana e social na cidade de São Paulo, escolhendo-se precisamente um Hospital que não tem finalidade lucrativa e, portanto, não tem, nos sócios, beneficiários das fraudes.

Apenas tenho um voto, o meu pessoal, dentre os 315 sócios contribuintes e beneméritos dessa Sociedade.

Sinto, porém, ter o direito de me dirigir a V. Sa., não apenas como sócia contribuinte, mas como descendente dos fundadores dessa instituição, que ostenta o nome de minha família, solicitando-lhe, desde logo, uma completa auditoria contábil para apuração dos fatos, sem escândalos sensacionalistas, sem violência contra as pessoas, mas com a energia e seriedade de quem realmente quer e deve apurar.

Não pretendo censurar o procedimento policial, também desviado da ordem jurídica ao lavrar flagrantes apenas para o escândalo. Mas amarguro-me com a hipótese de fraudes documentais para a obtenção de vantagens ilícitas, mesmo sob o pretexto ou justificação de que tais vantagens venham a cobrir o prejuízo dos verdadeiros custos dos demais serviços prestados aos doentes pobres.

Tais dúvidas, que se me assomam nesse instante, ao ver o impacto produzido contra a instituição beneficente, não constituem ofensa a esse respeitável Conselho, mas justificam meu apelo pelas providências que, tenho certeza, serão apoiadas pelos demais membros, contribuintes e beneméritos do HOSPITAL MATARAZZO.

a) Maria Pia Matarazzo

Figura 26 - Carta da empresária Maria Pia Matarazzo ao diretor do Hospital Matarazzo.²²⁵

²²⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.440, 1º fev. 1985.

²²⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.717, 1 de fevereiro de 1985.

Na mesma matéria foi mencionada uma carta escrita por Maria Pia Matarazzo, “sócia-contribuinte do hospital e descendente dos fundadores da instituição”, para o diretor do hospital, Evandro Wiss, um dos intimados a depor na Polícia Federal, depois de ser acusado pelo médico Dorival Decoussau, preso em flagrante fraudando as guias, de saber sobre o que acontecia.

A carta citada na Folha de S. Paulo foi publicada na íntegra pelo jornal O Estado de S. Paulo.²²⁶ Nela, Maria Pia Matarazzo dirigia-se ao presidente do conselho diretor do Hospital Matarazzo sobre sua indignação com as fraudes. Segundo ela, um hospital sem fins lucrativos que tem como propósito a benemerência não deveria participar de tais atos. A carta também defendia uma “completa auditoria contábil para apuração dos fatos, sem escândalos sensacionalistas”.

No dia 2 de fevereiro, O Estado de S. Paulo publicou a respeito do interrogatório feito pela Polícia Federal a Mário Garcia Moreno, um dos donos da empresa PCE, acusada de articular a fraude. Ele e sua irmã Walquiria Parotti Garcia foram intimados, mas somente Mário apareceu para dar o depoimento. Segundo o que foi dito ao jornal, seria impossível saber se as guias foram ou não adulteradas, já que a quantidade recebida pela empresa era muito grande – prestava serviço para 30 hospitais e recebia 400 mil fichas por dia, segundo ele.²²⁷

No dia 3 de fevereiro, o Dr. Drauzio Varella, colega de profissão e médico do Hospital do Câncer, escreveu para o jornal O Estado de S. Paulo em defesa do Dr. Dorival Decoussau. O título da coluna era “Fuzilem o moço. Ou soltem”, nela o médico falava sobre como essas fraudes eram normais dentro do modelo de saúde que existia.

Foi preso o doutor Dorival José Decoussau. Parece que adulterava fichas no Hospital Matarazzo. Para vocês, leigos, vou explicar o que é isso, nos itens abaixo:

1 – O que o INAMPS paga pelos serviços médicos prestados pelos hospitais é simplesmente ridículo. Não dá sequer para cobrir as despesas de enfermagem, alimentação, lavanderia, etc. Todos os médicos sabem disso: sabem que eles pagam pouco e ainda atrasam meses;

²²⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.719, 3 fev. 1985.

²²⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.718, 2 fev. 1985.

2 – Conclusão: hospital particular que presta serviço ao Inamps e é honesto ou tem prejuízo e fecha, ou vai buscar recursos na comunidade como as santas casas, hospitais do câncer, etc, ou vende serviços particulares para uma elite pagante cada vez menos numerosa;

3 – Como impedir que um hospital feche para não dizer: como ficar milionário com um hospital?

É simples: tem de fraudar o Inamps. Essa é a verdade. Uns fraudam mais, outros fraudam menos. Uns em aparente respeito às leis, outros em flagrante desrespeito a elas, mas todos fraudam. Posso provar o que estou falando? Claro que não. Neste país essas coisas não costumam deixar rastros [...]

Quem são esses especialistas? Marginais? Não, são pessoas que fizeram cursinho, estudaram Medicina, assistiram às aulas de anatomia, patologia, clínica médica, fizeram internato e residência, deram plantões. Alguns até chegaram a ser bons médicos, mas um dia se cansaram de ganhar vinte mil cruzeiros para operar um estômago e de passarem o dia correndo de um emprego para o outro...

No final, se a polícia chegar à conclusão de que ele é o único culpado, tomo a liberdade de propor que o dr. Dorival seja fuzilado. Dessa forma, o Inamps se terá livrado de toda a corrupção. Agora, se ficar claro que o médico é peixe manso em rio de piranha, aí soltem o moço. Deixem ele ir para casa. Apliquem a Lei Fleury, que ele tem residência fixa, filhos na escola e não vai fugir. Afinal, até hoje ele nunca tinha pisado em uma delegacia.²²⁸

O Dr. Drauzio Varella escreveu à coluna para defender seu colega de profissão e utilizou a metáfora “peixe manso em rio de piranha” para dizer que o Dr. Dorival Decoussau era utilizado para um esquema maior, que ele seria uma vítima do sistema. De fato, os valores pagos aos hospitais não eram comparáveis aos salários de médicos de hospitais particulares – atualmente, ainda não são compatíveis. Segundo o Dr. Drauzio, os médicos ganhavam “20 mil cruzeiros para operar um estômago”, o que corresponderia aproximadamente a R\$ 100,00, valor considerado baixo para uma cirurgia. Analisando as reportagens, não é possível descobrir como os valores desviados pelo Hospital Matarazzo foram utilizados nem por quem, todavia são de conhecimento comum as dificuldades enfrentadas na utilização do serviço de saúde pública.

No dia 5 de fevereiro, outra reportagem a respeito da normalidade das fraudes foi publicada com o título “Médicos mostram que o sistema é inviável”. Nela foram citados os presidentes da Associação Médica Brasileira (AMB) e da Associação Paulista de Medicina (APM), ambos de alguma forma concordando que parte crucial

²²⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.719, 3 fev. 1985.

do problema era o INAMPS. O principal problema citado foi a defasagem dos repasses.

Além disso, a remuneração dos serviços hospitalares representa hoje 20% do que há oito anos: “A partir de 1977, iniciou-se a desvalorização progressiva dessa remuneração. Até 1980, os hospitais tentaram compensar isso com um desempenho e uma produtividade maiores. Numa segunda fase, iniciou-se um rebaixamento de qualidade. E a partir de 1984, entrou-se em fraude aberta. **A Santa Casa de São Paulo, por exemplo, atende a uma população que é 95% previdenciária e o Inamps paga hoje metade do que pagava em 1981.** Resultado: para um orçamento previsto de Cr\$ 83 bilhões, os recursos que vão entrar este ano são de Cr\$ 46 bilhões.”²²⁹ (grifo nosso)

A fala citada na reportagem, atribuída à APM, fazia referência aos mesmos problemas expostos pelo Dr. Drauzio Varella na reportagem examinada anteriormente. Dessa forma, observa-se que a classe médica estava unida em defesa do colega e de seus interesses. Os espaços do jornal foram utilizados por esses médicos para criticar e protestar contra o modelo de saúde pública vigente no período.

O Estado de S. Paulo publicou, no dia 7 de fevereiro, outra reportagem a respeito da fraude do INAMPS, mas dessa vez não destacou o Hospital Matarazzo, embora ainda o citasse. A matéria foi a respeito das novas descobertas da investigação e de outros hospitais e médicos flagrados fraldando o INAMPS. Nela apareceram os nomes de outros dois médicos, novamente os irmãos donos da empresa que digitava as guias, Mário e Walquiria, e 27 hospitais que também adulteravam o processo de internação dos pacientes para receber um repasse maior.

Ao lado aparecia uma reportagem com a entrevista do presidente da APM, Oswaldo Gianotti Filho, na qual era pedido o afastamento do presidente do INAMPS e do responsável regional. Segundo ele, a solução para o problema era prender e punir os responsáveis, ressarcir os cofres públicos e, como punição, descredenciar o hospital, mas com cuidado:

²²⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.720, 5 fev. 1985.

No caso do Hospital Matarazzo, que tem 1.500 funcionários e 800 médicos, a repercussão do descredenciamento é muito grande. Seu pronto socorro é uma alternativa para o Hospital das Clínicas; que fica agora sem essa complementação.²³⁰

No dia 9 de fevereiro, o mesmo jornal publicou três matérias a respeito do escândalo, cada uma com informações e opiniões diferentes: “Salles promete cadeira para corrupto”, “Descoberta das fraudes, uma ‘briga de quadrilha’” e “AMB denuncia omissão do INAMPS”. Aloysio Salles era superintendente nacional do INAMPS e defendia os funcionários da acusação de que havia pessoas ligadas ao instituto envolvidas nas fraudes. Segundo a reportagem, ele:

Explicou ainda que o Instituto não pode estar envolvido na fraude, pois tem a obrigação de evitá-la, já que “é o grande prejudicado”. O Inamps, segundo o superintendente nacional, não é quem faz a fraude, o Inamps é quem sofre a fraude. “Quem faz a fraude é o dono do hospital, da clínica, que superfatura e inventa doentes.”²³¹

Outro artigo apresentava a visão da AMB (Associação Médica Brasileira), que se pronunciou através de seu presidente, Nelson Proença, em oposição a Salles, afirmando que o problema e os funcionários do INAMPS deveriam ser investigados a fundo.

“É preciso destacar que as investigações estão, por ora, atingindo apenas o lado visível do **iceberg**. É preciso ir a fundo na questão, identificando os hospitais e seus responsáveis, bem como os funcionários do Inamps envolvidos. Não adianta ter em mãos os que adulteram papéis, pois estes poderão ser substituídos. O essencial é descobrir, prender e punir os que organizam a indústria da fraude. E levar essas investigações a todo o País, pois o problema não está só em São Paulo.”²³²

O Estado de S. Paulo do dia 16 de fevereiro de 1985 dedicou uma página inteira ao escândalo envolvendo o INAMPS, parte falando a respeito dos irmãos Mário e Walquiria, que ainda eram investigados por fazer parte das fraudes, e uma das reportagens tratava do descredenciamento do Hospital Matarazzo. Em outras reportagens se discutia o problema que seria descredenciar os hospitais, e não foram apresentadas soluções para os pacientes atendidos por essas instituições. A matéria

²³⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.722, 7 fev. 1985.

²³¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.724, 9 fev. 1985.

²³² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.724, 9 fev. 1985.

com o título “Só nove hospitais descredenciados” tratava do destino do Hospital Matarazzo.

Apenas nove, dos 33 hospitais de São Paulo sob investigação por fraude contra o Inamps, serão efetivamente descredenciados, e isso a partir de quinta-feira próxima. Os restantes, entre os quais o próprio Hospital Matarazzo, onde foi feito o primeiro flagrante de fraude, vão continuar atendendo aos segurados do Instituto, por serem considerados essenciais na rede de assistência médica, ficando, porém, obrigados à mudança de seus diretores e sujeitos a uma fiscalização especial permanente [...] E ao ser anunciada a pequena lista de hospitais a serem descredenciados, o secretário Guedes resumiu a posição dos participantes dizendo que “a polícia está investigando estelionato e fraude administrativa e não assistência médica, e não se corrige isso privando a população de receber assistência”.²³³

No dia 23 de fevereiro, na mesma coluna em que o Dr. Drauzio Varella havia escrito, escreveu Allan Zimmermann, presidente do diretório acadêmico de medicina da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A coluna foi dedicada a defender os médicos e hospitais e a criticar o governo militar.

Ao contrário do que pensa a opinião pública, não é o Inamps a vítima, mas os hospitais, os médicos e os previdenciários. A previdência chora as lágrimas de jacaré, e depois de comer o pescador que dormia – quer dizer a todos que se tratava de perverso caçador. As contas do Inamps, somados todos os serviços prestados por hospitais, médicos, enfermeiros e tudo mais que se relacione à saúde – inclusive as fraudes – consomem apenas 19% da verba do instituto. Onde são gastos os 81% restantes? [...] O sr. Jarbas Passarinho é político. Também eram seus antecessores, e serão políticos seus sucessores. O Inamps tem solução mas faz-se necessário um patriota, e sabidamente político não tem pátria. Quem vai investigar e punir as aposentadorias fraudulentas, estas sim as grandes responsáveis pelo caos na previdência? Quem publicará uma lista com os nomes de alguns dos oficiais militares que antes de passar para a reserva fizeram um rápido “estágio” como assessor em alguma estatal, e agora estão aposentados com dois salários? [...]²³⁴

²³³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.730, 16 fev. 1985.

²³⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.735, 23 fev. 1985.

Além das críticas claras ao governo militar vigente no país naquele momento, o futuro médico também propunha uma espécie de boicote de médicos e hospitais ao INAMPS. Para encerrar seu artigo, escreveu comentando e complementando o artigo do Dr. Drauzio Varella publicado no dia 3 de fevereiro: “Apoio a tese do dr. Dráusio Varella, que em artigo publicado neste jornal, sugeriu que, se culpado, fosse o dr. Dorival fuzilado. E acrescento: queimem o Hospital Matarazzo. E todos os outros...”

A imprensa aparentemente teve um interesse maior em noticiar a parte da fraude relacionada ao Hospital Matarazzo, possivelmente por ser a maior instituição envolvida, ou pelo fato de o flagrante ter ocorrido nesse hospital. Ainda assim, tanto o Dr. Varella como Zimmermann escreveram criticando a abordagem do escândalo com relação ao Hospital Matarazzo e ao Dr. Decoussau.

No dia 27 de fevereiro, mais uma página inteira do jornal foi dedicada a matérias relativas ao escândalo do INAMPS. Entre elas, uma comunicava a negativa do Tribunal Federal de Recursos ao pedido de *habeas corpus* do Dr. José Dorival Decoussau. O recurso foi interposto depois de sua prisão, quando o juiz negou fiança e liberdade provisória.

Também nessa página do jornal havia uma reportagem sobre o teto de gastos dos hospitais credenciados pelo INAMPS e sobre quanto os hospitais deixaram de receber devido às fraudes. Segundo a matéria, além dos 33 hospitais que participavam das fraudes, mais 556 estabelecimentos estavam sendo investigados e auditados. Junto aparece uma tabela mostrando os valores e quais hospitais fraudaram. Em dezembro, o Hospital Matarazzo deixaria de receber Cr\$ 1.135.501.326.²³⁵

²³⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.738, 27 fev. 1985.

Hospital N.S. Penha S/A	756.621.801
Casa Saúde Guarulhos	371.070.665
Hosp. e Mat. Piratininga Ltda.	546.986.909
Hosp. Julia Pinto Caldeira S/A	31.156.417
Sodalicio Stella Maris	518.700.279
Hosp. Menino Jesus S/C Ltda.	699.624.986
Emed-Serviços Médicos Hospitalares	343.300.066
Hosp. e Mat. São Marcos	1.484.335.984
Hosp. Zona Sul	1.142.823.215
Hosp. e Mat. São Miguel	81.302.854
Hosp. e Mat. S. Antonio Tucuruvi	231.980.200
C.S. Santa Marcelina	440.087.273
C.S. Santa Rita	20.805.972
Hosp. Vila Prudente Ltda.	124.943.626
Soc. Beneficência Matarazzo	1.135.501.326
Hosp. e P.S. de Fraturas da Lapa	351.774.812
Soc. Civil Hospital Presidente	172.439.378
C.S. Vila Matilde Ltda.	141.712.978
Soc. Civil de As. Med. Hosp. Zona Leste	182.374.833
Soc. Assistencial Bandeirantes	361.195.548
Inst. de Traumatologia de Jundiaí	64.737.822
Hosp. São Bento Ltda.	1.177.915.145
Hosp. Bom Clima S/C Ltda.	86.757.556
Hosp. e Mat. João XXIII S/A.	276.690.391
Dom Silverio S. Pimenta (S.B. São Camilo)	226.421.493
Hosp. Mat. Sagrado Coração de Jesus Ltda.	612.374.657
Inst. Cirurgia Traum. Guarulhos	642.074.657
Hosp. N. S. do Carmo S/A.	430.099.211
Pronto Socorro Mat. Sta. Tereza	55.849.248
Hospital da Saúde Ltda.	728.654.298
Hosp. Clínicas Oswaldo Cruz S/A. (Osasco)	62.511.572
Total.....	12.870.450.515

Figura 27 - Lista dos hospitais e dos valores fraudados referentes ao mês de dezembro de 1984.²³⁶

Apesar de muitas reportagens mencionarem o Hospital Matarazzo, nem todas o tinham como assunto principal. Muitas delas tratavam dos depoimentos do Dr. Decoussau que levaram à busca de outros envolvidos nas fraudes. Como aconteceu na publicação do dia 2 de março de 1985 do jornal O Estado de S. Paulo, a matéria tinha como título “Na justiça, as fraudes do Matarazzo”, porém o conteúdo da reportagem era principalmente relacionado às empresas que faziam parte das fraudes e seus sócios. O Hospital Matarazzo aparecia apenas como o local onde as fraudes contra o INAMPS aconteciam.

No dia 5 de maio, a fraude do INAMPS, como era chamada pelo próprio O Estado de S. Paulo, tomou mais uma página completa do jornal. Nesse dia a notícia era que havia sido decretada a prisão dos cinco sócios das duas empresas que colaboravam nas fraudes: Mario Gracia Moreno Filho, José Amilcar Mattei, Walquyria Parotti Garcia, Sérgio Reck Garcia e Orivaldo Francisco Tassitano. Na mesma página Walquyria, que anteriormente fora chamada a depor na Polícia Federal e não comparecera, concedeu ao jornal uma entrevista.

²³⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.738, 27 fev. 1985.

Em 12 de março novamente uma página do jornal O Estado de S. Paulo foi dedicada à fraude do INAMPS. As matérias dessa edição estavam voltadas para as investigações ainda em curso, em especial acusações feitas ao presidente do INAMPS Aloysio Salles, que, segundo o jornal, tinha “ajuda” do genro Adilson Gomes de Oliveira na escolha do superintendente regional de São Paulo, informação que foi concedida pelo delegado da Polícia Federal.

Em 13 de março de 1985, o mesmo jornal noticiou o julgamento do médico Dorival Decoussau e dos dois funcionários presos no flagrante do Hospital Matarazzo. Segundo a notícia, os envolvidos negaram fraudar o INAMPS.

O depoimento dos três acusados é muito semelhante. Todos negando tudo o que disseram na Superintendência da Polícia Federal e se inocentando mutuamente. Festa e Silvio Santos, porém, confirmaram que quando os federais chegaram ao Hospital Matarazzo, eles estavam “corrigindo erros nas AIHs”, mas que não adulteravam nem falsificavam os papéis, apesar de serem forçados a fazer rasuras.²³⁷

No dia seguinte, 14 de março, foi publicado o resultado do julgamento em que os três réus buscavam responder os processos em liberdade, o juiz negou o pedido. Manteve também a prisão preventiva dos sócios das empresas acusadas pela fraude, que foram convocados para julgamento, mas não apareceram. Dessa maneira, continuaram detidos os participantes que foram presos em flagrante, mas os considerados organizadores do esquema permaneceram em liberdade.

O jornal Folha de S. Paulo, no dia 20 de março de 1985, publicou notícias sobre as investigações, e noticiou que o presidente do INAMPS Aloysio Salles, que, junto ao genro, estava sendo investigado por fazer parte do esquema de fraudes, seria exonerado de seu cargo assim que o presidente eleito Tancredo Neves assumisse o governo.

Durante toda a repercussão da fraude, juízes, policiais federais e pessoas do governo trocaram acusações. No dia 29 de março, a Polícia Federal foi acusada de “má-fé na apuração das fraudes” por um dos juízes federais que faziam parte do caso. Em outro momento, o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, acusou o então presidente do INAMPS de fazer parte do esquema através de seu genro. As trocas de acusações tiveram destaque nas reportagens sobre o tema, aparecendo

²³⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.750, 13 mar. 1985.

também no jornal Folha de S. Paulo do dia 20 de março, em reportagem com o título “Juízes federais criticam a ação de Tuma nas fraudes”.²³⁸

No mesmo dia, 29 de março de 1985, a polícia optou por iniciar as buscas pelos fraudadores que estavam foragidos.

A superintendência da Polícia Federal de São Paulo distribuiu ontem 10 mil cartazes com esse texto (procurados. Elementos procurados pela Polícia Federal – fraudadores do Inamps. Caso tenha algum informe a respeito avise o policial mais próximo ou ao Departamento de Polícia Federal), fotografias e informações de sete pessoas que estão com prisão preventiva decretada pela justiça federal, todas acusadas de pertencer a quadrilha que vinha fraudando o Inamps em São Paulo. São dois médicos, quatro empresários e um ex-funcionário do Hospital Matarazzo [...] A decisão de elaborar cartazes foi do delegado Romeu Tuma, pois o esquema de proteção aos fraudadores do Inamps foi muito bem montado do entender do policial. “São pessoas que ganharam muito dinheiro desonesto – disse Tuma – e recebem a proteção de muita gente.”²³⁹



Figura 28 - Cartazes de procurados pela Polícia Federal.²⁴⁰

²³⁸ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.440, 20 mar. 1985.

²³⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.764, 29 mar. 1985.

²⁴⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.764, 29 mar. 1985.

Na primeira página da mesma edição, estavam impressos os cartazes de procurados dos fraudadores citados na reportagem. Como o caso não havia sido solucionado, as matérias continuaram aparecendo nos jornais e, por consequência, o nome do Hospital Matarazzo.

Os cartazes feitos pela Polícia Federal e publicados em primeira página pelo jornal O Estado de S. Paulo têm um efeito negativo, remetendo a criminosos perigosos, como assassinos. A figura representa a importância dado pela polícia ao caso da fraude, ainda assim muitos desses procurados acabaram não sendo condenados.

O jornal O Estado de S. Paulo relatou, no dia 30 de março de 1985, que os médicos envolvidos na fraude voltaram a ser ouvidos pelos juízes, não apenas os funcionários do Hospital Matarazzo, mas de outros locais que estavam sendo acusados, porém todos estavam em liberdade, com exceção dos funcionários do Hospital Matarazzo. Segundo a reportagem, vários absurdos estavam sendo descobertos durante as investigações.

Seiscentos casos de broncopneumonia em um mês, 34 fraturas do maxilar em uma semana, internação do mesmo paciente três vezes no mesmo dia, duas pacientes internadas na mesma data e residindo no mesmo endereço. Coincidências? Não. Esses e outros absurdos estão sendo descobertos pela Justiça Federal, que a partir de ontem começou a ouvir os médicos na 11ª Vara, enquanto, ao mesmo tempo a 3ª Vara interrogava também seis testemunhas contra o Hospital Matarazzo. Acusação: fraude contra o Inamps.²⁴¹

Em 3 de abril, a notícia veiculada pelo O Estado de S. Paulo relatava que as prisões preventivas dos acusados estavam revogadas. Os cinco sócios das empresas que orientavam a fraude estavam foragidos, segundo a reportagem, escondidos no Paraguai, e os juízes optaram por encerrar os pedidos de prisão. Eles poderiam voltar ao Brasil em liberdade, porém os funcionários do Hospital Matarazzo e da Clínica Amedh continuariam presos.

No dia seguinte, 4 de abril, apareceu na primeira página do jornal uma nota intitulada “Inamps insistira nas prisões”, que se referia à cassação das prisões preventivas. Nas páginas internas do jornal achavam-se matérias detalhadas. A

²⁴¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.765, 30 mar. 1985.

matéria completa mostrava a insatisfação do Ministro da Previdência Waldir Pires com a decisão dos juízes.

Na primeira página do dia 11 de abril de 1985, surge outra reportagem a respeito da possibilidade de soltura dos presos no Hospital Matarazzo, devido a supostas dificuldades pelas quais suas famílias passavam. Outro ponto importante tratado foi a visita dos empresários iniciados pela fraude que naquele momento, depois de terem as prisões revogadas apareceram para dar depoimento.

No dia 13 de abril os funcionários do Hospital Matarazzo foram soltos em liberdade provisória. A matéria intitulada “Juiz concede liberdade a fraudadores” dizia:

O juiz Laurindo Minhoto Neto, da 3^o Vara Criminal da Justiça Federal concedeu ontem liberdade provisória para o médico Dorival José Decoussau e para os funcionários do Hospital Matarazzo, Silvio Santos de Almeida e José Haroldo Festa, presos no dia 28 de janeiro em flagrante quando fraudavam o Inamps [...] Em liberdade provisória, Decoussau, Festa e Silvio Santos terão de ir para casa todos os dias às 23 horas, não poderão viajar sem autorização, e deverão se apresentar mensalmente À 3^a Vara de Justiça Federal. Não podendo frequentar bares ou casas de reputação duvidosa. Ao ouvir essas recomendações do chefe do cartório, Milton, brincando, o ex-superintendente do Hospital Matarazzo, antes de ser libertado, afirmou que então não poderia mais ir à sede do Inamps.²⁴²

Mesmo com a liberdade de seus funcionários, o Hospital Matarazzo continuou aparecendo nos jornais sempre que as investigações eram citadas, isso porque o delator do esquema foi o superintendente da instituição. Dessa forma, muitas das reportagens estão relacionadas ao depoimento do Dr. Decoussau.

No dia 18 de abril, um novo nome foi adicionado ao escândalo, João Ramunno, que, segundo as reportagens, apresentou-se como delegado federal no flagrante do Hospital Matarazzo, mas era um perito do INAMPS que colaborava nas investigações. Foi acusado de falsidade ideológica e de passar informações da Polícia Federal para os diretores do INAMPS.

Em 25 de abril de 1985, os dois jornais, Folha e O Estado de S. Paulo, publicaram reportagens sobre o não comparecimento de João Ramunno ao interrogatório na Delegacia Fazendária da Polícia Federal. Segundo O Estado de S. Paulo, por ser funcionário federal, ele não poderia ser intimado pelo oficial de justiça.

²⁴² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.776, 13 abr. 1985.

Sendo assim, um ofício foi enviado para o INAMPS, e o superintendente regional que deveria realizar a intimação, o que, segundo o jornal, não aconteceu.

No dia 20 de abril, os irmãos Walquiria e Mário Garcia deram depoimentos à polícia e uma entrevista coletiva para a imprensa. A reportagem d'O Estado de S. Paulo enfatizava que Mário Garcia mentiu em dois momentos de seu depoimento. Um deles relacionado ao Hospital Matarazzo, em que Mário alegou que não conhecia o diretor do hospital Evandro Wiss, mas foi comprovado que o contrato do hospital com sua firma (a PCE) foi assinado pelos dois, portanto eles se conheciam. A outra contestação dizia respeito ao decreto de prisão preventiva, Mario alegou que estava em seu sítio no interior de São Paulo durante o tempo em que estava sendo procurado, mas seus advogados compraram passagens para Foz do Iguaçu. Segundo a reportagem, esses dois momentos provam as inverdades ditas à polícia. Os depoimentos também apareceram na Folha de S. Paulo.

O INAMPS passou por momentos de instabilidade, troca de diretores, ministros, superintendentes. Os jornais noticiaram em demasia essas mudanças causadas pelos problemas pelos quais o órgão do governo passava. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, em matéria publicada no dia 21 de abril de 1985 com o título "Sem nova diretoria, Inamps ainda espera mudanças", várias propostas de alterações das políticas de saúde foram enviadas e engavetadas. Segundo a reportagem, nada mudou no atendimento, que se mantinha com filas de espera e falta de medicamentos. Sobre o Hospital Matarazzo, o texto diz:

O escândalo provocado com as denúncias das fraudes em 33 hospitais e o descredenciamento de vários deles causaram problemas de remanejamento dos pacientes para outros locais de atendimento, mas só em alguns casos se refletiu no número de consultas e internações. No Hospital Matarazzo (acusado de fraudes pela Polícia Federal, hoje funcionando com auditores), o superintendente Carlos Amaro Pereira Vianna, 47, admitiu ter havido diminuição de 40% do movimento, acarretando graves problemas financeiros. Já os pontos de atendimento continuam com a mesma procura.²⁴³

Nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 1985, o jornal O Estado de S. Paulo publicou a respeito da impunidade dos acusados, sobre a continuidade das fraudes e

²⁴³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.472, 21 abr. 1985.

a manutenção das políticas do INAMPS. Entre essas matérias, a de Hebert Laranjo se destaca pela crítica à situação dos julgamentos e das punições.

Atualmente 28 inquéritos e dois processos estão distribuídos nas quatro varas criminais da Justiça Federal. Um dos processos é o da Clínica Amedh (11ª Vara) que foi dividido em três autos apartados, estando um concluso, um em fase de sentença e um terceiro em alegações finais. Neste processo estão indiciados, além dos quatro médicos presos, mais oito diretores e proprietários de diversos hospitais e a funcionária da Clínica Amedh, Luzia Cândida da Silva conhecida como a 'capataz da fraude'. **O outro processo (3ª Vara) está totalmente paralisado há mais de um ano.** Foram interrogados apenas os réus Dorival José Decoussau, superintendente do Hospital Matarazzo, **preso em flagrante no dia 4 de fevereiro pela Polícia Federal** juntamente com Silvio Santos de Almeida e José Haroldo Festa, na polícia eles acusaram uma firma de assessoria hospitalar, a PCE – Planejamento e Consultoria Empresarial S/C Ltda., de orientar o Matarazzo para adulterar as contas do Inamps e aumentar seus preços.²⁴⁴

A fraude no INAMPS foi intensamente noticiada pelos jornais, O Estado de S. Paulo chegou a ser premiado pela série intitulada "Fraude de Inamps". O jornal recebeu o Prêmio Esso de melhor reportagem, e assim seguiu utilizando o tema. No trecho citado, o repórter escreve informações conflitantes, dizendo que o processo contra o Dr. Decoussau estava parado havia mais de um ano, sendo que o médico foi preso em abril e a reportagem foi escrita em novembro do mesmo ano, ou seja, nove meses separam os fatos.

A imagem do hospital foi atingida pelo escândalo. E, no dia 23 de março de 1986, O Estado de S. Paulo noticiou que, desde o dia anterior, a instituição estava fechada. Embora ainda tivesse 34 pacientes internados, o hospital não receberia novas internações e o pronto-socorro estaria fechado. O motivo do fechamento, segundo o jornal, foi o seguinte:

Como o superintendente Vianna, os funcionários ficam irritados quando se recordam que o declínio do hospital começou há pouco mais de um ano, com a prisão do antigo superintendente acusado de fraudar o Inamps. "O problema não foram as fraudes, foi a má administração", diz uma enfermeira. "Este hospital ficou conhecido só pelas fraudes durante algum tempo, não quero discutir se havia ou não, mas é preciso lembrar que o

²⁴⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.972, 28 nov. 1985.

Matarazzo sempre deu o melhor atendimento no padrão Inamps [...]”²⁴⁵

Pouco depois de o hospital aparecer como fraudador do INAMPS nas páginas dos jornais, a situação ficou insustentável, levando ao encerramento das suas atividades. Dois fatores devem ser observados: em primeiro lugar temos a imagem do hospital comprometida; em segundo, cabe considerar que possivelmente as fraudes serviam para suprir as necessidades do hospital, visto que, depois dos acontecimentos, os salários de médicos e funcionários ficaram atrasados e medicamentos começaram a faltar.

O pouco tempo entre o anúncio das fraudes e o encerramento das atividades do Hospital Matarazzo sugere que os acontecimentos estariam de alguma maneira conectados. Sobre os motivos concretos, a primeira hipótese seria a desmoralização do hospital causada pelo escândalo, mas provavelmente esse fator não tenha sido determinante, uma vez que o hospital recebia pouco público pagante. A segunda está relacionada ao descredenciamento e fim do repasse de verbas do INAMPS, o que impediu o atendimento de muitos pacientes e diminuiu consideravelmente a receita do hospital. E, por último, o fim das fraudes, considerando-se que os valores alterados fossem reaplicados no hospital, como disseram os acusados.

2.4 TENSÕES, FRAUDES E MANIFESTAÇÕES

Depois de estampar as páginas dos jornais pelo envolvimento no escândalo do INAMPS, o Hospital Matarazzo teve sua crise financeira agravada, chegando a fechar as portas. Mesmo que tenha sido passageiro, era reflexo dos problemas pelos quais o hospital passava desde o início das suas atividades – e a fraude pode ter sido vista como uma solução temporária.

O caso foi noticiado por quase todo o ano de 1985, chegando aos primeiros meses de 1986, ano em que o hospital encerrou suas atividades. Depois de aproximadamente um ano da prisão em flagrante do então diretor do hospital, Dorival José Decoussau, o hospital entrou em uma profunda crise financeira e foi lentamente fechando os setores de atendimento.

²⁴⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.972, 23 mar. 1986.

As primeiras notícias a respeito dos problemas que o hospital enfrentava surgiram em fevereiro de 1986 e apareceram nos dois jornais: na Folha de S. Paulo e n'O Estado de S. Paulo. No dia 18 de fevereiro, a Folha de S. Paulo publicou a respeito das dívidas que o hospital possuía com bancos, mencionando valores devidos e a falta de pagamento dos salários dos funcionários. Publicou também uma entrevista com o diretor do pronto-socorro, que falava sobre a iminente desativação do setor.

No dia 19 de fevereiro, ambos os jornais veicularam notícias a respeito do Hospital Matarazzo. N'O Estado de S. Paulo, o título da reportagem era "Diretor ameaça fechar o Hospital Matarazzo", enquanto a Folha de S. Paulo publicou uma notícia intitulada "Hospital Matarazzo fecha pronto-socorro". Apesar do conteúdo semelhante, os títulos possuem diferentes sentidos. Ambas tratavam do encerramento das atividades do pronto-socorro e dos problemas econômicos pelos quais o hospital passava, além de ressaltar as dívidas e atribuir os problemas à fraude do INAMPS.

O superintendente Carlos Amaro Pereira Viana, depois de passar dois dias em Brasília tentando resolver o problema, comentou apenas através de telex, as causas da crise atribuídas ao convenio com o Inamps (feito em 76), e ao processo de tombamento do condephaat, que impediu a venda de parte do imóvel. Agora, apenas a liberação de verbas governamentais ou doações podem impedir o fechamento – como sociedade beneficente, o Hospital Matarazzo não pode pedir concordata ou falência, mas apenas sua liquidação.²⁴⁶

A reportagem publicada na Folha de S. Paulo era explícita ao relacionar os problemas ao escândalo:

A origem dos débitos do Matarazzo estaria relacionada, segundo Rodante Filho, com a queda de procura pelos seus serviços depois das denúncias de fraudes contra o Inamps. De um ano pra cá, o hospital acumulou uma dívida de mais de Cr\$ 5 bilhões junto a rede bancária e não consegue arcar com os Cr\$ 4 bilhões mensais de sua folha de pagamentos.²⁴⁷

Ainda no dia 19 de fevereiro, os dois jornais publicaram uma nota oficial encaminhada pelo Grupo Matarazzo esclarecendo que não possuía nenhuma "participação direta ou indireta nos assuntos do hospital". A nota ressaltava que a instituição se tratava de "associação beneficente" e que contou desde a sua fundação

²⁴⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.040, 19 fev. 1986.

²⁴⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.776, 19 fev. 1986.

e por toda a sua existência com a colaboração do Grupo. No terceiro item escrito, foi esclarecido que tal colaboração teve redução devido aos seus próprios problemas econômicos, que poderiam ser apontados como um dos motivos da crise pela qual o hospital passou e que culminou no aumento da participação do INAMPS na sua receita.

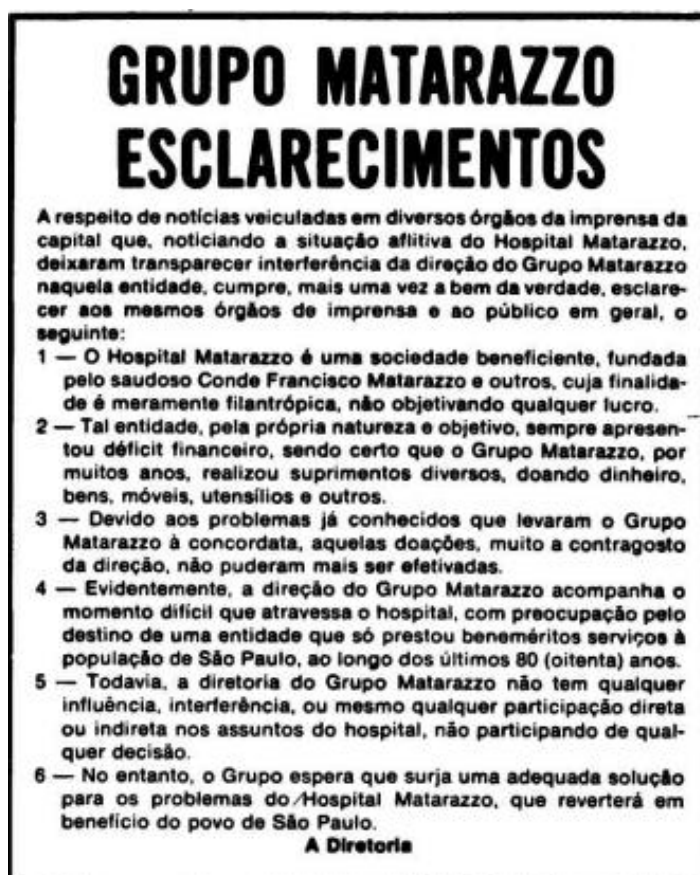


Figura 29 - Nota de esclarecimento concedida pelo Grupo Matarazzo para desvincular o grupo do hospital.²⁴⁸

Alguns dias depois, em 22 de fevereiro, as reportagens nos jornais relatavam as tentativas de manter o hospital funcionando e destacavam os problemas da instituição com o INAMPS. Segundo a Folha de S. Paulo, o hospital fecharia em poucos dias:

O estoque de medicamentos do hospital só dá para mais uma semana. Com 584 leitos e responsável pelo atendimento de cerca de 35 mil pessoas por mês (sendo 85% através do Inamps), o hospital enfrenta uma das mais sérias dificuldades

²⁴⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.040, 19 fev. 1986.

financeiras de seus 82 anos de funcionamento. Na última terça-feira, o pronto-socorro foi fechado, o hospital passou a atender apenas emergências e 170 pacientes tiveram alta ou foram transferidos. Ontem, havia 134 pacientes internados.²⁴⁹

Entre os problemas financeiros estava a falta de pagamento dos salários dos funcionários do hospital, o que os levou a organizar uma paralisação, noticiada pelo jornal Folha de S. Paulo em 25 de fevereiro de 1986:

Cerca de trezentos (24%) dos 1250 funcionários do Hospital Matarazzo (região central de São Paulo) aprovaram ontem, em assembleia realizada as 11h, a paralisação do atendimento a pacientes particulares e conveniados, configurando a quase total desativação do hospital. O pronto-socorro foi fechado há uma semana por decisão da diretoria. Apenas os atendimentos de urgência continuam sendo realizados normalmente. Dos 584 leitos do hospital cerca de sessenta estão ocupados [...] Os funcionários criaram um “fundo de assistência” para o recebimento de doações e receberam uma espécie de “cesta básica” do padre Afonso capelão do hospital composta de arroz, feijão e açúcar [...]²⁵⁰

Ao que tudo indica, a situação dos funcionários era delicada. Estavam havia meses sem receber seus salários, e a perspectiva de fechamento do hospital os levaria a uma batalha judicial para receber os valores devidos, além da busca por um novo emprego.

Além da dívida com os funcionários, o hospital ainda tinha problemas com o INAMPS. Segundo reportagem d'O Estado de S. Paulo, o hospital teria uma dívida de Cr\$ 10 bilhões com o INAMPS referente aos valores que o hospital conseguiu com as fraudes feitas durante o ano de 1984. Por sua vez, o hospital alegava que o INAMPS teria uma dívida referente ao ano de 1985 com o hospital que alcançaria o valor de Cr\$ 7 bilhões. Segundo o superintendente, o hospital possuía uma receita de Cr\$ 4,4 bilhões, enquanto seu gasto somava Cr\$ 6 bilhões, portanto, estava sempre em déficit. Para ele, o problema seria resolvido com a venda de parte dos edifícios que compunham o hospital, mas o tombamento²⁵¹ pelo Conselho de Defesa do Patrimônio

²⁴⁹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.779, 22 fev. 1986.

²⁵⁰ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.781, 25 fev. 1986.

²⁵¹ O estudo de tombamento teve início com o processo 23374 de 1985, que foi finalizado pela resolução 29 de 30 de julho de 1986, posteriormente revogada em 2014. Registrado no Livro Tombo n. 255, de 23 de janeiro de 1987.

Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) inviabilizava a demolição e novas construções.²⁵²

A reportagem do dia 26 de fevereiro publicada no jornal Folha de S. Paulo informava números relacionados à crise. Segundo o jornal, a dívida do hospital chegava a Cr\$ 12,5 bilhões, sendo Cr\$ 4,5 em dívida com os médicos e funcionários e Cr\$ 8 bilhões devidos para fornecedores. Também vinculava a crise ao descredenciamento do hospital pelo INAMPS no início do ano de 1985, teria sido naquele momento que as dívidas do hospital começaram a se acumular.²⁵³

Em março, funcionários protestaram acampando no pátio do hospital (figura 30), organizados informalmente em busca do objetivo comum²⁵⁴: os trabalhadores lutavam contra o fechamento do hospital e pelo pagamento de salários atrasados.

Os cerca de 800 funcionários do Hospital Matarazzo discutem hoje, em assembleia marcada para as 9 horas, as alternativas para se evitar o fechamento da instituição. Duzentos desses funcionários estão acampados desde sexta-feira no pátio da portaria 1 do hospital, e mesmo com a garantia de pagamento dos salários atrasados, referentes ao 13º e mês de janeiro, ainda esta semana, existe a possibilidade de que a assembleia aprove a continuação do protesto.²⁵⁵



Figura 30 - Acampamento de funcionários para protestar contra o fechamento do hospital.²⁵⁶

²⁵² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.046, 26 fev. 1986.

²⁵³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.782, 26 fev. 1986.

²⁵⁴ GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

²⁵⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.052, 5 mar. 1986.

²⁵⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.052, 5 mar. 1986.

Os funcionários acampados penduraram cartazes cobrando uma administração honesta do hospital e o pagamento imediato dos salários. A continuação dos protestos seria uma tentativa de reabrir o hospital, o que, segundo o diretor clínico, não aconteceria rapidamente em função das condições precárias.

“[...] estamos à míngua, não existe material cirúrgico, nem condições técnicas para que voltemos a trabalhar. Faltam ataduras, antibióticos e material ortopédico, isso para citar o básico e sem uma consulta mais detalhada ao setor de suprimentos.”²⁵⁷

As manifestações desses funcionários podem ser vistas como forma de resistência e denúncia, em uma tentativa de expor o tratamento que vinham recebendo. Assim como tantos outros protestos, foi uma ação simbólica²⁵⁸ para desestruturar a administração do hospital e o governo que geria a questão.

No dia 8 de março, O Estado de S. Paulo noticiou que aconteceria no mesmo dia a reabertura do hospital e que logo os salários atrasados seriam pagos. Em menos de um mês, as atividades do hospital novamente foram encerradas. O jornal Folha de S. Paulo publicou, em 22 de março, acerca do fechamento dos últimos setores do hospital, ainda atribuindo a causa dos problemas ao escândalo do INAMPS, que ocorrera no ano anterior. Segundo a reportagem, o hospital estava tratando apenas os 36 pacientes internados anteriormente.

O jornal O Estado de S. Paulo do dia 23 de março de 1986 divulgou que o hospital ficaria fechado enquanto se realizavam negociações entre o hospital, o INAMPS e a Secretaria da Saúde. Durante esse período,

Mais ou menos 180 funcionários pediram demissão. Também se demitiram médicos, muitos deles segundo o coordenador da comissão de funcionários, Juracy Baena Garcia, levando embora equipamentos que eram de sua propriedade, porque tinham firmas trabalhando para o hospital. E, quinta-feira, o diretor clínico do Matarazzo, Orlando Rodante, pediu demissão. Ontem, os funcionários do hospital fizeram uma assembleia para discutir a estratégia até que haja uma solução. Permanecerão acampados em barracas, revezando-se em turnos.²⁵⁹

²⁵⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.052, 5 mar. 1986.

²⁵⁸ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 70-71.

²⁵⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.044, 23 fev. 1986.

No dia 25 de março, os dois jornais publicaram matérias a respeito do acampamento de funcionários no pátio do hospital. Eles se manifestavam contra o fechamento da instituição e pelo pagamento dos salários atrasados, comentavam também sobre uma possível reabertura de alguns dos setores considerados prioritários, como por exemplo o pronto-socorro, a maternidade e a pediatria. O Estado de S. Paulo, que publicou a matéria mais extensa, escreveu não apenas acerca do protesto dos funcionários, mas enfatizou também os valores devidos pelo hospital, que estavam em crescimento:

Segundo dados divulgados pelo representante do Inamps, Herval Pina, o hospital tem um déficit de Cr\$ 60 milhões, sendo Cz\$ 28 milhões com as próprias Industriais Matarazzo, Cz\$ 20 milhões em diferenças e processos trabalhistas, Cz\$ 10 milhões a fornecedores, Cz\$ 3 milhões a bancos privados e o restante em salários do corpo médico, com profissionais que não recebem desde o ano passado.²⁶⁰

A matéria traz dados sobre a dívida do hospital, porém coloca o valor total em Cr\$ 60 milhões, mas a soma das quantias apontadas é de Cr\$ 61 milhões, e ainda deveriam ser incluídos os salários devidos do ano anterior. Atualmente, a conversão dos custos devidos, segundo a reportagem, chegaria a um valor próximo de R\$ 100 milhões.

Durante todo esse período, aconteciam tentativas para retomar as atividades do hospital. A solução encontrada para os problemas entre o hospital, o governo e o INAMPS foi divulgada no jornal do dia 27 de março de 1986: “A administração do Matarazzo será feita em co-gestão”.²⁶¹

Pela primeira vez no Estado de São Paulo, um hospital da rede privada será administrado em co-gestão pela sociedade mantenedora e os governos estadual e federal. É o que vai acontecer com o Hospital Matarazzo (alameda Rio Claro 190, Bela Vista, região central), desativado paulatinamente desde o último dia 18 de fevereiro por falta de dinheiro.²⁶²

²⁶⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.069, 25 mar. 1986.

²⁶¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.812, 27 mar. 1986.

²⁶² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.812, 27 mar. 1986.

Segundo a Folha de S. Paulo, a reabertura do hospital aconteceria no dia 7 de abril. Porém, dois dias antes, no mesmo jornal, foi anunciado o adiamento da reabertura por falta de materiais e pelas condições de higiene. Segundo a reportagem,

[...] ontem faltavam ali desde agulhas de injeção, compressas de gaze, ataduras de gesso até aparelhos necessários ao atendimento dos doentes. Herval Ribeiro disse que depende dos fornecedores para adquirir os equipamentos, mas que a comissão trabalhará no final de semana para reabrir o hospital “o mais rápido possível”. No entanto, os funcionários acampados no pátio do hospital, de onde pretendem sair só “quando der entrada o primeiro paciente”, não acreditam na pronta reabertura. “O prédio não foi nem desratizado e está cheio de ratos, principalmente em virtude do fechamento”, disse Célio Pereira, 25, da comissão dos funcionários.²⁶³

Dez dias depois, o hospital ainda estava fechado e os funcionários buscavam, segundo a Folha de S. Paulo, o apoio de deputados. Foi organizada uma passeata, que saiu do hospital com destino à ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) para entregar um manifesto sobre as condições em que se encontrava o hospital naquele momento.

A respeito das negociações dos manifestantes, percebe-se que eles eram organizados e tinham objetivos bem definidos, utilizavam as manifestações como forma de confrontar as autoridades em busca de resoluções.²⁶⁴ Com o passar dos meses, as ações se radicalizavam e buscavam novos meios na tentativa de restabelecer o atendimento do hospital.

Em 1º de maio, tanto a Folha de S. Paulo como O Estado de S. Paulo noticiaram a reabertura do Hospital Matarazzo para os dias seguintes. A publicação d’O Estado de S. Paulo descrevia uma assembleia para discutir a proposta feita pela Associação Paulista de Medicina. A ideia era que o hospital não fosse totalmente aberto, a prioridade era reabrir o ambulatório. O texto enfatizava que, apesar de retomar suas funções, as dívidas do hospital permaneceriam as mesmas.²⁶⁵

No suposto dia da reabertura do hospital, que aconteceria em 8 de maio de 1986, os jornais publicaram a respeito de outro adiamento. Na Folha de S. Paulo, a matéria relatava que a sociedade mantenedora do hospital entrara com uma liminar

²⁶³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.821, 5 abr. 1986.

²⁶⁴ THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 67.

²⁶⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.847, 1º mai. 1986.

na justiça para impedir a abertura. Segundo a reportagem, a sociedade mantenedora não estaria dando importância ao funcionamento do hospital, mas sim ao processo de tombamento, que seria a sua prioridade. Além disso, destacou as manifestações de funcionários, que continuavam acampados no pátio do hospital.



Funcionários do Hospital Matarazzo continuam acampados no pátio, à espera da reabertura do estabelecimento

Figura 31 - Protesto de funcionários contra o fechamento do hospital.²⁶⁶

A imagem ilustra as manifestações dos trabalhadores do hospital, na faixa feita por eles lê-se “Por ordem administrativa permanece suspenso o atendimento” – os funcionários destacavam que a administração do hospital não desejava sua reabertura. Na matéria publicada no dia 19 de fevereiro²⁶⁷, o superintendente do hospital declarou que, se parte do conjunto não fosse vendida, o pagamento das dívidas dependeria de doações ou do governo. A venda não foi autorizada porque os prédios estavam em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, o que impossibilitava qualquer decisão sem autorização prévia.

Com a impossibilidade da venda, sem soluções para os problemas financeiros e o pagamento dos salários atrasados no dia 22 de maio, os trabalhadores do hospital voltaram a se manifestar, dessa vez organizaram uma passeata pela Avenida Paulista

²⁶⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.854, 8 mai. 1986.

²⁶⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.776, 19 fev. 1986.

e chegaram até o Teatro Municipal. Além da passeata, os funcionários prometeram iniciar uma greve de fome, caso não houvesse um acordo até o dia seguinte – estavam inclinados a atitudes radicais para alcançar seus objetivos. Segundo a reportagem, a administração do hospital estaria resistente em aceitar as negociações com o INAMPS e o governo do Estado de São Paulo.



Figura 32 - Protesto de funcionários contra o fechamento do hospital.²⁶⁸

O jornal Folha de S. Paulo noticiou no dia 29 de maio mais uma manifestação de funcionários do hospital. Dessa vez eles organizaram uma caminhada até a residência da condessa Mariângela Matarazzo, localizada na Avenida Paulista, onde 60 manifestantes fizeram jejum de 12 horas contra o fechamento do hospital. No dia seguinte, foi anunciado que o hospital receberia uma verba de Cr\$ 17 milhões para pagar os salários atrasados.

O repasse de mais verbas dependia da aceitação do conselho diretor do hospital ao novo modelo de administração em cogestão que era pretendido pelo

²⁶⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.117, 22 mai. 1986.

INAMPS e pelo governo do Estado. O que foi aceito pela presidente, Maria Pia Matarazzo, no começo de junho. No sétimo dia do mês, foi emitida pelo conselho administrativo uma nota oficial.

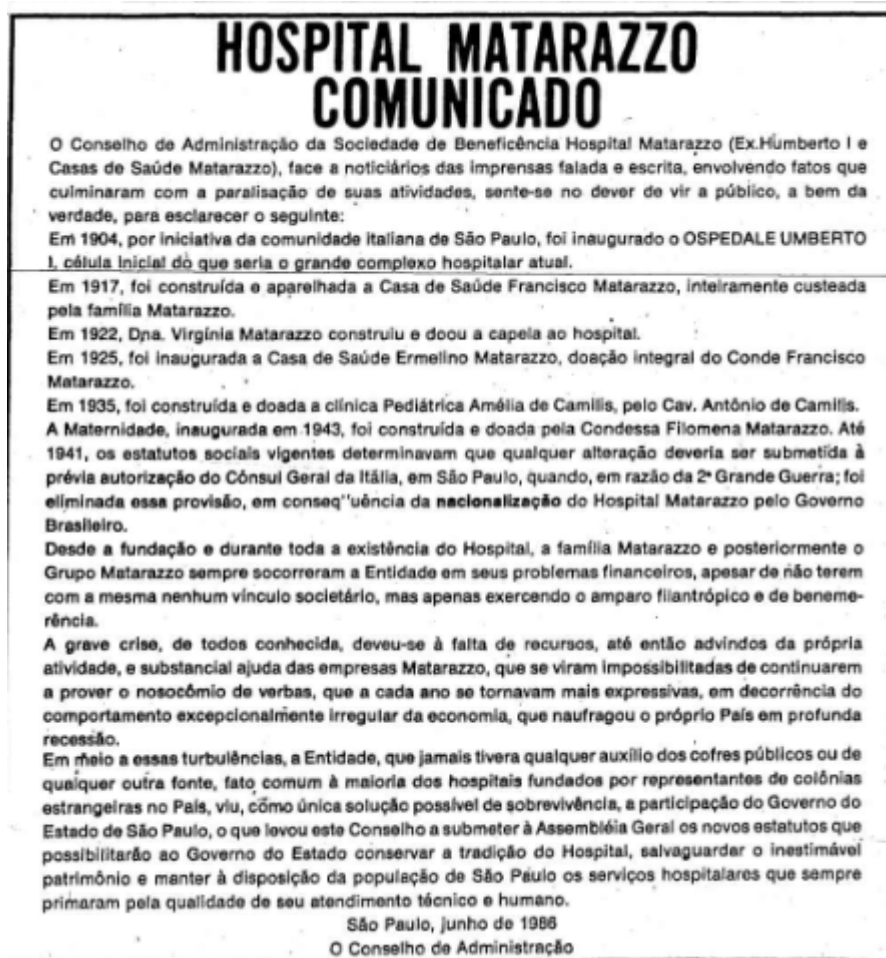


Figura 33 - Nota oficial do Conselho Administrativo do hospital.²⁶⁹

Em 20 de junho de 1986 o jornal Folha de S. Paulo noticiou a reabertura do hospital, que aconteceu 30 dias antes do previsto. O destaque da reportagem era o fim do acampamento de funcionários que ocupava o pátio havia aproximadamente três meses.

Após 88 dias de acampamento, os funcionários do Hospital Matarazzo (na alameda Rio Claro, Bela Vista, região central de São Paulo) desmontaram ao meio-dia de ontem as oito barracas instaladas no pátio do prédio, onde, em sistema de rodízio,

²⁶⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.131, 7 jun. 1986.

protestaram pela demora na reabertura do estabelecimento. O fim do protesto foi comemorado com champanha.²⁷⁰

O Estado de S. Paulo, por sua vez, divulgou a organização do hospital para a reabertura, que aconteceria no dia 24 de junho. Destacou que os prédios seriam ativados aos poucos, pois não havia condições de retomar o funcionamento do hospital totalmente.

Leni Dias afirmou que a reativação do Matarazzo será gradativa uma vez que não há condições de o hospital voltar a funcionar com capacidade plena dentro de um mês. A primeira unidade a ser reativada será a maternidade, que dispõe de 8 leitos – 16% da capacidade total do hospital que é de 500 leitos. Ontem a maternidade foi dedetizada. Por causa disso, os funcionários não puderam fazer a limpeza geral do prédio, já que o inseticida tem de ser mantido por 24 horas. Eles se limitaram a lavar o saguão e as paredes do primeiro pavimento e limpar os armários. Para executar a tarefa foi preciso muito bom senso, porque os materiais de limpeza disponíveis no hospital eram tão poucos que tiveram que ser economizados.²⁷¹

No começo de julho, em meio às tentativas de restabelecer o atendimento, o hospital reapareceu nos jornais em razão do “escândalo do INAMPS”. Os valores das fraudes foram calculados, e por isso os jornais retomaram, mesmo que brevemente, o assunto.

Uma das alternativas que a prefeitura de São Paulo apresentou para o hospital foi transferir o pronto atendimento do Hospital do Servidor Público Municipal para o Hospital Matarazzo, o que garantiria o repasse de verbas da prefeitura. A opção foi descartada pelo conselho administrativo do hospital. Segundo a reportagem, o hospital reabriria os setores da maternidade e do pronto-socorro contando com a ajuda do INAMPS e do governo estadual.²⁷²

O Estado de S. Paulo, no dia 24 de julho de 1986, publicou uma reportagem revelando detalhes a respeito da reabertura do hospital, incluindo entrevista com a superintendente da instituição, Leni Helena Calixto de Souza Dias. A matéria destacou as reformas e mudanças feitas no hospital para melhorar o atendimento, destacou também a colaboração dos funcionários.

²⁷⁰ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.897, 20 jun. 1986.

²⁷¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.145, 24 jun. 1986.

²⁷² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.166, 18 jul. 1986.

Um levantamento de toda a estrutura do hospital foi feito para que as reformas pudessem começar e as condições foram consideradas precárias e inadequadas. Para isso, iniciaram-se as reformas essenciais para o paciente. Leni Calixto contou que há cinco enfermarias com um único banheiro para uso dos doentes. Com as reformas, para cada duas enfermarias haverá um banheiro, facilitando o acesso dos operados. Dos 297 leitos, 267 serão readequados, todos da Casa de Saúde [...] o hospital já possui todos os equipamentos necessários para a reabertura do Pronto-Socorro, mas ainda não tem onde deixar os pacientes: os cem leitos que existem serão transformados em 60. Apesar da perda de leitos, a superintendente considera viável a ideia, “porque o paciente precisa de banheiro e, assim, preciso perder leitos”. Os funcionários fizeram um mutirão para ajudar nas reformas, e na manutenção do hospital. Retirando entulho, arrumando o jardim, limpando salas, transportando material da farmácia que passará a funcionar na Casa de Saúde, quebrando parede e até mesmo regulando os aparelhos que necessitam desse trabalho, os funcionários dão sua contribuição, porque estão muito empenhados nesse novo projeto, assim como a superintendente e todo o conselho diretor do hospital. “Há funcionários que estão trabalhando horas extras para que o hospital seja reaberto conforme planejamos”, concluiu a superintendente.²⁷³



Figura 34 - Reabertura do hospital, com a presença do governador Franco Montoro.²⁷⁴

Em 31 de julho, depois de cinco meses fechado, o Hospital Matarazzo foi reaberto em uma cerimônia que contou com a presença do então governador do

²⁷³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.171, 24 jul. 1986.

²⁷⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.177, 31 jul. 1986.

Estado Franco Montoro, o presidente do INAMPS Hésio Cordeiro e o Secretário Estadual de Cultura Jorge da Cunha Lima.

A reabertura do hospital contou com duas mudanças importantes: o novo nome da instituição, que deixaria de se chamar Hospital Matarazzo para retornar ao nome dado pela comunidade Italiana, Umberto Primo; o tombamento pelo CONDEPHAAT, que foi assinado pelo governador. Um novo estatuto foi criado para permitir a formação de um conselho diretor, que seria formado por “representantes do Estado, da Prefeitura, do Inamps, da Associação de Médicos e dos Funcionários e da Sociedade Beneficente”²⁷⁵. Somente com essas alterações foi possível a reabertura do hospital.

Em outubro de 1986, pouco depois da reinauguração, o hospital passou a ser novamente conveniado ao INAMPS e, dessa forma, aumentaram os repasses para sua manutenção.²⁷⁶ Depois de um ano reaberto, foi considerado como “modelo para o INAMPS”²⁷⁷, superando os problemas relacionados à fraude contra o Instituto. Segundo os jornais, os cinco meses em que esteve fechado foram a pior crise pela qual o hospital passou em sua história.

A organização dos funcionários do hospital em sua luta²⁷⁸ merece destaque. Em virtude de seus esforços e manifestações, a desativação do hospital se manteve como um assunto em pauta durante todo o período de fechamento, não caindo no esquecimento.

Os novos convênios firmados com o governo e o INAMPS, à primeira vista, aparentavam ter resolvido os problemas, e de fato momentaneamente foram suficientes para tornar o hospital apto a atender a população. Porém, após alguns anos, os problemas financeiros se agravaram, o que culminou no encerramento definitivo da instituição em 1993.

²⁷⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.177, 31 jul. 1986.

²⁷⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.250, 24 out. 1986.

²⁷⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 108, n. 34.453, 24 jun. 1987.

²⁷⁸ Criando assim sua consciência enquanto classe, lutando por interesses em comum. “Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio das relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe [...]” HOBBSAWM, E. J. “E. P. Thompson”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

Ainda que os trabalhadores do hospital tenham buscado uma reabertura, a instituição não retomou suas atividades. Passados 18 anos, os prédios começaram a ser transformados em um novo empreendimento. O capítulo a seguir propõe analisar esse longo período em que o conjunto ficou “desocupado”.

CAPÍTULO III – ENCERRAMENTO E ABANDONO

O presente capítulo pretende, através de jornais, analisar o fechamento do hospital e retratar como os prédios que o compunham foram utilizados durante os 17 anos que se passaram até a venda definitiva. A crise econômica que atingiu o hospital teve início em meados da década de 1970, houve protestos de funcionários, ao fechamento do hospital, que posteriormente foi reaberto, e finalmente ao encerramento definitivo de suas atividades.

O conjunto que esteve abandonado desde então foi vendido em 1996 para a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que não obteve sucesso em algumas tentativas de criar ali um empreendimento, principalmente por se tratar de um patrimônio tombado pelo Condephaat, o que dificultou os planos do grupo para os prédios do antigo hospital.

Os edifícios continuaram em estado de abandono durante vários anos, sendo utilizados ocasionalmente para espetáculos ou exposições. Em 1998 os edifícios que estavam sem funcionamento foram ocupados pelo Movimento dos Sem-Teto da capital. Somente em 2010 o interesse em investir no antigo hospital foi retomado, houve negociações com algumas empresas e, por fim, o grupo francês Allard se tornou dono do imóvel e criou a “Cidade Matarazzo”.

Durante o capítulo, além de rastrear essa parte pouco contada da história do Hospital Matarazzo, pode-se perceber em diferentes momentos o papel da imprensa, em especial dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, na percepção a respeito do hospital e, posteriormente, dos usos que foram feitos dos edifícios.

3.1 CRISE FINANCEIRA E FIM DO ATENDIMENTO

Em 1993 o antigo Hospital Matarazzo, que nesse período tinha como nome oficial Sociedade Beneficente Hospital Umberto I, deu fim ao seu atendimento e fechou definitivamente as portas. Os problemas enfrentados pelo hospital eram muito anteriores a esse período, e agravaram-se durante a década de 1980, culminando na interdição da Vigilância Sanitária em 1993.

As tensões econômicas fizeram parte da trajetória do hospital desde o início de suas atividades, na década de 1940 a situação se agravou devido à Segunda

Guerra Mundial.²⁷⁹ Com o passar dos anos, as novas gerações, filhos e netos de italianos, diminuíram as doações ao hospital, que registraram queda constante, e cada vez mais repasses públicos eram necessários e mantinham o hospital aberto.

A partir desse ano (1939), nos quadros seguintes a situação tente claramente a se inverter, com os pensionistas superando os internos gratuitos, o que foi influenciado, muito provavelmente, pelo fato de a previdência social se estabelecer cada vez mais e, conseqüentemente, ter peso cada vez maior sobre o número de atendimentos do hospital e de sua arrecadação. Isto, por sua vez, não contribui necessariamente de maneira positiva para a arrecadação da instituição, porquanto ela se tornou continuamente dependente do repasse dos recursos oficiais para a sua manutenção (até chegar a 80% do total a partir de meados da década de 1970), o que provocou a decadência financeira da Società.²⁸⁰

No final da década de 1970, a crise se acentuou e dois casos de erros médicos repercutiram de forma negativa para a imagem do hospital. O primeiro caso aconteceu em outubro de 1977, um garoto de 12 anos chegou ao hospital com uma fratura no braço e acabou falecendo após amputação do membro. O hospital foi investigado pela polícia por fraldar o atestado de óbito.

Os médicos que estiveram diretamente ligados à cirurgia e ao atendimento de Jomar tentaram ocultar a verdadeira causa da morte, fornecendo um falso atestado de óbito que indicava “choque hipovolêmico, hemorragia digestiva e gastrite hemorrágica”. Mas o operário Ozéias Ledo dos Santos, pai de Jomar, convencido de que seu filho morreria “por causa do desinteresse dos médicos”, pediu que o garoto fosse autopsiado no Instituto Médico Legal, que deu como causa da morte, “toxemia por gangrena no membro superior esquerdo”.²⁸¹

Somente em novembro o diretor de Ortopedia do hospital concedeu à polícia o nome do médico que operou Jomar, que foi assim indiciado em uma operação, segundo o jornal, considerada sigilosa. Em suas declarações o médico se disse inocente, e que vários outros médicos também teriam atendido o garoto. Esse foi um dos casos que se tornaram notícia no período a respeito de denúncias sobre erros no hospital.

²⁷⁹ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência:** o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

²⁸⁰ Ibidem, p. 148.

²⁸¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, n. 31.479, 30 out. 1977

Aproximadamente quatro meses depois ocorreu outro caso de erro na instituição, um homem teve a ficha médica trocada com a de outro paciente e passou por uma cirurgia da qual não necessitava. O erro foi julgado pelo INPS.

A Superintendência Regional do INPS divulgou ontem um comunicado admitindo a falha do Hospital Matarazzo, onde uma equipe médica operou do estomago o empreiteiro José Carlos Rodrigues, que deveria sofrer uma operação de hernia. Explicando que Jose Carlos foi conduzido por engano à sala de cirurgia, 'no lugar de outro paciente, que iria se submeter a uma gastrectomia', o INPS afirma que 'está advertindo os membros da equipe cirúrgica e a direção do hospital.'²⁸²

Apesar das denúncias dos dois erros em um curto espaço de tempo, o hospital não sofreu graves punições pelo INPS, teve apenas de arcar com os custos da cirurgia que foi feita erroneamente.

A falta de condições do Hospital Matarazzo ficava evidente nos jornais que noticiavam assembleias ou greves de funcionários. Em agosto de 1978 os funcionários reivindicavam aumento de 40%, adicional de insalubridade e jornada de 40 horas semanais, eles organizaram um abaixo-assinado e não descartavam a possibilidade de paralisação. Em abril de 1979 foi a vez dos médicos, que se mobilizaram para cobrar da administração do hospital seus salários atrasados. Em dezembro os médicos que não tiveram suas reivindicações atendidas entraram em greve. E, segundo a reportagem,

Ao mesmo tempo em que 270 médicos do Hospital Matarazzo decidiram, na manhã de ontem, paralisar suas atividades em decorrência de atraso por mais de seis meses em seus pagamentos, o superintendente Ruy Buller Souto advertia que a instituição será obrigada a fechar suas portas nos próximos dois meses, caso o Inamps não pague a dívida de Cr\$72.603.360,38, acumulada desde 1977.²⁸³

Os médicos, por sua vez, denunciaram outros problemas do cotidiano que ocorriam dentro do hospital:

²⁸² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 99, n. 31.561, 4 fev. 1978.

²⁸³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 100, n. 32.128, 8 dez. 1979.

“Resolvemos paralisar para não sermos acusados de crime de responsabilidade, caso alguma desgraça venha acontecer com os pacientes internados por falta de medicação. Para se ter uma ideia, falta inclusive gesso e sutura. Na farmácia é raro o enfermeiro encontrar o medicamento receitado pelo médico. Aliás, os enfermeiros foram proibidos pela diretoria de anotar na papelada a falta de medicamento, sob a alegação de que isso prejudicaria na cobrança do Inamps.”²⁸⁴

Em 1980 a crise tornou-se notícia nos jornais através da demissão de vários médicos que compunham o corpo clínico do hospital. No mês de março, 11 médicos foram afastados com o fechamento da unidade coronariana do hospital; segundo a reportagem, no mês anterior outros três haviam sido demitidos. No dia seguinte, outra reportagem falava sobre 36 médicos afastados, segundo o hospital eles não foram demitidos, já que eram prestadores de serviço, e não trabalhadores contratados pelo hospital. Os médicos, por sua vez, acreditavam no oposto: demitidos, pois possuíam vínculo com o hospital, alguns deles há mais de 30 anos.

A crise do hospital se agravou durante a década de 1980, e parte dessa crise pode ser relacionada aos problemas econômicos enfrentados pelas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Não é possível descartar outros fatores, porém esse aparece como predominante. Além das contribuições da família Matarazzo, uma parcela de uma elite italiana na cidade também utilizava o hospital como público pagante. Essa relação entre as Indústrias Matarazzo e a entidade já se encontrava estabelecida:

Quando o grupo Matarazzo entrou em decadência, o próprio hospital ganhou imagem de decadente. Somando-se a tal fato, a escolha dos seus administradores em se privilegiar o atendimento aos previdenciários e deste modo, tornar-se cada vez mais dependente de repasses oficiais não foi, em termos financeiros, uma escolha feliz. E tal escolha foi contrária à tendência das demais instituições nascidas como entidades beneficentes de imigrantes.²⁸⁵

²⁸⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 100, n. 32.128, 8 dez. 1979.

²⁸⁵ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência:** o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

O diretor clínico do hospital, que pediu demissão em meio aos problemas já citados, alegava que era desumano o que a mantenedora estava fazendo, e que havia ainda uma lista com mais 36 médicos a serem demitidos. Além de expor graves problemas que o hospital enfrentava, apareceram nos jornais também especulações a respeito das demissões:

Além de estar sem diretor clínico, o Hospital Matarazzo ficou sem os chefes e responsáveis dos departamentos de radiologia, urologia, ginecologia, clínica médica, maternidade, cirurgia pediátrica, neurocirurgia, cirurgia facial e cirurgia geral. O hospital está funcionando precariamente, pois passa também por uma crise financeira, que provocou a falta e vários medicamentos e materiais de enfermagem. Entre os médicos, correm rumores de que o hospital será vendido para uma empresa multinacional de medicina de grupo, e que as recentes demissões fariam parte do contrato de venda. Segundo uma das versões, a Amico teria comprado a administração do hospital e teria exigido o afastamento das freiras enfermeiras – o que aconteceu há cerca de dois meses – e dos médicos com mais de 10 anos de casa ou com alguma capacidade de liderança sobre seus colegas.²⁸⁶

Em 18 de março de 1980, mais quatro médicos foram demitidos; no dia seguinte, foi noticiado que mais 17 também perderam seus empregos. Segundo o jornal, 65 médicos deixaram o hospital em duas semanas. Os 17 médicos despedidos compunham a equipe de ortopedia liderada pelo Dr. Americo Nasser, que, segundo o jornal, havia enviado para o diretor clínico uma carta dizendo que seringas descartáveis estavam sendo esterilizadas e reutilizadas, o que teria motivado seu desligamento do hospital.

O jornal publicou no dia 25 do mesmo mês uma declaração do diretor do hospital negando qualquer problema relatado pelos médicos e funcionários da instituição. Também disse que os problemas que quaisquer hospitais enfrentavam estavam ligados aos repasses defasados do Inamps (a questão do repasse de verbas era anterior à acusação de que o hospital fraudava o Inamps).

²⁸⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 59, n. 18.610, 16 mar. 1980.

[...] a dependência pelos repasses da previdência (sem qualquer correção), que invariavelmente atrasava, somado ao recrudescimento da inflação a partir do final da década de 1970 foram um duro golpe as finanças. A entidade tinha que buscar outros meios para cobrir os déficits até o ponto em que, como veremos adiante, não pôde mais administrá-los, levando, por consequência, ao seu fechamento.²⁸⁷

Em 1983, outra ameaça de paralisação por parte dos médicos do hospital, mas nada chegou a acontecer. Em 1985, como já citado anteriormente, o hospital foi manchete diversas vezes pela fraude cometida contra o Inamps, adulterando guias médicas para aumentar o repasse feito ao hospital. Nesse período, a entidade passou por sua mais grave crise, abordada no capítulo anterior. Durante o ano de 1986, o hospital estampou negativamente as páginas dos jornais, chegando a interromper os atendimentos em alguns meses.

Em 1987 o jornal O Estado de S. Paulo publicou que o hospital, que havia passado por todos esses problemas, e fraudado o Inamps, tornava-se um modelo a ser seguido. Segundo a reportagem, o modelo de gestão da instituição estava funcionando melhor do que o esperado, o hospital possuía um Conselho Administrativo independente do Inamps e do Estado, e as verbas eram repassadas pelo Inamps, ou seja, o hospital se tornara “público” sem ser administrado pelo Estado. Ainda segundo a reportagem, o hospital estava funcionando com 400 leitos e internando 2 mil pacientes por mês.²⁸⁸

Não houve muitas notícias a respeito do hospital nos anos seguintes até 1993. Em 23 de junho de 1993, O Estado de S. Paulo voltou a publicar a respeito de paralisações de funcionários e dívidas que o hospital possuía, os salários estavam novamente atrasados, faltava material e o serviço de limpeza estava suspenso.

No dia 1º de julho o mesmo jornal voltou a noticiar a situação do hospital, a reportagem relatava que parte dos prédios que compunham o complexo hospitalar seria leiloada para quitar a dívida contraída com Maria Pia Matarazzo. Além disso, relatava a situação do hospital:

²⁸⁷ KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência: o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 149.

²⁸⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 108, n. 34.453, 24 jun. 1987.

A falta de materiais básicos como sacos de lixo, gaze e detergente tem sido contornada com a criatividade dos funcionários. Muitos trazem de casa o material necessário. Ontem, a auxiliar de enfermagem Rozy Meri Andrade Martins, exibiu pedaços de pano, usados para fazer curativo. “Comprei o tecido em uma loja, fiz as tiras e aqui esterilizamos.”²⁸⁹

A venda de parte dos edifícios foi adiada (segundo a matéria, pela quarta vez), e o governo prometeu enviar verbas para manter o bom funcionamento do hospital. A situação, porém, agravou-se no decorrer do ano, culminando na publicação, em agosto, de uma matéria que ocupou meia página do jornal sobre uma funcionária do hospital que ia ao Ceagesp pedir doações de comida para melhorar a alimentação dos pacientes. Tais notícias mostraram que o hospital, depois de se tornar um “modelo a ser seguido”, voltou a enfrentar problemas ainda mais graves que aqueles de 1986, como consequência do descredenciamento do Inamps.

Em outubro o jornal O Estado de S. Paulo publicou um especial falando sobre a falta de condições dos hospitais públicos, e entre as entidades citadas estava o Umberto Primo. O hospital foi colocado como uma das referências para o cuidado de queimados, mas, em uma ala em que poderia atender 20 pacientes, atendia somente quatro. Essa situação se dava pela falta de médicos e de materiais básicos.

No dia 18 do mesmo mês, o jornal Folha de S. Paulo publicou a notícia do fechamento do hospital pela Vigilância Sanitária. Tal notícia não teve destaque na edição, apareceu somente em uma reportagem curta que ocupava pouco espaço. O texto publicado reforçava o que já havia sido noticiado durante o ano, destacando a falta de medicamentos, a falta de limpeza, o baixo número de pacientes e as altas dívidas da instituição. A foto que acompanha a reportagem destaca a transferência dos poucos pacientes que ainda estavam no hospital.²⁹⁰

²⁸⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.415, 1º jul. 1993.

²⁹⁰ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 73, n. 23.574, 18 out. 1993.



Figura 35 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre o fechamento do hospital.²⁹¹

As dificuldades financeiras do hospital foram uma constante, mas a partir da década de 1980 a situação piorou, até culminar no fechamento do hospital. Não se sabe ao certo o motivo de tamanha crise, as hipóteses são muitas: má administração, pouco repasse do Inamps, o fim das contribuições da comunidade italiana... Talvez a soma de todos esses fatores tenha sido decisiva para que a crise tenha tomado essas proporções e culminado no fim de suas atividades.

O fechamento do hospital em 1993 foi menos divulgado que o anterior, ocorrido em 1986, quando foi tema de diversas reportagens. Essa falta de destaque pode estar relacionada a uma expectativa de que, assim como em 1986, logo o atendimento fosse retomado. Provavelmente por esse motivo, somente o jornal Folha

²⁹¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 73, n. 23.574, 18 out. 1993.

de S. Paulo noticiou o fechamento, posteriormente ambos os jornais publicaram a respeito dos prédios que foram a leilão.

A notícia acerca do leilão foi publicada em 4 de novembro pelo Estado de S. Paulo. Segundo a reportagem, o leilão iria acontecer no mesmo dia e envolveria somente parte dos edifícios que compunham o hospital. Esses edifícios haviam sido dados como garantia de dois empréstimos feitos pelo hospital às Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, que nesse momento já estavam em crise, e vinham desde 1988 cobrando que a hipoteca fosse executada.

[...] Em 1981, um empréstimo no valor de Cr\$ 125.000.000,00, contraído junto à *S.A Indústrias Reunidas F. Matarazzo* – por sinal a principal mantenedora da sociedade – que, apesar da difícil situação financeira na qual se encontrava há muito, predispôs-se ao empréstimo em troca da garantia de hipoteca do terreno da instituição e todas as suas benfeitorias. Assim, em caso de não pagamento do empréstimo concedido, o *Grupo Matarazzo* poderia, como compensação, ser agraciado com todo o patrimônio da instituição.²⁹²

Ainda segundo a reportagem, o leilão já deveria ter acontecido, mas os funcionários do hospital estavam buscando formas de pagar as dívidas, e por isso o então secretário da saúde teria intervindo para adiar o leilão.²⁹³

No dia seguinte, foi noticiado que não houve interessados no leilão. O Estado de S. Paulo publicou em reportagem a fala do superintendente do hospital:

O superintendente do Hospital Humberto I, Francisco Lembo, disse que já esperava a ausência de licitantes. Isso porque a área dada em garantia hipotecaria é de difícil acesso, erguida entre outros prédios do conjunto hospitalar. Além disso, o imóvel é intocável, pois foi tombado pelo governo do Estado. Para ele, a única solução para o problema está nas negociações entre a fundação do hospital e o credor.²⁹⁴

A Folha de S. Paulo publicou reportagem similar, falando também sobre o não acontecimento do leilão por falta de interessados. Os dois jornais noticiaram que o

²⁹² KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de beneficência:** o caso da Società Italiana di Bebeficenza in San Paolo Ospedale Umberto I. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 163.

²⁹³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.541, 4 nov. 1993.

²⁹⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.542, 5 nov. 1993.

leilão seria remarcado para o dia 18 do mesmo mês, porém esse novo leilão também não teve interessados.

Passados alguns anos, o jornal O Estado de S. Paulo publicou notícia, escrita por Eliane Veloso, em 9 de novembro de 1996, informando que o conjunto de prédios que compunham o antigo hospital havia sido comprado pela Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil). Segundo a reportagem, a venda foi concluída pelo valor de R\$ 42 milhões, e a Previ pretendia investir R\$ 200 milhões para revitalizar o hospital, criar um conjunto de escritórios, um flat e um shopping. A área também seria ampliada para comportar o empreendimento.

A área do shopping será de 32 mil metros quadrados, com 1200 vagas de garagem. O hospital, 330 leitos e o flat, 170 apartamentos. As obras devem começar em 97, com dois anos de prazo para conclusão. O empreendimento vai criar 10 mil empregos diretos durante a construção e, depois de concluído, 2500 empregos, sendo 1500 no hospital.²⁹⁵

Mesmo a compra tendo sido confirmada somente no final de 1996, desde meados de 1995 havia especulações a respeito do interesse da Previ pelo local. Em agosto de 1995 O Estado de S. Paulo já mencionava uma proposta de compra feita pela Previ, que também estaria interessada em uma parceria com a sociedade beneficente mantenedora do hospital para reativá-lo.²⁹⁶

Outras reportagens também tratavam da questão da criação do shopping e dos projetos que a Previ teria para o local. Nas publicações aparece a preocupação com o destino do hospital, afirmava-se que a Previ pretendia remontar a unidade hospitalar no prédio da antiga maternidade e construir um novo prédio. O novo hospital seria destinado ao público particular e de convênios médicos, porém, para alguns, a prioridade deveria ser manter o caráter social que o antigo hospital possuía.²⁹⁷

Ainda durante o período de negociações, as questões relacionadas ao tombamento dos prédios aparecem como um problema para os projetos da Previ:

As fachadas dos dez prédios serão preservadas, porque os imóveis foram tombados em 1986 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Em dezembro de 1994, a

²⁹⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.546, 9 nov. 1993.

²⁹⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 116, n. 37.180, 5 ago. 1995.

²⁹⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 116, n. 37.151, 7 jul. 1995.

fundação pediu o cancelamento do tombamento, alegando problemas financeiros. O Condephaat negou. No mesmo período, três projetos para ocupação parcial das áreas foram apresentados. Nenhum deles foi aprovado, porque sua execução implicava a demolição de prédios ou comprometimento do patrimônio preservado. Embora ainda não tenha sido aprovado pelo Condephaat, o novo projeto, segundo a assessoria de imprensa da Previ, já está em fase de aprovação na prefeitura.²⁹⁸

Apesar de todos os planos feitos pela Previ, após a compra do conjunto de edifícios e várias tentativas de modificar o tombamento, o empreendimento que fora planejado não saiu do papel, pelas negativas do Condephaat, pelos estudos da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e ainda pelas tentativas das associações de moradores de manter o patrimônio preservado. Os prédios ficaram “congelados” durante anos nas mãos da Previ, até que, por volta de 2010, novos rumores a respeito do antigo hospital voltaram a estampar as páginas dos jornais.

3.2 OCUPAÇÃO OU INVASÃO? LUTA POR MORADIA

Na segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo passou por um rápido crescimento populacional. De 1872 a 1890, o número de habitantes dobrou de 30 mil para mais de 65 mil; na virada do século XX, a população que vivia na capital já era de aproximadamente 240 mil pessoas.²⁹⁹ Um dos fatores que impulsionaram esse aumento foi o processo de imigração europeia. A cidade estranhava esse crescimento, uma parcela da população tinha poucos recursos e a questão da habitação surgiu como um problema. Dessa forma, ocorreu a expansão dos cortiços, que são até hoje uma das formas de morar em São Paulo que oferecem “baixo custo”³⁰⁰.

Esse tipo de moradia recebeu diversas conceituações ao longo da história, mas deve-se aqui acentuar seu caráter coletivo, ou seja, com seus rendimentos, grande parte das camadas trabalhadoras não têm condições de pagar para o uso de uma

²⁹⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.513, 3 jul. 1996.

²⁹⁹ Dados do IBGE: Censos Demográficos.

³⁰⁰ Segundo a pesquisa feita por Roberta Neuhold em 2009, o cortiço é um dos metros quadrados mais altos quando se fala de aluguel. O custo acaba sendo baixo devido ao tamanho diminuto dos quartos alugados. NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

habitação unifamiliar, necessitando alojar-se em moradias subdivididas, ou na edificação ou no lote urbano, geralmente com insuficiência de banheiros e cozinhas, pontos de água e privacidade, uma vez que há coabitação involuntária. Esta é uma das mais fortes características dessa modalidade de habitação precária: a convivência involuntária de grupos familiares. Do ponto de vista de seus moradores, a opção pelo cortiço explica-se por seu perfil de renda, e, além disso, as exigências do mercado imobiliário para locação são excludentes para grandes parcelas de locatários que não dispõem de fiador e documentação pessoal. Importa aqui, sobretudo, apontar o caráter de exclusão e da produção da alteridade no que se refere aos moradores de cortiço.³⁰¹

Com o aumento do número de cortiços no Centro de São Paulo, em especial na Santa Ifigênia, essas moradias passaram a ser identificadas como causadoras de epidemias, insalubres, levando à necessidade de normatização. Em 1894 foi publicado o primeiro Código Sanitário³⁰², um ano após a epidemia de febre amarela, e desde então os encortiçados tornaram-se um “perigo social”. Os cortiços foram “levados” para partes periféricas da cidade, próximas de regiões fabris.

A construção de novos bairros para a elite, como Campos Elíseos e Higienópolis, gerou uma vacância imobiliária na região central, o que levou antigos casarões a serem utilizados como cortiços.³⁰³ Com a mudança da elite para fora do Centro, acabou se formando uma região propícia para a criação de cortiços, uma estratégia de sobrevivência da população menos privilegiada.

Os cortiços emergiam na contramão da imagem que se pretendia da cidade de São Paulo, uma cidade moderna que representava o progresso. No início da década de 1940, surgiram na cidade as favelas. Ainda que não fossem relevantes até os anos 1970³⁰⁴, elas se tornaram uma nova forma de habitação que atendia às classes mais baixas, e os cortiços, apesar de continuarem a existir, deixaram de ser a moradia barata predominante.³⁰⁵

³⁰¹ VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. A produção da alteridade na metrópole: desigualdade, segregação e diferença em São Paulo. In: DANTAS, Sylvia Duarte (Org.). **Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

³⁰² SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 44, p. 125-140, 2007.

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³⁰⁵ NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), 2008.

A falta e a precariedade de moradias na capital levaram à formação de diversos movimentos de luta por melhores condições. Esses movimentos foram gerando ramificações, e passaram a existir várias organizações que lutam por habitações dignas.

A luta por moradia começou em 1917, com a formação da Liga dos Inquilinos, que organizou a greve dos aluguéis para melhores condições e preços.³⁰⁶ Desde então, vários movimentos se formaram no intuito de reivindicar melhores condições de moradia. No ano de 1987, esses grupos passaram a se organizar através da União dos Movimentos por Moradia (UMM).

Em 1990 surgiu o Movimento Unificado dos Cortiços, que logo depois passaria a se chamar Unificação de Lutas de Cortiços (ULC). Desse movimento surgiram três dissidências de importância: o Movimento de Moradias no Centro (MMC), o Movimento dos Sem-Teto no Centro (MSTC) e, o mais importante para este trabalho, o Fórum de Cortiços.³⁰⁷

Em meio a essa movimentação de luta por moradia, a prefeitura da cidade de São Paulo, sob a gestão de Luiza Erundina, criou em 1991 a Lei n. 10.928, conhecida como Lei Moura. Lei que regulamentou os cortiços e, dessa forma, criou um meio de fiscalizar as condições dessas moradias. Em seus artigos 2º e 3º estão colocadas as questões a serem fiscalizadas:

Art. 2º A Prefeitura fiscalizará as condições de habitação nos cortiços e tomará as medidas necessárias para fazer respeitar as exigências da presente Lei e demais normas pertinentes, atendendo as necessidades da população moradora. Art. 3º Independentemente de outras normas aplicáveis, consideram-se as condições mínimas de habitação, para os fins desta Lei, as seguintes: [...] [vetado] d) área mínima do cômodo ou divisão não inferior a 5 m² (cinco metros quadrados), com sua menor dimensão não inferior a 2 (dois) metros; e) adensamento máximo de 2 (duas) pessoas por 8 m² (oito metros quadrados), considerando toda a área construída da edificação, vedado o revezamento; f) banheiro revestido de piso lavável e de barra impermeável até 2 (dois) metros de altura; g) os banheiros serão dotados, pelo menos, de vaso sanitário, lavatório e chuveiro em funcionamento, compartimentados, sempre que possível, de forma independente, com abertura para o exterior; [...]³⁰⁸

³⁰⁶ BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?:** uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

³⁰⁷ SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 44, p. 125-140, 2007.

³⁰⁸ SÃO PAULO (Município). Lei n. 10.928, de 8 de janeiro de 1991. São Paulo, 1991.

A criação da Lei dos Cortiços não surtiu efeito e as condições se mantiveram péssimas e insalubres, o que foi declarado pelas próprias moradoras³⁰⁹, que se viam sem outra opção. Além do aluguel baixo, a localização era próxima ao Centro, onde se encontravam mais empregos, mesmo que mal remunerados. E, segundo essas moradoras, a falta de escolaridade as impedia de conseguir empregos melhores e de deixar os cortiços.

A partir da década de 1990, houve um crescimento da luta por condições de moradia dos encortiçados – suas ações até então tinham pouca visibilidade. O primeiro movimento dessa parcela da população aconteceu em 1984, com o Movimento dos Quintais da Mooca. Depois, com o surgimento da ULC nos anos 1990 e suas dissidências, o movimento foi se organizando. De uma dessas dissidências, surgiu o Fórum de Cortiços.³¹⁰ Seu surgimento se deu em 1993, mas foi no final da década que o Fórum de Cortiços, assim como outros grupos, iniciou as ocupações de prédios na região central, trazendo assim a visibilidade necessária para o movimento.

Em 1997, essa nova estratégia passou a ser adotada pelos movimentos de moradia, ganhando assim visibilidade nos dois principais jornais da cidade, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. A primeira vez que o movimento Fórum de Cortiços foi citado no jornal O Estado de S. Paulo foi em 11 de março de 1997.³¹¹ Já na Folha de S. Paulo o movimento ganhou as páginas do jornal no dia 7 de outubro de 1998, com a ocupação do antigo Hospital Matarazzo.

Pelo menos mil sem-teto ligados ao movimento Fórum dos Cortiços (1200 segundo organizadores) invadiram, às 23h45 de anteontem, numa operação que durou exatos 22 minutos, o hospital desativado Umberto Primo, na Bela Vista, centro de São Paulo... As 23h35, o grupo saiu para o hospital, onde chegou às 23h44. Em dois minutos, com um martelo e um alicate, o cadeado da antiga entrada de funcionários do hospital, na rua Itapeva, estava arrombada. Mais cinco minutos e os invasores, na maioria mulheres e crianças, já estavam no hospital.³¹²

³⁰⁹ Segundo entrevistas feitas por Lucio Kowarick em: KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social**. São Paulo, v. 25, p. 49-77, 2013.

³¹⁰ NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, 2009.

³¹¹ A reportagem tratava de ocupações no centro da cidade, e tinha como título “Mil sem-teto ocupam casarões no centro”; a matéria tinha como foco a ocupação do chamado Casarão Santos Dumont.

³¹² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

Em 1997 o Fórum organizou três ocupações: a primeira em março de 1997, em um casarão que pertencia à Secretaria de Cultura (Casarão Santos Dumont); em abril, em um conjunto de casas da Universidade de São Paulo; e, em novembro, em um prédio no Centro que havia sido do INSS. Todas essas ocupações ocorreram em prédios públicos e sem uso.

No ano seguinte (1998), as ações do movimento passaram a acontecer também em prédios privados que, assim como os conjuntos públicos, não possuíam nenhuma função social.

A principal das leis do país, a Constituição Federal, afirma nos artigos 5 e 170 que toda a propriedade tem que cumprir uma função social. O que é isso? Toda propriedade tem que ter um uso, seja para moradia, produção, ou qualquer outro que traga benefício para a sociedade.³¹³

Em 1998 os jornais noticiaram apenas a ocupação dos prédios do antigo hospital. Além disso, o Fórum de Cortiços apareceu em matérias referentes ao uso de drogas na ocupação do Casarão Santo Dumont. No mesmo ano, houve outras duas ocupações relevantes, lideradas por diferentes movimentos: o MCC ocupou o antigo prédio da Caixa Econômica Federal no Centro (ocupação coordenada com a do Hospital Matarazzo e simultânea); e o MTSTRC ocupou um imóvel na rua Riachuelo.³¹⁴

A ocupação do Hospital Matarazzo teve bastante destaque na imprensa. Nos dois jornais pesquisados, apareceram nove matérias a respeito, três no jornal Folha de S. Paulo (todas no dia 7 de outubro de 1998) e seis no jornal O Estado de S. Paulo (nos dias 7, 8 e 22 de outubro, além de três reportagens no dia 18 de outubro de 1998).

³¹³ BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?:** uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

³¹⁴ NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos:** a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



Figura 36 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre a ocupação do hospital.³¹⁵



Figura 37 - Foto da ocupação em um dos pátios do antigo hospital.³¹⁶

A ocupação do hospital aconteceu no dia 5 de outubro de 1998, depois das 23h, sendo assim, a notícia apareceria apenas nos jornais do dia 7 de outubro. A escolha desse horário para iniciar a ocupação, que aconteceu em aproximadamente 20 minutos, provavelmente estava relacionada a uma tática para dificultar qualquer

³¹⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

³¹⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.340, 7 out. 1998.

ação que a impedisse – possivelmente a ideia era retardar as notícias até que os ocupantes se organizassem.

As matérias do dia 7 de outubro foram publicadas com os títulos “Sem-teto invadem hospital desativado em SP” e “Mil sem-teto invadem hospital desativado”. Na Folha de S. Paulo, foram publicadas nesse mesmo dia três matérias diferentes, porém com conteúdo semelhante. Uma no caderno Vale, outra na folha Campinas e a terceira no caderno São Paulo. As matérias da Folha de S. Paulo foram feitas pelo repórter Marcelo Oliveira, segundo ele:

Pelo menos mil sem-teto ligados ao movimento Fórum dos Cortiços (1.200, segundo os organizadores) **invadiram**, às 23h45 de anteontem, o hospital desativado Umberto Primo, na Bela Vista, no centro de São Paulo. A operação durou 22 minutos. **Os invasores afirmaram que não pretendem permanecer na área do hospital por um longo prazo** e que já estão negociando com a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), atual dona da área.³¹⁷ (grifo nosso)

Na mesma página aparecia um quadro com o título “Prédio é tombado”:

O Hospital Umberto Primo (antigo hospital Matarazzo) tem 94 anos e está fechado desde outubro de 93. A área foi comprada em 1996 pela Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) por R\$ 42 milhões, mas o fundo de pensão não informou quanto vale a área de 27 mil m² hoje em dia. Apesar da **invasão** de anteontem, **continua funcionando normalmente no local um estacionamento** [...] Não é a primeira vez que o Hospital Umberto Primo serve de **moradia**. Em janeiro de 94, **dois meses após a interdição parte dos 1.400 funcionários, que estavam com os salários atrasados, foram morar no hospital.**³¹⁸ (grifo nosso)

Com esses dois trechos, percebe-se a diferença no tratamento com relação aos ocupantes do movimento sem-teto (eles “invadiram”, são “invasores”) e aos antigos funcionários que ocuparam os prédios como forma de protesto (eles transformaram o hospital em moradia). Além disso, o segundo trecho deixa muito claro qual era o uso do antigo hospital, um estacionamento. A impressão passada pelo jornalista é a de que estaria “certo” utilizar as instalações de um hospital, que sempre

³¹⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

³¹⁸ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

teve como função atender os necessitados, como estacionamento; “errada” estaria a ocupação do Fórum de Cortiços, mesmo que o movimento colocasse que só pretendia ocupar o local por um curto período.

O Fórum de Cortiços adotou como tática algo que se pode chamar de “ocupações-denúncia”, assim chamadas as ocupações quando o objetivo não é manter a instalação como moradia, mas sim apenas pressionar o governo e mostrar a situação para a opinião pública. Sobre esse modelo de ocupação,

[...] “ocupações-denúncia” ou “ocupações-relâmpago”, sem pretensão de alojar as famílias nos imóveis ocupados. Para um dos coordenadores da UMM, o impacto que os movimentos de moradia pretendem causar é o mesmo quando se ocupa um prédio por dois dias ou por cinco anos. Isso porque só tem visibilidade o momento da ocupação e o da desocupação; todo o desgaste e a violência vivenciados diariamente, seja por alguns dias seja durante anos, ficam invisíveis aos olhos da imprensa, do poder público e da sociedade como um todo.³¹⁹

Sobre a categoria de tática, trata-se da utilização de uma estratégia contra o inimigo.

A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha, não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão inimigo”, como dizia Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e dela depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco [...]³²⁰

³¹⁹ NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³²⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

A reportagem da Folha de S. Paulo do dia 7 de outubro de 1998 deixava claro que a intenção dessa ocupação não era se fixar, e sim abrir um canal de negociação com o governo:

Segundo Verônica Kroll, líder do Fórum dos Cortiços, o grupo quer que a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) volte a negociar as áreas do Hipódromo do Brás e de um prédio na avenida São João, que estariam nos planos do PAC (Programa de Atuação em Cortiços).³²¹

Nessa mesma reportagem apareceu um mapa com as ocupações de sem-teto no Centro de São Paulo – nele aparecem seis ocupações, entre elas a do Hospital Matarazzo. Logo abaixo, em letras grandes, vê-se o título “Invasão é a quarta em menos de 20 meses”.



Figura 38 - Reportagem do jornal Folha de S. Paulo sobre as ocupações em São Paulo.³²²

³²¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

³²² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

A ocupação do hospital Umberto Primo é a quarta invasão do movimento Fórum dos Cortiços em menos de 20 meses. Além destas, o movimento “administra” duas outras invasões mais antigas. O Fórum é filiado a União dos Movimentos por Mordia (UMM), que por sua vez é filiada à Central de Movimentos Populares (CPM), que agrega movimentos populares de minorias.³²³

Duas escolhas feitas pelo jornalista, em matéria não assinada, mostraram um posicionamento contra os movimentos de moradia. A primeira, colocou em destaque o mapa com as seis ocupações no Centro, sendo que nem todas elas foram organizadas pelo mesmo movimento – o próprio texto menciona que o Fórum organizou quatro ocupações. A segunda, utilizou “20 meses”, em vez de “quase dois anos”, “mais de um ano e meio” ou “1 ano e 8 meses”, dando ao leitor a impressão de um tempo curto que pode ser medido em meses.

Se na Folha de S. Paulo houve apenas reportagens sobre o dia da ocupação, o jornal O Estado de S. Paulo optou por uma outra abordagem nas notícias publicadas nos dias 7 e 8 de outubro de 1998. No dia 7 a matéria com o título “Sem-teto invadem hospital desativado em SP” destacou a questão do PAC e as histórias de alguns ocupantes. Diferentemente da Folha, que utilizou durante toda a reportagem o termo “invasão”, O Estado de S. Paulo por vezes fez uso desse mesmo termo, mas em outros momentos também adotou “ocupação”. A matéria, nesse caso, foi escrita por Andrea Portella.

Um grupo de 1.238 sem-teto **invadiu**, na madrugada de ontem, as instalações do Hospital Umberto I, na Bela Vista, região central. **A ocupação** foi pacífica e não houve confrontos com a polícia. [...] **Os ocupantes** estão ligados ao Fórum dos Cortiços e Sem-Teto de São Paulo. **Os invasores** chegaram ao local por volta da meia-noite, em dez ônibus e mais alguns carros...³²⁴ (grifos nosso)

O uso dos dois termos (“ocupação” e “invasão”) dificulta a compreensão do posicionamento diante da questão, porém, ao escrever, de forma breve, a história de dois dos ocupantes do hospital, parece haver uma tentativa de retratá-los como vítimas.

³²³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

³²⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.340, 7 out. 1998.

Exaltado ao contar sua história, o zelador Felipe de Oliveira, de 63 anos, dizia-se vítima de uma injustiça social. Segundo ele, há três anos o prédio onde ele trabalhou durante 16 anos foi vendido. Como consequência, perdeu o emprego. “O juiz não julgou a questão trabalhista e me pôs no olho da rua”, disse. Oliveira não conta como passou os últimos três anos, ao lado da mulher e do filho de 14 anos. “Não vou falar”, disse. “Só te digo que se a gente não tivesse cabeça boa, teria enlouquecido.”³²⁵

No dia 8 de outubro, foi escrita outra reportagem, explicando como havia sido a ocupação. Apesar de também apresentar a história de uma das ocupantes do hospital, o ponto principal foram as negociações com a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil), dona do imóvel.

Líderes do movimento Fórum dos Cortiços de São Paulo [...] reuniram-se com diretores da Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil (Previ), atual proprietária do imóvel, para tentar uma negociação. O encontro ocorreu na tarde de ontem (07/10) na Câmara Municipal.³²⁶

A respeito das negociações, a reportagem entrevista um representante da Previ, que diz compreender os problemas sociais enfrentados pelos ocupantes, mas ressalta que a Previ entraria na justiça pedindo a desocupação, porque “toda a área do antigo Hospital Matarazzo será destinada à construção de um novo hospital, um shopping, uma torre de escritórios e um flat”³²⁷.

Mesmo que na data da ocupação tivesse dado pouco destaque ao assunto, no dia 18 de outubro de 1998 O Estado de S. Paulo publicou duas matérias sobre a questão da moradia e das ocupações, ressaltando aquela ocorrida no Hospital Matarazzo. Na primeira página do jornal de domingo aparece a notícia “Vida em cortiço”, tratando das ocupações no INSS e no hospital.

Nas páginas do jornal surgiam duas matérias escritas por Rogerio Wessermann. A primeira, intitulada “Invasões voltam a mostrar drama de 600 mil”, abordava as condições dos encortiçados e colocava a intenção dos líderes dos movimentos por moradia com as ocupações. O jornalista observava uma questão relevante: a época das ocupações.

³²⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.340, 7 out. 1998.

³²⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.341, 8 out. 1998.

³²⁷ Entrevista de Vitor Paulo Camargo Gonçalves, diretor da Previ. Cf.: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.341, 8 out. 1998.

Com duas ocupações de imóveis vazios nas últimas duas semanas, os movimentos de representação de moradores de cortiços em São Paulo romperam uma trégua que já durava quase 10 meses. Buscando chamar atenção para a questão habitacional numa época importante, durante o período eleitoral, esses movimentos lutam contra a burocracia governamental, a especulação imobiliária e suas próprias contradições internas para tentar uma solução para o problema.³²⁸

No decorrer da matéria foram colocadas questões referentes ao PAC e ao CDHU, e ao final o jornalista escreveu sobre uma ocupante do INSS. Assim como nas outras reportagens, foram citadas as dificuldades, os problemas, as lutas diárias pela moradia digna, também intercalou o uso dos termos “invasão” e “ocupação” no texto publicado.

Em outro artigo do mesmo repórter, ocupando mais de meia página, com o título “Grupos negociam juntos, mas agem sozinhos”, são descritas as condições da ocupação no Hospital Matarazzo e as divergências entre os movimentos de moradia. Sobre a organização da ocupação no Hospital Matarazzo:

Todo dia de manhã uma longa fila se forma ao redor de uma torneira no quintal do Hospital Umberto I, na Bela Vista. A torneira é a única fonte de água para as 305 famílias de sem-teto que ocupam o prédio desde o dia 6. Durante todo o dia, é grande a movimento de pessoas carregando baldes de água pelos corredores do prédio para serem usados para tomar banho, para cozinhar e para lavar roupas... Comida preparada na cozinha coletiva montada no local. Boa parte dos alimentos consumidos lá é doada por comerciantes vizinhos. Assim como a cozinha, as outras tarefas diárias no local são executas pelos próprios sem-teto, divididos em comissões. ‘Aqui todo mundo ajuda fazendo alguma coisa’, comenta a coordenadora do Fórum dos Cortiços Veronica Kroll. Os quartos são improvisados e muitos tem ligações de luz precárias, com fios puxados de caixa geral de eletricidade...³²⁹

Essa descrição feita por Wessermann, acompanhada de algumas fotos, foi a única caracterização encontrada a respeito da ocupação no hospital. Há pouca informação sobre o tema. Esse foi o único relato identificado sobre o período em que o movimento esteve nos prédios.

³²⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.

³²⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.



Figura 39 - Crianças participando da ocupação.³³⁰

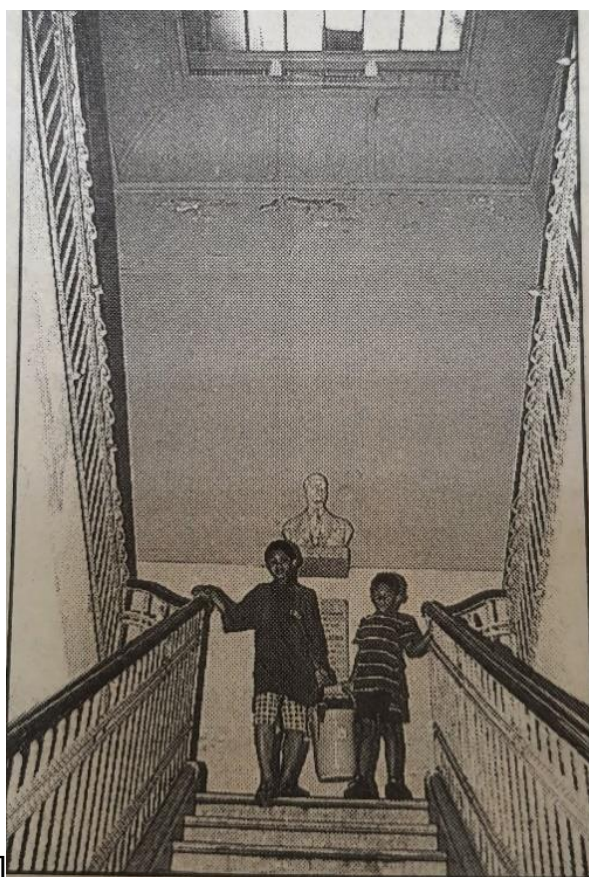


Figura 40 - Crianças carregando balde de água para dentro do hospital durante a ocupação.³³¹

³³⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.

³³¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.



Figura 41 - Pessoas retirando água da única fonte de água da ocupação.³³²

Todas as fotos publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo mostraram crianças que participaram do movimento de ocupação. O impacto de visualizar crianças nessa situação é maior do que quando se vê um adulto, talvez por isso o jornal tenha optado por essas imagens – a intenção poderia ser solidarizar ou chocar os leitores. A primeira imagem (figura 39) exhibe crianças contentes com balões; já a segunda (figura 40) retrata a parte difícil: carregar baldes pesados, cheios de água, pelas escadas.

A última notícia sobre o tema foi encontrada n'O Estado de S. Paulo em 22 de outubro de 1998. Mesmo não tratando diretamente da ocupação, e sim da desapropriação de terrenos para a construção de conjuntos habitacionais, o mesmo jornalista que escreveu os artigos do dia 18 acaba comentando sobre a ocupação.

Para a coordenadora do Fórum dos Cortiços, Veronica Kroll, que comandou a ocupação do Hospital Umberto Primo, na Bela Vista, no dia 6 de outubro, por 305 famílias, a assinatura dos decretos [decreto de interesse social assinado pelo governador para desapropriar áreas a serem utilizadas por projetos de habitação] é um avanço na aplicação do programa, mas ainda é

³³² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.

pouco. As famílias que ocupam o prédio do antigo hospital devem continuar lá até que a CDHU lhes ofereça outro local.³³³

Até o dia 22 de outubro o conjunto do antigo hospital permanecia ocupado, depois dessa reportagem não houve mais menções a essa ocupação nos veículos de imprensa pesquisados. Tanto as matérias d'O Estado de São Paulo dos dias 7 e 8 de outubro como a reportagem da Folha de S. Paulo do dia 7 do mesmo mês relatam que a Previ entraria com o pedido de reintegração de posse, porém nenhum dos jornais noticiou a dita reintegração.

No Diário Oficial do Estado de São Paulo, no caderno Judiciário, foi possível encontrar publicações dos dias 16 e 17 de julho de 1999 sobre a reintegração de posse. Segundo essas informações, o antigo hospital teria permanecido ocupado por aproximadamente nove meses.

O projeto citado pela matéria d'O Estado de S. Paulo no dia 8 de outubro, de um complexo abrangendo um novo hospital, um shopping, escritórios e flats, foi embargado pelo Condephaat. Esse não foi o único projeto para o hospital. Depois da ocupação, durante todo o tempo em que os prédios pertenceram à Previ, ficaram desocupados e abandonados.

3.3 USOS OCASIONAIS DO ESPAÇO: CULTURA E ARTE

Depois de fechar as portas em outubro de 1993, o Hospital Matarazzo ficou abandonado até ser comprado pela Previ, em 1996. Nesse período, houve muita especulação na mídia sobre o que aconteceria com os prédios que compunham a instituição – e mais de uma vez foi noticiada a retomada das funções do hospital.

Pouco tempo depois da compra, a Previ anunciou um megaempreendimento, que contaria com hospital, shopping, escritórios. Mesmo depois de noticiada, a reforma do antigo hospital não saiu do papel, o empreendimento não foi aprovado pelo órgão regulador do tombamento dos edifícios. A dona do imóvel o manteve sem uso, permitindo apenas eventos pontuais, até que em 2011 o conjunto foi vendido.

Durante esse período (1993-2011) muitas coisas aconteceram nos prédios do hospital, embora poucas informações tenham sido divulgadas através da imprensa. O final do ano de 1993 e todo o ano seguinte foram bastante conturbados: ocorreram

³³³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.355, 22 out. 1998.

leilões sem compradores, manifestações pela reabertura do hospital, funcionários que ficaram sem receber seus salários... O que manteve o destino do conjunto incerto.

Logo após o fechamento do hospital em outubro de 1993, houve tentativas de leiloar algumas de suas edificações. A sociedade beneficente mantenedora da instituição contraiu dívidas, em especial com o grupo Matarazzo. Nos primeiros anos do hospital, a família Matarazzo foi grande benemérita, porém, quando a crise atingiu as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM), a ajuda passou a acontecer por meio de empréstimos, e não mais de doações. Como forma de garantia do pagamento, foi hipotecada parte dos prédios do hospital, ainda em funcionamento.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a dívida do hospital com as IRFM era de aproximadamente US\$ 8 milhões, e a parte do complexo que foi a leilão havia sido avaliada em US\$16 milhões.

No processo de arremate, o lance mínimo corresponde ao valor da avaliação do bem hipotecado. Ninguém se dispôs ontem a pagar US\$ 16 milhões pelos dois prédios de 8.000 metros quadrados – cerca de 30% dos 27.419.41 metros quadrados do complexo hospitalar. Os dois prédios do Umberto Primo serão leiloados no dia 18. No leilão, o juiz estipula o valor do lance mínimo, que corresponde normalmente ao valor da dívida a ser paga. [...] A dívida total chega a US\$ 40 milhões, entre empréstimos bancários, encargos sociais, atrasos com fornecedores e causas trabalhistas.³³⁴

Dois dias depois, foi noticiado o que ocorreu no leilão:

O leilão de parte do hospital paulista Umberto Primo, que não se realizou na quinta-feira por falta de interessados não deverá ter uma segunda sessão. É isso pelo menos que pretende o superintendente da instituição, Francisco Lembo Neto. “Estamos em negociações com as Indústrias Matarazzo e esperamos adiar o segundo leilão, marcado para o dia 18”, disse.³³⁵

Sobre o leilão do dia 18, a reportagem do dia 19 de novembro explica:

Por falta de interessados, pela segunda vez em duas semanas, não foi realizado ontem no Fórum Cível Central de São Paulo leilão de parte do Hospital Umberto I. [...] O leilão visava o pagamento de dívida de CR\$ 1,4 bilhão, correspondente a dois empréstimos feitos pelo grupo Matarazzo à fundação do

³³⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 73, n. 23.592, 5 nov. 1993.

³³⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.544, 7 nov. 1993.

hospital, em 1980 e em 1984. O processo será remetido ao credor que poderá assumir a posse e a administração do bem penhorado ou sugerir a adoção de outras medidas.³³⁶

reportagem apontava que as dívidas foram contraídas no início da década de 1980, e em 1992 houve uma consulta por parte da fundação sobre hipotecar os prédios. Portanto, é possível perceber que, mesmo que as dívidas fossem antigas, a ideia de hipotecar os imóveis foi posterior. Com isso, também pode-se concluir que o déficit financeiro do hospital continuou a crescer durante todo esse período.

Sem compradores e com altas dívidas, o antigo hospital permaneceu com destino incerto. No ano de 1994, algumas notícias apontavam para a volta do funcionamento do hospital, ou ao menos tentativas de reestabelecer o atendimento.

Em janeiro de 1994, três famílias de funcionários se abrigaram nos prédios por não poderem pagar os aluguéis. Segundo a reportagem d'O Estado de S. Paulo, os funcionários não recebiam desde outubro de 1993. E, segundo o jornal, o hospital devia US\$ 38 milhões, e precisaria de US\$ 28 milhões para reabrir, o que estava sendo negociado com o então governador, José Antônio Fleury.³³⁷

Pouco mais de um mês depois dessas negociações com o governador do Estado, foi publicada uma nota com o título "Funcionários tentarão reabrir Umberto I". Essa notícia, além de comentar as dívidas do hospital e o seu fechamento, explica que um grupo de funcionários estava se organizando para reabrir ao menos o ambulatório, tornando assim o hospital credenciado a receber verbas do governo federal.³³⁸

Em agosto do mesmo ano, houve a "comemoração" dos 90 anos do hospital e ocorreu uma manifestação dos funcionários. A reportagem diz:

Não recebem salário 1400 funcionários. O único setor que ainda funciona é o estacionamento. Segundo o presidente da comissão de funcionário, Mario Augusto, o estacionamento rende por mês ao hospital R\$ 2.000. "Com a manifestação, queremos chamar a atenção das autoridades e cobrar ajuda". Ele disse que, para reabrir o hospital, seriam necessários US\$ 40 milhões. O diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Erivalder Guimarães, disse que a Previ – fundo de pensão do

³³⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.556, 19 nov. 1993.

³³⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.605, 7 jan. 1994.

³³⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.652, 23 fev. 1994.

Banco do Brasil – está interessada em parceria para reabrir o hospital.³³⁹

Duas questões nesse trecho se destacam. A primeira, o uso do hospital como estacionamento, o que aconteceu por bastante tempo, pelo menos até 1998. A região da Av. Paulista é uma área por onde circulam incontáveis automóveis, os estacionamentos não são suficientes para atender à demanda. Algo parecido aconteceu com a antiga mansão da família Matarazzo, essa na própria Avenida, foi usada por muitos anos como estacionamento – atividade que na região da Av. Paulista e seu entorno pode ser extremamente lucrativa –, até se tornar um prédio de escritórios com um shopping.

Em seguida, aparece a Previ, que acabou sendo a compradora do complexo, porém isso aconteceu somente quase dois anos após a reportagem. Mesmo a Previ tendo a intenção de manter o local como hospital, esse projeto nunca saiu do papel.

Maiores detalhes sobre a compra pela Previ saíram em reportagem d'O Estado de S. Paulo no dia 26 de outubro de 1994, escrita por Stella Galvão, sob o título "Acordo permitirá reabertura do Umberto Primo".

O Hospital Umberto Primo deve reabrir dentro de um ano. A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), a mais forte candidata à sócia da Fundação Hospital Ítalo-brasileiro Umberto Primo, calcula que serão gastos R\$ 100 milhões na recuperação da estrutura de atendimento. [...] Na administração pretendida pela Previ, 20% dos leitos serão destinados à população, gratuitamente, com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS). Os demais vão atender a particulares e convênios. [...] O início das obras depende ainda das negociações com os credores da dívida de R\$ 50 milhões. Na semana passada, um acordo com os 1.400 funcionários autorizou a transformação da dívida trabalhista em ações e debêntures e a quitação de parte dela com o dinheiro da venda de um prédio inacabado no terreno do Umberto primo, oferecido por R\$ 4 milhões.³⁴⁰

Mesmo a compra tendo se efetivado anos depois, a parceria anunciada não aconteceu, e mesmo que fosse aprovada a Previ pretendia reabrir 300 leitos do hospital, sendo que 20% deles seriam destinados ao SUS, segundo a reportagem, ou seja, apenas 60 leitos. Sendo assim, 240 leitos seriam para atendimento particular.

³³⁹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 74, n. 23.875, 15 ago. 1994.

³⁴⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.897, 26 out. 1994.

Em 1996, quando a compra se concretizou, houve mesmo a intenção da Previ de manter um hospital, associado a consultórios, escritórios e shopping, mas essa discussão aparece com mais detalhes posteriormente (capítulo IV, item 4.1).

No final de 1994 foi anunciado que no ano seguinte o hospital receberia uma peça teatral, chamada “O livro de Jó”. A montagem da peça foi feita pelo Teatro da Vertigem, grupo de teatro paulista que encenou peças em lugares inusitados – além do hospital, também foram palcos de suas apresentações a igreja de Santa Ifigênia, o Presídio do Hipódromo, a Galeria Olido.³⁴¹ Em 1995 e 1996, houve duas temporadas de apresentações da peça no hospital.

“O livro de Jó” faz parte de uma trilogia – a primeira parte “Paraíso perdido”, a segunda “O livro de Jó” e a terceira e última “Apocalipse 1,11”. O espetáculo fazia uma releitura de livros do Antigo Testamento e abordava questões em voga no momento, como por exemplo a aids. A escolha do hospital como palco se relaciona não somente com a doença, mas também outro fator:

[...] o Hospital Humberto Primo; detalhe que requer do leitor o conhecimento de que se trata de um hospital desativado. Identificação que se articula metaforicamente com a situação de desamparo e de dor vividas por Jó em sua busca pelo sentido da vida e do entendimento dos desígnios de Deus, pois além do local trazer o abandono impresso em sua arquitetura, também representa o deserto (espaço dramático) no qual a personagem sofre as dores terríveis da peste que o assola e exige a presença de Deus. A especificação de que se trata de um hospital desativado também pode induzir o leitor a se voltar para uma questão conceptual do fazer teatral do Vertigem: a apropriação teatral de um espaço público, social e cotidiano. Ou seja, a inscrição do espaço teatral em um território que traz a carga emocional, a memória, a simbologia do espaço urbano e institucional que é. Desse modo, o ambiente hospitalar aparece citado no espetáculo por impregnar nele a atmosfera dual que lhe caracteriza: asséptica e séptica, dolorosa e de salvação.³⁴²

A escolha do hospital foi também visual, em algumas das cenas são utilizados elementos hospitalares, como seringas, macas, bolsas de sangue, luzes cirúrgicas, como se observa na fotografia tirada durante a encenação:

³⁴¹ TEATRO DA VERTIGEM. Disponível em: <teatrodavertigem.com.br>.

³⁴² DÉA, Márcia Letícia Falkowski. **Representações do leitor implícito no processo de leitura em textos dramáticos:** O berço do herói de Dias Gomes e O livro de Jó do Grupo Vertigem. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.



Figura 42 - Cena da peça “O Livro de Jó”.³⁴³

Durante esses dois anos a peça “ocupou” o antigo hospital, enquanto estava em cartaz os prédios do hospital foram vendidos para a Previ. Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, além de funcionar como “teatro”, havia também algumas famílias de ex-funcionários vivendo no antigo hospital.

A aposentada Maria Antônia Gimenes, de 61 anos, mora há seis meses com o cachorro *Baby* em uma sala desativada do Pronto-socorro do hospital Umberto Primo, local onde trabalhou como cozinheira durante 31 anos. [...] Os “vizinhos” de Maria Antônia são os antigos colegas de trabalho. [...] Elair de Souza, de 50 anos, que trabalhou durante oito anos no laboratório do hospital, agora cozinha para as 13 famílias que moram no Umberto Primo.³⁴⁴

A reportagem, embora falasse sobre esses moradores e a peça de teatro, na verdade tinha o título “Hospital Umberto Primo pode virar shopping”. Novamente aparece uma possível compra pela Previ, que veio de fato a acontecer. Aparecem também os planos de investimento e tentativas de rever o tombamento para tornar o novo hospital e o shopping viáveis. Segundo a mesma matéria, já havia negociações com a prefeitura e a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) estava fazendo um estudo de impacto da nova construção no trânsito da região.

³⁴³ TEATRO DA VERTIGEM. Disponível em: <www.teatrodavertigem.com.br/espetaculos>.

³⁴⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.513, 3 jul. 1996.

Em dezembro de 1996, o empreendimento ainda não havia sido descartado, sendo inclusive mencionado em propagandas de outros empreendimentos próximos, como podemos ver no texto do anúncio do Universe Executive Flat, veiculado n'O Estado de S. Paulo, que diz:

Você já sabe que a região da Paulista é o principal eixo médico/financeiro/comercial da América Latina, concentrando os maiores hospitais, luxuosos hotéis e as mais importantes corporações do mundo. O que você não sabia é que exatamente em frente ao Universe Executive Flat está em andamento uma grandiosa obra de reciclagem arquitetônica. Milhões de dólares estão sendo investidos para transformar o antigo Hospital Matarazzo em um moderno complexo de uso misto, com shopping, escritórios e hospital de última geração. Só o Universe tem um endereço com este potencial único de valorização.³⁴⁵

Esse empreendimento pretendido pela Previ foi contestado pela Associação de Moradores do Bairro da Bela Vista, o que acabou adiando o projeto. Ainda nesse ano a Maternidade Condessa Filomena Matarazzo, um dos prédios que compõem o conjunto do hospital, foi utilizada para abrigar a exposição "No existem los limites". Segundo nota publicada no jornal Folha de S. Paulo, a mostra reuniu 15 artistas que trabalharam como uma cooperativa.³⁴⁶

Em 1997 não houve nenhuma publicação na imprensa sobre o hospital. No ano seguinte (1998), ocorreu a ocupação do Fórum dos Cortiços, abordada anteriormente. Nos anos de 1999, 2000 e 2001 também não houve menções ao hospital nos dois principais jornais pesquisados.

Em 2002, o hospital reaparece em matérias sobre a remontagem da peça do Teatro da Vertigem "O livro de Jó". No dia 26 de novembro a peça foi abordada em matéria na primeira página da Folha Ilustrada; na mesma data também apareceu no jornal O Estado de S. Paulo. As matérias tratam da comemoração dos dez anos do grupo teatral e das remontagens que o tornaram conhecido. A peça deveria ser exibida até dezembro, mas foi prolongada até fevereiro de 2003.

³⁴⁵ Propaganda Cyrela e Brazil Reality. Cf.: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.673, 10 dez. 1996.

³⁴⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 76, n. 24.654, 2 out. 1996.

No ano de 2003 a Maternidade Condessa Filomena Matarazzo foi palco de mais um evento, dessa vez para o público da arquitetura. A edição da CASACOR³⁴⁷ daquele ano foi realizada, com autorização do Condephaat, no prédio tombado.

O prédio da Maternidade do antigo Hospital Matarazzo, na Bela Vista, recebeu a 17ª edição da CASACOR. A mostra ocupou uma área de 14 mil m² do edifício tombado pelo Patrimônio Histórico, 111 ambientes foram elaborados por 150 profissionais. O evento bateu recorde de público com quase 103 mil pessoas.³⁴⁸

Além da maternidade, a capela do hospital também foi utilizada:

O Condephaat decidiu liberar a utilização da Capela do Hospital Matarazzo para a mostra. Como era a construção mais antiga do local, de 1922, e envolvia um projeto de restauração, o órgão havia vetado. Assim que soube Roberto Dimbério, o todo poderoso da Casa Cor, teve uma luz e telefonou para José Antônio de Castro Bernardes, convidando-o a participar da mostra, já que no ano passado ele havia solicitado espaço e foi preterido. Como a Casa Cor vai durar seis semanas, José Antônio vai mostrar uma proposta inédita a cada sete dias. Com missa aos domingos.³⁴⁹

A mostra ficou em cartaz entre 27 de maio e 9 de julho e, segundo reportagem d'O Estado de S. Paulo publicada no dia 25 de abril, todas as benfeitorias seriam mantidas após o término do evento, como por exemplo:

[...] os três conjuntos de banheiros, a pintura interna dos prédios, a recuperação da fachada de mármore e o teto da maternidade, o conserto do elevador pantográfico, a limpeza e a reposição dos vidros e o reparo de pontos estratégicos da fachada, dos muros e das calçadas.³⁵⁰

A mesma reportagem fala sobre os cuidados que foram tomados para evitar danos aos prédios. Segundo a organização, paredes e pisos foram protegidos, como mostra a imagem a seguir:

³⁴⁷ A CASACOR é uma empresa do grupo Abril que anualmente, desde 1987, reúne arquitetos, paisagistas e designers de interiores. O evento acontece em diferentes regiões do país e é considerado um dos maiores eventos do segmento na América.

³⁴⁸ CASACOR. História. Disponível em: <<https://casacor.abril.com.br/historia/>>.

³⁴⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 124, n. 39.972, 27 mar. 2003.

³⁵⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 124, n. 40.001, 25 abr. 2003.



Figura 43 - Reparos sendo feitos para a montagem da CASACOR.³⁵¹

Em 2004, depois de oito anos, foi publicada uma nova notícia sobre o empreendimento pretendido pela Previ, dona do conjunto de prédios que planejava construir escritórios e shopping no local. Nessa notícia do dia 7 de outubro de 2004 foram explicadas questões referentes às modificações no tombamento:

O juiz Marcos Pimentel Tamaffia, da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, determinou ontem que sejam respeitados os níveis do decreto inicial que tombou o Hospital Matarazzo, na Bela Vista. Durante a gestão do prefeito Paulo Maluf (1992-96), foram modificados os graus de preservação do complexo para que fosse construído um shopping no local.³⁵²

Mesmo com a decisão judicial, houve recurso, e o processo se esticou por mais algum tempo, aparecendo novamente nas páginas dos jornais em fevereiro de 2005. Apesar desse conflito judicial, a Previ não conseguiu levar a construção adiante, como já mencionado.

No mesmo ano, houve o anúncio de uma possível compra do antigo complexo hospitalar pela Fundação Zerbini, mantenedora do InCor.

³⁵¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 124, n. 40.001, 25 abr. 2003.

³⁵² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 125, n. 40.532, 7 out. 2004.

Para completar a informação sobre o acordo entre a Fundação Zerbini e a Previ, com respeito ao Hospital Umberto Primo, ou Matarazzo. A Fundação tem 16 meses, a contar de março, para viabilizar o projeto de ocupação do hospital. Se não conseguir, a Previ fica liberada para outros acordos, sem ônus ou multas para lado nenhum.³⁵³

Esse acordo apareceu nessa pequena nota do jornal O Estado de S. Paulo e não teve muito destaque na imprensa. O acordo acabou não acontecendo, e a Previ continuou como proprietária do imóvel.

Ainda em 2005, o antigo hospital foi palco dos desfiles de moda da coleção de inverno da Casa de Criadores, as apresentações usaram algumas salas do hospital, a parte de jardins e a capela. Cada dia de desfile recebeu aproximadamente 2.500 espectadores, segundo a matéria escrita para o jornal O Estado de S. Paulo.³⁵⁴

Depois disso, o hospital não apareceu mais nos jornais até o ano de 2010, quando foi noticiada a compra do imóvel pela FUNDASP, mantenedora da PUC-SP, que, porém, assim como a Fundação Zerbini, não teve êxito na aquisição do bem. Ainda em 2010 foi noticiada a compra do conjunto de prédios pelo grupo WWI (Word Wide Investments), e no ano seguinte foi noticiada a parceria com o grupo Allard para a compra e reforma do antigo hospital. Esses temas serão abordados com mais detalhes à frente.

Após a compra do conjunto de edifícios, houve outros dois eventos públicos no local. O primeiro e com maior visibilidade foi a exposição de arte *Made by... Feito por Brasileiros*, que reuniu diversos artistas plásticos para intervenções no antigo hospital. O jornal O Estado de S. Paulo dedicou a capa de seu *Caderno 2* do dia 3 de setembro de 2014 à matéria escrita por Antonio Gonçalves Filho sobre a exposição. Nela o jornalista explica um pouco da trajetória de Alexandre Allard (empresário dono dos prédios e idealizador da exposição), fala sobre o novo complexo e os investimentos a serem feitos e sobre o investimento na exposição:

Ele (Allard) empenhou mais de R\$ 1 milhão na montagem de uma exposição temporária, *Made by... Feito por Brasileiros*, que será aberta na sexta para 800 convidados (e a partir do dia 9 para o público). É apenas a milésima parte do valor que o grupo Allard vai investir na recuperação dos 35 mil m² de área construída no quadrilátero formado entre as Alameda Rio Claro

³⁵³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 126, n. 40.693, 17 mar. 2005.

³⁵⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 126, n. 40.700, 24 mar. 2005.

e as ruas São Carlos do Pinhal, Itapeva e Pamplona: R\$ 1,2 bilhão, segundo os cálculos do animado Alexandre.³⁵⁵

Já o jornal Folha de S. Paulo teve uma outra visão sobre os investimentos de Alexandre Allard para a exposição. Em matéria escrita pelo crítico Fabio Cypriano com o título “Mostra parece só disfarçar projeto imobiliário”, depois de comentar sobre o conjunto de prédios e as instalações da exposição, o autor coloca:

Pior, ela parece disfarçar o lançamento de um empreendimento imobiliário, a Cidade Matarazzo, que deve conter entre outros projetos, um hotel de luxo. Junto é lançado um livro ambicioso, com 1.200 páginas, que faz um mapeamento da cena de arte brasileira, e, não por acaso, já foi lançado na China e Índia, outros dos BRICs, acrônimo dos principais países de economia emergente. Ou seja, a arte parece aí o embrulho para um outro pacote. Contudo, tudo isso até seria compreensível se o financiamento dessa festa viesse do empresário Alexandre Allard, o idealizador do projeto. No entanto, a mostra teve aprovados para captação nada menos que R\$ 12,6 milhões via Lei Rouanet. Até agora, captou R\$ 3,2 milhões.³⁵⁶

Há uma discordância entre as afirmações e posições dos jornais. O Estado de S. Paulo, de certa forma, apoiando a iniciativa do grupo de transformar o antigo hospital em um hotel luxuoso, destacou o investimento do dono (Alexandre Allard) para a montagem da exposição. Enquanto a Folha de S. Paulo criticou o uso de verbas governamentais, e a exposição foi descrita como artifício encontrado para desviar a atenção do projeto.

Esses posicionamentos distintos parecem não estar ligados somente à exposição *Made by... Feito por Brasileiros*, mas também ao projeto da Cidade Matarazzo. Na mesma matéria do Estadão o autor coloca:

Allard argumenta que a França trata seus monumentos históricos com naftalina, o que o fez trocar Paris por São Paulo, instalando aqui seu laboratório arquitetônico e artístico. Já enfrentou quatro diretores do Condephaat para aprovar seu projeto de restauração do Hospital Matarazzo.³⁵⁷

³⁵⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 135, n. 44.150, 3 set. 2014.

³⁵⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 94, n. 31.205, 9 set. 2014.

³⁵⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 94, n. 31.205, 9 set. 2014.

A despeito das críticas, a exposição teve destaque na Folha de S. Paulo. No dia 9 de agosto, um mês antes da abertura, a exposição foi capa da Folha Ilustrada, caderno de cultura do jornal, e no dia 24 do mesmo mês quatro páginas foram dedicadas a mostrar o itinerário da exposição e os principais artistas que estariam expondo.

A exposição ocupou os espaços do hospital, muitas das obras foram feitas especificamente para serem exibidas nas salas e nos espaços do antigo hospital, por isso acabou sendo muitas vezes chamada de “invasão criativa”. Os prédios foram tomados de instalações artísticas, o que antes era quarto de hospital passou a fazer parte da obra ali apresentada. Muitos dos corredores tinham obras expostas, e os jardins também fizeram parte da exposição. Algumas obras tiveram destaque, como por exemplo uma sala ocupada por desenhos em *neon*, ou a obra instalada na capela, uma das obras no jardim.



Figura 44 - Instalação Cosmic Cavern, de Kenny Scharf.³⁵⁸

³⁵⁸ VEJA SÃO PAULO. Exposição no antigo Matarazzo oferece atrações para criançada. São Paulo, 5 dez. 2016. Disponível em: <vejasp.abril.com.br/tudo-sobre/made-by-feito-por-brasileiros>.



Figura 45 - Instalação Valquíria Matarazzo, de Joana Vasconcelos.³⁵⁹



Figura 46 - Escultura de Arne Quinze.³⁶⁰

Poucos meses depois, no dia 25 de janeiro, antes das reformas e restauros feitos pelo grupo Allard, para comemorar o aniversário de 461 anos da cidade de São Paulo, a *Cidade Matarazzo* organizou shows de rock. O nome dado ao evento foi *Rock na Cidade*, que contou com 35 bandas distribuídas em cinco palcos, além de uma área gastronômica e estacionamento para bicicletas.³⁶¹ Essa foi a última vez que o antigo hospital foi aberto ao público.

³⁵⁹ VEJA SÃO PAULO. Exposição no antigo Matarazzo oferece atrações para criançada. São Paulo, 5 dez. 2016. Disponível em: <vejasp.abril.com.br/tudo-sobre/made-by-feito-por-brasileiros>.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 95, n. 31.341, 23 jan. 2015.

Durante os 22 anos em que o hospital esteve fechado, de 1993 a 2015, embora não servisse à população como hospital, teve também uma função social como um local para as artes. Funcionou como teatro, museu, galeria, palco, casa de show, sendo assim um local de fruição de diferentes classes sociais, o que deixaria de acontecer após a criação novo complexo.

3.4 POLÊMICAS E VENDA DOS EDIFÍCIOS

Durante o período em que o hospital ficou desativado, ele exerceu diferentes funções, como já foi dito. Em 2010, depois de 17 anos “sem uso”, parecia que o antigo hospital, enfim, teria um destino. Em 2 de junho foi anunciada a compra do hospital para se tornar uma nova filial da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

No jornal Folha de S. Paulo a notícia, escrita por Leticia de Castro, recebeu o seguinte título: “PUC compra prédio do Umberto Primo”. Nela a autora conta alguns detalhes como, por exemplo, o fato de que as negociações aconteciam havia mais de um ano, além de afirmar que a PUC tinha uma parceira misteriosa na compra. A notícia destacava que a SAMORCC (Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César) gostaria que o local se mantivesse ligado à saúde e informava que a PUC teria convidado a SAMORCC bem como ex-funcionários do hospital para discutir os projetos para o local.

O jornal O Estado de S. Paulo também publicou, no mesmo dia 2 de junho, que a Previ havia vendido o conjunto de prédios para a PUC. A reportagem, escrita por Daniel Gonzales, aparece na primeira página do caderno Cidades e ocupa quase a totalidade da folha. O autor observava as condições em que o imóvel se encontrava, fazia uma estimativa do valor de venda dos imóveis e, assim como na Folha de S. Paulo, destacava a posição da SAMORCC. Ao lado, em um quadro separado escrito por Frederico Barbosa e intitulado “Uma solução inteligente”, aparece uma posição favorável à modernização de bens tombados pelo patrimônio histórico; ele utiliza o exemplo da Casa das Rosas³⁶², localizada na Avenida Paulista.

³⁶² A Casa das Rosas foi projetada por Ramos de Azevedo e concluída em 1935: “[...] uma mansão em estilo clássico francês com trinta cômodos, edícula, jardins, quadras e pomar na Avenida Paulista, local que reunia a maioria dos milionários barões do café. A mansão foi concluída em 1935. Lá, os herdeiros de Ramos de Azevedo viveram até meados dos anos 1980. Ameaçado de demolição, o casarão foi preservado em ação inédita no Brasil. Na parte do terreno que dá para a Alameda Santos, foi liberada

Embora as reportagens de ambos os jornais detalhassem a operação, no dia seguinte, 3 de junho, também desmentiram a compra, mas não as negociações. A Folha de S. Paulo destacou as dívidas que a universidade ainda possuía com bancos e funcionários, e apontou que por isso a compra não poderia ser feita. Ainda segundo a reportagem, o Ministério Público deveria aprovar a compra, já que a PUC-SP era mantida pela Fundação São Paulo, e por isso caberia ao MP aprová-la ou não. Segundo a reportagem,

A Fundação São Paulo divulgou ontem uma nota para esclarecer que “nunca participou de encontros ou assinou documentos com a Previ [fundo de pensão dono do prédio] ou com qualquer grupo de investidores”, mas confirma que recebeu notícias do reitor [...] de eventual proposta imobiliária envolvendo o imóvel. Procurada, a Previ diz apenas que “informações e decisões relativas às negociações do imóvel estão sujeitas a sigilo comercial”. Está marcada para segunda-feira, no entanto, uma reunião entre associações de moradores e a reitoria para a apresentação do projeto da PUC para o local.³⁶³

As negociações entre a Previ e a PUC apareceram 11 vezes nos jornais durante o mês de junho de 2010. As notícias, num primeiro momento, deram a compra do prédio como certa; em seguida, começaram a mostrar divergências com relação à compra. As notícias atentaram ao fato de que havia uma parceria da universidade com um fundo de investidores, até aquele momento mantida em sigilo. Os planos citados pelos jornais indicam que o local abrigaria “cursos e equipamentos culturais”, parte do local seria para uso comercial. A publicação do dia 2 de junho de 2010 no jornal Folha de S. Paulo diz:

A negociação de venda durou mais de um ano. Três empresas estavam no páreo: a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC, um grupo francês de hotelaria e o grupo de investimentos que acabou se associando à PUC e vencendo a operação.³⁶⁴

O jornal O Estado de S. Paulo, que no mesmo dia 2 também deu a notícia a respeito da compra, ainda especulou com relação aos valores não divulgados da

a construção de um moderno edifício comercial enquanto a casa foi restaurada e transformada pelo Estado de São Paulo em espaço cultural, inaugurado no ano do centenário da Avenida Paulista, 1991.” CASA DAS ROSAS. Disponível em: <www.casadasrosas.org.br>.

³⁶³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.646, 3 jun. 2010.

³⁶⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.596, 2 jun. 2010.

compra. Segundo o jornalista Daniel Gonzales, seria possível estimar o preço da venda com base no valor do metro quadrado da região: a operação movimentaria entre R\$ 80 e R\$ 100 milhões. Ainda segundo ele, o tombamento poderia afetar os valores.

A reportagem³⁶⁵ publicada pela Folha de S. Paulo trouxe valores muito maiores para os prédios: o montante estaria próximo dos R\$ 270 milhões. A mesma reportagem coloca dados importantes relacionados à FUNDASP (Fundação São Paulo), a entidade não poderia fazer parte da compra por ter dívidas com bancos e funcionários, por isso o grupo de investidores teria sido colocado como o comprador e a PUC, apenas como parceira. Em outra reportagem destacava-se a preocupação do Ministério Público com a possível compra do imóvel.

Em 3 de junho, ainda no jornal Folha de S. Paulo, foi publicado que a FUNDASP teria emitido uma nota negando a participação da PUC nas negociações. A nota oficial, escrita ainda no dia 2 de junho, foi publicada pela Folha de S. Paulo no dia 11 de junho de 2010.

³⁶⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.647, 4 jun. 2010.



Figura 47 - Nota oficial da FUNDASP negando a compra do conjunto.³⁶⁶

No comunicado, a FUNDASP nega qualquer relação da PUC com a compra do imóvel, mas afirma negociações com o real comprador para expandir a universidade, desde que a PUC não tivesse de arcar com questões financeiras referentes ao imóvel e às suas instalações, a universidade entraria como parceira do grupo de investimentos. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, essa seria uma forma de alavancar o empreendimento pretendido pelo grupo que teria efetuado a compra. A nota também afirmava a compra do conjunto de prédios por investidores ainda não

³⁶⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.655, 11 jun. 2010.

nomeados. A Previ, proprietária do imóvel desde 1996, também não revelou os possíveis compradores, sigilo comercial foi alegado para as negociações envolvendo o antigo Hospital Matarazzo.

Em reportagem escrita por José Maria Mayrink, O Estado de S. Paulo publicou que a Arquidiocese de São Paulo, ligada à FUNDASP, não sabia das negociações, e que o então reitor da PUC-SP, Dirceu de Mello, não teria autonomia para negociar, comprar e alugar espaços para a universidade. Na mesma reportagem, a Previ negou a venda do conjunto de edifícios, dizendo:

A Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) nega que o terreno tenha sido vendido a um grupo de investidores, desmentindo assim informações do reitor. Em 2 de junho, a Arquidiocese informou em nota que o imóvel havia sido vendido (pela Previ) a uma “entidade até agora sem vinculação com a Fundação São Paulo” e o reitor da PUC desenvolvera “com a entidade que adquiriu o imóvel tratativas para integrar a universidade, em atividades a serem implementadas no local, com vistas a expansão de seus cursos, **em projetos que vão ao encontro do que a comunidade local vê como útil à preservação do significado social do imóvel**”.³⁶⁷

As especulações a respeito da parceria entre a PUC e o grupo de investidores para a expansão da universidade indicavam que a PUC-SP pretendia, com o aluguel de parte do complexo, instalar na capital paulista um curso de medicina, utilizando a estrutura já existente para criar um hospital-escola.³⁶⁸ Parte da reportagem fundamenta essa hipótese, a “preservação do significado social” pode ser indício de que a universidade intentava, de alguma forma, manter o atendimento médico no local. O que iria ao encontro da perspectiva colocada pela SAMORCC em outras reportagens.

No dia 9 de junho de 2010, a Folha de S. Paulo fez uma apuração acerca das negociações entre a Previ, o grupo de investimento e a PUC. A reportagem, escrita por Mario Cesar Carvalho e Ricardo Westin, trouxe o até então secreto nome do grupo de investimentos que estava participando das negociações e buscou explicar tudo o que havia acontecido até aquela data.

³⁶⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.604, 10 jun. 2010.

³⁶⁸ A PUC-SP já possuía a graduação em Medicina no campus localizado na cidade de Sorocaba, mas não na capital, onde estão localizados os outros campi da universidade.

O MISTÉRIO DO UMBERTO PRIMO

ENTENDA O CASO

O hospital foi aberto em 1904 e, por questões financeiras e sanitárias, fechado em 1993

O fundo de pensão Previ comprou o espaço em 1996 e negocia sua venda há um ano

Na semana passada, surgiram informações de que estavam envolvidos na negociação a PUC-SP e um grupo de investidores, que a *Folha* apurou tratar-se do WWI

Dúvidas que permanecem: qual a participação da PUC e o que exatamente se pretende fazer com o imóvel



Conjunto de prédios do hospital Umberto Primo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

EMPRESA		
WWI GROUP HOLDING DE PARTICIPACOES S.A.		
		TIPO: SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35300372138	14/10/2008	06/08/2010 18:14:24
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
06/08/2008		

Figura 48 - Reportagem que divulgou o comprador dos prédios.³⁶⁹

Na reportagem os autores falam sobre o grupo que pretendia investir no local, o WWI (World Wide Investements). A matéria buscava respostas para entender o futuro dos edifícios, aparecem especulações a respeito dos investidores, da participação da PUC, dos valores pagos pela Previ e pelos novos compradores. A Previ seguiu negando a venda do conjunto, mas não as negociações.

Segundo a reportagem, a SAMORCC, que discutia com a PUC-SP o futuro do imóvel, procurava descobrir quem teria comprado o imóvel. A presidente da associação falou ao jornal sobre a opinião dos moradores do bairro.

“Não vamos apoiar o negócio enquanto não soubermos quem está por trás dele”, afirma Marcondes (Célia Marcondes, presidente da Samorcc). Ela diz que a PUC está sendo “usada” – a presença da universidade seria a “causa nobre” que anularia as críticas a um possível megaempreendimento imobiliário. A

³⁶⁹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.652, 9 jun. 2010.

Samorcc diz temer a construção de um shopping, um condomínio ou um hotel ao lado da PUC, no terreno. Caso o grupo comprador desrespeite o tombamento histórico do velho hospital, a Samorcc diz que irá à Justiça para impedir o negócio.³⁷⁰

Ainda havia poucas informações referentes às negociações, a WWI não se pronunciava, a PUC estava dividida – enquanto o reitor anunciava a parceria, a FUNDASP negava a participação da PUC – e a Previ, por sua vez, limitava-se a dizer que ainda era a dona do prédio.

No dia seguinte, 10 de junho de 2010, outra notícia foi veiculada pela Folha de S. Paulo abordando a venda do Hospital Matarazzo e a parceira com a PUC-SP. Nesse caso, surge um novo impasse entre a FUNDASP e a reitoria da universidade, que já havia divulgado que estava em negociações para locar parte do imóvel.

Um dos temores da fundação, segundo a Folha apurou, é que a PUC sirva de biombo para uma operação de lavagem de dinheiro. Uma das versões que circula é que a WWI representaria investidores dos Emirados Árabes. A WWI não diz quem representa, não confirma nem nega o documento assinado com o reitor.³⁷¹

A Folha de S. Paulo também publicou notícia afirmando que, anteriormente às negociações entre a Previ, a WWI e a PUC, houve por parte da Previ uma tentativa de negócio semelhante com a Construtora Camargo Corrêa e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o jornal, nessa negociação a faculdade ficaria com a parte tombada do imóvel, pagando um aluguel de R\$ 2 milhões por mês, sendo que ao final de 14 anos o imóvel passaria a pertencer à FGV, e a Camargo Corrêa construiria novos prédios na área permitida. A Camargo Corrêa negou as negociações, e a FGV não se pronunciou acerca das negociações que supostamente aconteceram no ano de 2007.

Depois de inúmeras especulações e hipóteses sobre o antigo hospital, no dia 12 de junho de 2010, uma notícia publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo estampava o título “Com ou sem a PUC, vamos comprar”. O grupo de investimentos WWI, por meio de seu presidente Marcos Versani, anunciou que seguiria com seus planos de compra do imóvel. Segundo a reportagem, seria mantida a PUC como

³⁷⁰ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.652, 9 jun. 2010.

³⁷¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.653, 10 jun. 2010.

locatária de parte do imóvel. A ideia consistia em criar no conjunto um “centro educacional, um centro médico e um conjunto de lojas. Não haverá torres de luxo nem shopping [...]”³⁷². A reportagem trazia uma figura para ilustrar como a área seria utilizada:

● Pelos planos do WWI Group, parte do complexo na Rua Itapeva seria alugado pela PUC e outra parte seria transformada em um centro médico, que abrigaria algumas lojas

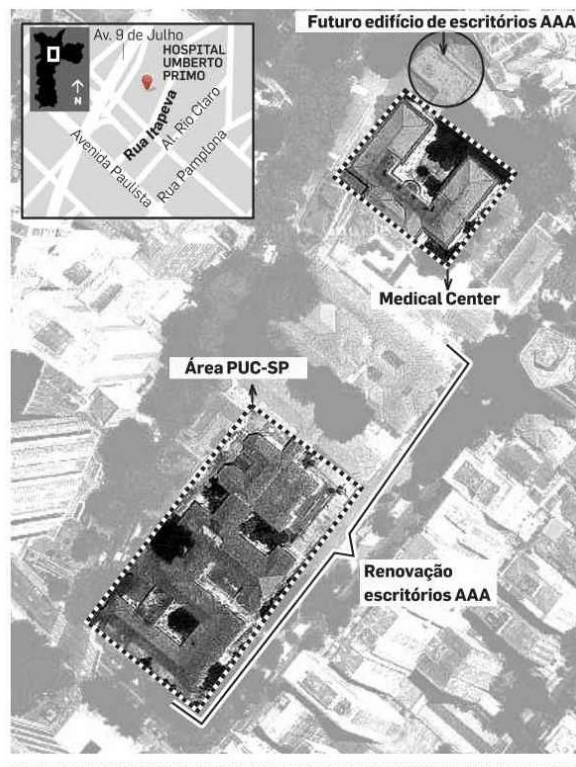


Figura 49 - Planos para o uso dos edifícios na parceria entre o grupo WWI e a PUC-SP.³⁷³

As diversas especulações sobre o destino do imóvel e a participação da PUC acabaram sem explicações. No dia 11 de setembro de 2010, as notas sobre o assunto já excluía a PUC das negociações. Nessa data o jornal O Estado de S. Paulo soltou uma nota intitulada “De mão em mão”.

Depois de ter comprado da Previ o imóvel do ex-Hospital Matarazzo, o fundo WWI negocia parcerias com quatro grupos diferentes. Segundo fonte do ramo, o WWI teria pago R\$ 6

³⁷² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.606, 12 jun. 2010.

³⁷³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.606, 12 jun. 2010.

milhões iniciais e tem que desembolsar mais R\$ 120 milhões até o fim do ano. O interesse é grande.³⁷⁴

As notícias retornaram somente no início do ano seguinte (2011), quando uma reportagem da Folha de S. Paulo, escrita por Evandro Spinelli, falou de uma nova negociação envolvendo o conjunto de edifícios, agora com o grupo Allard, que já possuía negócios semelhantes e planejava transformar o antigo hospital em um hotel. A mesma reportagem explicava que as negociações com o grupo de investimentos WWI e a PUC-SP não haviam evoluído, mas o grupo de investidores ainda teria interesse no imóvel.

Novos rumores a respeito da compra do imóvel surgiram, agora fazendo referência a uma parceria entre a WWI, que já negociava com a Previ, e o grupo Allard. Segundo a nota, a Previ já teria recebido metade do valor do imóvel e receberia o restante no final do mês de julho, concluindo assim a venda do imóvel.³⁷⁵

No final do mês de julho de 2011, os jornais noticiaram que o antigo hospital se tornaria um hotel. Os títulos das reportagens enfatizavam a construção de um hotel, e não a venda do conjunto de prédios. A Folha de S. Paulo publicou na primeira página “Antigo hospital Umberto Primo será hotel de luxo”, e na reportagem completa “Hospital Matarazzo vai virar ‘hotel palácio’”.

A primeira menção a essas negociações envolvendo o grupo Allard apareceu em reportagem escrita no dia 18 de fevereiro de 2011, por Evandro Spinelli. O jornalista citava o interesse do grupo francês em comprar o imóvel, as suas pretensões e informava que o grupo tinha vários investimentos de alto luxo, inclusive já havia feito na França algo semelhante ao que planejava para o antigo hospital. Além disso, a Previ afirmava que estava em “negociações avançadas” com investidores que preferia manter anônimos.

O interesse do grupo por São Paulo aparentemente existiu antes das negociações com a Previ. Em 2008, o jornal O Estado de S. Paulo publicara a seguinte nota:

³⁷⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.697, 11 set. 2010.

³⁷⁵ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 42.994, 5 jul. 2011.

Em setembro o designer francês Phillipe Starck desembarca em São Paulo e no Rio. Vem conversar com Niemeyer. E para dar o “okay” aos executivos do grupo francês Allard, que procuram ponto no centro de São Paulo para abrir um hotel.³⁷⁶

Independentemente do interesse, as negociações começaram em 2010, quando houve a tentativa de compra pelo grupo WWI, o grupo Allard era um dos que negociavam a aquisição do imóvel. E em 2011 os prédios que faziam parte do antigo Hospital Matarazzo passaram da Previ para o grupo Allard.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o conjunto foi comprado no dia 26 de julho de 2011, por R\$ 117 milhões, pelo grupo Allard, que pretendia no local fazer dois hotéis, um centro cultural e um centro comercial e de gastronomia. O grupo teria comprado o imóvel em parceria com o fundo de investimentos WWI. O jornal não conseguiu comunicado oficial de nenhum dos grupos, apenas a Previ confirmou a venda do imóvel, sem comentar quem foi o comprador. Ainda segundo a matéria,

Mais que cinco ou seis estrelas, o conceito a ser adotado é o do “hotel palácio”, num projeto que prevê a manutenção das características originais do edifício. Mesmo assim, terá que ser aprovado Conpresp e Condephaat (órgão municipais e estadual de preservação do patrimônio histórico). A prefeitura já acenou com apoio ao projeto, inclusive por acreditar que parte das obras possa estar pronta em 2014, para a Copa do Mundo.³⁷⁷

O jornal indica que o prefeito da capital paulista naquele momento, Gilberto Kassab, apoiava o novo empreendimento. Em 2014, quando o antigo hospital foi aberto ao público para a exposição *Made By... Feito por Brasileiros*, o então prefeito da cidade, Fernando Haddad, compareceu à inauguração, ficando perceptível o apoio da prefeitura ao novo projeto feito pelo grupo.

O jornal O Estado de S. Paulo também noticiou a venda do imóvel para o grupo francês em parceria com o fundo WWI. As informações veiculadas por ambos os jornais eram similares, a principal diferença foi que nesse caso apareceu uma negociação com o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), que, pelas pretensões dos compradores, seria um dos responsáveis por um centro cultural a ser instalado no conjunto. Aqui também foi feita uma espécie de retrospectiva da história do hospital.

³⁷⁶ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 129, n. 41.904, 10 jul. 2008.

³⁷⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 91, n. 20.065, 27 jul. 2011.

Com o abandono nos últimos anos, o conjunto de prédios do hospital e da maternidade está com forro caindo, infiltrações e fiação exposta. Desde 1999 a Previ tentava vender o hospital, mas teve dificuldade por causa das restrições impostas pelo patrimônio público. Há cerca de um ano, a Previ negociou com a mesma WWI e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. [...] A PUC saiu do negócio, mas a WWI levou o projeto adiante, selado agora.³⁷⁸

No dia 28 de julho, a Folha de S. Paulo publicou nova reportagem em que explicava sobre o grupo Allard e as pretensões dos investidores para o conjunto. A notícia conta com uma fala do então secretário de Estado da Cultura Andrea Matarazzo, que também é descendente da família que mais contribuiu para o antigo hospital. Segundo ele, “O fato de ser ocupado por cultura onde minha família implantou saúde é ótimo. Não poderia ter uso melhor”. O jornal também publicou uma “planta” das novas instalações, mostrando os planos para o conjunto.



Figura 50 - Projeto dos novos investidores para a transformação do antigo hospital.³⁷⁹

³⁷⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 43.016, 27 jul. 2011.

³⁷⁹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 91, n. 30.066, 28 jul. 2011.

Em setembro do mesmo ano, ocorreram definições em torno das reformas e do que de fato se pretendia para o conjunto de prédios. Foi decidida a construção de dois prédios, além do restauro das áreas tombadas e um novo paisagismo. O designer Phillipe Starck e Alexandre Allard foram os responsáveis pelo projeto.³⁸⁰

Embora os projetos estivessem encaminhados, somente em 9 de outubro de 2012 as obras foram liberadas. Como comentado anteriormente, a Sociedade dos Amigos e Moradores do Cerqueira César entrou com uma ação civil pública que impedia grandes reformulações no local. Segundo a Folha de S. Paulo do mesmo dia, o grupo Allard se comprometeu a não fazer alterações que não tivessem o aval dos órgãos de patrimônio, e garantiu que o conjunto de edifícios seria preservado. Para isso, o grupo teria assinado um Termo de Ajustamento de Conduta, firmando um acordo com os moradores que liberava o início das obras.

O grupo francês Allard comprou em 2011 o imóvel, também chamado de Hospital Matarazzo, por R\$ 117 milhões e pretende construir dois hotéis – um de alto luxo –, torre comercial, centro cultural, shopping de grifes e parque aberto ao público. Eduardo Machado, presidente do grupo no Brasil, diz que a previsão é gastar mais de R\$ 1 bilhão em todo o projeto. As obras devem durar quatro anos após a aprovação. As duas associações de moradores autoras da ação concordaram com a proposta do grupo e abriram mão do processo, iniciado em 1999.³⁸¹

A reportagem também destacou o projeto elaborado para o local ilustrando uma “planta”. A notícia teve maior destaque, mesmo sendo publicada na parte interna do jornal, uma foto do hospital apareceu na capa daquela edição.³⁸²

As obras que o grupo Allard pensou e realizou no antigo hospital foram permitidas pelos órgãos de preservação responsáveis, portanto esses projetos aparecem discutidos com o tema da preservação patrimonial no capítulo seguinte.

³⁸⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 43.074, 23 set. 2011.

³⁸¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 92, n. 30.505, 9 out. 2012.

³⁸² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 92, n. 30.505, 9 out. 2012.

CAPÍTULO IV – HOSPITAL MATARAZZO: PATRIMÔNIO PARA QUEM?

Este último capítulo tem como proposta discutir sobre o antigo hospital enquanto um patrimônio histórico do estado de São Paulo, a partir dos documentos relacionados ao tombamento. A primeira questão a ser abordada diz respeito ao processo de tombamento realizado em 1986, processo iniciado pelo próprio órgão responsável (Condephaat), em meio a uma grave crise econômica que se desenrolava desde o escândalo do INAMPS.

O processo foi iniciado a partir de uma proposta de intervenção no conjunto do hospital. Ao mesmo tempo que era realizado o estudo de tombamento, os responsáveis pelo hospital buscavam obter autorização para a venda e utilização de alguns espaços, que então gerariam lucro para a manutenção do hospital. Durante a década de 1990, ocorreram algumas propostas de manutenção do hospital a partir de intervenções no espaço. Nenhuma delas foi levada adiante, até o hospital ser vendido ao grupo Allard, que conseguiu aprovar uma proposta de revisão do tombamento.

A revisão do tombamento foi realizada entre os anos de 2013 e 2014. O novo estudo realizou mudanças significativas no tombamento de 1986, permitindo assim a demolição de alguns edifícios e reformas internas em outros, o que possibilitou a transformação do Hospital Matarazzo no Cidade Matarazzo.

4.1 LUTA PELA PRESERVAÇÃO: PROCESSO DE TOMBAMENTO

O processo de tombamento do Hospital Matarazzo teve início com um pedido do próprio hospital para a demolição de parte de seus edifícios. O pedido de demolição foi negado, em abril de 1985, com um parecer que mencionava sua importância e o pedido para que se iniciasse o estudo para o tombamento do hospital.

Os processos de tombamento posteriores à década de 1960 seguem um formato similar, com a anexação de diversos documentos, criando assim um suporte documental a respeito daquele bem.

Constituindo-se verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas os documentos oficiais (pedido de tombamento, notificação ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo, eventuais impugnações e contrarrazões, etc.) como todo o material que diga respeito ao processo (recortes de jornais e revistas, cartas, abaixo-assinados, informações

extraídas de livros e folhetos, fotos, plantas, desenhos, etc.). Dado o seu formato – todos os documentos são organizados em ordem cronológica –, esses dossiês nos permitem acompanhar a história desse processo de ressemantização de um bem que constitui um processo de tombamento e entender não só o seu desfecho como também, considerando o universo dos processos, os critérios que nortearam a prática de preservação no período de 1970-1980.³⁸³

O processo do Hospital Matarazzo estava entre esses dossiês, continha muitas informações e diversos anexos, desde o pedido para demolição, em 1984, até as últimas tentativas de reformas, em 1999. Entre os documentos encontravam-se atas de reuniões do Conselho do hospital, mandado de segurança contra o Secretário estadual de Cultura, acordo com o INAMPS, entre outros registros que auxiliam no resgate da história do tombamento dos edifícios.

Havia dois motivos para que a administração do hospital requeresse a demolição. Primeiro, justificava-se que o conjunto fazia parte da área envoltória do Museu de Arte de São Paulo (MASP)³⁸⁴. Outro motivo apontado foi a criação, pela prefeitura municipal de São Paulo, das zonas de uso pela Lei nº 8.328 de dezembro de 1975, que criou a Z8-200, que inclui os imóveis de caráter histórico, artístico e cultural, que deveriam ser preservados, pelo artigo segundo da lei:

Art. 2º Na zona de uso Z8-200, o remembramento ou desdobro de lotes, as demolições, reformas, ampliações, reconstruções ou novas edificações ficam sujeitas à prévia autorização da Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.

§ 1º Os pedidos referentes ao disposto neste artigo serão apreciados e decididos pela COGEP, no prazo de cento e oitenta (180) dias, a qual ouvirá, se necessário e para os fins de direito, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado.³⁸⁵

Ou seja, os imóveis incluídos na Z8-200 deveriam passar por avaliação dos órgãos competentes antes de reformas e demolições, caso do Hospital Matarazzo, que apareceu nos anexos da lei como Z8-200-093. Em 1984, a lei foi complementada pelo Decreto nº 19.335, que define graus de preservação para os imóveis listados na

³⁸³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 194.

³⁸⁴ O MASP foi protegido pelos três órgãos - Conpresp, Condephaat e IPHAN.

³⁸⁵ SÃO PAULO (Município). Lei nº 8.328, de 2 de dezembro de 1975. São Paulo, 2 dez. 1975.

Z8-200. A Capela e a maternidade que faziam parte do conjunto de prédios foram classificadas como P1, o maior grau de proteção apresentado no decreto.

Nível de preservação 1 (P1): para edifícios cuja arquitetura deva ser preservada, tanto externa como internamente, sendo admitidos:

a) Reparos externos, sem modificação da forma, vãos, estrutura e material utilizado, relativos a:

1. consertos em pisos, paredes, muros, forros e revestimentos;
2. consertos em esquadrias, escadas e gradis;
3. reposição de telhas e elementos de suporte da cobertura, avariados ou deteriorados;
4. consertos em instalações hidráulicas, elétricas, de gás, de telefonia, de preservação e combate a incêndios, de climatização e rede de lógica.

b) Modificações internas, desde que respeitadas as características e os elementos arquitetônicos que motivaram o enquadramento do imóvel na Zona de Uso especial Z8-200 e sua classificação neste nível de preservação; [...]³⁸⁶

Os outros prédios que faziam parte do hospital foram classificados como P3, o menor grau de proteção apresentado no decreto: “Nível de preservação 3 (P3): para imóveis que são objeto de restrições especiais quanto a gabarito de altura e recuos, quando necessárias à preservação da volumetria dos conjuntos arquitetônicos classificados como P1 ou P2.”

Antes do pedido de demolição feito ao Condephaat, a sociedade beneficente que manteve o hospital realizou um pedido à prefeitura para a mudança de zona em que o hospital se enquadrava, a partir da lei citada anteriormente. O pedido feito em 1982 detalhava problemas econômicos pelos quais o hospital passava e colocava como única alternativa para superar a crise a venda e demolição de parte dos prédios. O hospital deixaria então de se enquadrar no zoneamento Z-8 (área de preservação) e passaria para Z-3 (área residencial de média densidade).

A negativa da prefeitura levou ao início do processo nº 23.107/84 no Condephaat. O pedido consistia na demolição de uma área de 9.869,86 m². Junto ao pedido foram anexadas plantas da possível demolição.

³⁸⁶ SÃO PAULO (Município). Decreto nº 19.835, de 10 de julho de 1984. São Paulo, 10 jul. 1984.



Figura 51 - Planta inserida no pedido de demolição feito ao Condephaat no processo nº 23.107/84.³⁸⁷

O projeto pretendia demolir quatro dos prédios que compunham o hospital: as Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, o pavilhão administrativo e os prédios de cozinha, lavanderia e refeitório. No local seriam construídos dois edifícios para serem utilizados como escritórios, hotel e shopping center. O estudo também previa a criação de um estacionamento no subsolo do terreno.

³⁸⁷ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.107/84. São Paulo, 1984.

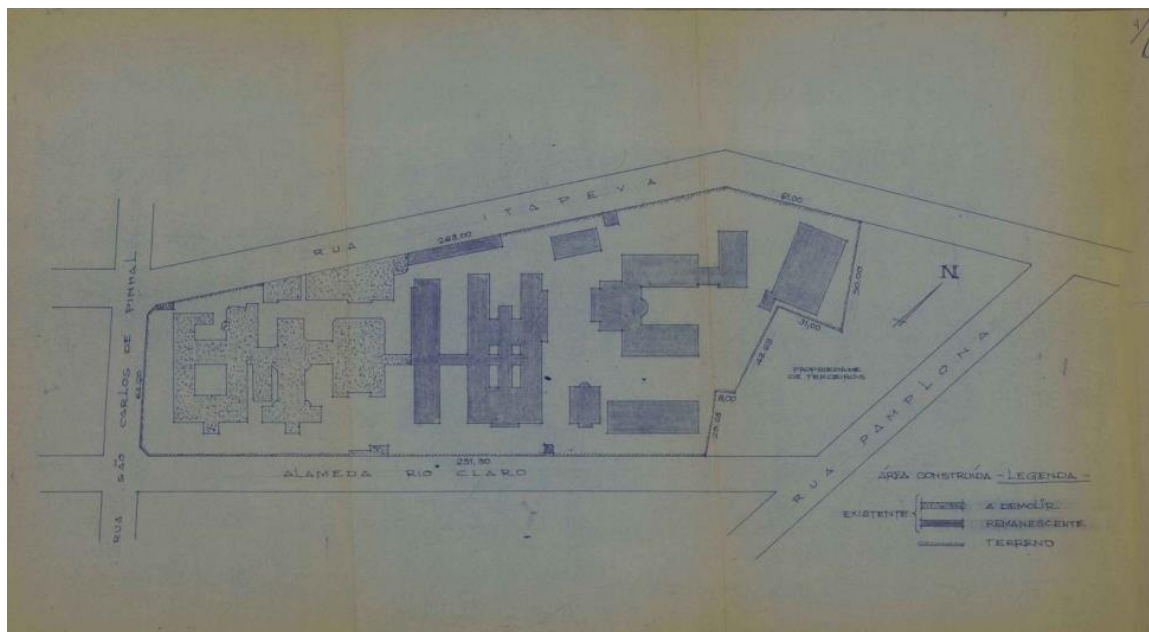


Figura 52 - Planta inserida no pedido de demolição feito ao Condephaat no processo nº 23.107/84.³⁸⁸

Nessa planta, os três primeiros edifícios seriam os demolidos para a construção das torres, o restante dos edifícios seria mantido para o atendimento hospitalar. Excluindo a questão patrimonial, essa poderia ser uma solução para a manutenção do hospital, que manteria a maioria dos prédios. A sociedade mantenedora do hospital alegava que não haveria prejuízo com relação ao número de leitos do hospital, o lado oposto do terreno possuía construções inacabadas para a expansão da instituição, que seriam terminadas com o valor adquirido na venda.

Em abril de 1985, foi apresentado o parecer a respeito da demolição, realizado pelo arquiteto Paulo Bastos. O relatório foi dividido em oito pontos. Os três primeiros resumem os motivos do processo, a demolição e os fatores de proteção (área envoltória do MASP e a proteção existente pela lei de zoneamento). O quarto ponto descarta a interferência com relação à área do MASP. Nos itens 5, 6 e 7, o tema era o motivo e as formas de preservação que poderiam ser adotadas. E, por último, pedia a abertura do estudo de tombamento para o Hospital Matarazzo.

O parecer foi aprovado e deu início ao processo nº 23.374/85, para estudo de tombamento do hospital. Em seguida, a Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo e outros órgãos competentes foram notificados do início do processo, e foi

³⁸⁸ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.107/84. São Paulo, 1984.

proibida qualquer alteração nos edifícios até o encerramento dos trâmites. A política de tombamento segue diretrizes internacionais, o patrimônio na sociedade moderna tornou-se uma responsabilidade social. Por isso, houve um esforço internacional para a criação de práticas comuns para preservar o patrimônio tanto material como imaterial.³⁸⁹

A década de 1980, quando o processo de tombamento foi realizado, foi um momento de reestruturação da política de preservação relacionada ao processo de abertura política.³⁹⁰ As novas práticas buscaram o aumento da participação popular e a criação de uma identidade nacional coletiva.³⁹¹ No caso do Hospital Matarazzo, a razão foi a identificação enquanto patrimônio de memória da imigração italiana para São Paulo.

Outra discussão presente nesse período estava relacionada ao uso adequado dos bens culturais, iniciada a partir das experiências do SESC Pompeia e da Vila Itororó.

Não era possível admitir-se o estabelecimento de usos voltados ao consumo das camadas médias urbanas sempre dispostas à fruição do “típico” produzido, com altos custos sociais, em função de um mercado consumidor; também já não se aceitava sem críticas a destinação dos bens tombados estabelecida pela ortodoxia preservacionista, quase sempre voltada a ressaltar suas características excepcionais, através de usos culturais destacados e valorizados do ponto de vista da cultura das elites.³⁹²

Nesse mesmo período, outra problemática foi a questão ambiental, incluindo a preservação de áreas verdes e não verticalizadas para manutenção da qualidade de vida em áreas urbanas. Foi nesse período que se iniciou o tombamento de bens naturais, parques e áreas da cidade que não deveriam ser verticalizadas. Esses dois

³⁸⁹ REAP, James K. Conservação do patrimônio cultural: Um panorama internacional. In: DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

³⁹⁰ Durante o período de tombamento realizado pelo CONDEPHAAT o governador do Estado era Franco Montoro (1983/1987) e o prefeito da capital paulista era Jânio Quadros (1986-1989).

³⁹¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

³⁹² RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994.

aspectos fundamentaram a política de tombamento da década de 1980 e aparecem durante o processo do Hospital Matarazzo.³⁹³

O estudo de tombamento realizado pode ser dividido em duas partes: uma histórica, que aborda temas como o crescimento da cidade, a chegada de imigrantes, questões sanitárias da cidade, associações beneficentes e a história do hospital; e a segunda parte apresenta mais questões relacionadas à arquitetura dos edifícios que compunham o hospital. Os prédios foram descritos destacando-se características arquitetônicas e seus graus de conservação, seguidos de fotografias de cada edifício.

Em sua conclusão, o estudo afirma que a importância do Hospital Matarazzo se deve aos seguintes fatores:

- É um remanescente altamente representativo das instituições organizadas pela parcela mais significativa dos imigrantes fixados na cidade de São Paulo, os italianos;
- Exerceu papel de destaque no atendimento médico-hospitalar da população trabalhadora da cidade, especialmente no período em que a assistência pública era deficitária;
- Desenvolveu uma qualidade de atendimento que o fez ser também procurado – em especial a maternidade – pela população de médio e alto poder aquisitivo;
- Destacou-se como espaço de formação profissional e de estudo da ciência médica;
- Teve papel pioneiro em algumas atividades hospitalares.³⁹⁴

O estudo também destacou a falta de homogeneidade dos edifícios, que teria como causa as reformas e construções que foram sendo realizadas com o passar dos anos e, por isso, não mantiveram um estilo arquitetônico único. Justamente os edifícios que o projeto de construção de um shopping e um conjunto de escritórios (processo nº 23.107/84) pretendiam demolir não foram descaracterizados por reformas. Eram eles as Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, colocados como exemplos da harmonia do conjunto.

O valor ambiental do conjunto foi outro fator apresentado para justificar sua preservação – seria essa uma das poucas áreas não verticalizadas na região próxima à Av. Paulista. Por isso o estudo inferia que todo o conjunto deveria ser preservado e que novos estudos deveriam ser realizados para determinar os graus de preservação

³⁹³ Idem. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996, p. 195.

³⁹⁴ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

a serem seguidos para cada um dos edifícios. O parecer final destacava que os diferentes graus de preservação eram importantes para a manutenção da função hospitalar e delimitava a área envoltória como o quarteirão em que se encontrava o conjunto.

Possivelmente o tombamento tenha sido pensado também como uma forma de manter a estrutura hospitalar em funcionamento. A região da Av. Paulista tem sido valorizada, e por isso existe uma intensa especulação imobiliária na área. Pouco antes do processo de tombamento do hospital, alguns dos casarões da avenida foram demolidos quando foi veiculada a possibilidade de serem preservados.

Os custos sociais do tombamento são altos e ultrapassam a destruição física dos bens, o que recomenda seu uso criterioso, tendo em conta a melhoria das condições de vida dos usuários do bem. Parte do capital cultural de segmentos sociais, etnias e grupos, os bens que constituem o patrimônio são objeto da apropriação privada segundo regras da acumulação e do lucro. São inúmeros os exemplos, em especial no caso de bairros ou conjuntos urbanos que, valorizados pelo reconhecimento oficial, foram esvaziados de seu significado e dos referenciais de cultura e memória originais [...]³⁹⁵

Sobre os graus de preservação, estavam como grau P1 (preservação integral), que permite pequenas reformas internas, a Capela e a Maternidade. O grau P2 (preservação de fachadas, coberturas e gabaritos, ou seja, as fachadas devem ser preservadas e a altura dos prédios não pode ser alterada) foi aplicado aos edifícios do Pavilhão Administrativo, às Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, à antiga residência das irmãs (pavilhão pediátrico), ao pavilhão Vitorio Emanuele III e aos corredores entre os edifícios. Por último, temos os edifícios classificados com grau de preservação P3 (em que se mantém preservada a volumetria dos edifícios, ou seja, as dimensões não devem ser modificadas), os prédios restantes, cozinha, lavanderia e refeitório, clínica Amélia de Camillis, novo prédio hospitalar, lanchonete e lojas e estacionamento.

³⁹⁵ RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996, p. 195.

Para melhor compreensão, o estudo anexou uma planta do hospital com os graus de preservação:

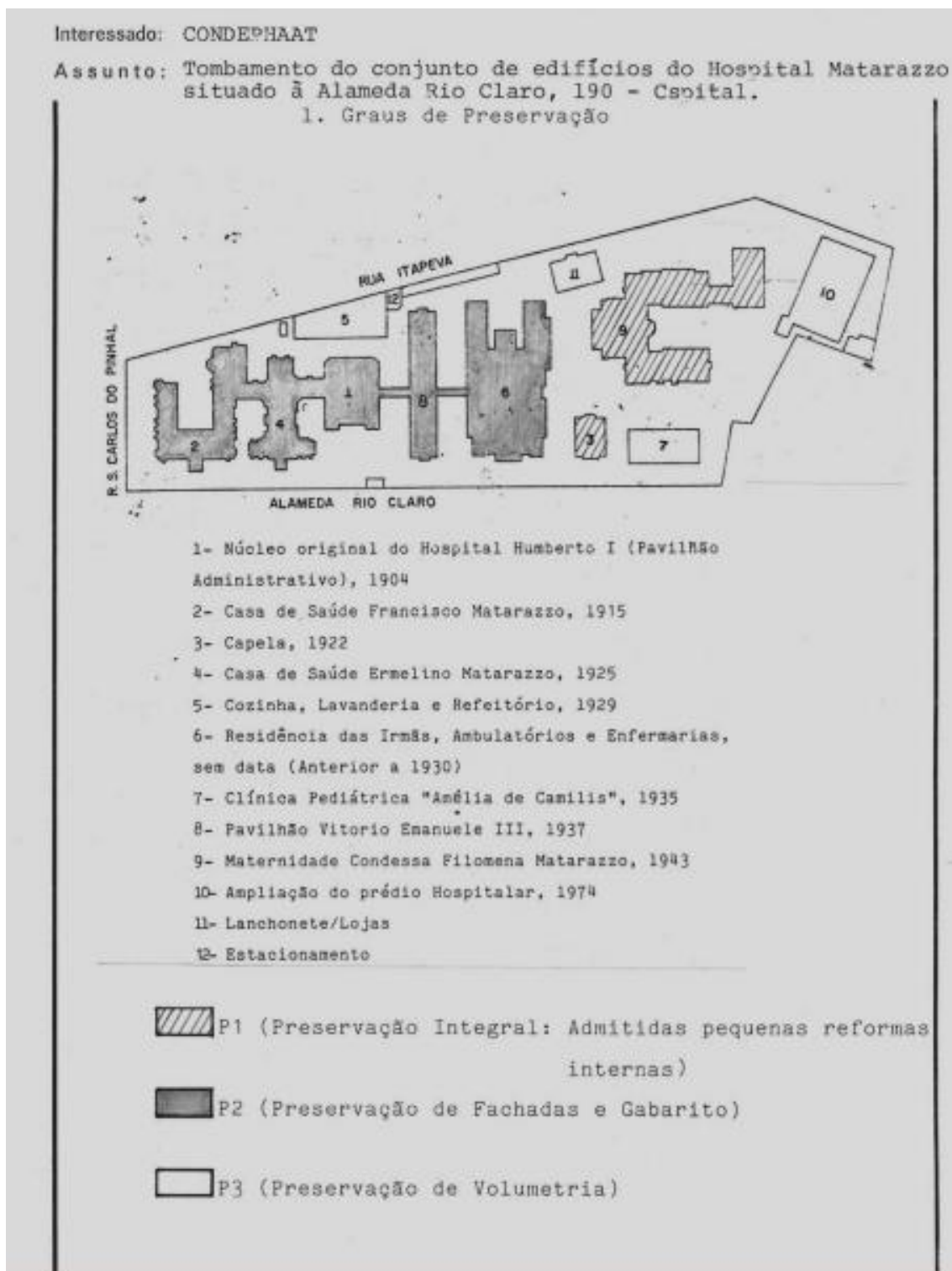


Figura 53 - Planta do hospital que consta no processo de tombamento.³⁹⁶

Além de ilustrar os diferentes graus de preservação, a planta apresenta os anos em que os edifícios foram construídos: o primeiro, em 1904 e o último, em 1974.

³⁹⁶ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

As construções aumentaram ao longo de 70 anos, por isso não seria possível manter harmonia arquitetônica. Ainda assim, cada um dos edifícios representa um período.

Em 19 de maio de 1986, o colegiado do Condephaat aprovou a proposta de tombamento assinada pelo então presidente do órgão, Modesto de Souza Barros Carvalhosa.³⁹⁷ No dia seguinte, foi enviado ao hospital um comunicado a respeito da decisão, destacando que a Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo teria 15 dias para recorrer da decisão.

Anexado ao processo de tombamento encontra-se um documento, nomeado de Protocolo de intenções, em folha oficial do INAMPS, no qual estava um acordo firmado entre o superintendente regional do INAMPS, o Secretário da Saúde do Estado de São Paulo e o diretor da Sociedade Beneficente Hospital Matarazzo. Em resumo, o documento apresentava uma negociação entre os órgãos do governo e o hospital para manter o hospital funcionando, sendo que o governo do Estado e o INAMPS realizariam envio de verbas para cobrir os salários atrasados (os valores somavam 5 milhões e 800 mil cruzados). Previa também que haveria um representante do governo e um do INAMPS na administração do hospital, e juntos eles deveriam criar um plano de restabelecimento e manutenção da instituição, plano esse que passaria pelo aval do Banco do Estado de São Paulo. Em contrapartida, o hospital deveria desistir do Mandado de Segurança que vigorava contra o Secretário da Cultura e o presidente do Condephaat, e pelo prazo de 30 dias não poderia refazer o pedido.

Em seguida, encontra-se o novo estatuto da sociedade, que passou a se chamar “Sociedade de Beneficência Hospital Umberto I”. O documento especificava a nova administração do hospital com a participação do INAMPS e do governo do Estado de São Paulo.

Duas reuniões do Conselho Curador que representava a Fundação Hospital Ítalo Brasileiro Umberto I, ocorridas no mês de abril, também fizeram parte do processo. A primeira, no dia 20, tratou de questões relacionadas aos membros do Conselho e à sua presidência, além disso, buscava soluções para as dificuldades financeiras do hospital. Duas opções foram discutidas: a realização de estudos para

³⁹⁷ Além do CONDEPHAAT o conjunto também foi tombado “ex-offício”, junto com outros bens, pelo CONPRES (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) em 1991 durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993).

negociar o potencial construtivo do local, e sobre a auditoria que a PREVI estava realizando para negociar uma parceria com o hospital.

Em 29 de abril de 1994, houve outra reunião do Conselho, na qual foram apontados os problemas que estavam sendo enfrentados. O primeiro era a falta de pagamento dos funcionários, e em seguida foram levantadas as dívidas que o hospital possuía com o BANESPA e a hipoteca realizada para conseguir empréstimos com a família Matarazzo. A conclusão dos conselheiros foi que deveriam pedir auxílio governamental e manter as negociações das dívidas.

Aparece também entre os anexos um pedido do CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) para que, em caso de revisão do tombamento, o interesse social em torno dos edifícios fosse levado em consideração, sendo o hospital um local de “prestar serviço médico público, gratuito e de boa qualidade”³⁹⁸.

Em dezembro de 1994, o Condephaat realizou uma revisão do tombamento do hospital, com estudos desenvolvidos em conjunto com o STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauro) e técnicos da fundação proprietária dos edifícios, que foi representada pelo escritório Júlio Neves.



Figura 54 - Projeto do escritório Júlio Neves para o hospital.³⁹⁹

³⁹⁸ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985. Anexo, Ofício Condepe n° 255/94.

³⁹⁹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 32.344/92. São Paulo, 1992.

Em 1995 e 1996 apareceram informações sobre os leilões dos edifícios. O anexo seguinte tratava do encaminhamento de uma carta escrita pelo vereador Carlos Neder, em que pedia explicações sobre a situação dos edifícios do hospital, o tombamento, tendo sido vendidos à PREVI em novembro de 1996, e o projeto do arquiteto Júlio Neves, que estava sendo considerado pelo Condephaat na revisão de tombamento. Em resposta ao vereador, a historiadora responsável explica o processo de tombamento desde o início, os valores que levaram ao tombamento do hospital e a crise pela qual passava durante o período em que o processo ocorreu, dívidas, falta de pagamento dos funcionários e o fechamento. Sobre o novo projeto, a carta diz:

O Hospital voltou a funcionar durante um período curto, cuja duração não posso precisar; sua desativação, segundo sugerido por várias pessoas, teria sido causada para tornar disponível aquela área de enorme valor imobiliário, cujo aproveitamento de terreno era reduzido. Retomada a crise, poucas saídas se apresentaram aos funcionários. diante do acúmulo de dívidas e de causas judiciais que, ao que parece, levariam a leilão a propriedade. Os responsáveis pela mantenedora, a Fundação Hospital Italo-Brasileiro Umberto I, buscaram então uma solução de compromisso que envolvia a venda do Hospital para um grande empreendimento imobiliário.⁴⁰⁰

Em seguida, relata a venda dos edifícios para a PREVI, e as novas negociações para rever os graus de preservação dos edifícios para que fosse possível realizar novas construções. Sobre o acordo de modificações no tombamento para as possíveis reformas e construções, foi resolvido, segundo a resposta enviada ao vereador Carlos Neder pelo representante do Condephaat:

- preservação parcial dos pavilhões hospitalares; serão mantidas as características atuais, a partir do centro da galeria que une os edifícios em direção à Alameda Rio Claro; os edifícios serão restaurados pelos investidores.
- demolição da parte posterior dos pavilhões, entre a galeria central e a Rua Itapeva; permissão para construir-se novo edifício no plano horizontal.
- demolição integral do pavilhão correspondente à antiga residência das Irmãs (n.6 na planta anexa; ver adiante Resolução 29), totalmente descaracterizado, e permissão para construir-se um lâmina vertical no espaço antes ocupado pelo pavilhão.

⁴⁰⁰ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

- permissão para construção de um novo edifício destinado ao uso hospitalar, situado atrás do atual edifício da maternidade.
- manutenção do muro, grades e do jardim que dão para a Alameda Rio Claro; deste último também será recuperado o traçado original.

Os edifícios horizontais, antigos e novos, comporão um shopping, de modo a atender a demanda crescente de público naquela área; a lâmina vertical será utilizada parcialmente para consultórios; outra parte servirá para instalação de um hotel. O subsolo será ocupado por garagens.⁴⁰¹

Em seguida, encontrava-se um ofício enviado pelo promotor de justiça do meio ambiente, em novembro de 1998, para questionar a respeito do que chamou de “invasão de Sem-Tetos”. Perguntava, por exemplo, o que o Condephaat faria se perdurasse a invasão, quem eram os responsáveis e se houve descaracterização ou danos. O mesmo texto foi reenviado em dezembro, e obteve resposta em janeiro de 1999. O presidente do Condephaat informou que o bem continuava ocupado por grupos sem-teto que não poderiam ser nomeados, que não houve danos graves nem foi descaracterizado e, por fim, que a proprietária do imóvel era a PREVI.

Por último, os anexos referentes à ação civil pública promovida pela Associação dos Amigos e Moradores em Defesa de Vida da Bela Vista e pelo Comitê “Vem pro Bixiga”, contra a aprovação da revisão do tombamento que permitia a execução do projeto feito pelo escritório de Júlio Neves. A juíza responsável concedeu a liminar para paralisação da demolição e das obras, com multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

A situação do hospital foi decidida em 2004, quando o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública anulou a revisão de tombamento e proibiu quaisquer modificações e construções dentro do conjunto de prédios.⁴⁰²

Devido às dificuldades encontradas para as obras, a PREVI buscou compradores para o conjunto de edifícios, fechando negócio em 2011 com o grupo Allard, que iniciou um novo processo de revisão do tombamento para construir edifícios e restaurar outros.⁴⁰³

⁴⁰¹ Carta escrita pela historiadora Marly Rodrigues em resposta ao pedido do vereador Carlos Neder sobre informações a respeito do processo envolvendo o hospital Matarazzo. Encontra-se junto ao processo nº23.374/85 do CONDEPHAAT. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

⁴⁰² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 125, nº 40.532, 7 out. 2004.

⁴⁰³ WATANABE, Elisabete Mitiko. Condephaat: Revisão do tombamento do Hospital Umberto I. **VIII Seminário Nacional do Centro de Memória**, 2016.

4.2 RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO: REVISÃO DO TOMBAMENTO

Assim que as negociações entre a PREVI e o grupo Allard se encerraram, a imprensa noticiou a compra e o empreendimento pretendido pelos novos donos. As reportagens⁴⁰⁴ destacaram o luxo e deram alguns detalhes do projeto, dando como certa a aprovação pelos órgãos responsáveis (Condephaat e Conpresp). As notícias apresentavam a criação de um hotel de luxo no que havia sido a Maternidade Condessa Filomena Matarazzo, integralmente tombada.

Em agosto de 2013, o grupo chamado “Boulevard Matarazzo emp. e part. spe. Ltda.” teve sua proposta de intervenção negada, e o colegiado do Condephaat deu início ao pedido de revisão do processo de tombamento, aprovado em novembro do mesmo ano. A aprovação ocorreu durante a gestão do governador Geraldo Alckimin (2011-2018) e do prefeito Fernando Haddad (2013-2017), que participou de algumas das festividades da criação do “Cidade Matarazzo”.

O estudo de revisão foi realizado pelo GEI (Grupo de Estudos de Inventário) da UPPH (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico), a revisão foi justificada pelo “histórico de abandono da área e o estado de conservação precário”. Após uma breve introdução, seguiu para uma análise das construções e da arquitetura do conjunto, destacando o esquema de construções paralelas e o estilo arquitetônico florentino dos primeiros pavilhões, e a maternidade em uma renovação do mesmo estilo; em seguida, ressaltou as tentativas de harmonizar a estética das construções com reformas nos pavilhões mais antigos. Apresentou também os anexos, que são chamados de “puxadinhos”, construídos no “fundo” do conjunto para servirem como lavanderia, necrotério, cozinha.

O próximo item abordado foi a preservação do conjunto. Nesse item foi criticada a diferenciação de graus de preservação, que apareceu sendo gerador de confusão, havendo assim divergência nesse quesito entre o novo estudo e o tombamento original.

Proteção integral para a maternidade e capela (GP1), parcial para os pavilhões pioneiros (GP2) e **quase injustificáveis (GP3) que determinaram respeito à volumetria dos puxadinhos e prédios de serviço** e os mais novos do conjunto. O que se pôde reconhecer à época foi, para além de alguns

⁴⁰⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, nº 29.096, 18 fev. 2011. O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, nº 43.016, 27 jul. 2011.

valores estéticos das fachadas, o maior cuidado ornamental na capela e o requinte do material de acabamento do grande saguão da maternidade – **o que gerou a diretriz de proteção integral para esses prédios o que nos parece não deveria estender-se à totalidade da Maternidade.**⁴⁰⁵ (grifo nosso)

Apesar da discordância, a revisão manteve graus diferentes de preservação para os edifícios. Afinal, tratando-se de um complexo que possui onze edifícios, dificilmente todos eles teriam a mesma relevância.

Quando lidamos com conjuntos urbanos históricos, especialmente com aqueles localizados no centro de grandes cidades, precisamos recorrer a diferentes graus de proteção, dependendo do valor de cada edificação ou conjunto de edificações. Nesses casos, especificamente, estratégias complexas são adotadas, envolvendo múltiplas instituições e também os habitantes.⁴⁰⁶

Igualar a preservação poderia inviabilizar o uso, no caso de preservação total para todos os edifícios, ou descaracterizar os edifícios, permitindo menor grau de preservação. Essa diferenciação possibilitaria que a preservação e a utilização ocorressem em consonância.

O trecho apresentado começou a traçar os rumos da revisão, e a resolução de 1986 apareceu como exagerada na preservação, o que diminuiu a importância do conjunto como um todo. A única concordância foi com a preservação integral da capela, que provavelmente seria o edifício mais difícil de rentabilizar.

Uma das seções do estudo recebeu o nome “Relembrando exemplos de convivência entre áreas tombadas e intervenções de grande porte”, na qual apareceram diferentes exemplos, com fotos, de locais onde funcionavam edifícios protegidos e novos – entre os citados estão a Casa das Rosas, os edifícios do campus da USP de Ribeirão Preto, o edifício Mackenzie. Com essa seção, percebe-se que as modificações no tombamento pretendem permitir novas construções no conjunto do antigo hospital.

⁴⁰⁵ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.

⁴⁰⁶ LONDRES, Maria Cecília. Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação). **Caderno de Estudos do PEP**: Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2007 - Vassouras. CPDOC/IPHAN/UNESCO, 2007.

Sobre as modificações de fato a serem feitas, a revisão propunha alterações no Pavilhão Administrativo, nas Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo, no prédio dos ambulatórios e no pavilhão Vitorio Emanuele.

A resolução vigente, por um lado, com um genérico grau de proteção “P2” (preservação de fachadas e gabarito), deixa de valorizar elementos importantes da essência do que caracteriza o bem: a articulação de espaços por um eixo de circulação que interliga vários pavilhões, alternados por espaços vazios; outros elementos de circulação como escadas de fatura bem detalhada e, também, pórticos apostos a fachadas com intenção ao mesmo tempo funcional e plástica... Assim, além de não valorizar algumas características que consideramos essenciais, como as fachadas dos fundos dos pavilhões, a escada interna do Pavilhão Ermelino Matarazzo, a clarabóia que a cobre e o eixo do corredor articulador dos pavilhões [...] a resolução vigente torna imutáveis outros aspectos cuja transformação não trará nenhum prejuízo para a fruição do conjunto.⁴⁰⁷

O último edifício a ser construído, na década de 1970, foi uma ampliação do hospital que nunca foi utilizada e que, assim como os “puxadinhos”, ganhou grau de preservação P3 na resolução de tombamento. Na revisão ele aparece assim descrito:

Sua implantação periférica não possui qualquer função protetiva à qualidade ambiental do conjunto a ser preservado, e sua linguagem arquitetônica destoa do restante das edificações. O edifício inacabado de 1970 - por situação “fiscal” parte do terreno, por situação “legal” parte do tombamento com grau “P3” - em termos cronológicos não pertence ao universo material consolidado nos anos 1940 que se quis preservar desde a origem do tombamento. Em termos arquitetônicos tampouco pertence à esfera de bens valorizados [...]⁴⁰⁸

A resolução final publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em fevereiro de 2014 realizou alterações no tombamento, permitindo assim a construção de novos prédios. Todos os edifícios classificados com grau de preservação P3 no processo de 1986, a partir de 2014, foram “destombados”.

Para os edifícios não listados neste tombamento (Edifício da antiga Clínica Pediátrica Amélia de Camillis, aqueles construídos juntos aos muros da Rua Itapeva, o antigo Necrotério e a ampliação do prédio hospitalar da década de 1970): a)

⁴⁰⁷ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.

⁴⁰⁸ Ibidem.

Demolições serão permitidas no caso de novas intervenções; b) No caso dos edifícios construídos juntos aos muros da Rua Itapeva, deve-se privilegiar o ajardinamento da área; c) No caso específico de nova construção em substituição à antiga Clínica Pediátrica Amélia de Camillis, a altura máxima da nova edificação será 20 metros (6 pavimentos).⁴⁰⁹

As novas construções foram permitidas mesmo dentro da área envoltória de preservação, delimitada no processo de 1986 e mantida pela revisão. Depois da conclusão das obras, a antiga clínica pediátrica, doada pela família de Camillis, tornou-se, no novo projeto, o “Edifício Ayahuasca”. O prédio foi construído para servir como escritórios, descrito como um edifício corporativo. E a edificação construída em 1974, chamada de “ampliação hospitalar”, foi demolida e, em seu lugar, foi construída a “Torre Mata Atlântica”, que junto com a Maternidade Condessa Filomena Matarazzo fazem parte do Hotel Rosewood. Os edifícios restantes foram demolidos e deram lugar a extensas áreas de jardins.

A política de tombamento tem como objetivo a conservação física e não consegue garantir o uso, não funciona como uma política de proteção social. No caso do hospital, o impacto social não refletiu somente sobre os proprietários e os usos econômicos do bem, e sim sobre toda a população que dependia do seu atendimento. Para que a proteção social fosse realizada, o Condephaat teria de adotar uma postura “preservacionista voltada para a memória”, assunto que foi pauta do órgão durante parte da década de 1980.⁴¹⁰

Nos edifícios que possuíam preservação de grau 2 (fachadas e gabaritos) – Edifício Francisco Matarazzo, Antigo Pavilhão Administrativo, Pavilhão Vittorio Emanuele III, Pavilhão de Ambulatórios / Residência das Irmãs –, foram mantidas as fachadas e a volumetria e adicionados itens específicos a serem preservados em dois dos prédios. Defronte ao Edifício Francisco Matarazzo, a Estátua do Conde Matarazzo.

⁴⁰⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, v. 124, n. 37, 22 fev. 2014.

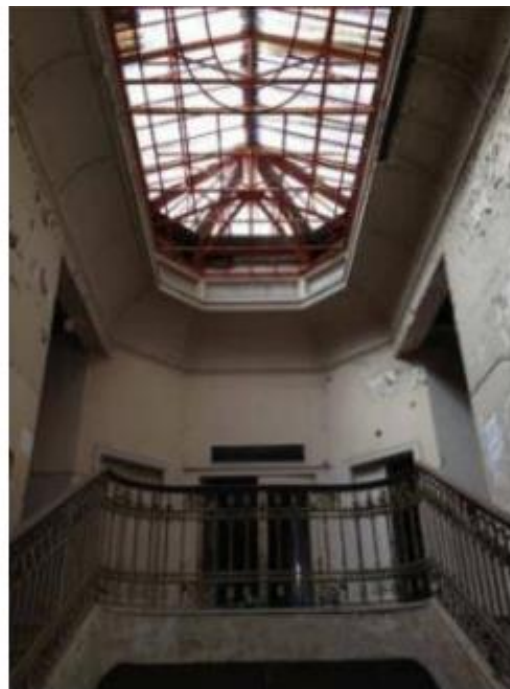
⁴¹⁰ RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994.



Figura 55 - Estátua do Conde Francisco Matarazzo, em frente ao prédio que leva seu nome.⁴¹¹

E no edifício da Casa de Saúde Ermelino Matarazzo, a escada com piso de mármore de Carrara, com guarda-corpos de ferro ornamentados e corrimãos de madeira remanescente da claraboia original, e o busto de Ermelino Matarazzo, com a respectiva placa comemorativa em mármore travertino.

⁴¹¹ MACEDO, Letícia. Prédio do Hospital Matarazzo recebe mostra de arte antes de reforma. **G1**, São Paulo, 2 set. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/09/predio-do-hospital-matarazzo-recebe-mostra-de-arte-antes-de-reforma.html>>.



Figuras 56 e 57 - Escada, claraboia e busto de Ermelino Matarazzo na parte interna da Casa de Saúde construída em sua homenagem.⁴¹²

No projeto “Cidade Matarazzo”, esses edifícios serviram como espaço comercial (Casas de Saúde Francisco e Ermelino Matarazzo e o Pavilhão Administrativo), e os outros dois edifícios, pavilhão Vitorio Emanuele III e o pavilhão dos ambulatórios, formaram a “Casa Bradesco de Criatividade”, um espaço cultural.

A revitalização do conjunto fez parte de um movimento que ocorreu em diferentes cidades e que requalifica o patrimônio sob a óptica capitalista/neoliberal.

O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável dessas estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade, que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. Nessa nova lógica de consumo cultural urbano, as grandes vedetes são tanto os novos equipamentos culturais, as franquias de museus com suas arquiteturas monumentais de “griffe” de arquitetos do “star system” internacional – cada vez mais especulares e visados pela mídia e pela indústria do turismo –, que passam assim a ser âncoras de megaprojetos urbanos inseridos nos novos planos estratégicos... tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagens de marca. A competição entre cidades por turistas ou empreendedores estrangeiros é acirrada e as municipalidades se empenham

⁴¹² SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.

para melhor vender a imagem de marca da sua cidade, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante estrangeiro, através de seu maior chamariz, o espetáculo. O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado.⁴¹³

Para a capela, a resolução de 2014 manteve a preservação de fachadas, volumetria e áreas internas, enquanto na Maternidade Condessa Filomena Matarazzo “a proteção recai sobre fachadas e volumetria do corpo principal simétrico, o espaço do saguão do térreo, o esquema de circulação em ‘U’ de ambos os pavimentos e o busto de mármore de D. Filomena Matarazzo”⁴¹⁴.

O busto foi esculpido como forma de homenagear a doadora do prédio da maternidade e, depois da criação do Cidade Matarazzo e da restauração, passou a integrar a decoração do restaurante Taraz, localizado no andar térreo do hotel, onde anteriormente era o hall da maternidade.

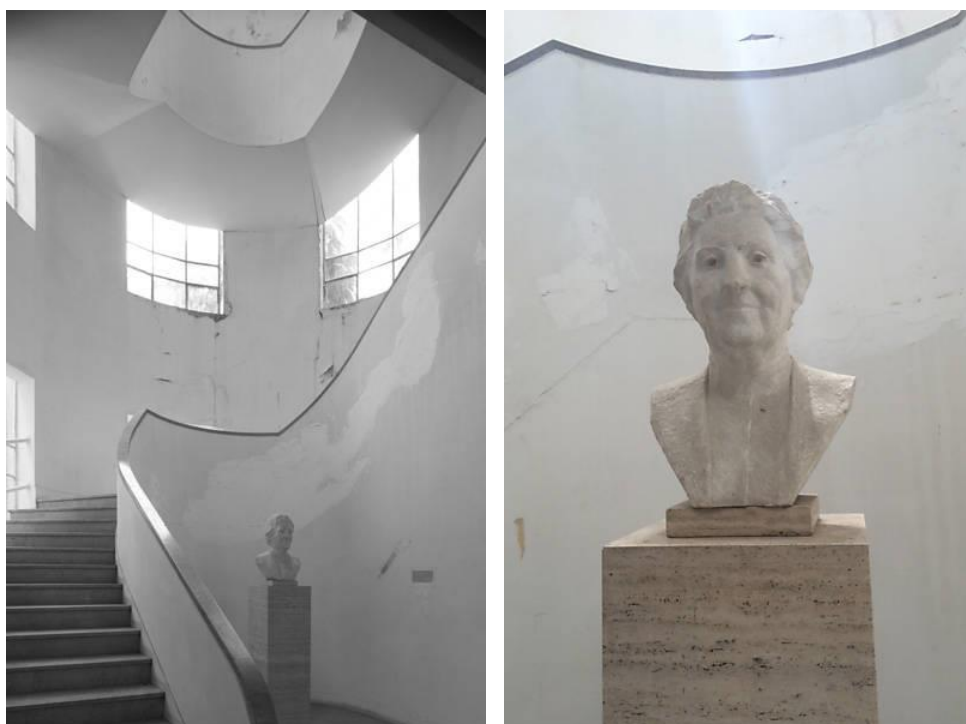


Figura 58 - Busto da Condessa Filomena Matarazzo antes da restauração do edifício da maternidade.⁴¹⁵

⁴¹³ JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **RUA: Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 6, n. 1, 2003.

⁴¹⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, v. 124, n. 37, 22 fev. 2014.

⁴¹⁵ TEIXEIRA, Regiane. Hospital Matarazzo reabre depois de 20 anos com exposição. **Revista São Paulo**, Folha de S. Paulo, 24 ago. 2014. Disponível em:

Em 2018 circularam nos jornais diversas matérias a respeito da obra realizada na Capela do antigo hospital. Para possibilitar a construção de andares no subsolo, foi criada uma estrutura de concreto de aproximadamente 30 metros de altura que mantinha a Capela no nível da rua, enquanto era feita a escavação para criar os andares subterrâneos. As reportagens destacaram a segurança e a preocupação da empresa e dos engenheiros responsáveis em manter a Capela intacta e evitar danos durante o processo.

Para evitar qualquer rachadura, a escavação das colunas não foi feita com bate-estacas, mas sim com uma perfuratriz de baixa percussão, da maneira mais lenta possível [...] Questionado sobre os eventuais prejuízos que a operação causou ao prédio, ele (Maurício Bianchi, engenheiro responsável pela obra) é categórico: “o resultado é impecável. Apesar da estrutura de tijolos antigos, não houve absolutamente nenhum dano.” [...] O altar também seria removido, mas os engenheiros temeram danos ao mármore e preferiram instalar sob ele uma laje adicional de sustentação.⁴¹⁶

A Capela foi a parte do novo complexo mais explorada pela mídia, especialmente pela obra de engenharia que a suspendeu.

<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/08/1504489-hospital-matarazzo-reabre-depois-de-20-anos-com-exposicao.shtml>

⁴¹⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, n. 32.600, 5 jul. 2018.



Figuras 59 e 60 - Capela do complexo “suspensa” para a construção dos subsolos.⁴¹⁷

A Capela também foi o primeiro dos edifícios a ser inaugurado. A notícia veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo quando aconteceu a inauguração enfatizava as descobertas feitas durante o processo de restauro tanto na parte externa como na interna.

Na parte externa, descobriu-se que o revestimento original era de uma argamassa que imitava tijolos intercalados, a técnica comum na Itália há cem anos. Além disso, as paredes internas eram revestidas com a técnica “escaiola”, que dá a aparência de mármore polido. Durante os trabalhos descobriu-se também que originalmente ela teria uma rosácea (espécie de vitral redondo) na fachada, o que foi resgatado com a criação de uma nova rosácea [...] ⁴¹⁸

Essas características podem ser vistas no projeto da Capela de 1921.

⁴¹⁷ Cf.: MAURO, Fillipe. Igreja 'flutua' a 31 m para ser preservada em obra na região da Paulista. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/igreja-flutua-a-31-m-para-ser-preserveda-em-obra-na-regiao-da-paulista.shtml>>.

⁴¹⁸ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 142, n. 46.778, 13 nov. 2021.



Figura 61 - Desenho da fachada da Capela, 1921.⁴¹⁹

O projeto possui sutis riscos para indicar as faixas de tijolos e um grande vitral em formato de flor, que no novo projeto foi substituído por um vitral do artista brasileiro Vik Muniz, inspirado em Santa Luzia, que deu nome à Capela. A inauguração, em novembro de 2021, foi noticiada por diferentes meios de comunicação, e muitas vezes o processo de restauro era destacado.

⁴¹⁹ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.



Figura 62 - Fachada da capela Santa Luzia depois do restauro.⁴²⁰

A revisão do tombamento, em seu art. 4º, inciso XIII, previa um espaço para exposição de documentos a respeito da história do hospital que estivesse em local público:

A fim de preservar o potencial de evocação da memória das atividades desenvolvidas no complexo hospitalar, desde a constituição da associação de ajuda mútua da colônia italiana em sua origem na Rua Major Diogo, até o local de nascimento de gerações de paulistas, a Maternidade, passando pela dinâmica de crescimento e transformação do conjunto, deve-se prever, no interior de um ou mais pavilhões tombados, área(s) com possibilidade de fruição pública para exposição permanente de documentação relativa à sua história.⁴²¹

Em uma primeira versão da revisão, o local para essa exposição permanente foi definido como o antigo Pavilhão Administrativo. A mudança foi feita porque um

⁴²⁰ Foto: Danilo Verpa/Folhapress. Cf.: ESTADÃO CONTEÚDO. Capela que 'flutuava' do complexo Matarazzo reabre em São Paulo. **Nossa UOL**, 16 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/agencia-estado/2021/11/16/capela-que-flutuava-reabre-em-sao-paulo.htm>>.

⁴²¹ Cf.: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.

projeto ainda não havia sido enviado, então, para manter o memorial, foi permitida a sua instalação em qualquer prédio do complexo. A intenção do artigo era:

[...] garantir que a **memória da função hospitalar e de maternidade, importante item que justificou o tombamento desde 1986**, seja explicitada e garantida. O pavilhão central pareceu-nos e ainda parece local interessante para que isso se materialize, já que é a mais antiga edificação do conjunto.⁴²² (grifo nosso)

A função hospitalar aparece como a justificativa para o tombamento do conjunto, porém todas as alternativas apresentadas ao Condephaat que buscaram manter o funcionamento do hospital, mesmo que parcialmente, foram negadas. O único projeto a que foi dado andamento excluiu essa possibilidade. Ou seja, apesar de ter sido um fator fundamental em 1986, com o tempo deixou de ser relevante.

A beleza arquitetônica do hospital existe, mas não se pode questionar que a sua importância reside no atendimento aos doentes por quase 90 anos. Seu valor foi material e imaterial, “todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor”⁴²³. Essas dimensões unidas transformam um edifício em um local que deve ser preservado, em especial no caso de hospitais.

O cotidiano e as vivências atribuídas à materialidade de uma organização hospitalar criaram uma rede de significados que fazem com que a dinâmica exercida em suas dependências extrapole seus limites arquitetônicos e a coloque no campo histórico, social e cultural, repleto de aspectos materiais e imateriais, tornando-a remanescente do passado em cujo valores se alicerça sua preservação.⁴²⁴

Outra questão apresentada pelo processo de tombamento e pela revisão está relacionada à harmonia dos edifícios que compunham o conjunto. Em diferentes momentos do processo de 1986, pode-se observar uma preocupação com a estética conexa entre os edifícios.

⁴²² Cf.: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.

⁴²³ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**, Ouro Preto, v. 1, 2009, p. 25-39.

⁴²⁴ FIGUEIREDO, Cybelle Alessandra Rodrigues. Arquitetura da Saúde como patrimônio: Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará. In: FIGUEIREDO, Aldrin; MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa (org.). **Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

Essa reforma [realizada em 1943 no Pavilhão Administrativo] veio agravar a questão da unidade arquitetônica do conjunto, já bastante comprometida pelas intervenções pontuais verificadas no hospital. Até então o pavilhão administrativo harmonizava-se bastante bem com as casas de saúde Francisco e Ermelino Matarazzo – harmonia que foi destruída com a reforma do edifício.⁴²⁵

A resolução final identifica os pontos principais para o tombamento, e um deles diz respeito a esse tema:

Considerando que forma um conjunto arquitetonicamente harmonioso e agradável, que denota as origens italianas do hospital e apresenta soluções espaciais de boa qualidade, principalmente em seus edifícios mais antigos.⁴²⁶

O texto da revisão do tombamento também destaca essa mesma questão, em dois incisos diferentes do art. 4º, inciso IV e inciso IX- B e C:

As novas intervenções deverão buscar conciliar-se e não apagar totalmente as marcas de intervenções pretéritas que buscaram linguagens que unificassem o conjunto, especialmente quando da construção da maternidade nos anos 1940 [...] **Demolições de elementos não listados, construções de novos edifícios dentro do perímetro de proteção e intervenções paisagísticas, cujas relações resultantes deverão ser valorizadoras dos elementos listados** e da qualidade ambiental do sítio; c) Os projetos para os espaços não edificados do conjunto deverão pautar-se pela percepção das relações visuais, funcionais e perceptivas estabelecidas entres os elementos listados.⁴²⁷

Ainda que essa tenha sido uma discussão presente no processo de tombamento e na revisão, as duas novas construções, uma no local da antiga Clínica Pediátrica Amelia de Camillis e outra onde foi construído um prédio na década de 1970, utilizaram estilos arquitetônicos modernos e inovadores.

A Torre Mata Atlântica está localizada atrás do prédio da antiga maternidade. Por possuir 25 andares, ultrapassa a altura da maternidade e se sobrepõe ao antigo edifício.

⁴²⁵ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Idem. Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013.



Edifício A – “Torre Mata Atlântica” (nova construção) / Edifício B – Edifício Ayahuasca ou Rio Claro (nova construção) / Edifício C – Maternidade Condessa Filomena Matarazzo ou Hotel Rosewood (restauro) / Edifício D – Capela Santa Luzia (restauro)

Figura 63 - Vista de parte do novo complexo, contemplando antigos e novos edifícios.⁴²⁸

A imagem mostra a antiga maternidade e a Capela, dois edifícios originais do conjunto, e os dois edifícios novos que foram construídos: ao fundo, a Torre Mata Atlântica e, do lado direito da maternidade, o edifício Ayahuasca – edifícios altos, com muitos vidros, arquitetura moderna e cores escuras, muito diferentes dos prédios restaurados.

A reforma realizada na Casa das Rosas provavelmente foi um dos casos com maiores similaridades em relação ao trabalho feito no Hospital Matarazzo. A principal diferença foi que o interior da Casa das Rosas foi mantido como era anteriormente, enquanto no Hospital Matarazzo houve muitas modificações internas, buscando atender às demandas do novo projeto. A Casa das Rosas foi um dos casarões da Av.

⁴²⁸ Foto: Andre Klotz para o site Casa Vogue. Cf.: D'AMARO, Vanessa. Jean Nouvel assina torre Mata Atlântica para Rosewood São Paulo, na Cidade Matarazzo. **Casa Vogue**, Arquitetura, 2 mai. 2022. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2022/05/jean-nouvel-assina-torre-mata-atlantica-para-rosewood-sao-paulo-na-cidade-matarazzo.html>.

Paulista tombados na década de 1980 que escaparam da demolição. Para viabilizar a manutenção, foi enviado ao Condephaat um projeto para construção de um edifício na parte do terreno nos fundos da casa. Em meio a discussões, o projeto foi aceito.

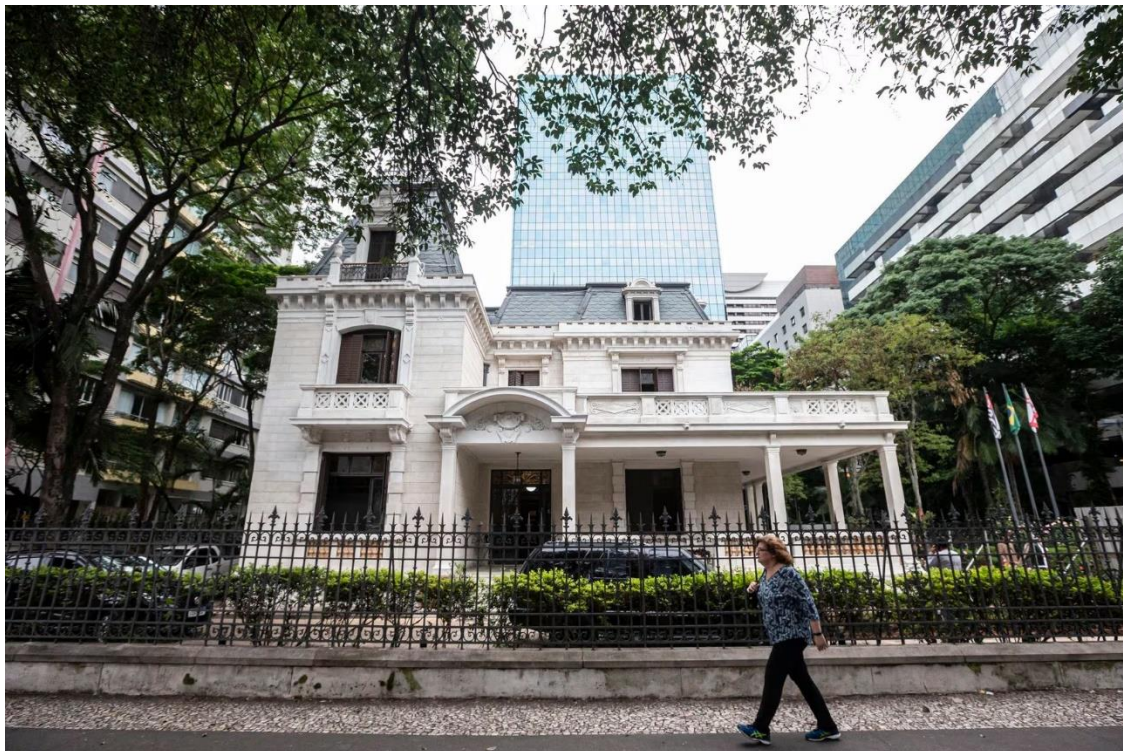


Figura 64 - Casa das Rosas e, atrás, o edifício construído dentro do terreno.⁴²⁹

A solução foi alvo de opiniões divergentes no interior do CONDEPHAAT. A técnica que examinou a proposta apresentou argumentos contrários à construção por considerar que esta comprometia uma das justificativas do tombamento, as relações do edifício com o lote, sendo recomendável, por isso, a busca de outra decisão técnica. O conselheiro relator, por sua vez, proporia os critérios para a implantação do novo edifício, pois considerava que era tempo do órgão enfrentar uma questão polêmica e, a seu ver, cada vez mais frequente, diante da “notória indigência de recursos capazes de garantir a preservação efetiva”: “em que medida deve-se abrir mão da pretendida preservação de parte de um bem tombado em nome da restauração e preservação reais e efetivas do restante do bem”.⁴³⁰

⁴²⁹ Foto: Taba Benedicto/Estadão. Cf.: RODRIGUES, Maria Fernanda. Casa das Rosas reabre restaurada e revela detalhes da riqueza da elite paulista. **Estadão**, 21 out. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/casa-das-rosas-reabre-restaurada-e-revela-detalhes-da-riqueza-da-elite-paulista-veja-fotos-e-video/?current=1>>.

⁴³⁰ RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996, p. 195.

Esse projeto envolvendo a Casa das Rosas e a nova edificação foi um dos exemplos utilizados para permitir a intervenção no antigo hospital. As negociações para a construção previam o restauro e a manutenção do bem, que foi utilizado como um espaço cultural. O que ocorreu no hospital foi parecido, sendo a preservação de parte dos prédios um dos fatores decisivos para negociação, que também permitiu mudanças relevantes na estrutura física, mas principalmente mudou o uso e os usuários do local.

É verdade que existem edifícios que, valendo-se do sublime, se impõem de forma imediata. Mas essa situação é rara. A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica, mais difícil de apreender no caso dos edifícios históricos que se tornam órfãos da destinação prática que lhes deu origem.⁴³¹

Enquanto patrimônio, a arquitetura possui uma intensa relação com seu uso, todos os projetos arquitetônicos são planejados e executados para atender a um objetivo específico, seja uma residência, um museu ou mesmo um hospital. Cada espaço se conecta à sua finalidade, apesar de não excluir a possibilidade de requalificações, como no caso da Casa das Rosas e do Hospital Matarazzo.

4.3 GENTRIFICAÇÃO E ELITIZAÇÃO ESPACIAL: DE HOSPITAL A HOTEL

As modificações feitas em um bem tombado podem ocorrer para restaurar, mas em muitos casos elas vêm acompanhadas de maiores modificações atreladas ao uso daquele determinado espaço. Nesse sentido, “mais que testemunha do passado, o patrimônio é um retrato do presente”⁴³². A requalificação dos bens expressa as preocupações da sociedade naquele determinado momento histórico. As diferentes visões a respeito do patrimônio no decorrer dos anos também influenciam essas requalificações.

O caso do Hospital Matarazzo pode ser considerado dentro dessa perspectiva, refletindo as mudanças de interesse, as mudanças sociais. Do período de sua inauguração, em 1904, até o momento do restauro e das reformas, iniciado em

⁴³¹ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 230.

⁴³² RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, 1996. p. 195.

2015, passaram-se 111 anos. As mudanças sociais e físicas da cidade e do entorno dos edifícios permitiram pensar um novo aproveitamento para esse espaço.

Apesar da diferença física já descrita, as principais mudanças estão relacionadas ao uso e aos usuários desse bem. Elas podem ser pensadas a partir da noção de gentrificação, uma categoria polissêmica considerada por alguns autores como “caótica”⁴³³, sendo um processo que pode ocorrer de diferentes formas e por diferentes motivos, constituído de melhorias físicas e mudanças sociais, econômicas e culturais.⁴³⁴

A utilização da categoria de gentrificação se baseia em três dimensões: “a produção do espaço gentrificável”, em que os novos usos geram a valorização do espaço; a “elitização social com expulsão de grupos vulneráveis”, que modifica a utilização por outra mais valorizada (economicamente); e, por último, a “transformação na paisagem constituída”, ligada a renovações, transformações, novas construções e usos.⁴³⁵

O conjunto do hospital, que serviu a população durante décadas com atendimento hospitalar beneficente – principalmente nas últimas décadas de funcionamento, quando atendia a maior parte dos pacientes através do convênio com o INAMPS, ou seja, servindo quase como um hospital público –, passou por um longo período abandonado e foi requalificado, tornando-se um novo complexo. O novo objetivo dos edifícios passou a ser atender como hotel de luxo, centro de compras, centro cultural e conjuntos de escritórios.

Enquanto hospital, a população que se utilizava daquele bem era majoritariamente carente e de classes populares, pessoas com problemas de saúde e acidentados. O novo complexo modificou o perfil dos usuários, que passaram a ser turistas ou moradores da cidade, das elites. O Hotel Rosewood, que faz parte do complexo, e encontra-se dividido entre antiga Maternidade Condessa Filomena Matarazzo e a Torre Mata Atlântica, pode ter um quarto alugado com diárias que

⁴³³ BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, n. 1, p. 9-37, 2012. SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, v. 16, p. 391-416, 2014.

⁴³⁴ BATALLER, op. cit., 2012.

⁴³⁵ SIQUEIRA, op. cit., 2014.

variam aproximadamente entre R\$ 3.700,00 e R\$ 17.000,00⁴³⁶. A título de comparação, o salário-mínimo do Brasil no mesmo período era de R\$ 1.320,00⁴³⁷.

A empresa responsável pelo empreendimento colocou à venda para investidores 71 unidades do hotel, o valor de compra era de R\$ 39.000,00 o metro quadrado (m²), que deveria ser acrescido de R\$ 9.000,00 por m² para a decoração do ambiente. O valor total das unidades podia variar entre R\$ 2.600.000,00 e R\$ 7.760.000,00, dependendo do tamanho.⁴³⁸ A compra do conjunto foi realizada, segundo os jornais, pelo valor de R\$ 117 milhões⁴³⁹. E, segundo Alexandre Allard, empresário que idealizou o projeto, o investimento total até 2020 havia sido em torno de R\$ 4 bilhões⁴⁴⁰.

Uma nova “gentrificação complexa” e institucional inaugura agora uma renovação urbana de dimensão classicista. Essa gentrificação classicista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais asseguradas pelo mercado do que por sua própria regulamentação; a lógica do mercado, e não mais os financiamentos dos serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas. Os projetos imobiliários se tornaram peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais (Vine, 2000), além dos enormes conjuntos multisetoriais e templos do consumo nos novos centros urbanos.⁴⁴¹

⁴³⁶ Valores retirados do site do hotel Rosewood em dezembro de 2023. Cf.: ROSEWOOD SÃO PAULO. Accommodation. c.2023. Disponível em: <<https://www.rosewoodhotels.com/en/sao-paulo/accommodation?group=suites>>

⁴³⁷ STEIL, Juliana. Salário-mínimo 2024: Saiba qual é o valor previsto pelo governo. **Valor Econômico**, 10 nov. 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/10/salario-minimo-2024-valor-previsoes.ghtml>>.

⁴³⁸ BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE S.A.; ISM GERENCIADORA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Prospecto resumido referente à oferta pública de distribuição de contratos de investimento coletivo em suítes do empreendimento imobiliário denominado “Cidade Matarazzo” (“Prospecto”). São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://info.cidadematarazzo.com.br/>>.

⁴³⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 133, n. 43.457, 10 out. 2012. FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 92, n. 30.505, 9 out. 2012.

⁴⁴⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 141, n. 46.139, 13 fev. 2020.

⁴⁴¹ SMITH, Nell. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (et al.). **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007.

Os edifícios foram comprados pela PREVI em 1996, o valor pago foi de R\$ 42 milhões⁴⁴², ou seja, depois de 16 anos, os edifícios foram vendidos gerando para a PREVI um lucro de R\$ 75 milhões.

Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que são o reflexo do que acontece no resto do país, monumentos antigos sofreram degradações tanto ideológicas quanto físicas, para dar lugar a novas construções. O ideal de modernidade está presente no desejo de governantes e dos habitantes de determinadas regiões.⁴⁴³

Mesmo o imóvel sendo abandonado e tendo se degradado por esse período, o seu extenso terreno e sua localização privilegiada permitiram que fosse utilizado para especulação imobiliária. Os interesses econômicos prevaleceram sobre os preservacionistas.

A ação privada em relação ao patrimônio está regida, assim como em outros âmbitos, pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho. Frequentemente, esta tendência leva à exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, à expansão voraz da especulação imobiliária e do transporte privado, em detrimento dos bens históricos e do interesse das maiorias.⁴⁴⁴

A prática do tombamento não exclui o caráter mercadológico do bem. A musealização também não pode ser colocada como uma solução para os problemas do patrimônio. “O patrimônio é vivo”⁴⁴⁵, por isso as transformações e ressignificações tornaram-se possíveis. Se essa ressignificação reflete o presente, as preocupações sociais passariam a ter menor importância que o turismo e o mercado de luxo.

Uma das disputas no campo do patrimônio está relacionada à questão da conservação e da modernização.⁴⁴⁶ Se por um lado o projeto do Cidade Matarazzo trouxe benefícios para os edifícios, gerou também discussões, uma delas acerca da divulgação do patrimônio histórico.

⁴⁴² Cf.: O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.642, 9 nov. 1996.

⁴⁴³ LOPIS, Erivanira Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017.

⁴⁴⁴ CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 94-115, 1994.

⁴⁴⁵ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do documento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

⁴⁴⁶ BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

Com frequência, se engendram esforços para que esse patrimônio cultural seja aberto a algum tipo de divulgação maior. Buscam-se modos de aproveitar esse acervo de maneiras mais abrangentes, que atinjam um maior número de pessoas; formas de tornar acessível a um público comum, não acadêmico, um tipo de patrimônio e de informação que, de início, seria uma espécie de propriedade intelectual dos especialistas – como encarregados de identificar o patrimônio histórico e recomendar os melhores modos de sua preservação. Em vez disso, pretende-se ampliar o acesso a estas informações, ou a uma parte delas, a um público que, de outro modo, seria privado desses bens culturais.⁴⁴⁷

Essa busca da história pública⁴⁴⁸ por divulgar o patrimônio deve ser pensada relacionando-se as questões acerca da utilização do espaço. O caso do novo empreendimento no edifício do antigo hospital permitiu uma ampla divulgação do local na imprensa, mas ainda assim o espaço excluiu parcelas da população.

O hospital esteve abandonado durante décadas, encontrando-se em situação precária, conforme descrito no jornal O Estado de S. Paulo:

É uma das joias arquitetônicas de São Paulo, tombado tanto pelo conselho de patrimônio público municipal quanto pelo órgão estadual. Mas isso não impediu a degradação – há pedaços inteiros de forro no chão, além de um sem-número de goteiras em quase todos os cômodos. Equipamentos hospitalares se amontoam em alguns cantos, juntando pó e servindo de abrigo para ratazanas. Parte do teto está ruindo. E qualquer vislumbre da imponência de outrora está sendo destruído a olhos vistos por infiltrações e rachaduras.⁴⁴⁹

A criação do Cidade Matarazzo permitiu a revitalização do espaço, trouxe investimentos e pessoas, restaurou, reformou, tornou o local útil. A problemática encontra-se em: útil para quem?

Os setores sociais que utilizavam o bem como hospital eram as classes populares, que necessitavam de assistência médica gratuita. Após a requalificação, esse grupo passou a ser excluído desse ambiente, onde apenas as elites da sociedade circulam.

⁴⁴⁷ ALBIERE, Sara. História pública e consciência histórica. In: DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁴⁴⁸ As discussões sobre história pública no Brasil são recentes e aparecem em diferentes temas, mesmo que não nomeada enquanto história pública. Aparecem principalmente em estudos que utilizam a história oral, o patrimônio histórico e a mídia como objetos.

⁴⁴⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 130, n. 42.127, 18 fev. 2009.

[...] gentrificação é um processo de redesenvolvimento urbano que leva à elitização social e expulsão de grupos vulneráveis. Por um lado, ela é baseada no processo de criação destrutiva do espaço urbano para a promoção de um novo arranjo socioespacial que privilegia usos e usuários ligados à economia neoliberal. Por outro, processos de gentrificação estão baseados no consumo de estilos de vida, desenhos urbanos e projetos arquitetônicos apoiados em um novo padrão sociocultural pós-moderno. Entretanto, o processo leva à expulsão de usos e usuários que não interessam a esse novo arranjo de atividades de produção, consumo e reprodução social.⁴⁵⁰

O Cidade Matarazzo tem funcionado como um espaço público, qualquer pessoa poderia entrar, andar por alguns ambientes, frequentar os cafés, bares e restaurantes que fazem parte do complexo. Porém, em um dos bares do hotel, uma garrafa de água mineral custa entre R\$ 15,00 e R\$ 22,00⁴⁵¹.

Anteriormente outras duas propostas de intervenção na área foram enviadas, uma delas foi a que originou o processo de tombamento, e tinha como objetivo a demolição de parte dos edifícios para a construção de um conjunto de escritórios e shopping, mas o restante dos edifícios seguiria funcionando como hospital.

Depois de dez anos, com o hospital sem funcionar, três projetos foram enviados ao Condephaat, e um deles foi aceito. No projeto um novo edifício seria construído para funcionar como escritórios e shopping, e o restante voltaria a funcionar como hospital. A revisão do tombamento foi realizada para permitir as modificações necessárias para a viabilidade do projeto. Em 1998, uma ação civil pública da associação de moradores impediu a continuação do projeto. Em 2004, a revisão do tombamento foi anulada.

Somente em 2012 um novo projeto foi enviado para aprovação, o Condephaat negou o projeto e iniciou a revisão do tombamento de 2014, que acabou aprovando o Cidade Matarazzo, único dos projetos de intervenção que não pretendia manter o hospital. Após a compra do conjunto pelo grupo Allard, o jornal O Estado de S. Paulo publicou uma reportagem a respeito da permissão para a construção:

⁴⁵⁰ SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 16, p. 391-416, 2014.

⁴⁵¹ Cf.: ZOPPEI, Marjorie. Conheça o Rabo di Galo, bar de luxo de SP onde o bolovo custa R\$ 135 e as filas duram horas. **Guia Folha**, São Paulo, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://guia.folha.uol.com.br/bares-e-noite/2022/02/conheca-o-rabo-di-galo-bar-de-luxo-em-sp-onde-o-bolovo-custa-r-135-e-as-filas-duram-horas.shtml>>.

Tombado desde 1986 pelo órgão estadual de proteção do patrimônio (Condephaat), o imóvel construído em 1904 era alvo de disputas entre empresários que vislumbravam o potencial comercial do prédio e do terreno e duas associações de moradores do bairro que lutavam pela preservação de seus edifícios históricos. O fim do conflito veio do Ministério Público, por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O documento extingue a ação civil pública que impedia novas construções e autoriza o grupo francês Allard, dono do imóvel desde 2011, a fazer intervenções no local, respeitando as normas de tombamento.⁴⁵²

O novo empreendimento tende a promover uma valorização da região, atrairia novos investidores, o que elevaria os valores imobiliários daquela área. A retirada de um hospital com atendimento gratuito de uma das regiões consideradas nobres da cidade pode ser pensada através de um processo de gentrificação planejado pelos agentes do mercado imobiliário, que causaria a expulsão das classes populares que circulavam pela região.

A inscrição e o tombamento afetam o valor dos bens patrimoniais. O valor do tombamento corresponde ao diferencial do preço de locação ou venda do imóvel tombado e do imóvel não tombado [...] Os imóveis próximos dos que foram tombados se beneficiaram da revitalização do bairro e da redução dos riscos dada a estabilização da vizinhança.⁴⁵³

Esse benefício à vizinhança está mais relacionado ao processo de revitalização do que ao de tombamento. Em especial no caso do Hospital Matarazzo, que ocupa 27 mil m² e estava abandonando, a valorização do entorno passa a ser ainda maior. Os projetos imobiliários como o Cidade Matarazzo passam a ser centrais na economia, e justificaram essa ressignificação do bem sob o pretexto de criação de empregos, geração de impostos, atração de turistas e promoção de atrações culturais.⁴⁵⁴

Dentro da antiga Casa de Saúde Francisco Matarazzo, havia uma estrutura de granito com uma escultura do busto do Conde Matarazzo e uma placa de metal em que se lia: “O conde Francisco Matarazzo esta suntuosa casa doou ao hospital para que o preço da saúde dos ricos reverta em benefício da saúde dos pobres”. A saúde e as classes populares deixaram de ser uma preocupação presente naquele local,

⁴⁵² O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 133, n. 43.457, 10 out. 2012.

⁴⁵³ BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

⁴⁵⁴ Ibidem.

caberia melhor ao Cidade Matarazzo o inverso, “que a saúde dos pobres se converta em luxo aos ricos”.

As discussões acerca do patrimônio histórico podem seguir por diferentes caminhos. No caso do antigo Hospital Matarazzo e do novo projeto Cidade Matarazzo, deve-se levar em conta o crescimento da cidade de São Paulo e as disputas em torno da preservação *versus* resignificação. Nesse caso, acima do patrimônio cultural, esteve a questão social relacionada aos novos usos empregados aos edifícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou contar parte da história do antigo Hospital Matarazzo. Contar toda essa história seria uma tarefa quase impossível, já que desde a criação da *Società Italiana di Beneficenza in San Paolo* até o fim do atendimento passaram-se 115 anos, isso sem contar os 22 anos que transcorreram até o início das reformas do “Cidade Matarazzo”. Falar desse local é também falar da cidade. O que acontece no hospital pode ser visto como um reflexo do que acontece em São Paulo.

Sendo assim, alguns objetos de estudo foram eleitos entre tantos para compor este trabalho. Abordar a imigração italiana para São Paulo, apesar de ser um tema amplamente estudado, torna-se necessário para se compreender a formação do hospital. A construção e a organização tiveram participação dos empresários italianos enriquecidos, os médicos que atendiam eram italianos, os pacientes poderiam ser de qualquer nacionalidade, mas muitos deles eram italianos, mesmo porque uma parte significativa da população que vivia na cidade era italiana. Entre as associações italianas, a que fundou o hospital foi uma das mais bem sucedidas, sendo o regionalismo o maior problema enfrentado.

A *Italiana di Beneficenza in San Paolo* pode não ter sofrido com o regionalismo, mas passou por muitas dificuldades até a construção do hospital. Depois de ocupar um prédio no bairro do Bixiga, a construção do hospital na região da Av. Paulista iniciou com um único pavilhão e um projeto que nunca saiu do papel. Os edifícios foram sendo construídos lentamente, conforme empresários faziam doações. Entre eles destacam-se membros da família Matarazzo. Com o passar dos anos, a ligação entre filhos e netos de italianos e o hospital foi se desfazendo, as dificuldades da IRFM também podem ser relacionadas aos problemas do hospital.

O auge da crise foi a fraude de guias médicas do INAMPS. Intensamente explorado pelos jornais, o assunto prejudicou a imagem e os cofres do hospital, que nunca se recuperou completamente. Através da história da sociedade beneficente e do próprio hospital compreendem-se melhor as diferentes crises econômicas e o encerramento das atividades.

O hospital foi considerado patrimônio histórico pelo Condephaat em 1986. Os motivos principais seriam sua ligação com a comunidade italiana, os serviços prestados à população e suas características arquitetônicas. A política de tombamento prevê a preservação física, então os edifícios que compõem o hospital são

fundamentais para a discussão proposta. Para isso, foram analisadas as plantas de construção de alguns dos edifícios.

Após o encerramento das atividades do hospital, em 1993, o atendimento parou de acontecer, mas os prédios continuavam ali. Nada foi feito pelos donos do imóvel, que ficou abandonado por vários anos. Os jornais tornaram possível a compreensão do que se passou no local durante esse período. Desde a ocupação dos movimentos de luta por moradias até as intervenções artísticas. E as especulações sobre compras, vendas e negócios a serem feitos com o local.

Para compreender o tombamento e as questões envolvidas, foi preciso uma análise do processo de tombamento iniciado em 1984, em meio a sérios problemas financeiros pelos quais o hospital passava. Desde então a disputa pelo não tombamento teve início. Durante décadas, as tentativas de utilização do local não foram levadas adiante. Em 2014, um novo estudo foi realizado para revisar as diretrizes do tombamento, permitindo assim um novo uso para os edifícios.

Para esta pesquisa a imprensa teve um papel fundamental. Foi possível, durante diferentes momentos, perceber o poder de manipulação exercido, a escolha de palavras das manchetes, a formulação das frases, as imagens utilizadas. Tudo isso pensado para criar uma imagem positiva ou negativa de um determinado acontecimento, em especial durante o período da ocupação dos edifícios, em 1998, e, em 2011, com a compra pelo grupo Allard.

Os principais questionamentos no início da tese se direcionaram para o motivo do tombamento, os anos de abandono e a permissão para a “revitalização”. Como tudo isso estaria relacionado e qual o papel da especulação imobiliária nas decisões que foram tomadas tanto pelos proprietários como pelo Condephaat sobre os edifícios? A centralidade da pesquisa consiste em compreender melhor a sua importância e as justificativas para a sua preservação.

Para possibilitar essa análise, foram utilizados conceitos relacionados ao patrimônio histórico e à geografia dos espaços urbanos, imaterialidade do patrimônio material, elitização espacial, gentrificação e as ideias de preservação e ressignificação de bens tombados.

Este estudo não teve como pretensão esgotar o tema. Outras possibilidades de análise continuam em aberto, entre elas estão as questões de saúde pública na cidade e o papel que o hospital exerceu através de seu atendimento. As possibilidades de explorar o tema do patrimônio sensível. As possibilidades que a história oral

permite para narrar situações enfrentadas por pacientes e/ou funcionários. Entre tantas outras possibilidades que uma instituição tão longeva permite.

O pedido de demolição de uma parte dos edifícios do hospital foi o que iniciou o estudo de tombamento, que acabou levando ao tombamento, mesmo que com diferentes graus de preservação, de todos os 11 prédios que compunham o hospital. Essa decisão provavelmente se pautou na ideia de manter o hospital em funcionamento, porém, com as dívidas, essa não era uma decisão interessante nem mesmo para a sociedade mantenedora do hospital.

Com o encerramento das atividades do hospital, foi feita uma nova proposta de intervenção, realizada pelo escritório do arquiteto Júlio Neves, iniciou-se então uma revisão do tombamento, e a proposta foi aprovada pelo Condephaat. A Associação dos Amigos e Moradores em Defesa de Vida da Bela Vista e o Comitê “Vem pro Bixiga” iniciaram uma Ação Civil Pública para impedir o projeto, alegando que o conjunto deveria ser preservado. O projeto que retomaria o funcionamento do hospital foi interrompido. A tentativa de venda para a PUC-SP em 2011, que acabou não acontecendo, também pretendia manter o uso como hospital-escola.

A “preservação” relacionada ao processo de tombamento custou o funcionamento do hospital, com os impedimentos de mudanças e reformas, os edifícios acabaram ficando ainda mais tempo inutilizados. Se a ação foi feita para garantir a preservação, seu efeito foi o contrário e acabou levando ao abandono do conjunto. Os donos do imóvel, que não conseguiam utilizá-lo, acabaram deixando os edifícios se deteriorarem. Com relação à falta de conservação, não houve nenhum tipo de intervenção das instituições citadas. O que leva a crer que a preservação não era a questão mais relevante.

As associações também não se manifestaram contrárias ao projeto “Cidade Matarazzo”, que, assim como o projeto anterior, previa a demolição dos prédios considerados de menor importância e a construção de novos edifícios. Os usos pretendidos também eram similares: a criação de um shopping/ centro comercial e um novo edifício para escritórios. A principal diferença em relação ao projeto anterior era a pretensão de manter o hospital em funcionamento, enquanto o “Cidade Matarazzo” excluía essa possibilidade.

Por isso, o estudo da elitização do espaço e da gentrificação foi fundamental para compreender essas dinâmicas. Esse novo projeto modificou o espaço e a

circulação de pessoas. O local que recebia em sua maioria pessoas doentes das classes mais humildes foi substituído por um complexo de luxo onde circulam turistas e pessoas da elite. Depois da reconfiguração do complexo, o fluxo de pessoas e a paisagem da região se modificaram.

Todas essas discussões pretendem contribuir para o melhor entendimento das associações beneficentes da comunidade italiana radicada em São Paulo; para os estudos sobre a cidade de São Paulo, suas dinâmicas e transformações, tanto na transição entre os séculos XIX e XX como durante o século XXI; para os estudos sobre patrimônio histórico, enfatizando o conflito entre transformação e preservação; e para os estudos sobre elitização do espaço urbano e o conceito de gentrificação.

Todos esses processos apresentam a prevalência das questões econômicas sobre as sociais, das empresas sobre as pessoas. Algo relativamente comum na contemporaneidade, quando o capitalismo e o neoliberalismo pautam a maioria das políticas públicas.

As políticas preservacionistas consideradas pelos órgãos responsáveis deveriam levar em consideração o bem patrimonial como um todo, e não somente a sua preservação física. A distinção que existe entre patrimônio material e imaterial precisaria ser repensada, afinal, um não existe sem o outro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ACRÓPOLE. São Paulo, ano 6, n. 65, set. 1943. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/65>>.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Associativismo, proteção social e poder público no Segundo Reinado: mutuais e beneficentes na pluralização do espaço público da Corte (1860-1882)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo, 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BARDESE, Cristiane Ikedo. **Arquitetura industrial. Patrimônio edificado, preservação e requalificação: o caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BEIGUELMAN, Paula. Sociologia e Política - A Grande Imigração em São Paulo - I. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 3, p. 99-116, 1968.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BENEDUZI, L. F. Por um braqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 13-30, 2011.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

BERTONHA, João Fábio. **Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945**. São Paulo: Annablume, 1999.

BERTARELLI, Ernesto; PICCAROLO, Antonio; SERPIERI, Umberto; CARINI, Giovanni. **Gli Italiani nel Brasile**. São Paulo, 1924. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/02418ae1-18a4-4899-8e22-c383236e8792/full>>.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (et al.) **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 34, p. 5-12, 1999.

BIONDI, Luigi. **Entre associações étnicas e de classe: Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese (Doutorado em História), UNICAMP, Campinas, 2002.

BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo**, v. 18, p. 75-104, 2012.

BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE S.A.; ISM GERENCIADORA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Prospecto resumido referente à oferta pública de distribuição de contratos de investimento coletivo em suítes do empreendimento imobiliário denominado "Cidade Matarazzo" ("Prospecto"). São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://info.cidadematarazzo.com.br/>>.

BORGES, Maria Elizia. A história das marmorarias italianas no estado de São Paulo impressa em anúncios de jornais (1890-1930). **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 25, n. 1 e 2, p. 144-157, 2018.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?:** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARVALHO, Antonio Pedro Alves de. **Introdução à arquitetura hospitalar.** Salvador: Quarteto, 2014.

CASA DAS ROSAS. Disponível em: <www.casadasrosas.org.br>.

CASACOR. História. Disponível em: <<https://casacor.abril.com.br/historia/>>.

CAVATERRA, Cristiana Antunes. Os italianos, as marmorarias e a imprensa na arte tumular da belle époque paulistana. **Simpósio Nacional de História**, 31^o, Rio de Janeiro, 2021.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil:** "andiamo in'Merica". São Paulo: Edusp, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CONCEIÇÃO, Carla Fernandes da. **A società Dante Alighieri:** um estudo de caso sobre o associativismo étnico italiano em São Carlos/SP – 1902 a 1938. Tese (Doutorado em Sociologia), UFSCAR, São Carlos, 2020.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura hospitalar em São Paulo. In: MOTT, Maria Lucia; SANGLARD, Gisele (org.). **História da saúde em São Paulo:** instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p. 25-61.

COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo:** colosso brasileiro. Vol. 2. São Paulo: Planeta, 2004.

CRISTOFI, Renato Brancaglione. **O orientalismo arquitetônico em São Paulo - 1895-1937**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DÉA, Márcia Letícia Falkowski. **Representações do leitor implícito no processo de leitura em textos dramáticos: O berço do herói de Dias Gomes e O livro de Jó do Grupo Vertigem**. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

D'AMARO, Vanessa. Jean Nouvel assina torre Mata Atlântica para Rosewood São Paulo, na Cidade Matarazzo. **Casa Vogue**, Arquitetura, 2 mai. 2022. Disponível em: <<https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2022/05/jean-nouvel-assina-torre-mata-atlantica-para-rosewood-sao-paulo-na-cidade-matarazzo.html>>.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.]

EE DRA MARIA AUGUSTA SARAIVA. A escola em 1907. Revista. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://eedramariaaugustasaraiva.blogspot.com/2014/04/blog-post.html>>.

ESTADÃO CONTEÚDO. Capela que 'flutuava' do complexo Matarazzo reabre em São Paulo. **Nossa UOL**, 16 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/agencia-estado/2021/11/16/capela-que-flutuava-reabre-em-sao-paulo.htm>>.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. São Paulo: Edusp, 1984.

FERLINI, V. L. A.; FILLIPINI, E. Núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25-26, p. 121-132, 1993

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FRANCHINI, Fernanda. **Entre Vargas e Mussolini: a nacionalização do Instituto Médio Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FURLANETTO, Patricia Gomes. **O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GOMES, Edgar da Silva; PERES CASTILHO, Edimilson; AVELINO, Yvone; BARROS VALDIVIA, Marcia. **Beneficência Portuguesa: Imigrantes portugueses e a construção de um símbolo de assistência social na cidade de São Paulo**. Brasil: Gramma Livraria e Editora, 2018.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUEDES, Claudia Maria; ZIEF, S. G.; NEGREIROS, P. J. L. C. Clubes de imigrantes em São Paulo - SP. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. S.l., 2006, p. 197-199.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, v. 5, p. 95-119, 1985.

HALL, Michael M. Algumas considerações sobre os resultados e os desafios da historiografia da imigração. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, E. J. "E. P. Thompson". In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório**. São Paulo: Hucitec, 1986.

IBGE. Catálogo. Companhia União: Limeira (SP). Série acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446622>>.

KIKUCHI, Mário Yasuo. **Concepção de Beneficência: o caso da Società Italiana di Bebeficenza em San Paolo Ospelade Umberto I**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. **Tempo Social**, v. 25, p. 49-77, 2013.

LACAZ, Carlos da Silva. **Médicos italianos em São Paulo**. Trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989.

LOPES, Tabita Tiede. **Família Prado e imigração em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.

LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MACEDO, Letícia. Prédio do Hospital Matarazzo recebe mostra de arte antes de reforma. **G1**, São Paulo, 2 set. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao->

paulo/noticia/2014/09/predio-do-hospital-matarazzo-recebe-mostra-de-arte-antes-de-reforma.html>.

MALATIAN, Teresa. Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o Fanfulla (1921-1942). **História (São Paulo)**, v. 34, p. 195-215, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1974.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos; BORELLI, Andrea. Mulheres imigrantes italianas: presença e esquecimentos (São Paulo 1890-1920). In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil**: história, presença e cultura. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

MATOS, Maria Izilda Santos. Cultura, sonoridade e musicalidade: Adoniran Barbosa, o sambista italiano. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil**: história, presença e cultura. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

MAURO, Fillipe. Igreja 'flutua' a 31 m para ser preservada em obra na região da Paulista. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/igreja-flutua-a-31-m-para-ser-preserveda-em-obra-na-regiao-da-paulista.shtml>>.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**, Ouro Preto, v. 1, p. 25-39, 2009.

MINA, Renan Vidal. **O Circolo Italiani Uniti**: uma leitura sociológica sobre identidade, mutualismo e elite étnica em Campinas-SP, 1881-1920. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MIRANDA, Cybelle Salvador; COSTA, Renato da Gama-Rosa. **Hospitais e saúde no Oitocentos**: diálogos entre Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MOTT, Maria Lucia (et al.). Assistência à saúde, filantropia e gênero: as sociedades civis na cidade de São Paulo (1839-1929). In: MOTT, M. L.; SANGLARD, G. (org.). **História da saúde em São Paulo**: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958). Barueri: Manole, 2011.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), 2008.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos**: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. O afro-descendente, o imigrante europeu, e a construção da nação brasileira no século XIX: miscigenação, racismo e branqueamento. **Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA**. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre a favela em São Paulo**: uma história concisa das favelas paulistanas. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Casa das Rosas reabre restaurada e revela detalhes da riqueza da elite paulista. **Estadão**, 21 out. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/casa-das-rosas-reabre-restaurada-e-revela-detalhes-da-riqueza-da-elite-paulista-veja-fotos-e-video/?current=1>>.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito** - São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROSEWOOD SÃO PAULO. Accommodation. c.2023. Disponível em: <<https://www.rosewoodhotels.com/en/sao-paulo/accommodation?group=suites>>.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo**: o bairro da Mooca. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Os médicos italianos em São Paulo (1890-1930) - um projeto de ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, p. 43-65, 1996.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A presença e a atuação de médicos italianos no estado de São Paulo no período da Grande Imigração: 1880-1930. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil**: história, presença e cultura. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura Italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 44, p. 125-140, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.107/84. São Paulo, 1984

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 23.374/85. São Paulo, 1985.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 32.344/92. São Paulo, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Condephaat. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. Processo CONDEPHAAT 68.714/2013. São Paulo, 2013

SÃO PAULO (Município). Lei n. 10.928, de 8 de janeiro de 1991. São Paulo, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Luciana Vieira Souza da. **A Missão Italiana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: ciência, educação e fascismo (1934-1942)**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, Marcelo Cintra de. **A Imprensa Imigrante**. Trajetória da Imprensa das Comunidades Imigrantes em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

STEIL, Juliana. Salário-mínimo 2024: Saiba qual é o valor previsto pelo governo.

Valor Econômico, 10 nov. 2023. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/10/salario-minimo-2024-valor-previsoes.ghtml>>.

SUZIGAN, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.

TEATRO DA VERTIGEM. Disponível em: <teatrodavertigem.com.br>.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. Fábricas: empresários e operários italianos em São Paulo – A Greve de 1917 e o Cotonifício Crespi. In: MATOS, Maria Izilda de; MENEZES, Lená Medeiros de; GOMES, Edgar da Silva; PEREIRA, Syrléa Marques (org.). **Italianos no Brasil: história, presença e cultura**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

TESSARI, Cláudia Alessandra. Trabalhadores temporários para o café: mecanização e núcleos coloniais em São Paulo, 1895-1911. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 44, p. 409-434, 2014.

THALASSA, Ângela (et al.). **Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna - O jornal que não ladra, não cacareja e não morde**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social**, v. 20, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FAU disponibiliza acervo digitalizado da Revista Acrópole. 14 jun. 2014. Disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/cultura/fau-disponibiliza-acervo-digitalizado-da-revista-acropole/>>.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. A produção da alteridade na metrópole: desigualdade, segregação e diferença em São Paulo. In: DANTAS, Sylvia Duarte (org.). **Diálogos**

interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

VERMEERSCH, P. Por uma história social da arquitetura: os trabalhadores italianos em construção civil paulista (1870-1930). **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 166-174, 2016.

WATAGHIN, Lucia. Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: a contribuição dos professores italianos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 151-173, 1992.

ZOPPEI, Marjorie. Conheça o Rabo di Galo, bar de luxo de SP onde o bolovo custa R\$ 135 e as filas duram horas. **Guia Folha**, São Paulo, 14 mar. 2022. Disponível em: <<https://guia.folha.uol.com.br/bares-e-noite/2022/02/conheca-o-rabo-di-galo-bar-de-luxo-em-sp-onde-o-bolovo-custa-r-135-e-as-filas-duram-horas.shtml>>.

Jornais

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 25, n. 6458, 22 mai. 1878.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 dez. 1878.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 jul. 1880.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n. 6711, 5 abr. 1879.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n. 6878, 26 out. 1879.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 26, n. 6660, 1º fev. 1879.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 6957, 1º fev. 1880.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 7100, 31 jul. 1880.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 6967, 15 fev. 1880.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 27, n. 7025, 27 abr. 1880.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 29, n. 7786, 29 set. 1882.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 31, n. 8530, 25 jan. 1885.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 31, n. 8732, 1º out. 1885.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 32, n. 8848, 21 fev. 1886.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano 38, n. 10.589, 9 jan. 1892.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 14.330, 10 jul. 1903.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 14.702, 18 jul. 1904
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 18.549, 8 mar. 1915.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 19.354, 28 mai. 1917.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 19.360, 3 jun. 1917.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 20.320, 27 jan. 1920.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.221, 7 jun. 1925.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 22.222, 8 jun. 1925

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 59, n. 18.610, 16 mar. 1980.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 64, n. 20.391, 30 jan. 1985.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.440, 1º fev. 1985.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.440, 20 mar. 1985.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 65, n. 20.472, 21 abr. 1985.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.776, 19 fev. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.779, 22 fev. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.781, 25 fev. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.782, 26 fev. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.812, 27 mar. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.821, 5 abr. 1986

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.847, 1º mai. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.854, 8 mai. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 66, n. 20.897, 20 jun. 1986.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 73, n. 23.574, 18 out. 1993.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 73, n. 23.592, 5 nov. 1993.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 74, n. 23.875, 15 ago. 1994.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 76, n. 24.654, 2 out. 1996.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 78, n. 25.389, 7 out. 1998.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.646, 3 jun. 2010.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.647, 4 jun. 2010.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.652, 9 jun. 2010.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.653, 10 jun. 2010.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 90, n. 29.655, 11 jun. 2010

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 91, n. 20.065, 27 jul. 2011.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 91, n. 30.066, 28 jul. 2011.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 92, n. 30.505, 9 out. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 94, n. 31.205, 9 set. 2014.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 95, n. 31.341, 23 jan. 2015.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.052, 5 mar. de 1986.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.131, 7 jun. de 1986.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 100, n. 32.128, 8 dez. 1979.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.715, 30 jan. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.716, 31 jan. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.717, 1 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.718, 2 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.719, 3 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.720, 5 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.722, 7 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.724, 9 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.730, 16 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.735, 23 fev. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.750, 13 mar. 1985.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.764, 29 mar. 1985.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.765, 30 mar. 1985.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.776, 13 abr. 1985.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.972, 23 mar. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.972, 28 nov. 1985.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.040, 19 fev. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.044, 23 fev. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.046, 26 fev. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.052, 5 mar. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.069, 25 mar. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.117, 22 mai. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.145, 24 jun. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.166, 18 jul. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.171, 24 jul. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.177, 31 jul. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 107, n. 34.250, 24 out. 1986.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 108, n. 34.453, 24 jun. 1987.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.415, 1º jul. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.541, 4 nov. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.542, 5 nov. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.544, 7 nov. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.546, 9 nov. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 114, n. 36.556, 19 nov. 1993.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.605, 7 jan. 1994.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.652, 23 fev. 1994.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 115, n. 36.897, 26 out. 1994.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 116, n. 37.151, 7 jul. 1995.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 116, n. 37.180, 5 ago. 1995.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.513, 3 jul. 1996.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 117, n. 37.673, 10 dez. 1996.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.340, 7 out. 1998.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.341, 8 out. 1998.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.351, 18 out. 1998.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 119, n. 38.355, 22 out. 1998.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 124, n. 39.972, 27 mar. 2003.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 124, n. 40.001, 25 abr. 2003.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 125, n. 40.532, 7 out. 2004.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 126, n. 40.693, 17 mar. 2005.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 126, n. 40.700, 24 mar. 2005.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 129, n. 41.904, 10 jul. 2008.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.596, 2 jun. 2010.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.604, 10 jun. 2010.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.606, 12 jun. 2010.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 131, n. 42.697, 11 set. 2010.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 42.994, 5 jul. 2011.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 43.016, 27 jul. 2011.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 132, n. 43.074, 23 set. 2011.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 135, n. 44.150, 3 set. 2014.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, n. 31.479, 30 out. 1977

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 99, n. 31.561, 4 fev. 1978.
O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 106, n. 33.738, 27 fev. 1985.

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Livro 361.
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Livro 417
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa 411.
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 2
Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Obras Particulares, Caixa R 5.